

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

**A APRESENTAÇÃO DO MUNDO PELA  
LINGUAGEM NO JORNALISMO**

**Marconi Oliveira da Silva**

**Recife – 2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

**A APRESENTAÇÃO DO MUNDO PELA  
LINGUAGEM NO JORNALISMO**

**Aluno: Marconi Oliveira da Silva**  
**Orientador: Prof. Luiz Antônio Marcuschi**

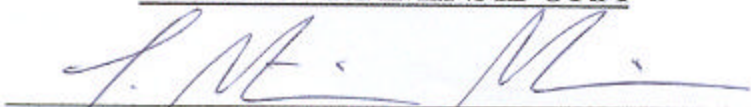
**Recife – 2004**


UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA


**A APRESENTAÇÃO DO MUNDO PELA  
LINGUAGEM NO JORNALISMO**

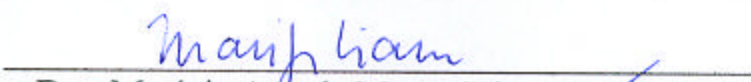
**Marconi Oliveira da Silva**

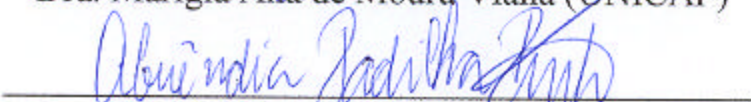
**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Luiz Antônio Marcuschi (orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Dra. Carla Viana Coscarelli (UFMG)

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Fernando Raul Assis Neto (UFPE)

  
\_\_\_\_\_  
Dra. Marígia Ana de Moura Viana (UNICAP)

  
\_\_\_\_\_  
Dra. Abuêndia Padilha Peixoto Pinto (UFPE)

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Lingüística, sob a orientação do **Prof. Doutor Luiz Antônio Marcuschi**.

A minha mãe Dona Otília  
*In memoriam*

Prof. Luiz Antônio Marcuschi  
*Muito obrigado*

## RESUMO

A tese defendida nesta investigação afirma que o jornalismo produz uma representação e um sentido de mundo, que podem ser tidos muito mais um *trato* que um *retrato* da realidade. Os fatos jornalísticos, que são formas epistemológicas de organizar o mundo, reforçam contextos de modelos estabilizados e estereotipados, e, paradoxalmente, apresentam grande carga de indeterminação e ambigüidade nos relatos dos acontecimentos. Sua meta é conquistar as mentes e os corações dos leitores como co-produtores de sentidos. Com uma análise que arranca de dentro da lingüística, assume-se a teoria da indeterminação do significado como um aspecto intrínseco à linguagem e cuja determinação de sentido é fruto de uma construção interativa e discursiva da realidade.

Nos dois primeiros capítulos analisam-se, respectivamente, a questão referencial no relato noticioso jornalístico e alguns aspectos da abordagem teórica da referência ao longo dos últimos 50 anos no contexto filosófico e lingüístico a respeito da relação entre linguagem e mundo. Os textos investigados foram retirados de dois jornais (um de circulação nacional e um estadual) e duas revistas, que circularam nos meses de março e abril de 2000. Os capítulos 3, 4 e 5, que constituem o núcleo da análise, demonstram que as noções de *intersubjetividade*, *intencionalidade*, *dêixis*, *pressuposição*, *protótipos*, *categorias*, *nomes*, *anáforas*, *repetições*, *ambigüidade*, *indeterminação* e *polissemia* empregadas na análise do corpus, permitem defender a tese de que o relato jornalístico da notícia não pode ser tido como espelho da realidade.

Não se trata de uma simples reedição das velhas noções de que o jornalismo não é uma atividade neutra sob o aspecto ideológico, mas sim de um aprofundamento de tese nova voltada para aspectos que dizem respeito ao próprio modo de produção de sentido pela atividade referencial ao não se admitir que de um lado está a linguagem e de outro os fatos e que ao indivíduo – o jornalista – cabe usá-los para um relato clarividente e unívoco.

## ABSTRACT

The thesis defended in this research states that journalism produces a representation and a sense of the world that can be thought of much more as *a treatment* than as *a picture* of reality. The journalistic facts, held as epistemological forms which organize the world, strengthen contexts of stabilized and stereotyped models and, paradoxically, present a great load of indeterminacy and ambiguity in the accounts of the events. Its goal is to conquer the minds and the hearts of the readers as co-producers of senses. With an analysis drawn from linguistics, we endorse the theory of the indeterminacy of meaning as an intrinsic aspect of language and whose determination of sense is the result of an interactive and discursive construction of reality.

In the first two chapters both the issue of reference in the journalistic news stories and also some aspects of the theoretical approach to reference in the philosophical and linguistic context regarding the relation between language and the world throughout the last 50 years are analyzed, respectively. The texts we analyzed come from two newspapers and two magazines (each with a nationwide issue and a statewide one), with issues from the months of March and April of 2000. Chapters 3, 4 and 5, which make up the bulk of the analysis, demonstrate that the conceptions of *intersubjectivity*, *intensionality*, *deixis*, *presupposition*, *archetypes*, *categories*, *names*, *anaphors*, *repetitions*, *ambiguity*, *indeterminacy* and *polissemia* employed in the analysis of the corpus support the thesis that the journalistic accounts of events cannot stand as a mirror of reality.

This piece of research is not just a new edition of the old view that journalism is not a neutral activity from an ideological perspective. It is, indeed, a more profound study of a new thesis having to do with aspects regarding the very production of sense through a referential activity in that it admits of neither the supposition that language is on one side of the issue and that the facts are on the other nor that it is up to one person – the journalist – to use them in order to come up with a univocal and clear-cut story.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
Definindo o problema.....	1
Importância – objetivos – justificativa.....	3
O corpus.....	11
Perspectiva teórica e estrutura geral.....	19
<b>1. O PROCESSO REFERENCIAL NO JORNALISMO.....</b>	<b>23</b>
1.1. O processo referencial.....	23
1.2. O Fato Jornalístico.....	26
1.3. Referência e mundo.....	34
1.4. Captação lingüística da informação.....	40
1.4.1. Organização categorial do mundo.....	40
1.4.2. A obtenção da informação jornalística.....	44
1.4.3. Implicatura e fontes jornalísticas.....	47
1.5. O mundo dos Fatos Institucionais.....	53
1.5.1. A estrutura lógica dos fatos institucionais.....	60
<b>2. MENTE, LINGUAGEM E MUNDO.....</b>	<b>71</b>
2.1. A palavra substitui o objeto na mente.....	71
2.2. A palavra representa um conceito que substitui o objeto.....	73
2.3. A palavra representa um conceito que só pode ser compreendido dentro de um sistema conceitual onde o objeto se insere.....	78
2.3.1. Realismo e anti-realismo.....	79
2.3.2. Teoria da interpretação.....	82
2.3.3. O método da verdade.....	85
2.3.4. Esquema conceitual.....	88



2.4. A palavra pertence ao processo de referenciação e recategorização e se transforma em objeto de discurso.....	94
2.4.1. <i>A conexão social e pública da linguagem.....</i>	94
2.4.2. <i>A linguagem verbal é contexto da linguagem verbal.....</i>	99
2.4.3. <i>A elaboração de objetos de discurso pela lingüística interacional.....</i>	101
a). Protótipos.....	103
b). Nomes.....	103
c). Anáforas.....	104
d). Repetições.....	104
2.4.4. <i>Concepção construtivista do referente ou o referente é o objeto de discurso.....</i>	104
<b>3. O MUNDO CONSTRUÍDO DO JORNALISMO.....</b>	<b>109</b>
3.1. Acordo com a realidade.....	111
3.2. Intersubjetividade.....	113
3.3. Intencionalidade.....	115
3.4. O fato singular (jornalístico) e o seu Contexto.....	117
3.5. Outros conceitos de contexto.....	119
3.5.1. <i>Contexto de situação.....</i>	119
3.5.2. <i>O discurso como contexto.....</i>	120
3.5.3. <i>O repertório como contexto.....</i>	122
3.5.4. <i>Conhecimento mútuo como contexto.....</i>	121
3.6. Co-texto.....	123
3.7. A construção do discurso jornalístico pela dêixis.....	124
3.8. Personagens da notícia construídos pelo relato jornalístico.....	130
3.8.1. <i>Nicéia Pitta acusa prefeito e políticos.....</i>	130
3.8.2. <i>Antônio Carlos Magalhães, o defensor do Salário Mínimo.....</i>	143
3.9. O uso e o papel da metáfora na compreensão dos fatos jornalísticos.....	145

<b>4. O MUNDO ESTABILIZADO DO JORNALISMO.....</b>	<b>157</b>
4.1. Princípio de estabilidade do fato jornalístico.....	158
4.2. A Pressuposição como inferência estabilizadora.....	164
4.3. Recursos lingüísticos de uso estabilizador.....	178
4.3.1. <i>Protótipo</i> .....	179
4.3.2. <i>Categoria / Categorização</i> .....	182
4.3.3. <i>A continuidade referencial na linguagem jornalística</i> .....	185
<b>5. O MUNDO AMBÍGUO E INDETERMINADO DO JORNALISMO.....</b>	<b>198</b>
5.1. A ambigüidade, a (indeterminação) vagueza e a polissemia na elaboração e construção de um sentido para além do meramente fato noticiado.....	199
5.1.1. <i>Indeterminação / vagueza</i> .....	199
5.1.2. <i>Ambigüidade</i> .....	206
5.1.3. <i>Polissemia</i> .....	215
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>229</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>234</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>243</b>

# INTRODUÇÃO

## ◆Definindo o problema

Parece ser da essência do jornalismo responder à questão: o que acontece no mundo? Sabemos que a resposta a esta pergunta é diferente na ciência, na filosofia, na religião e nos mitos. No jornalismo ela é materializada num relato que por sua vez é fruto de uma atividade de apuração e cobertura de fatos-acontecimentos do mundo ou relacionados mais precisamente ao homem que dá sentido a eles. Entretanto, nesse mundo só existe o individual e o particular. Todos os seres e coisas (homens, pedras, mesas etc.) estão num lugar, existem em um determinado tempo, estão sujeitos a mudanças e são idênticos a si mesmos. Assim sendo, o conhecimento jornalístico é um conhecimento singular. Contudo, o mundo exterior não pode ser conhecido ou completamente descrito pela grande quantidade de singulares / particulares. Além disso, os elementos que descrevemos não estão *a priori* discretizados, tal como poderíamos imaginar, pois a realidade é categorizada e singularizada por representações organizadas pela experiência.

O mundo em que o jornalismo se insere é o da aparência. E essa aparência lhe chega através dos relatos (orais ou escritos). Assim, não se pode exigir do jornalismo uma objetividade “científica”, profundidade, contextualização e humanização. Em outras palavras, até que ponto a linguagem jornalística (como se apresenta) e as falas dos seus interlocutores que são as fontes desse jornalismo são uma segurança para a precisão e exatidão dos fatos? A questão se agrava quando consideramos que a linguagem não é um **retrato** do mundo.

Mesmo que o problema da impossibilidade de verificação da correspondência entre os fatos relatados e os fatos referenciados seja posta, não se pode deixar de investigar ou pelo menos descrever as relações jornalista x fonte x fatos x narrativa. É verdade que é o próprio texto que servirá de estudo do sentido da lingüística e da própria filosofia da linguagem.

O genuíno jornalismo informativo é representado pela *notícia*, *reportagem* e *entrevista*. É através destes tipos de relatos ou discursos que o jornalismo luta para conquistar mentes e corações dos leitores, no dizer de Clóvis Rossi (Rossi, 1981:7). Para atingir, portanto, a razão, a inteligência, as sensações e a emoção do leitor / ouvinte/ telespectador/ internauta, é preciso despertar o seu interesse e manter a sua atenção.

O interesse é alimentado quando se lhe revela a *vida* e o *mundo*. Entenda-se *vida* e *mundo* como sendo a própria comédia humana, a fragilidade e a contingência dos homens, os esforços para alcançar uma vida de maior dignidade.

É o *acontecer na cultura* que mais estimula o interesse do leitor, pois a cultura é o próprio fazer do homem. É a sua imagem refletida nos objetos e no trabalho; é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores. Em outros termos, na cultura o indivíduo se vê e vê os outros. E o jornalismo é o instrumento que amplia essa visão e oferece uma melhor visibilidade das ações do homem na sociedade.

O *acontecer no mundo* transforma-se em fato jornalístico (cap.1 –1.2) pela **notícia** – a informação com características de novidade e publicada nos jornais, rádios, televisões e internet, pela **reportagem** que procura interpretar o mundo, ou pelo menos busca relacionar os fatos aparentemente desconexos, e pela **entrevista** onde as falas dos protagonistas constituem os enunciados jornalísticos.<sup>1</sup>

O jornalismo se apresenta assim como um *discurso* e nesse *discurso* há falas de interlocutores além do repórter que constroem uma imagem discursiva da realidade que, por sua vez, é fruto de conceitos estabelecidos individual e socialmente.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> *Notícia, reportagem e entrevista* são tomadas aqui como gêneros específicos do jornalismo informativo.

<sup>2</sup> Numa entrevista dada a Folha de S.Paulo (25.04.99 – Caderno Cotidiano, p.3), o estudante Thales D. M. Pereira, presidente da comissão de trote que recepcionou os calouros de medicina da USP e que resultou na morte por afogamento do estudante Tsung-Chi Hsueh na piscina da escola, tenta explicar o desenho de caveiras e esqueletos torturando calouros estampado nas camisetas como sendo apenas coincidência. Suas palavras: “É. Talvez, sem perceber, estivéssemos reproduzindo uma idéia estereotipada, antiga, que se liga às origens do trote, mas que hoje não faz mais sentido – e, principalmente, não expressa o pensamento sobre o trote. O conceito mudou, só que o símbolo ficou.”

A linguagem jornalística aparece como composta dos mais diversos relatos enunciativos com sentido de referir objetos do mundo. No entanto, o que se apresenta para o entrevistado é um fato “**novo**” como informação genuína, mas que possui um “**dado**”, ou seja, uma informação de fundo, que é sobre este (background) que a fala do entrevistado vai incidir. Assim sendo, mesmo que o dito tenha um mesmo referente, o sentido, (fregiano), é diferente para cada interlocutor.

Como a notícia não pode ter uma verificação de verdade no sentido clássico, as declarações são sobre os relatos lingüísticos. Relatos não mais referenciais como na relação direta [palavra → objeto], mas uma narrativa onde são construídos ou criados objetos de discurso da realidade jornalística. Pretendemos investigar como isso se dá pelo estudo do discurso e utilizando os recursos de análise lingüística.

#### ♦ **Importância - objetivos - justificativa**

A **importância** desse estudo encontra-se no enfoque lingüístico-cognitivo em que enquadrámos o jornalismo. Pois, até então, a pesquisa sobre o jornalismo seguia e segue ainda o caminho **realista** percorrido pelas teorias e métodos das ciências naturais adaptados para as ciências humanas. E como se chegou a essa posição metodológica realista? Segundo Edwin Emery (Emery,1965), os tipos de notícias entre 1830 – 1850, na imprensa americana, eram de fatos nacionais, internacionais, crimes, violência, paixões, interesse humano, economia e política, porém não havia preocupação alguma com o rigor investigativo na apuração nem maior precisão e exatidão nos relatos. Só a partir de 1865 é que se inicia o que o autor denomina de a “verdadeira revolução” na imprensa com o surgimento do **jornalismo imparcial e objetivo**. Essa grande virada foi posteriormente consolidada por Adolph S. Ochs que definiu como princípio editorial para o *New York Times* que as notícias fossem dadas com imparcialidade, sem medo, nem favor, sem consideração para com nenhum partido, credo ou interesses envolvidos<sup>3</sup>. O que queremos ressaltar, ao

---

<sup>3</sup> Toda a história de Ochs e seu jornalismo objetivo e imparcial está contada no livro de Gay Talese *O Reino e o Poder – Uma história do New York Times*, Cia.das Letras, 2000.

destacar esses dados históricos, é que esse modelo de jornalismo, preso à verdade dos fatos, foi adotado por quase todos os veículos de imprensa do ocidente durante todo o século XX. No entanto, podemos perguntar: por que foi, aparentemente, tão fácil à adoção da **objetividade** como sendo a própria essência do fazer jornalístico? É o que tentaremos responder a seguir.

É o empirismo do século XVIII (Cap.2 –2.2) que vai determinar com muita ênfase a teoria da correspondência que estabelece que o significado e a verdade se encontram na realidade e que a linguagem é a sua tradução. No entanto, a influência mais profunda no método científico e em quase todas as áreas do conhecimento humano vem de David Hume.<sup>4</sup> Ele enfatiza que todos os raciocínios que se referem aos fatos parecem fundar-se na relação **causa** e **efeito**. Há sempre uma conexão entre o fato presente e aquele que é inferido dele. Essa teoria da causalidade humana segue os pressupostos aristotélicos que procuram compreender o mundo descobrindo a ligação dos eventos entre si. A ordenação do mundo se realiza via nossas experiências na conformidade com a categoria de causa e efeito. Isto quer dizer que cada fenômeno possui um agente determinante e antecedente.

O jornalismo vai adotar o postulado de causalidade humano e com isso tornar os fatos jornalísticos possuidores de um **valor de verdade** por que são resultados de causas percebidas e descritas da realidade. A proposição<sup>5</sup> jornalística sobre determinado fato, se for verdadeira, é idêntica a esse fato. Assim também, quando o jornalismo seleciona objetos do mundo (idéias, pensamentos, fatos) e os apresenta de forma organizada, esses objetos são idênticos à proposição que os afirma.

A conclusão a que se chega, partindo das premissas do método científico adaptado para o jornalismo, é que a notícia e a reportagem, por exemplo, são o mundo transformado em textos e imagens. É a própria realidade que o leitor

---

<sup>4</sup> A obra de Hume onde se encontram os fundamentos metodológicos da relação entre conhecimento e mundo chama-se *Investigação acerca do entendimento humano*, publicada em 1758.

<sup>5</sup> Tomo o termo *proposição* como descrição de um estado de coisas e essa descrição é o elemento básico de significado.

encontra ao abrir um jornal ou ler uma revista de informação. Este é o pano de fundo que considera como sendo o mundo percebido pelo leitor por intermédio do jornalismo. Para reafirmar essa crença, diretores de empresas jornalísticas vendem aos leitores um conceito de credibilidade que ao mesmo tempo incorpora implicitamente outro conceito: a ética. Em outros termos, os editores assim como os repórteres são apenas instrumentos para que a realidade chegue tal como ela é a toda sociedade.

O modelo acima é uma espécie de **realismo** em que se acredita que exista um conjunto fixo de objetos que são independentes da linguagem e que também há uma relação fixa entre os termos e as suas extensões. Ora, filósofos, cientistas e lingüistas<sup>6</sup> que se opõem a esse tipo de realismo advogam que os fatos, por mais simples que sejam, são projetados por teorias, crenças, conceitos, sensações, sistemas, contextos, conhecimentos e linguagem. Isto quer dizer que nenhum fato é um fato puro. Todo fato é percebido e construído constantemente na forma de recategorização dos objetos. Com esse novo postulado, a dicotomia **fato** – **valor**, segundo Putnam (Putnam,1992), precisa ser revista já que a ciência não procura descobrir a verdade, o que ela procura é construir uma imagem do mundo. A razão disso é que o ‘mundo real’ depende de nossos valores e vice-versa. É essa posição que adotamos, isto é, o que o jornalismo apresenta ao leitor é um mundo construído a partir de valores já estabelecidos, contudo mutáveis.

O nosso **objetivo** é analisar como os textos jornalísticos denominados de **notícia**, **reportagem** e **entrevista** aparentemente apresentam fatos referenciais e objetivamente expostos, porém seus enunciados, como resultantes da confluência das falas de vários falantes, são elaborações discursivas e independentes dos objetos aos que se referem. O que queremos afirmar é que o texto jornalístico mantém relações com a realidade, mas constrói jornalisticamente um mundo que o leitor pode confundir como sendo o mundo extra-mental. A nossa hipótese, portanto, é a seguinte:

---

<sup>6</sup> Wittgenstein, Searle, Putnam, Davidson, Saussure e os adeptos da lingüística cognitiva entre outros.

*O jornalismo informativo em geral e o fato jornalístico em particular (a notícia), produzem uma representação dos fatos construída pelas falas de repórteres e entrevistados que organizam, assim, um sentido de mundo. O que o jornalismo nos dá, portanto, é muito mais um **TRATO** que um **RETRATO** da realidade.<sup>7</sup>*

A teoria que a hipótese se baseia é uma forma epistemológica de organizar o mundo. Isso significa que, mesmo partindo de objetos do mundo, nós construímos lingüística e discursivamente objetos de discurso. Esse processo se efetua de forma interacional e dentro do ambiente que nos envolve. O mundo percebido pelos sentidos é elaborado como uma maneira de ser percebido pela forma discursiva. O mundo da experiência sensorial não tem uma face externa palpável. Por isso, nós não produzimos o mundo, mas fabricamos a forma de perceber este mundo. Assim, a nossa percepção do mundo e a descrição que fazemos dele são frutos de categorizações que elaboramos constantemente dos objetos que nos rodeiam. Essas categorias são entidades culturalmente construídas pela nossa própria experiência. Elas são situadas no mundo e muito concretas. Não são abstratas nem metafísicas. As categorias não necessitam de ser referente de algo, mas não negam o mundo externo. Isto é, o meu dizer não cria o mundo, pois ele existe independentemente do meu conhecer e do meu dizer. É um problema cognitivo e não ontológico. A construção das categorias é um processo interacional que resultará numa representação mental que não é uma fotografia, mas são modelos cognitivos, discursivos de produzir sentido, já que a língua é opaca e se faz socialmente.

Diante do exposto, o que o leitor / ouvinte / telespectador terá diante de si quando lê / ouve / vê uma notícia / reportagem num jornal, revista / rádio / televisão

---

<sup>7</sup> A última frase da hipótese foi inspirada na frase *A língua pode até ser um tipo de “trato” da realidade, mas nunca um “retrato”* que se encontra no artigo *Cognição, explicitude e autonomia no uso da língua* de Luiz Antônio Marcuschi, de 1999.



não é o mundo “real”, mas fatos jornalísticos construídos pelas vozes pertencentes a diversos segmentos culturais e com visões condicionadas por esquemas conceituais.

O jornalismo não quer apenas apresentar um sentido de mundo, ambiciona também oferecer um quadro social e institucional organizado e estabilizado que a audiência possa reconhecer e se identificar cognitivamente neste contexto. Por outro lado, e de forma aparentemente paradoxal, a indeterminação e a opacidade da linguagem serão os instrumentos que o jornalismo usará para conquistar audiência pelos sentimentos. O jornalismo é assim o mundo da ambigüidade e da indeterminação. É aqui que a força persuasiva do fato jornalístico é determinante.

Para cobrir os dois momentos acima relacionados (estabilização e indeterminação) do jornalismo elaboramos duas hipóteses corolário.

*1. Os fatos jornalísticos se apresentam dentro de um contexto social estereotipado, estabilizado e conhecido dos leitores como forma de facilitação da informação e conquista das mentes da audiência.*

*2. Os fatos jornalísticos, paradoxalmente, apresentam uma carga muito grande de ambigüidade e indeterminação no relato dos acontecimentos como forma de conquistar as emoções e sentimentos da audiência.*

O que **justifica** a nossa tese do jornalismo como **trato** e não **retrato** da realidade nos domínios da linguagem e do discurso, é que o modelo realista adotado pelo jornalismo sempre apresentou problemas que giravam em torno da objetividade como possível, impossível ou um mito. Para resolver estas questões muitas técnicas e métodos foram defendidos por teorias em voga. É assim que para evitar a espetacularização da notícia, ela deveria ser contextualizada e humanizada. Se a deficiência estava na apuração dos fatos, então, novos métodos mais eficazes deveriam ser adotados para uma aferição mais exata dos dados. Se o texto tinha uma estrutura de pirâmide invertida, é hora de colocá-la na posição normal. Se havia

deficiência informativa, a solução seria ouvir maior número de fontes. Entretanto, estas recomendações e práticas foram ineficientes para a resolução das questões. Teoricamente, prevalece a idéia de que os enunciados jornalísticos são tendenciosos, manipulados e manipuladores e ideológicos pela prevalência de uma ética que favorece o poder. Tudo isso se traduz em afirmações como essa de Fernando Henrique Cardoso (FSP, 09 de março de 1997): “ a notícia é como fogo de artifício cheia de semiverdades, ou melhor, de percepções subjetivas do repórter, do editor, do informante”.

Podemos resumir toda a perplexidade diante da objetividade jornalística através do artigo *A Crítica da crítica da objetividade* de Otávio Frias Filho e publicado na pág. 41 de 27 de julho de 1985 da Folha de S.Paulo. Para ele objetividade tem o seguinte significado:

“Primeiro, recuperar a dimensão do mundo que o jornal registra, factual no sentido de ser verificável fora da linguagem. Segundo, estabelecer um método que pode ser ‘bom’ ou ‘mau’, tanto faz, mas que por ter uma aplicação rigorosa e impessoal fixa um mesmo olhar e permite assim que os contornos da realidade e seus acidentes, disfarçados pela nuvem da ideologia, apareçam para o leitor atento. Terceiro, utilizar a técnica do confronto ali onde não há a experiência factual, no mundo das idéias e das versões, onde cada versão critica uma outra, de forma que elas se combatam até que reste algum dia, um esqueleto de verdade.”

Uma breve análise do texto acima, se constata que: 1. – Como é possível recuperar a dimensão do mundo fora da linguagem, se ela própria foi intermediada pela linguagem? E depois, não há a possibilidade de verificação, já que os fatos jornalísticos são relatos de algo passado. 2. – O método de aplicação rigorosa parece se referir tanto à apuração quanto à redação. Na apuração não existe “um mesmo olhar”, mas vários olhares e mesmo assim não conseguem captar o fato em si mesmo. Há sempre uma cegueira para o aspecto. Além do mais os “contornos da realidade” são os próprios acidentes. O que o leitor perceberá são os acidentes que se dirigem para os seus sentidos e emoções. 3. – A “técnica do confronto” poderá

chegar a um esqueleto da verdade, mas, contudo, a verdade que emergir será um paralelismo com o mundo dos fatos reais. Enfim, parece que as providências para captar o real sempre esbarram na própria natureza da atividade jornalística.

Somos levados a afirmar que assim como as palavras não possuem uma conexão necessária com os seus referentes, também os relatos jornalísticos se relacionam com os fatos através de uma convenção de representação. Como esse fenômeno se dá, é muito bem explicado por H. Putnam. Ele assevera que a idéia de que a verdade é uma cópia da realidade não tem sustentação. Com efeito, os enunciados se encontram dentro dos ‘padrões de aceitabilidade’ a que as pessoas aderem.

“O mundo empírico, por oposição ao mundo numérico, depende dos nossos critérios de aceitabilidade racional (e vice-versa, naturalmente). Usamos os nossos critérios de aceitabilidade racional para construir um quadro teórico do <<mundo empírico>>, e então à medida que essa imagem se desenvolve revemos nossos próprios critérios de aceitabilidade racional à luz desse quadro e assim por diante, e assim por diante para sempre.” (PUTNAM, 1992:174)

Esclarecendo melhor a noção de aceitabilidade racional, o filósofo lembra que tal conceito tem um sentido estrito que é o de aceitar os enunciados como verdadeiros ou falsos, e num sentido lato, há uma aceitação dentro de padrões de clareza e adequação que levam a enunciados relevantes<sup>8</sup>, e significa que o que conta como mundo real depende de nossos valores e interesses. Em outros termos, há para o descritor um conjunto de *conceitos* que se aplica aos objetos do mundo. Esses *conceitos* estão grávidos de valores e fazem parte de um sistema específico. Assim sendo, concordar com os fatos é concordar com os valores. “Os conceitos são usados na observação e generalização, e são eles próprios tornados legítimos pelo sucesso que temos de usá-los para descrever e generalizar.” (PUTNAM,1992:182).

Um segundo esclarecimento: a nossa relação cognitiva com o mundo admite que a objetividade ética está assentada em intuições e máximas gerais e não em

---

<sup>8</sup> A noção de relevância está associada a interesse e valores.

axiomas éticos. E isto significa que a ética possui uma doença incurável chamada de *projeção*. O que em outras palavras quer dizer que o homem é naturalmente compassivo ou altruísta. E esta nota o leva a projetar o seu sentir sobre determinada ação e a confundir, daí a doença, ‘o ato horrível’ com o próprio sentimento de ficar horrorizado. Para Putnam (1992:182), “assim construímos um corpo do que assumimos serem <<observações éticas>>, que são na verdade apenas observações dos nossos *sentimentos* éticos subjetivos.”

Os estudiosos do jornalismo de ontem e de hoje ressaltam a importância da visão e da percepção como um acesso direto ao mundo. Mas isso não acontece. A ‘visão nos dá uma descrição de objetos que são em parte estruturados e constituídos pela própria visão’. E ainda é necessário lembrar que há os enunciados de objetos vistos e os enunciados sobre objetos não percebidos.

É a linguagem que deve ser estudada e analisada na busca da significação que se dá na sua realização discursiva. Nessa perspectiva, adotamos os pressupostos gerais que Marcuschi (2000a:81-83) apresenta como delineadores de um novo olhar sobre a linguagem, o mundo e o discurso. O primeiro pressuposto é sobre a *indeterminação lingüística* que apresenta a língua como atividade. A língua, portanto,

“não é um sistema autônomo que se esgota no código, é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade.” [...] a determinação se dá no uso efetivo. A língua não é o limite da realidade, nem o inverso. Língua é trabalho cognitivo e atividade social.”

O segundo pressuposto (*ontologia não-atomista*) diz que o mundo não está discretizado e delimitado como o designamos. “A discretização do mundo empírico (extra-mental) não é um dado apriorico, mas uma elaboração cognitiva.” (Marcuschi,2000a 82). O terceiro pressuposto, como consequência dos anteriores, mostra a *referenciação como atividade discursiva*. Isto quer dizer que a referência não é extensional, mas referência textual.

A notícia, a reportagem e a entrevista são textos jornalísticos que formam o discurso da informação, mas também, e talvez principalmente, constroem lingüisticamente os fatos da realidade. E isto porque há uma organização da cadeia discursiva, isto é, o relato jornalístico segue regras para a formação do discurso que vão desde os locutores dos relatos (repórter e fontes), seleção, ordenamento e nomeação dos eventos até o texto escrito. O discurso, portanto, que chega para o leitor / ouvinte é um produto sócio-cultural e lingüístico.

#### ♦ O corpus

A constituição do **corpus** da pesquisa tem como pressuposto o conceito de **relevância em jornalismo** que é a importância e interesse que determinados fatos têm para o leitor. Todas as etapas (pauta, apuração, redação e planejamento gráfico) na elaboração das edições de jornais e revistas levam em conta esse princípio. O texto, por exemplo, quase sempre, apresenta uma estrutura onde os aspectos mais importantes e interessantes aparecem antes dos aspectos considerados menos atraentes para o leitor.

Podemos, em linhas gerais, afirmar que a relevância jornalística cobre um espaço temático em três importantes níveis hierárquicos.

***O mundo institucional*** – como o espaço já construído socialmente. É um mundo aparentemente já conhecido e vivido pela audiência. Em teoria todos os temas desse mundo interessam ao leitor. O seu conteúdo informacional é encontrado nos fatos institucionais (cap. 1. –1.5). Esses fatos possuem uma **estrutura**, uma **linguagem**, um **cenário** (contexto) e um feixe de **relações causais**. Nos jornais eles são organizados em rubricas tais como *economia, política, esportes, saúde, cidade, polícia etc.* No entanto, nem tudo o que acontece aqui será transformado em fato jornalístico, precisa, primeiro, passar por critérios de valor. Só assim, um fato específico ganhará o status de fato jornalístico.

***O mundo social*** – são todos aqueles eventos que não receberam ainda uma função de status de forma definida e estruturada. Por exemplo, muitas Organizações

não Governamentais não possuem ainda a aceitabilidade necessária da comunidade, porém estão presentes na sociedade e lutam para conquistar algum lugar. Nesse espaço também se encontram aqueles eventos que giram à margem do mundo institucional. São organizações do tipo CV (Comando Vermelho) ou indivíduos como os seqüestradores que são rejeitados pela comunidade. Enfim, todos os fatos sociais que tenham alguma visibilidade para a imprensa.

*Os fatos brutos* –são aqueles relacionados com a natureza ou com o mundo físico. Aqui entram os eventos relacionados com estado de coisas como o enunciado “o rio Capibaribe atravessa a cidade do Recife” e fatos relacionados com ação da natureza como *enchentes, terremotos etc.* Fatos brutos dizem respeito também a fatos sociais ainda não institucionalizados ou as funções dos órgãos humanos como o coração. Por exemplo, o enunciado “o coração tem a função de bombear o sangue” é um fato bruto.

De tudo o que acontece nos espaços acima descritos só alguns fatos serão objetos de interesse jornalístico. A escolha e a seleção desses fatos serão efetuadas por critérios de valor. São critérios de aceitabilidade racional, isto é, parte-se do princípio que determinados fatos são mais relevantes que outros por interessarem mais ao leitor. São eventos que viram fatos jornalísticos por atingirem a mente e a razão do leitor. Em outras palavras, são dados a audiência fatos com certa racionalidade fincada na teoria causal de percepção. O mundo real jornalístico, portanto, é um mundo de valores e de descrição de objetos estruturados e constituídos pela percepção causal.

Os textos que formam o corpus de nosso estudo foram selecionados a partir desse princípio da *relevância jornalística* que estabelece a preponderância do que se considera como mais importante ou interessante dentro do fato jornalístico (notícia). Este princípio ou critério também se aplica na escolha das notícias mais importantes que figurarão na Primeira Página, e dentre elas aquela que será Manchete (título principal) do dia. Quando determinado prosseguimento de um fato perde essa

relevância, passa para as páginas internas e menos nobres do periódico até desaparecer e/ou reaparecer quando do surgimento de novos dados do caso.

A *relevância jornalística* é o resultado de um rol expressivo de critérios estabelecidos pela prática histórica jornalística e teorizados posteriormente. Merece destaque o estudo de Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge intitulado *The Structure of Foreign News* no qual apresentam doze fatores que transformam fatos em notícias. Assim, para um fato virar notícia precisa atender a muitos dos seguintes critérios (KUNCZIK,2001:245-246): fato que tenha maior repercussão junto ao público; fato que não apresente muita ambigüidade no seu conjunto; fato que seja significativo para a sociedade; fato que mais se conforme à imagem mental que alguém espera encontrar; fato tido como inesperado; fato que possa ter continuidade; fato que apresente novos detalhes e novos dados; fato diretamente relacionado às elites; fato referente a pessoas proeminentes dentro da sociedade; fato que pode ser visto em termos pessoais; fato negativo em suas conseqüências.

Normalmente não é o fato propriamente dito que tem um valor intrínseco para o jornalismo, mas é um aspecto que se impõe e que fugindo da sua estrutura própria leva o fato para um novo significado. Aplicando os conceitos fregeanos de referência e sentido (cap.2. –2.2), poderíamos dizer que o fato no seu conjunto é a referência e o aspecto destacado é o sentido. E esse sentido é o valor anexado ao fato. Exemplo: PAPA DEVE RENUNCIAR EM AGOSTO (JC. 1º.caderno,p.10 –04/06/2002). O ato de renunciar não acarretaria interesse para o leitor, já que essa possibilidade é prevista nas leis do Vaticano, porém, nos tempos modernos é costume o papa só deixar a chefia da igreja após a sua morte. Sendo assim, a renúncia anunciada vem carregada de representações mentais e significativas para a igreja e para os católicos de todo o mundo. A renúncia é o resultado da saúde debilitada pelo Mal de Parkinson e pela artrose no joelho esquerdo do pontífice. Além de tudo isso, está implícito a eleição do novo papa e as forças políticas eclesíásticas no direcionamento de uma nova etapa para igreja católica.

Adotando, portanto, o princípio da relevância jornalística, foram dados os seguintes passos estratégicos na seleção dos textos que formam o corpus:

1. Os textos jornalísticos selecionados para a pesquisa foram coletados dos jornais diários: *Folha de S. Paulo* (FSP) (circulação nacional), *Jornal do Commercio* (JC) (circulação local) e das revistas semanais de informação *Veja* e *Isto é*.

2. A coleta de dados abrangeu as edições veiculadas nos meses de março e abril de 2000, somando 61 edições da FSP, 61 do JC, 09 de *Veja* e 09 de *Isto é*.

3. Anotadas todas as notícias contidas na Primeira Página (jornal) e Capa (revistas).

4. Seleção dos fatos que apareceram, no mínimo, dez vezes na Primeira Página do primeiro caderno de cada jornal na forma de manchetes<sup>9</sup>, manchetas ou outros tipos de títulos noticiosos.

5. Alguns temas foram descartados por serem muito datados, comemorativos e que fugiam da rotina de apuração dos jornais, ou foram destaques em apenas em uma das publicações como é o caso das diversas CPIs pelo JC. Ficaram fora os assuntos relacionados a *esportes*, *500 anos do Brasil*, *carnaval* e *notícias originadas de agências internacionais*.

6. Agrupamos as matérias pelos tópicos ou rubricas dos jornais, tais como *economia*, *ciudades*, *política*, *internacional etc.*

7. Por último, foram escolhidas duas rubricas: política – *O caso Celso Pitta*; economia – *Salários*.

As manchetes, manchetas e seus desdobramentos nas páginas internas dos cadernos dos jornais, somaram **778** textos<sup>10</sup>, sendo 515 sobre *Celso Pitta* e 263 sobre *salários*. Além dos textos principais constam 108 boxes: 87/ *Celso Pitta* e

<sup>9</sup> **Manchete** é o título principal de um jornal e que tecnicamente é o único que deveria ser chamado assim. Ele vem na primeira página. Está localizado (quase sempre) na parte superior da página. As fontes são as maiores com relação aos demais títulos. Ela pode ocupar toda a extensão horizontal da página com uma linha ou várias. Todas os vocábulos podem ter a mesma cor ou alguns deles podem ser destacados por uma cor diferente. Uma manchete pode vir acompanhada de **antetítulo** ou **subtítulo** que trazem mais informações. A **mancheta** é o segundo título mais importante depois da manchete e traz as fontes menores com relação a manchete. Todos os títulos da primeira página podem vir acompanhados de pequenos textos ou não, mas remetem para páginas internas do jornal a continuação do assunto.

<sup>10</sup> Estamos considerando como texto toda matéria jornalística que é individualizada por um título.



21/salários. Os dois temas foram destacados com 27 manchetes, 3 capas de revistas e 15 manchetinhas.

Como o volume de textos ficou muito grande, foram eliminados os boxes e textos relacionados aos temas, porém com outras questões envolvidas. Deixamos na nossa relação apenas os fatos diretamente ligados ao prefeito Celso Pitta, descartando os envolvimento da Câmara de vereadores de São Paulo, Paulo Maluf e a administração da prefeitura da capital paulistana. No caso dos salários, ficaram as matérias que abordavam o aumento do salário mínimo, eliminando as questões sobre o teto salarial do Supremo Tribunal Federal e o aumento dos servidores públicos. Chegou-se assim a um corpus um pouco mais reduzido de **469** textos, porém mais coeso e apto de ser analisado: *Celso Pitta* – **313** textos e *Salário Mínimo* – **156** textos.

As denúncias de Nicéa Pitta e os desdobramentos posteriores que formam parte do corpus do nosso trabalho devem ser situadas num contexto de acontecimentos passados relacionados à administração municipal de São Paulo e seus governantes. Por isso, apresentamos um resumo da carreira política de Celso Pitta. Esta síntese é baseada nos dados publicados pela FSP no dia 25 de março de 2000. Também os artigos da lei que estabeleceram o Salário Mínimo:

#### ♦ *Celso Pitta*

**Cenário dos acontecimentos** - A ligação de Celso Pitta com Paulo Maluf inicia em **1987** quando Pitta assume a direção financeira da Eucatex, empresa familiar de Maluf. Em **1992**, Maluf torna-se prefeito de São Paulo e convida Pitta para ser secretário de finanças, cargo que ocupa a partir de **1993**. Em **1994**, se filia ao PPB, partido de Maluf. Em **1996**, Maluf escolhe Pitta para ser seu sucessor. Pitta vence no 2º. turno com 62,3% dos votos válidos. Porém, logo após a vitória, a CPI dos precatórios do Senado acusa Pitta de, na condição de secretário de finanças, ter emitido R\$ 3,2 bilhões em títulos para pagar dívidas de R\$ 1,9 bilhão, desviando a diferença. Em fevereiro de **1997** o Banco Central afirma que Pitta fez operações que deram prejuízo de R\$ 8,4 milhões a São Paulo, ao vender títulos para corretores a preços baixos e recomprá-los por valores exorbitantes. Em abril de **1997**,

o Ministério Público abre uma investigação sobre o fornecimento de frangos para escolas da prefeitura (agosto/96 –julho/97) pela empresa “A D’oro” da família Maluf que comprava frangos vivos da “Obelisco”, empresa da mulher de Maluf. Este processo foi denominado de *frangogate*. Em agosto de **1997**, a CPI dos Precatórios fala de compra de um Vectra para Nicéa Pitta intermediada por um doleiro e o aluguel de um Tempa para Nicéa pelo Banco Vector, que negociava precatórios da prefeitura. Ainda em julho de **1997**, Pitta tem os bens bloqueados pela justiça, por uma ação motivada pela emissão irregular de títulos públicos para pagar precatórios. Em **1998**, a Folha da Tarde e a FSP revelaram que Pitta havia recebido empréstimo do empresário Jorge Yunes, que somavam R\$ 600 mil. A justificativa seria o bloqueio dos seus bens. Em meados de **1998**, se inicia o rompimento de Pitta com Maluf. No final deste ano, o chefe dos fiscais da Regional de Pinheiros é preso tentando extorquir R\$ 30 mil de um comerciante. Outros fiscais são presos acusados de entregar dinheiro aos vereadores que controlavam as regionais. Em **1999**, Maluf perde a eleição para Mário Covas e Pitta afasta os secretários ligados a Maluf. Em março deste ano deixa o PPB. No dia 25 de abril de **1999**, Maluf pede desculpas ao leitor por ter recomendado a eleição de seu ex-afilhado político. **Educação**: a prefeitura de Maluf e Pitta descumpre a Lei Orgânica do Município que estipula em 30% o percentual mínimo a ser investido em educação. “Em maio de **1999**, a Câmara vota contra a prorrogação da CPI da máfia, aberta para investigar as irregularidades nas regionais, e contra a abertura de um processo de impeachment de Pitta. **Nicéa**: no dia 11 de agosto de **1999**, Pitta afasta sua então mulher, Nicéa Pitta, do Centro de Apoio Social e Atendimento por causa de denúncia de irregularidade. Ela ameaça se divorciar. Em 25 de janeiro de **2000**, Nicéa e Pitta reaparecem juntos em comemoração do aniversário de São Paulo. Ela fala em reconciliação. Em março, logo após o carnaval, Nicéa diz na Rede Globo que Pitta comprou votos para barrar seu impeachment. É o estopim da crise familiar.

#### ♦Salário Mínimo

Na **Consolidação das Leis do Trabalho – DL-005.452-1943 / Título II/ Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho / Capítulo III / Do Salário mínimo / Seção I / Do Conceito** e no **Artigo 76** o Salário Mínimo é assim definido: *Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador,*

*inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Já no **Artigo 81** se estabelece a fórmula de cálculo para satisfazer as necessidades normais do artigo 76. O Salário mínimo será determinado pela fórmula  $S_m = a + b + c + d + e$ , em que  $a, b, c, d$  e  $e$ , representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto. § 1º. A parcela correspondente à alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões, constantes dos quadros devidamente aprovados e necessários à alimentação diária do trabalhador adulto.*

Para que o corpus apresentasse maior visibilidade e propiciasse uma contextualização dos fatos jornalísticos analisados, elaboramos pontos de contigüidade para os relatos que coincidem com as manchetes, e assim as falas e os enunciados intermediários pudessem ser percebidos nas suas formas de evolução referencial. Seguem os quadros **I** e **II** referentes ao caso Celso Pitta e ao Salário mínimo:

#### **I. Caso Celso Pitta / Ano 2000**

<b>Pontos de Contigüidade</b>	<b>Folha de S.Paulo</b>	<b>Jornal do Comercio</b>	<b>Veja</b>	<b>Istoé</b>
1. Nicéa Pitta acusa Celso Pitta de corrupção	10/03	11/03	15/05 ano 33-No.11 edição 1640	22/03 No.1590
2. Tribunal de Justiça condena Celso Pitta	16/03	17/03	-	-
3. Juiz afasta Celso Pitta da prefeitura	25/03	25/03	-	-
4. Desembargador devolve cargo a Celso Pitta	27/03	27/03	-	-
5. Celso Pitta reassume prefeitura	28/03	28/03	-	29/03 No.1591
6. Vereadores criam comissão do Pittagate	05/04	04/04	-	05/04 No.1592
7. Comissão aprova processo contra Celso Pitta	14/04	14/04	12/04 ano 33 No.15 edição 1644	12/04 No.1593

8. Aprovado processo de Impeachment de Celso Pitta	19/04	19/04	26/04 ano 33 No.17 edição 1646	-
9. Celso Pitta perde cargo no Tribunal de Justiça	28/04	-	-	26/04 No.1595

## II. O salário mínimo / Ano 2000

Enfoques	Folha de S.Paulo	Jornal do Comercio	Veja	Isto é
1. Propostas de Salário Mínimo	9 a 20, 24, 28/03	1, 7, 9, 17, 18, 20, 24/03	1/03 ano 33 No.09 edição 1638	-
2. Formas de Salário Mínimo	23/24/29/30	21, 23, 24/03	-	-
3. Tempo de reajuste	22/03	3, 22/03	-	-
4. Medida Provisória	11, 21, 25, 26, 27/04	28, 29/03 12, 25/04	-	-
5. Salário Mínimo Previdência, inflação e Cesta Básica.	1 a 6/04	2, 17, 21/03	29/03 ano 33 No.13 edição 1642	-

Os exemplos escolhidos para análise e ilustração foram retirados do corpus por serem os lides ou títulos da notícia. Quando isso não era possível, como no caso das revistas, outros textos intermediários foram selecionados. Procurou-se cobrir todo o período evitando repetições e redundâncias comuns no jornalismo impresso. Alguns exemplos são analisados mais de uma vez, quando foi necessário levantar novos aspectos de estudo. No capítulo 3 a opção da escolha de dois personagens (Nicéa Pitta e Antonio Carlos Magalhães) deveu-se a facilitar o entendimento do sentido de construção do mundo jornalístico. É uma construção discursiva dos personagens dentro dos enquadres especificamente jornalísticos. No capítulo 4 aparecem as denúncias de Nicéa Pitta, as reações dos atingidos, os personagens envolvidos, as providências junto à justiça para afastar o prefeito Celso Pitta. Com relação ao tópico *salário mínimo*, aparecem as campanhas da CUT e do PFL pelo novo valor do salário. Mas, como não estamos estudando estes fatos como **estudo de caso**, os exemplos são tratados no sentido de confirmar ou não a estabilidade das

instituições e da visão de mundo. No capítulo 5 os exemplos são usados para demonstrar como os enunciados deixam para o leitor o papel de criador de sentido oportunizado pela indeterminação da linguagem jornalística. Em outras palavras, os fenômenos empíricos (notícias) são descritos dentro de seu próprio quadro de referência, não sendo, portanto, justificáveis pela experiência.

#### ♦ **Perspectiva teórica e estrutura geral**

No âmbito da lingüística, parte-se da teoria da indeterminação do significado como intrínseco à linguagem para o estudo/forma de construção interativa e discursiva da realidade. A referência, ponto crucial para o jornalismo, é abordada como pertencente aos processos de referenciação e categorização. O efeito de sentido e o significado ou conteúdo dos enunciados são vistos como resultados de interação discursiva pela construção dos referentes e dos objetos de discurso.

O objeto de discurso no dizer de Mondada (1994:62-64),

“é um objeto constitutivamente discursivo, construído por meios e processos lingüísticos. [...] O objeto de discurso é construído (realmente co-construído – por oposição ao dado ou preexistente) por um enunciador através de modos de formulações específicas. [...] Ressalte-se ainda que o objeto de discurso não é estabilizado uma vez por todas, mas está integrado num movimento discursivo, ativado e por ser desativado, introduzido para depois passar a um segundo plano, a desaparecer ou eventualmente ser reciclado.”

O processo de categorização é visto dentro de um status cognitivo e lingüístico, com características de instabilidade onde se estruturam lingüisticamente os objetos de discurso. Com isso, queremos reafirmar o estudo dos enunciados jornalísticos nos contextos discursivos. Queremos compreender as expressões lingüísticas conforme o uso que delas são feitas pelos enunciados jornalísticos. Ficamos, portanto, restrito ao que é proferido (o enunciado) como sendo uma preferência (intenção) do locutor (escritor).

A tese é composta de cinco capítulos, além desta introdução e uma conclusão, sendo os dois primeiros introdutórios das informações e teorias que fundamentam e

direcionam a análise do jornalismo como uma construção discursiva da realidade nos capítulos restantes. Os capítulos 3,4, e 5 estão estruturados com uma parte de fundo teórico seguida das análises e exemplos extraídos do corpus.

O capítulo 1, *O processo referencial no jornalismo*, demonstra que a força persuasiva do jornalismo junto ao leitor está fincada em três crenças que lhe dão sustentação: a primeira é a de que o mundo real é transportado para as páginas do jornal; a segunda, dependente da primeira, é a confiança do público no processo de aferição quase perfeito dos acontecimentos que lhe dizem respeito; e por último, a linguagem jornalística se apresenta em forma de um texto referencial, isto é, se refere a objetos do mundo externo. Diante desses pressupostos, o processo referencial no jornalismo se desenvolve pela relação que se efetua entre os enunciados jornalísticos e a realidade, pela captação lingüística da informação e tendo como parâmetro o mundo dos fatos institucionais.

Em seguida, no capítulo 2, *Mente, linguagem e mundo*, tecemos um cenário que tenta sintetizar as respostas para a pergunta: como é possível uma língua revelar o mundo que nos rodeia? Como se opera a comunicação entre as pessoas? Muitas teorias surgiram ao longo dos séculos impulsionadas, primeiro pela filosofia, depois pela ciência e mais recentemente pela lingüística como aglutinadora das várias tendências que tentam uma explicação para a relação linguagem e mundo. São abordadas, mesmo que sucintamente, desde teorias que tinham a palavra como substituta do objeto, representando um conceito, dentro de um sistema conceitual e ainda pertencendo ao processo de referenciação e categorização até o objeto de discurso.

Os fatos jornalísticos são resultados das transformações que ocorrem dentro da sociedade, mesmo que momentâneas, provocadas por fatos que transgridem ou modificam aspectos do mundo institucional. As notícias e reportagens são, portanto, manifestações da *estabilidade* e da *instabilidade* do mundo que se diz referente. O texto jornalístico apresenta assim um mundo construído discursivamente, porém, herda, no mesmo enunciado que apresenta este mundo, dados formadores de

indeterminação e ambigüidade. À primeira vista pode parecer contraditório, no entanto, essa é a força persuasiva do texto jornalístico. Dentro de um modelo de comunicação, o leitor é alguém que compartilha o conjunto de valores do jornal e compreende as mensagens por ser membro do contexto onde ocorre a linguagem.

A seguir, iniciamos a análise do corpus. Para tanto, usamos alguns conceitos básicos e mais apropriados para o tema específico de cada um dos capítulos. Assim, no capítulo 3, *O Mundo construído do jornalismo*, o conjunto de enunciados do corpus revela como o jornalismo apresenta o mundo lingüisticamente, isto é, não como um **retrato**, mas como um **trato**. Fica claro, no entanto, que os meios estabilizadores e a indeterminação da linguagem (caps.4 e 5) são partes do mundo construído discursivamente pelo jornalismo informativo. Porém, especificamente, a análise do corpus levará em conta as marcas da **intersubjetividade** e do compartilhar significados pelos interlocutores que se dá o tratamento da “realidade”. Nesse campo, o significado é fruto de uma **intencionalidade** do ato de referir. O enunciado característico do jornalismo é o **significado *m*** de Grice onde a intenção de significar se transforma em conhecimento. E conhecimento é também uma forma de **contexto**, que permite o surgimento de significados tanto convencional, quanto de caráter pragmático. A natureza pragmática do significado é própria da implicatura como uma inferência sobre a intenção do locutor. Há ainda a **dêixis** com importante função organizadora do discurso jornalístico.

No capítulo 4, *O Mundo estabilizado do jornalismo*, valer-se-á da relação de **pressuposições** (textos anteriores ao corpus e realidade constitucional fora do jornalismo, entre outras), de elementos estabilizadores como **protótipos** e **categorias**, de **nomes** como fortalecimento de identidades, de **anáforas** como confirmação do dito, de **repetições** e redundâncias como forma de fixação de significados.

No capítulo 5, *O Mundo ambíguo e indeterminado do jornalismo*, o corpus é avaliado através de noções de **ambigüidade** e de outras formas de **indeterminação** como a **polissemia** e a **metáfora**. Todos estes elementos lingüísticos possibilitam a

criação de novas maneiras de interpretação dos fatos jornalísticos e a expressão de novas formas de vida. Muitas das indeterminações tendem a uma aparente estabilização, inclusive para possibilitar um intercâmbio comunicativo mais fácil com os interlocutores.

A *Conclusão* apresenta uma visão geral e alguns elementos para continuidade. O *Anexo* apresenta uma pequena amostra dos textos analisados.



# 1. O PROCESSO REFERENCIAL NO JORNALISMO

Sócrates para Teeteto: “E quem pensa, não deveria pensar *alguma coisa?*” – Teeteto: “Necessariamente” – Sócrates: “E quem pensa alguma coisa, não pensa alguma coisa real?”- Teeteto: “Parece que sim.”

E quem pinta, não deve pintar alguma coisa – e quem pinta alguma coisa, não pinta alguma coisa real? – Sim, qual é o objeto da pintura: a imagem do homem (p.ex.) ou o homem que a imagem representa?

(WITTGENSTEIN – *Investigações Filosóficas*, p. 518)

## 1.1. O processo referencial

A linguagem é o elo da ligação do homem com o mundo e dos homens entre si. É uma atividade humana de construção interativa da sociedade. Por ela pensamos, exprimimos sentimentos e referimos objetos. Além disso, fazemos coisas com as palavras e agimos (atos de fala) quando enunciamos algo. Tudo isso é possível pelo significado que as palavras, sentenças e expressões oferecem não só por si mesmas, mas especialmente pela intenção de significação sugerida pelo autor das enunciações. É verdade ainda que a significação faz parte do contexto onde o enunciado é proferido. A significação também passa pelos estados mentais de falantes e ouvintes, pelo background (repertório) que cada pessoa possui e por outros inúmeros recursos que uma língua dispõe tanto para revelar a realidade assim como para enfeitiçá-la.

Todo usuário tem competência desenvolvida para agir lingüisticamente sem ser necessário que entenda os funcionamentos sincrônicos e diacrônicos da engenharia de sua língua materna. O que importa é ser entendido pelos outros e compreender os falares dos membros da sua comunidade ou sociedade. Mesmo que não obedeça a uma gramática “normativa”, mesmo que erre no léxico, na morfologia e na sintaxe, ele saberá utilizar recursos extra ou metalingüísticos para se fazer compreender e se relacionar com os semelhantes de seu mundo.

A lingüística, por seu turno, tem o dever de tratar a língua sob o prisma das teorias científicas e encontrar pela pesquisa e estudo respostas para os procedimentos lingüísticos de hoje e de ontem, e ao mesmo tempo, se valer de ferramentas de análise que tentem explicar ambigüidades, significados, opacidade e indeterminação da linguagem.

Imaginemos, a pretexto de esclarecimento sobre a referência, um consumidor que acha um produto em promoção num encarte publicitário de um supermercado e resolve comprá-lo. Ele conhece como e onde as mercadorias estão distribuídas nas prateleiras e se dirige para o setor no qual tinha “certeza” estaria o produto do seu desejo. No entanto, os produtos expostos não se identificavam nem com o *nome*, nem com a sua imagem fotográfica, e nem com o preço etiquetado na publicidade. O que aconteceu? Se levamos a referência como denotação e como extensão, e que o referente/objeto é o significado da expressão referencial, houve um fracasso da função referencial do enunciado.

J.Searle, quando menciona o ato ilocucionário N° 2, estabelece que tudo está relacionado com as *diferenças quanto à direção do ajuste entre as palavras e o mundo*. (SEARLE,1995:4-6). O exemplo que Searle usa também é de um comprador que vai ao supermercado com uma lista de produtos a adquirir e um detetive que vai elaborando uma outra lista anotando o nome dos produtos que o comprador vai colocando no carrinho.

“No entanto, a função das listas será bem diferente. No caso do comprador, o propósito da lista é, por assim dizer, levar o mundo a corresponder às palavras; ele deve fazer com que suas ações se ajustem à lista. No caso do detetive, o propósito da lista é fazer com que as palavras se ajustem ao mundo; ele deve fazer com que a lista se ajuste às ações do comprador.”(SEARLE,1995:5)

Se acontecer algum erro nas duas listas a solução será diferente para cada uma delas. O detetive, quando chegar em casa poderá lembrar que o comprador colocou no carrinho costeletas de porco em vez de toucinho. Para consertar o erro, o detetive simplesmente apagará da sua lista a palavra *toucinho* e escreverá *costeletas de porco*. Já o comprador não poderá consertar o erro apagando da sua lista a palavra *toucinho* e escrevendo *costeletas de porco*. A diferença na solução dos dois casos Searle chama de

diferença *quanto à direção do ajuste*. A lista do detetive tem a direção do ajuste *palavra-mundo* (como os enunciados, descrições, asserções e explicações); a lista do comprador tem a direção do ajuste *mundo-palavra* (com os pedidos, comandos, juramentos, promessas).” (SEARLE,1995:6)

O que Searle quer realçar aqui é a diferença entre a força ilocucionária de uma emissão e seu conteúdo proposicional. O ideal seria que os dois movimentos de ajuste *palavra-mundo* e *mundo-palavra* se coadunassem, mas isto nem sempre é possível. Com o nosso consumidor aconteceu algo parecido com a diferença que a relação *palavra-mundo* não se realizou, e, conseqüentemente, o ajuste *mundo-palavra* tornou-se problemático.

A atividade jornalística também adota estes dois movimentos de se debruçar sobre o mundo (supermercado) com a finalidade de selecionar objetos (fatos) já de antemão relacionados e nomeados por uma pauta escrita (a lista), uma teoria subjacente ou enquadres mentais. Essa lista, depois de apurada, isto é, depois de se ouvir possíveis testemunhas do ocorrido e de ter investigado outras fontes, todos esses dados são usados para a redação de um texto que é denominado de notícia ou reportagem, deve se ajustar ao mundo ao qual se refere.

Hipoteticamente, o repórter seria, ao mesmo tempo, o comprador e o detetive do exemplo. Sendo que seus objetos são, digamos assim, abstratos como o relato de um *seqüestro* e não físicos como um *toucinho*. Assim sendo, o texto que é dado ao leitor é composto de *frases declarativas*<sup>11</sup> produzindo uma correspondência de conteúdo proposicional com a realidade. A satisfação de um ajuste bem realizado entre o texto noticioso e o objeto ao qual se refere é assegurada por instituições extralingüísticas e pelo “sistema de regras constitutivas que se acrescentam às regras constitutivas da linguagem”, em que repórter e notícia estão inseridos.(SEARLE, 1995:28). Ao texto noticioso chamaremos de *Fato Jornalístico* e às instituições de *Fatos Institucionais* que serão apresentados ainda neste capítulo.

## 1.2. O fato jornalístico

Consideramos como sendo *fato jornalístico* um texto formado por um conjunto de enunciados (proferido em um certo contexto) com valor proposicional sobre estados, dados e fatos da sociedade e que tenha sido publicado em jornais, revistas, rádio, tv ou internet. O *fato jornalístico* nas formas de notícia e reportagem traz um núcleo proposicional com o evento mais relevante ou interessante, sendo os demais elementos considerados como os detalhamentos circunstanciais e avaliativos. Poderemos chamar esse núcleo como o *tema* ou *tópico* do enunciado lingüístico jornalístico.

De forma geral, admite-se que há dois tipos diferentes de proposições que mantêm uma relação intensiva com a realidade. Podemos denominar o primeiro tipo de *proposições elementares* e as do segundo tipo de *proposições acerca de objetos discursivos*.

As *proposições elementares* são as orações que procuram expressar lingüisticamente a percepção que temos do mundo e dos objetos do mundo. Nesta

---

<sup>11</sup> Uma *frase declarativa* é aquela na qual se pronuncia uma frase indicativa com o fim de afirmar qualquer coisa e o sentido de ‘frase declarativa’ neste contexto significa que uma pessoa pode pronunciar a mesma frase declarativa e não fazer, necessariamente, a mesma afirmação.

definição encontramos dois termos que tentaremos esclarecer: percepção e orações ou expressão lingüística. Prescindindo das muitas especulações e divergências filosóficas sobre como é formado o nosso conhecimento sensorial, compreendemos, hoje, com mais clareza, que a percepção media a nossa relação com o mundo, o nosso agir e a nossa visão. Queremos dizer que percebemos as coisas de forma significativa. O mundo exterior, por sua vez, é dotado de organização complexa e com sentido aplicado pelo sujeito. Somos nós que damos às coisas os sentidos e valores que elas possuem. Esses significados e valores que auferimos dos objetos materiais são resultados da nossa interação social numa comunidade onde partilhamos formas de vida. Não são, observe-se, os nossos sentidos (visão, tato, olfato...) que representam o mundo exterior. Como muito bem afirmou Austin (1993: 19), “nossos sentidos são mudos – ainda que Descartes e outros falem do ‘testemunho dos sentidos’, os sentidos não nos *dizem* nada de verdadeiro, nem de falso.” Assim, não faz sentido falar de engano dos sentidos ou de ilusão dos sentidos. É ainda Austin (1993:61) quem diz que “talvez seja ainda mais claro que o modo de as coisas parecerem constitui, simplesmente, um fato acerca do mundo, tão aberto à confirmação pública, ou à dúvida, quanto o modo de ser das coisas.” Essa confirmação pública do modo de ser das coisas é efetuada, quase sempre, no campo dos enunciados lingüísticos e menos como uma questão de fato. As frases, portanto, sobre coisas materiais, na conclusão de Austin (1993:160-161), não podem ser consideradas verdadeiras nem falsas. Tampouco, elas são incorrigíveis ou servem para verificação e evidência de outras frases. Também “não devem ser justificadas”, não “necessitam de verificação” e “não podem ser conclusivamente verificadas”. Estas questões estão expostas mais claramente no cap. 2 – 2.3.1. sobre realismo e anti-realismo apresentado por M. Dummett, a teoria da interpretação, cap. 2 – 2.3.2., método da verdade, cap. 2 – 2.3.3. e esquema conceitual, cap. 2 – 2.3.4. de Donald Davidson. Queremos encerrar estas considerações sobre as *proposições elementares* dizendo que elas pertencem a uma linguagem de cunho *fenomenológico* e *descritivo* que é apresentada mais adiante.

As *proposições acerca de objetos discursivos* – conectam várias proposições elementares. Elas se apresentam como construções realizadas a partir das proposições fenomenológicas. É também uma linguagem de caráter *descritivo*.

Segundo essa visão, o *fato jornalístico* seria composto pelas proposições do segundo tipo. Ele é fundamentalmente construído pelas informações oferecidas por pessoas ou instituições que sabem algo do acontecimento por serem participantes, testemunhas ou peritos. As informações advindas da observação direta, isto é, pelo próprio repórter são numericamente insignificantes. Voltaremos a discorrer com mais detalhes sobre as fontes no item referente à captação lingüística da informação. Vejamos por ora, um exemplo (1) de um fato jornalístico para fazer um teste das duas definições acima.

(1)

UM HONRADO SENHOR DE PEQUIM passa o tempo de sua tediosa aposentadoria matando moscas. Ele diz que mata 4.000 por dia no verão, mas não revela sua técnica. Seria interessante saber se, como o alfaiate do conto de Grimm, ele mata “sete com um golpe”.

Na China as moscas encabeçam a lista de quatro flagelos, seguidas pelos mosquitos, os ratos e os percevejos. Esse caçador emérito já eliminou nada menos que 17,5kg de moscas desde 1979. A venda dessa produção ao comitê sanitário de seu bairro completa sua pensão. (VERGEZ, 1993:155)

A linguagem descritiva, teoricamente, refere à realidade através das suas expressões lingüísticas. Assim, a elocução de um nome *N* num contexto por um falante refere o objeto que refere quando é esse o objeto denotado pela descrição definida. Ora, muitos problemas aparecem quando usamos tal linguagem, pois muitas vezes não é possível encontrar essa relação referencial com a realidade. Um dos requisitos das expressões referenciais descritivas é que o falante *f* possa reconhecer o portador relacionado com a descrição feita do objeto. Esse reconhecimento seria como o apontar para algo e dizer “aquela pessoa”. O que pode acontecer é se apontar para a pessoa errada; apontar para a pessoa certa com o nome errado; ou não conseguir reconhecer a pessoa, ou ainda, a descrição tem uma

indeterminação e ambigüidade que torna possível apontar para várias pessoas como portadores do nome.

Com o intuito de evidenciar as dificuldades da linguagem descritiva de referir com sucesso, analisemos superficialmente o texto noticioso acima destacando as expressões lingüísticas com fim de assertar: (Os números das frases e as expressões entre parênteses foram acrescentados por nós).

Orações principais:

- 1. Um honrado senhor de Pequim (é aposentado).**
- 2. Sua aposentadoria é tediosa.**
- 3. (Ele) passa o tempo matando moscas.**
- 4. Ele diz que mata 4.000 (moscas) por dia no verão.**
- 5. Ele não revela sua técnica (de matar moscas).**
- 6. Esse caçador emérito já eliminou nada menos que 17,5kg de moscas desde 1979.**
- 7. (Ele) completa sua pensão com a venda dessa produção ao comitê sanitário do seu bairro.**

Orações complementares:

- 8. Seria interessante saber se, como o alfaiate do conto de Grimm, ele mata “sete com um golpe”.**
- 9. Na China as moscas encabeçam a lista de quatro flagelos, seguidas pelos mosquitos, os ratos e os percevejos.**

Examinemos, agora, a título de ilustração, as dificuldades que o leitor poderá ter na leitura da notícia acima:

**1. Um honrado senhor de Pequim (é aposentado).**

A expressão *um senhor honrado*, nada mais é que, uma expressão conceitual, de significado ambíguo, portanto não refere a nada no mundo externo mesmo que se

acrescente que ele é de *Pequim*. O termo *honrado* é uma descrição valorativa apesar de *matar moscas*.

## **2. Sua aposentadoria é tediosa.**

A qualificação de *tediosa* quer novamente justificar a matança das moscas como um passatempo de valor sanitário.

## **3. (Ele) passa o tempo matando moscas.**

E o que pode significar alguém entediado *matando* moscas? O verbo matar apesar de ter um significado dinâmico recebe um sentido de uma ação de duração não definida. No entanto, ainda poderíamos conceber um aspecto de iteratividade já que é uma ação plural e que seria possível desmembrá-la em  $n$  orações. Tudo isto contribuindo, evidentemente, para uma maior indeterminação da referência. Por último, ainda seria razoável pensar que a sua caçada leva a um triplo lucro: (a) ele mata seu tempo; (b) ele mata moscas; (c) ele completa a aposentadoria.

## **4. Ele diz que mata 4.000 (moscas) por dia no verão.**

O núcleo da notícia se resume nessa frase: homem honrado mata 4.000 moscas por dia no verão. Que “representações mentais” tem o leitor quando ele só conhece moscas caseiras em quantidades que não consegue precisar? E como se chegou a essa cifra precisa de 4.000 moscas?

## **5. Ele não revela sua técnica (de matar moscas).**

Se a matança é feita para passar o tempo da *tediosa aposentadoria*, a imagem que vem à mente é de alguém matando uma a uma das moscas. Essa curiosidade pela técnica está intrinsecamente relacionada com a façanha numérica de (4).

## **6. Esse caçador emérito já eliminou nada menos que 17,5kg de moscas desde 1979.**

Outra informação relacionada com (4) e importante pela relevância dada pelos padrões jornalísticos aos fatos anormais. Entretanto, o que é 17,5 kg de moscas eliminadas em 14 anos? Por outro lado, a anáfora *esse caçador emérito* acrescenta mais ambigüidade ao caso, já que *emérito* tanto pode significar “aposentado” como



significar “perito”, “sábio”.É alguém, portanto, que aprimorou uma técnica, mesmo que não revele, de exterminar moscas em grandes quantidades.

**7. (Ele) completa sua pensão com a venda dessa produção ao comitê sanitário do seu bairro.**

A anáfora *essa produção* modifica o referente antecedente “17,5kg de moscas” que agora ganha um sentido mais comercial e financeiro, deixando de ser algo meramente pitoresco. Contudo, toda essa evolução do referente só acarretou uma maior abstração. Além do mais, o valor do passatempo do aposentado de matar moscas também contribui para diminuir o flagelo das moscas e tudo o que elas podem produzir de mal para a saúde dos membros da sua comunidade.

**8. Seria interessante saber se, como o alfaiate do conto de Grimm, ele mata “sete com um golpe”.**

A introdução de um intertexto sobre *o alfaiate do conto de Grimm* além de não ser próprio de texto noticioso jornalístico só traz ironia e indeterminação na informação. Nada acrescenta que possa melhorar a identificação do objeto em pauta.

**9. Na China as moscas encabeçam a lista de quatro flagelos, seguidas pelos mosquitos, os ratos e os percevejos.**

Informação que tenta contextualizar a ação *de um senhor honrado e aposentado* de Pequim, mas que peca pela superficialidade e indeterminação dessa informação. E que parâmetros pode ter um leitor de *flagelos de mosquitos, ratos, percevejos e moscas?*

A conclusão a que podemos chegar é de que o texto noticioso, o que estamos chamando de *Fato Jornalístico* mantém uma relação referencial pressuposta, e, de certo modo construída, com a realidade. É uma relação ativa de construção social e lingüística (significativa) dessa realidade. Não estamos adotando na nossa tese o conceito de referência no sentido extensional ou denotacional porque acreditamos na sua impossibilidade dentro da prática jornalística que se desenrola dentro de determinados contextos sociais que fornecem dados de memória e culturais para compreensão e interpretação de dados e fatos do mundo extra-mental. O importante,

ressaltemos, é que o *Fato Jornalístico* como o conjunto de proposições acerca de objetos discursivos é uma construção cognitiva de conteúdo cultural.

Para Umberto Eco, “mesmo *podendo* o referente ser o objeto nomeado ou designado por uma expressão quando a linguagem é usada para mencionar estados do mundo, deve-se assumir, que, em princípio, uma expressão não designa um objeto, mas veicula um CONTEÚDO CULTURAL.” [...] “Assim, a falácia referencial consiste em assumir que o significado de um significante tem algo a ver com o objeto correspondente.” (ECO,2000:51-52). É assim que determinado objeto pode ser construído e reconstruído discursivamente pelos falantes já que ele comporta novas determinações em contexto de interação social.

Quando se fala de fracasso da referência, estamos pensando em desacordos sobre categorizações e esquemas aplicados a determinados eventos ou objetos que possam existir entre falantes e ouvintes, jornalista e leitores. Para Strawson a explicação para possíveis fracassos na referência podem ser encontrados no “Princípio de Ignorância” e no “Princípio do Conhecimento”.

“A referência falha, portanto, quando a audiência não possui conhecimento identificador do item histórico particular, ou quando o locutor acredita nesse conhecimento que a audiência não possui, e ainda quando a audiência possui tal conhecimento, mas o locutor usa uma expressão que não consegue invocar a porção apropriada do conhecimento identificador. Qualquer uma dessas falhas leva a audiência à incerteza e até ao erro. Há ainda dois tipos de fracassos: quando o item invocado é uma crença e, portanto a coisa não existe e depois por questões de simulação ou mentira.” (SILVA, 1998:99)

A referência é sempre referência de objeto particular, daquilo que fala. É qualquer objeto, real ou imaginário, ou estado de coisas no mundo extralingüístico identificado por palavra ou expressão. Entretanto, deve haver uma intenção referencial por parte do locutor, que leva em consideração o **contexto** em que se dá a fala e a **convenção lingüística**. O contexto explicita o tempo, lugar, situação, identidade do falante, temas. No entanto, só o contexto não basta, é preciso que as expressões contenham elementos lingüísticos que tornem os **conhecimentos**

**identificadores** em **referência identificadora**. É nessa referência identificadora que algum detalhe que é uma subfunção do enunciado pode falhar. O que se pergunta é se uma falha de referência na subfunção torna todo enunciado falso. No caso do supermercado, o enunciado falha por insuficiência de informação. Austin chama este fracasso de *vácuo por falta de referência* e Quine denomina-o de *lacuna de valor-de-verdade*. Mesmo que o locutor tenha levado em consideração os conhecimentos do ouvinte e desprezado que haja por parte do usuário total ignorância sobre o enunciado, o fracasso parece se localizar na negligência das convenções próprias da lingüística usadas para referir. Pode ser também que o locutor não conhecia tão bem o objeto particular para o qual construiu seu enunciado.

“Em geral, quando *existe* o item a que o locutor se refere, e quando assera a respeito desse item, que ele é assim e assim, a sua asserção será corretamente estimada verdadeira se o item for assim e assim, e falsa em caso contrário.” [...] Todo o empreendimento assertivo entra em colapso pelo fracasso de uma de suas pressuposições.”[...] “Um enunciado empírico falso é, simplesmente, qualquer enunciado empírico que, por razões *fatuais*, isto é, em virtude das circunstâncias no mundo serem como são e não de outra maneira, fracassa em ser um enunciado verdadeiro. Os casos de falha radical de referência constituem, simplesmente, uma classe de enunciados falsos.” (STRAWSON, in RYLE, 1985:307-308)

Como a falha na referência parece ter acontecido pela não utilização correta das convenções lingüísticas com o fim de referir, faremos na próxima seção uma pequena exposição de como a língua fornece as expressões adequadas para tal fim. São palavras, enunciações e expressões próprias usadas quando se tem a intenção de referir algo. Também não se pode deixar de ressaltar a importância do contexto como modelo cognitivo e relação entre locutores e falantes na elaboração da significação dos enunciados.

### 1.3. Referência e mundo

A ação de identificar algo com palavras é frequentemente chamada de **referir** ou **denotar**. A entidade referida é usualmente chamada de **referente**. Alguns

escritores preferem separar os termos **referir** e **denotar**. Para alguns, **denotar** é usado para mostrar a relação entre uma expressão lingüística e o mundo, enquanto **referir** é usado para mostrar o ato do locutor de apontar entidades do mundo. Segundo Saeed (1997:23-50), há diferentes abordagens para explicar essa habilidade de falar do mundo. Duas são particularmente importantes, entre as atuais teorias semânticas: **referencial** (ou **denotacional**) e **representacional**. Os que adotam a primeira denominação dizem que o ato de atribuir palavras a objetos do mundo é a significação, que podemos chamar de **referencial** ou **denotacional**. A premissa básica desta teoria é que podemos significar com palavras e enunciados em determinadas situações. Já os adeptos da abordagem **representacional** afirmam que nossa habilidade para falar do mundo depende dos nossos modelos mentais sobre esse mesmo mundo. Essa teoria afirma que nossos direcionamentos sobre a realidade são influenciados por estruturas conceituais convencionalizadas na linguagem.

A referência de um modo geral e no sentido **denotacional** está ligada a frases declarativas que transmitem informações descritivas a respeito de algo.<sup>12</sup> É claro que pode haver informações descritivas, mas que não indicam um indivíduo particular possível de ser identificado. Um enunciado que quer fazer uma asserção a um certo indivíduo por meio de uma expressão referencial será bem sucedida quando o ouvinte possa identificar o referente. Como se vê é o locutor que refere usando um ato referencial e dentro de um contexto frasal ou extralingüístico.

Os nomes e os sintagmas nominais são próprios para referir. Contudo, há nomes que podem referir entidades particulares e palavras como *não*, *assim*, *sempre* que contribuem para referir dentro das sentenças referenciais. Há ainda nomes com maior ou menor extensão de objetos que estão sob sua descrição. Em lógica se diz que quanto maior a extensão de um conceito, tanto menor sua compreensão. Ex. o conceito *animal* se estende a todos os animais, inclusive o homem, mas referir

---

<sup>12</sup> Sem fins de referir há as transmissões de informação social e expressiva.

apenas *pássaro* a extensão diminui para os indivíduos que se encaixam dentro do conceito de pássaro.

Com relação aos nomes como expressões referenciais duas teorias se destacam: a *teoria da descrição* de B.Russell e a *teoria causal* de Kripke. Para Russell um nome é uma síntese de uma descrição de algo ou alguém. Ex. só para Jorge Amado podemos dizer que é o *romancista que escreveu Tenda dos Milagres*.

Para Kripke os nomes são herdados ou adquiridos socialmente. Ex. *Farmácia dos Pobres* refere farmácias do Recife que têm este nome, ainda que os preços de seus remédios sejam acessíveis apenas para os ricos. E na divisão do trabalho lingüístico ou na comunicação de intenções de referência fixam a referência dos nomes próprios. Outro exemplo é o de Moisés que é um nome que vem do passado, que referimos hoje como no princípio da história, mesmo que ultrapasse os atuais costumes e que é presa pela intenção dos oradores que se referem a uma pessoa já referida no passado.

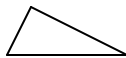
Segundo H.Putnam (1900:185) “as palavras adquirem uma espécie de ligação <<direta>> com as suas referências, não por se vincularem a elas por uma espécie de cola metafísica, mas por serem utilizadas para lhes dar nome mesmo quando supomos que a descrição identificadora pode ser falsa.”

Na vertente da **representação mental** os significados vão além da *denotação* e *conotação*, conceitos introduzidos por Stuart Mill (1843), pois há ainda um *sentido* que apresenta uma dimensão extra do significado pela associação do objeto com algo na mente do ouvinte. Com essa posição se estabelece o princípio de que nem tudo de que se fala existe no mundo extra-mental. O problema desta teoria se encontra na pouca clareza do que sejam *representações mentais*. Elas seriam entidades mentais por serem formas geradas na mente e representacionais por semelhanças com o mundo extra-mental.

A imagem mental relativa a nomes comuns se torna problemática, pois cada pessoa tem experiências diferentes e com isso a referência desses nomes pode falhar. “Essa questão é interessante, pois o que existe é o particular e quando nós usamos

nomes gerais designamos uma *idéia* e essa idéia de fato pode ser variada. Daí que a noção de representação pode ser falha. Veja o exemplo dado por Wittgenstein:

“Considere agora como exemplo, os aspectos do triângulo. O triângulo pode ser



visto como: um buraco triangular, como corpo, como desenho geométrico; repousando na sua base, pendurado pelo seu vértice; como montanha, cunha, seta ou indicador; como um corpo tombado que (por exemplo) devesse apoiar-se no cateto mais curto, como a metade de um paralelogramo, e outras coisas diferentes.”(IF II-194-195)<sup>13</sup>

Para o filósofo austríaco, essas imagens variadas do triângulo são formadas pelos conceitos que por sua vez foram adquiridos pela experiência sócio-cultural e pelo uso de jogos de linguagem socialmente vividos e compartilhados. Sendo assim, um indivíduo isolado não poderia estabelecer um significado apenas tendo sua representação mental como paradigma. O significado além de vir do uso é estabelecido socialmente pela linguagem. Mesmo que se aceite que o falante tenha intenção clara ao referir algo, ele só fará isso com sucesso se compreender a linguagem que se está usando e dominá-la tecnicamente. (IF,199)

Wittgenstein deixa bem claro que o significado precisa de um esquema público para seu reconhecimento.(IF,48). Os conceitos, imagens mentais e representações mentais entram na elaboração do significado de forma compartilhada. Quando o ouvinte desconhece algo ou não possui uma representação mental, se faz necessário que o falante lhe apresente a referência como fenômeno social e que o ouvinte assim seja capaz de compreender a frase, compreender uma linguagem e dominar a técnica.

Estudiosos da linguagem como Rosh e Mervis apresentam os **protótipos** como definições de conceitos sofisticados que funcionam como representações mentais e que podem confundir a referência.

---

<sup>13</sup> As citações das obras de Wittgenstein são feitas assim: IF mais o número do parágrafo, e IF II mais número da página referente a segunda parte da obra da *Investigações Filosóficas*; e C mais o número do parágrafo referente a obra *Da Certeza*.

Uma expressão referencial quase sempre precisa de um contexto para o sucesso da referência, ou seja, para que o ouvinte possa identificar o referente. Um contexto importante é o *conhecimento* que o falante supõe o ouvinte possuir quando faz referência de uma entidade. Para Saeed há três tipos de conhecimento como contexto

1. *conhecimento computável do contexto físico*
2. *conhecimento avaliável do que já é sabido.*
3. *conhecimento avaliável do background ou conhecimento comum.*

Além do **discurso**, o repertório de conhecimento, também conhecido como senso comum, enciclopédico, sócio-cultural e background, é tido pelo falante como aquele conhecimento que o ouvinte possui por ser membro de uma determinada comunidade. É a cultura que facilita as inferências para o estabelecimento do significado. A questão de se saber se há um *conhecimento mútuo* entre falante e ouvinte é um estudo que não tem solução lingüística, a não ser pela suposição do que o falante teve intenção de referir pragmaticamente.

Para o filósofo H. Putnam (1990:93-103), para ver o mundo e dizer os fatos deve-se levar em consideração os princípios de certeza de garantia, que ele define a seguir:

1. Em circunstâncias normais, existe geralmente uma questão de fato em determinar se as declarações que as pessoas fazem têm ou não têm garantia[...];
2. O fato de uma declaração ser garantida ou não, é independente da maioria dos nossos pares culturais dizer que são garantidas ou não;
3. As nossas normas e padrões de certeza garantida são produtos históricos; evoluem com o tempo;

4. As nossas normas e padrões refletem sempre os nossos interesses e valores.[...];
5. As nossas normas e padrões de *seja o que for* – incluindo a certeza garantida – são possíveis de reforma. Há normas e padrões melhores e piores.

Para os dois primeiros princípios os realistas e anti-realistas postulam critérios trans-históricos de crédito garantido, isto é, a garantia independe de qualquer pessoa ou cultura que possam afirmar regras. O terceiro princípio é claro quando diz que as normas e garantias evoluem no tempo. Quando há conflitos acerca de casos particulares se faz necessário uma reflexão de reconstruções parciais. O quarto princípio é quase auto-explicativo, pois os interesses e valores de determinados grupos e cultura são defendidos como forma de preservação desses mesmos valores. O quinto princípio elimina o melhor apenas por parecer melhor para determinado grupo. Porém, quaisquer normas e padrões podem ser modificados sempre de forma compartilhada por toda a comunidade. O melhoramento deverá ser impulsionado de dentro da nossa imagem de mundo. E de dentro dessa própria imagem, “*nós* podemos dizer que <<melhor>> não é o mesmo que dizer <<achamos que é melhor>>.”

Ressalte-se que dizer que a garantia e verdade são uma simples questão de acordo é assumir uma atitude realista-metafísica. Esta posição apresenta-se, ainda segundo H.Putnam (1990:102), como uma poderosa imagem transcendental: uma imagem em que existe um conjunto fixo de objetos <<independentes da linguagem>> (alguns dos quais são concretos e outros abstratos) e uma <<relação>> fixa entre os termos e as suas extensões. Mesmo a percepção de uma árvore é dependente de um esquema conceitual global. E o que é factual e o que é convencional é uma questão de linguagem.



“O que estou dizendo é que elementos a que chamamos <<linguagem ou mente>> *penetram tão fundo para dentro do que chamamos <<realidade>> que o próprio projeto de nos representarmos como sendo os <<delineadores>> de alguma <<linguagem-independente>> está fatalmente comprometido desde o princípio.*” (PUTNAM,1990:103).

Para Putnam o realismo é uma maneira impossível de ver o mundo de Nenhures. No entanto, essa impossibilidade faz aflorar as tentações que se resumem assim:

- **Então nós fazemos o mundo;**
- **A nossa linguagem faz o mundo;**
- **A nossa cultura faz o mundo;**

São concepções que transformam o mundo em um produto, mas o mundo não é um produto, é apenas o mundo, reforça Putnam. A sua conclusão é que

“a nossa imagem do mundo não pode ser <<justificada>> por nada a não ser o seu sucesso julgado pelos interesses e valores que evoluem e são modificados ao mesmo tempo e em interação com a nossa imagem em evolução do próprio mundo.” (PUTNAM,1990:103)

## **1.4. Captação lingüística da informação**

### *1.4.1. Organização categorial do mundo*

Todo supermercado moderno é organizado ou estruturado para ser mais facilmente manipulável e percebido tanto pelos fornecedores quanto pelos usuários. Seu espaço físico é projetado para facilitar a mobilidade dos indivíduos entre as prateleiras e a visibilidade dos produtos. Primordialmente, no entanto, o espaço do supermercado é pensado para evitar a dúvida, a confusão e a ambigüidade. Milhares de etiquetas, máquinas leitoras de código de barras, cartazes, alto-falantes, caixas, limpadores de chão e funcionários em geral entram num aparente mundo de comunicação e informação. A linguagem referencial é o elemento presente e

primordial em todos os momentos e lugares do supermercado. Por ela encontra-se o produto desejado, percebem-se as ofertas, paga-se no caixa etc. É um mundo quase perfeito.

O mundo em que se vive, a chamada realidade, parece que também é organizado e estruturado à semelhança de um supermercado. Ao nascermos somos introduzidos no mundo / realidade e no mundo simbólico. O mundo que estamos denominando de real tem recebido de filósofos definições variadas, porém com um traço comum que é o de ser algo externo e fora do sujeito. Para Wittgenstein (*Tractatus*,1.1) “o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas” devendo-se entender como fatos as proposições que na sua totalidade retratam o mundo. E é a gramática (morfologia e sintaxe) que torna possível o sentido e a unidade das sentenças e que no seu conjunto forma o mundo. Portanto, para se chegar ao mundo/real a única possibilidade é sendo através da linguagem. Não se nega o mundo objetivo, apenas se afirma que este mundo objetivo é um mundo organizado e estruturado pela linguagem. Olhamos e distinguimos os objetos como são percebidos e categorizados pela linguagem.

Foi Aristóteles quem estruturou o mundo em categorias sob as quais todos os seres estariam enquadrados: substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, ação, tempo, estado, hábito e paixão.

“Dizendo de modo elementar, são exemplos de substância, homem, cavalo; de quantidade, de dois côvados de largura, ou de três côvados de largura; de qualidade, branco, gramatical; de relação, dobro, metade, maior; de lugar, no Liceu, no Mercado; de tempo, ontem, o ano passado; de estado, deitado, sentado; de hábito, calçado, armado; de ação, corta, queima; de paixão, é cortado, é queimado.” (ORGANON, I Categorias, 4).

De todas as categorias é a *substância* a mais importante. Daí decorre que as frases serão sempre declarativas, verdadeiras ou falsas. Mas aí já aparece a ambigüidade: os nomes e as frases representam objetos do mundo real ou são uma representação ôntica? “Homem” é predicado do indivíduo ou é a humanidade que é

predicada do indivíduo? Aristóteles trata de coisas ou de palavras? (KNEALE, 1991:29).

Essa orientação aristotélica, de caráter essencialista e realista, seguida por filósofos ocidentais e muitos lingüistas, revela uma linha teórica em que se coloca a palavra como substituta do objeto. Quer dizer, a determinação do significado está no objeto que a palavra refere. Isto fica bem claro em Aristóteles quando ele diz que os nomes são afecções da alma e que as palavras sonoras representam o pensamento e as palavras escritas representam as palavras sonoras.(ORGANON, Categorias,16). O que durante séculos ficou como verdade irrefutável se resume assim

- a) *as palavras denominam objetos;*
- b) *a ligação de tais palavras forma a frase;*
- c) *a frase se refere a objetos nomeados pelas palavras;*

O esquema, em suas grandes linhas, diz que cada palavra possui um significado e todas as palavras são nomes, pois são sucedâneos de objetos. O significado, portanto, das palavras é o objeto do qual é um sucedâneo. A conexão entre as palavras (nomes) e seus significados (referentes) se estabelece por uma definição ostensiva, que determina uma associação mental entre palavra e objeto. As sentenças são combinações de nomes. (GLOCK,1998:370). Esta é a teoria semântica metafísica.

A partir de Wittgenstein, Austin, Searle, Davidson, Putnam, Rorty, o chamado realismo metafísico é contestado pelo que tem de circularidade entre suas principais afirmações. O realismo metafísico diz que o mundo consiste de uma totalidade fixa de objetos independentes da mente; que existe exatamente uma descrição verdadeira e completa da maneira como o mundo é; e finalmente, que a verdade envolve uma espécie de correspondência. Cada uma das proposições do realismo metafísico se apóia sobre a outra para se justificar. Entretanto, filósofos e lingüistas seguidores da Lingüística Cognitiva, já provaram que não existe esta

independência total entre objetos e mentes e conseqüentemente, essa totalidade fixa de objetos é também questionada. Por outro lado, não há uma única verdade descritiva e completa da realidade, mas “um vasto número de versões” do mundo. Com relação à teoria da correspondência, a experiência e a história revelam que muitas palavras não mantêm sequer uma parte de sua referência constante durante muito tempo. Como conseqüência de tudo isso, muitos aspectos anteriores das pesquisas lingüísticas são revistos e se desvincula a relação obrigatória da palavra → objeto como única forma de se buscar o significado. A noção de referência tradicional também se modifica como é a proposta de Denis Apothéloz e que veremos a seguir.

Seguindo a concepção de referência de Bruner, Apothéloz diz que a *referência é um processo que leva em consideração fundamentalmente dois mecanismos: a atenção e a interação.*<sup>14</sup> A *atenção* é solicitada pelos processos cognitivos que orientam a atenção e a *interação*, pois se exigem técnicas lingüísticas, gestuais ou conversacionais que modificam a atenção no processo de conjunção entre as partes envolvidas.

“Neste processo, a referência remete a um conjunto de meios que permitem coordenar interativamente dois sistemas da atenção: um orientado para um foco da atenção (um objeto), outro orientado para o ouvinte. É importante ver que os referentes que estão envolvidos neste processo são, numa certa perspectiva, ficções semióticas, e não muito seguros dos *realia* que preexistiriam à interação. Seguindo os trabalhos de Grize (1982,1996), eu nomearei estes objetos de “objetos de discurso”. Teremos ocasião de ver que um objeto de discurso pode ser uma instância referencial sub-determinada e efêmera.”

Apothéloz continua sua exposição afirmando que a referência não é de modo algum ligada a marcas lingüísticas particulares e principalmente daquelas marcas denominadas de expressões referenciais. Como está sendo fiel à definição acima e

---

<sup>14</sup> As informações atribuídas a Denis Apothéloz são do artigo *Referer sans expression référentielle: Gestion de la référence dans des sequences metalinguistiques produites dans une tache de redaction conversationale*. E.NEMETH (ed.), *Pragmatics in 2000. Selected Papers from the 7th International Pragmatics Conference*, Vol.2. Antwerp: IprA.,(a sair).

trata especificamente da conversação, ele vai mostrar que o referente será construído de modo interativo no ato mesmo da conversação. Em outros termos, o objeto é como um foco cujo conteúdo é sub-especificado, e somente passível de inferências a partir do compartilhar conversacionalmente ou pragmaticamente. Os referentes são produzidos, ainda dentro da conversação, por cadeias sintagmáticas como *repetição*, *substituição*, *inserção*, *permuta*, *etc*. Além das cadeias sintagmáticas há ainda dois mecanismos que são fundamentais nas manipulações significativas e possíveis de serem interpretadas referencialmente. São os mecanismos de **herança** e **projeção** (Cap. 4. – 4.1). O primeiro diz que todo texto-alvo herda algo de uma formulação anterior. O segundo mecanismo diz que toda formulação de um texto-alvo projeta um conjunto de continuações potenciais. Estes dois mecanismos se transformam em princípios complementares e interdependentes. Como resultado, se afirma que as manipulações sobre cadeias sintagmáticas podem ser reinterpretadas à luz destes dois mecanismos de **herança** e **projeção**. Conclui Apothéloz que a referência só deve ser compreendida como um processo interacional.

É importante deixar claro que esta perspectiva teórica de um construcionismo interacional diz respeito às determinações referenciais e não especificamente à criação do mundo. Não se trata de postular que o mundo extra-mental é uma projeção nossa. Não se nega a realidade extra-mental, mas não se afirma que ela seja dada cognitivamente a todos de forma pronta e essencial.

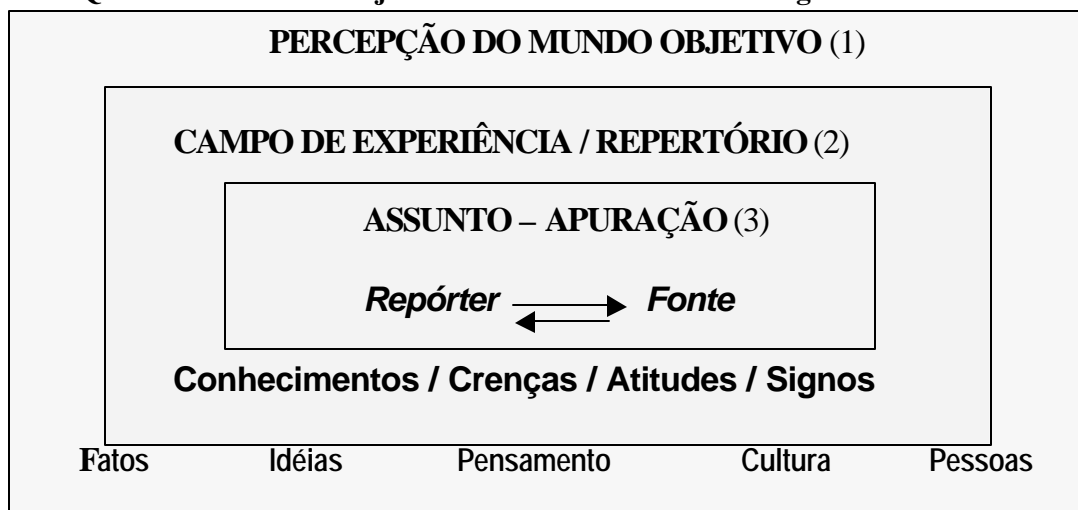
Com a produção do “objeto de discurso” a referência e o processo de referenciação se processam levando em consideração o referente estabelecido no discurso e não fora dele. As categorias aristotélicas não são mais as únicas a organizar o mundo. Os falantes e usuários da linguagem podem, devem e fazem categorizações e recategorizações freqüentemente. Não se poderá buscar fora da linguagem significados exteriores e univocamente identificáveis independentemente dos sujeitos atuantes.

#### 1.4.2.A obtenção de informações jornalísticas

Um dos recursos mais utilizados na apuração dos dados da notícia é a entrevista jornalística. Na sua redação, as informações se configuram como discurso relatado ou representado. E juntamente com a *nota*, a *notícia* e a *reportagem* formam textos que falam do mundo. Todos tratam de fatos, acontecimentos, idéias e comportamentos que não devem ser distorcidos. O problema que se coloca é a influência das forças sociais comandando todo o processo que vai da elaboração de uma pauta, à escolha do entrevistado, sua publicação e o leitor. A conversação que se produz entre repórter e entrevistado tem um fim específico de transmissão de informação jornalística, mas entre os dois existe um discurso interior pelo qual se opera a junção do discurso apreendido do exterior.

A entrevista, assim como toda matéria jornalística informativa, é constituída de quatro etapas distintas: a. *pauta*; b. *realização ou apuração dos dados*; c. *redação*; e. *publicação*. O diagrama abaixo procura sintetizar o que está em jogo no momento da realização de uma entrevista. A percepção do mundo objetivo (1) jornalístico deve ser traduzível em fatos, idéias, pensamentos, cultura e pessoas. Os elementos estão inter-relacionados como dentro de um sistema. Os fatos relevantes para a imprensa são aqueles providos de valores culturais estabelecidos e contrariados por pessoas com funções também determinadas dentro da escala social. A anormalidade do fato se origina das idéias, pensamentos e atos realizados fora das instituições. A percepção do mundo faz parte do conhecimento de todo cidadão de forma consciente ou não. Já o campo de experiência / repertório (2) vai fornecer a cada sujeito conhecimentos, crenças, atitudes e signos que são como que instrumentos de sua inserção no mundo e da sua possibilidade de comunicação com os outros. É aí que se possibilita a compreensão entre o que é dito e o que é pressuposto no momento de uma entrevista jornalística. Porém, é um fato específico, determinado e de interesse jornalístico que induzirá o repórter a entrevistar uma fonte (3) particular, própria e determinada.

**Quadro 1 – Entrevista jornalística no contexto sócio-cognitivo**



Podemos, em geral, afirmar que são quatro os tipos principais de entrevistados<sup>15</sup>:

- 1) *a autoridade;*
- 2) *o especialista;*
- 3) *a testemunha;*
- 4) *o protagonista.*

Entende-se por *autoridade* pessoas com funções de status dentro da estrutura organizacional / burocrática e político / social. São os responsáveis pelos setores: policial militar e civil; Jurídico; Médico e Farmacêutico; Esportivo; Sindical; Político / administrativo, entre outros.

O *especialista* que é também considerado uma autoridade, mas sua credibilidade é fundada nos conhecimentos técnico-científicos que diz possuir e tem credenciais oficiais ou status indicadores. Nos fatos de maior complexidade eles são chamados para, em nome da ciência, dar parecer científico e tirar o fato do ambiente ambíguo e pantanoso das opiniões / versões.

A *testemunha* é uma fonte muito importante, mas é rara do ponto de vista de "testemunha ocular". São pessoas que de certa forma estão envolvidas com o acontecido. Conhecem os envolvidos ou alguns deles; estavam no momento perto do

<sup>15</sup> Refiro-me só às fontes que o repórter entrevista diretamente, face a face.

local; ouviram barulho diferente que só depois foram capazes de compreender; procuram explicações e causas. Enfim, o reino da opinião e da suposição se instala entre as ditas testemunhas.

Por fim, temos o *protagonista* que é o sujeito da ação. Quase sempre ele é chamado para responder sobre os motivos que o levaram a agir dessa forma e a descrever o próprio ato. Essa fonte, quase sempre, apresenta a racionalidade do fato. Também a ele é dado o privilégio da entrevista publicada em forma de Pergunta e Resposta.

O Manual da Folha<sup>16</sup> faz uma classificação das fontes em que leva em consideração a confiabilidade maior ou menor de cada uma. Assim, a fonte *tipo zero* são documentos gravados ou escritos e que, portanto, não precisa ser cruzada. O *tipo um* é uma pessoa comprovadamente confiável; além disso, tem conhecimento do assunto ou está próxima do fato e não demonstra interesses pessoais. Suas informações não precisam ser checadas, mas devem ser cruzadas. O *tipo dois* é o mesmo do tipo um, mas sem confiabilidade, daí ser preciso cruzar as informações com mais uma fonte do tipo um. O *tipo três* é sem confiabilidade por demonstrar interesses no caso, por isso, deve ser usada como ponto de partida para o trabalho jornalístico.

#### *1.4.3. Implicaturas e fontes jornalísticas*

Os textos jornalísticos são resultado das informações concedidas pelas fontes sobre acontecimentos que não presenciaram ou só testemunharam partes deles. No entanto, mesmo na suposição que determinada fonte tenha não só presenciado como também participado do ato em questão, sua narrativa seguirá seu olhar num sentido de certeza perceptiva ou terá por base um esquema conceitual que organiza o sistema natural da realidade como explica Donald Davidson no cap. 2. – 2.3.4. O que podemos dizer é que quando repórter e fonte se defrontam numa entrevista,

---

<sup>16</sup> Novo Manual da Redação. Folha de S. Paulo. São Paulo: FSP, 1992.



muito do que é perguntado (repórter) e declarado (fonte) envolve inferências não apenas semânticas e lógicas, mas principalmente inferências que são realizadas pelo que é dito pelos locutores em determinado contexto. Em outros termos, os envolvidos numa conversação levam em consideração, quando falam acerca do mundo, o lugar, o tempo e conteúdos específicos dos fatos dentro sempre de certa coerência. Esse tipo de inferência é denominada de implicatura conversacional. É importante que apresentemos melhor essa teoria linguística pragmática para que possamos compreender com mais clareza as *proposições acerca de objetos discursivos*, específicas do fato jornalístico.

Quando Grice (1982) apresentou sua teoria da cooperação conversacional que trata das implicaturas *conversacionais* em oposição às implicaturas *convencionais*, ele partiu do princípio de que nossos diálogos não são desconexos e que os falantes buscam cooperar com o objetivo de dar significado à conversação. O conceito de implicatura funda-se em uma teoria sobre como as pessoas usam a linguagem. Há entre os interlocutores, no caso do jornalismo, repórteres e fontes, alguns princípios que levam ao uso cooperativo eficiente da linguagem. Ao conjunto desses princípios Grice deu nome de *princípio cooperativo* e que tem a seguinte formulação (GRICE,1982:86):<sup>17</sup>

*“Faça sua contribuição conversacional tal como se requer, na situação em que tem lugar, através do propósito ou direção aceitos no intercâmbio conversacional em que está engajado.”*

Decorrente desse princípio cooperativo, Grice constituiu as máximas de **Qualidade**, **Quantidade**, **Pertinência (relação)** e **Modo**.

Antes de partirmos para examinar cada máxima, devemos lembrar que a teoria do *significado-nn* (significado não natural), que Grice apresentou em 1957,

---

<sup>17</sup> Segundo Levinson (1989:92), as idéias chaves foram propostas por Grice nas conferências de William James realizadas em Havard no ano de 1967, e que foram publicadas parcialmente em 1975 e 1978.

segundo Levinson (1989:13-14), estabelece a inferência com intenção de significar algo. Essa teoria é apresentada com a seguinte formulação:

F *significou-nn* z enunciando E se e somente se:

- (i) F tinha intenção de dizer E para causar algum efeito z no receptor O
- (ii) F tinha a intenção de obter (i) simplesmente pelo reconhecimento da intenção (i) por parte de O.<sup>18</sup>

O que a fórmula acima diz é que, no processo de comunicação, a intenção do locutor se converte em conhecimento mútuo entre F e O. Caso se ficasse apenas no sentido convencional acabaria a complexidade da comunicação. Há assim um significado transmitido e um significado da oração.

À teoria do *significado-nn* Grice adicionou a teoria da *implicatura* ligada a classe de inferências intencionais, isto é, se pode transmitir inferências de caráter não convencional e que satisfaçam a teoria do *significado-nn*. A implicatura, portanto, é a forma de como as pessoas usam a linguagem. Passemos agora a examinar a máximas gricianas da conversação e sua relação com uma das práticas de apuração jornalística.

Pela máxima de **qualidade** acredita-se que a fonte não seja um mentiroso e contribua com informações verdadeiras. As fontes falam o que a creditam ser a verdade porque foram educadas ou levadas a isso por ser mais vantajoso do que mentir. Além disso, as pessoas possuem crenças e descrevem o mundo através delas sem que se apercebam que podem estar equivocadas. Quando se exige que o repórter consulte várias fontes sobre um mesmo e determinado fato, pretende-se, com isso, oferecer ao leitor um relato o mais “verdadeiro” possível do evento.

Que a contribuição da fonte seja tão informativa quanto se exige (máxima de **quantidade**) para a construção da notícia vai depender do que ela sabe realmente e do que ela quer esconder. Um político, por exemplo, dirá “tudo” o que sabe

---

<sup>18</sup> F = locutor, falante; O = ouvinte, receptor; E = enunciado; z = crença ou vontade invocada em O.

relacionado com os seus interesses pessoais ou partidários. Poderá também infringir essa máxima dizendo mais do que foi perguntado, com o intuito de “plantar” informações ainda desconhecidas do público.

A **pertinência** é uma máxima que de certa forma é responsável por grande parte das chamadas implicaturas *standard* que implicam inferências relacionadas aos fatos e conteúdos do momento presente. Vejamos um exemplo (2) de implicatura *standard* dado por Levinson (1989:96):

(2)

A: (a um transeunte): A gasolina acabou agora mesmo.

B: Há um posto perto da próxima esquina.

O enunciado de B é uma implicação ou indicação que A pode encontrar a gasolina no posto que deve estar aberto. Não haveria uma atitude cooperativa de B caso o posto estivesse fechado ou desativado. Um segundo tipo de implicatura se dá quando o falante *burla* intencional e deliberadamente as máximas. A pertinência ou relevância é assim uma máxima que leva a entender o sentido de coerência no discurso. No caso do repórter que entrevista sua fonte, as respostas às suas perguntas são indícios de pertinência quando a fonte está em condições de oferecer informações relacionadas às perguntas, mesmo que de forma indireta. Vejamos um caso em que o diálogo entre jornalista e fonte tem momentos de implicatura convencional e de implicatura conversacional. A entrevista se dá entre os repórteres do jornal americano *Washington Post*, Carl Bernstein e Bob Woodward e Hugh Sloan, tesoureiro do Comitê para a Reeleição do Presidente e ex-assessor de H.R. Haldeman que era Assistente do Presidente Nixon e chefe do *staff* da Casa Branca. O objetivo da entrevista é a confirmação de um quinto nome responsável pelo desembolso de quantias de uma reserva secreta e ilegal. A entrevista se dá de início na porta da casa de Sloan e termina no interior da sua residência. O exemplo (3) é retirado da obra *Todos os Homens do Presidente* (BERNSTEIN & WOODWARD: 1976-145) que relata o caso Watergate. Fizemos algumas adaptações para o estilo

direto de perguntas e respostas. Destacamos em negro o que consideramos no exemplo como implicatura conversacional.

(3)

*Bernstein:* Havia cinco pessoas com autoridade para aprovar os pagamentos, certo?

*Sloan:* É, eu diria que eram cinco.

*Woodward:* Magruder, Stans, Mitchel, Kalmbach e alguém na Casa Branca.

*Sloan:* É isso ( se recostando no batente da porta)

*Woodward:* Você mencionou os nomes perante o grande júri?

*Sloan:* Sim (ponderando por alguns segundos).

*Bernstein:* Nós sabemos que é Haldeman. (Disse de modo a transmitir a urgência e a inexorabilidade do fato. Queria que Sloan sentisse que, ao dar sua confirmação, não estava revelando nada).

*Bernstein:* **Haldeman, certo?** (Sloan deu de ombros)

*Sloan:* **Pode ser, mas não vou ser seu informante quanto a este assunto.**

*Bernstein:* Tudo o que precisamos é de uma informação. O nome não precisa ser sequer pronunciado. Apenas “sim”.

*Solan:* Aqui não.

*Woodward:* É John Ehrlichman?

*Sloan:* Não. Posso afirmar que não se trata de Ehrlichman.

*Bernstein:* Colson?

*Sloan:* Não.

*Bernstein:* Se não estamos numa pista completamente errada, restam apenas Haldeman e o Presidente. Certamente não pode ser o presidente.

*Sloan:* Não, o Presidente não.

*Bernstein:* **Então tem que ser Haldeman.**

*Bernstein:* **Olhe, nós vamos escrever a reportagem e precisamos que nos ajude se houver algo errado nela.**

*Sloan:* (depois de uma pausa) –**Então, eu vou dizer da seguinte maneira: não tenho nada a opor se quiserem escrever a reportagem dessa forma.**

*Woodward:* **Então, ela está correta?**

*Sloan:* **Está.**

A máxima de **modo** espera que as fontes falem de maneira clara, breve e metodicamente. Aqui, quase sempre, a obscuridade que possa surgir numa entrevista jornalística está ligada a perguntas mal formuladas pelo repórter. Cabe ao repórter conduzir a entrevista com o objetivo de conseguir das fontes a clareza desejada para que assim a redação posterior, que será levada ao leitor, consiga diminuir as ambigüidades e indeterminações.

Em resumo, as máximas gricianas especificam como devem proceder os participantes de uma conversa para atuarem de maneira mais eficiente, racional e cooperativa. Mesmo que, aparentemente, não haja cooperação, há no nível mais profundo a possibilidade de inferência. Sempre há a possibilidade de inferências tanto na observação das máximas quanto para quem burla as máximas de forma deliberada e ostensivamente. Justamente isso é o importante. Violar as máximas faz parte das regras do jogo e sua violação será interpretada e essa interpretação é a *implicatura*.

As informações obtidas das diversas fontes e registradas por anotações manuscritas ou por gravações de som e vídeo serão processadas e retextualizadas para o jornalismo impresso, radiofônico, telejornalismo ou internet. No caso específico da imprensa escrita que é o nosso objeto de estudo, há diversas formas e tipos de textos como a entrevista nos seus mais variados formatos, a reportagem de cunho mais interpretativo e investigativo e a notícia com sua estrutura mais definida onde essas informações são a matéria prima na formação dos objetos discursivos jornalísticos. Nos textos que são escritos baseados nos dados de uma única fonte ou de diferentes fontes, há um processo de construção de sentido onde a linguagem

verbal é o contexto da linguagem verbal como bem salienta Salomão no cap. 2.-2.4.2. Ou como diz Marcuschi (2001:52), “é importante considerar que, no caso de uma retextualização, interferimos tanto na forma e substância da expressão como na forma e substância do conteúdo, sendo que neste segundo conjunto a questão se torna muito mais delicada e complexa.”

O repórter na apuração e o redator ao escrever devem levar em consideração que o sentido das palavras varia com a situação, com o contexto e com a intenção de quem fala. O sentido pode se encontrar fora do que foi efetivamente pronunciado e do nível semântico. O entrevistado pode querer dizer mais ou fazer algo com o que diz. O repórter pode, inadvertidamente, perceber apenas uma parte do sentido das respostas às suas perguntas. As regras do discurso que regem as enunciações podem ser desconhecidas da fonte, ou mesmo as regras ou objetivos da entrevista jornalística. E todas essas dificuldades levam a um relato que atribui declarações a um sujeito que não se reconhece como autor das mesmas. Não é um problema de ética. É uma contingência da linguagem e de seus usuários o surgimento de interpretações distintas e de ambigüidades. “Pois, como afirma Marcuschi, (2001:53), “não existe uma fórmula ideal para a transcrição “neutra” ou pura, pois toda transcrição já é uma primeira interpretação na perspectiva da escrita.”

### **1.5. O mundo dos fatos institucionais<sup>19</sup>**

Os textos jornalísticos são relatos constituídos de fatos sociais de modo geral e de fatos institucionais de forma específica. O primeiro elemento constitutivo são os fatos sociais que entendemos como sendo aqueles acontecimentos ou atitudes em que atuamos ou temos relação direta ou indireta com algum fenômeno social ou natural. A nossa ação e participação na sociedade se dá através de campos ou áreas específicas da economia, arte e religião, quando nos conduzimos por princípios

---

<sup>19</sup> Este item está baseado na obra *The construction of Social Reality* de John R. Searle. New York: The Free Press, 1995.

éticos, jurídicas e educacionais e como participante de repertório cognitivo comum e partilhado socialmente. Os fatos sociais se enquadram, portanto, em tudo o que envolve a vida em sociedade, como suas estruturas que condicionam os contextos e ambientes aonde desabrocham as instituições (igreja, família, escola, tribunais, dinheiro, legislativo, etc), e a cultura específica de cada comunidade.

O segundo elemento formador do texto jornalístico são os fatos institucionais que possuem estruturas capazes de se interligarem construindo uma realidade social com bastante visibilidade. Os fatos jornalísticos têm como pressuposto esta realidade visível e estabilizada por uma estrutura reconhecida, porém com realizações que fogem das proporções mínimas ou máximas estabelecidas e esperadas. O inesperado e o incomum, dentro dos padrões de valor de cada sociedade, presente em determinado fato social ou institucional poderá se transformar em fato jornalístico. O casamento, por exemplo, que é um fato institucional comum, se apresenta em cada cultura e sociedade com determinada estrutura e condiciona comportamentos específicos dos envolvidos e da sociedade, pode se tornar um fato jornalístico quando proporciona aspectos ou detalhes que, para esta mesma sociedade, foge da normalidade. Essa anormalidade pode ser entendida quando da quebra da própria estrutura do casamento (ex. bigamia, no caso do Brasil que estabelece casamentos monogâmicos), ou conservando o que é estabelecido pela legislação sobre casamento, há fatores externos que valorizam jornalisticamente o ato, tais como a importância social e política dos noivos e familiares, o local inusitado, o número elevado de convidados etc. Estes fatores externos vão ter mais ou menos importância jornalística dependendo do contexto cultural e geral e dos valores assumidos por cada veículo de comunicação na relação com seus leitores.

Além destes fatos aceitos socialmente e regulamentados juridicamente, há fatos que se opõem a eles e que acontecem à margem ou contra os acordos sociais. Nos deteremos, portanto, na conceituação de fatos institucionais, efetuada por John Searle para que se possa perceber que muitos fatos noticiosos têm uma referência já

pré-estabelecida não com os eventos propriamente ditos do mundo externo, mas com este mundo organizado socialmente.

Fato institucional foi batizado por Searle como sendo aquele que depende do consentimento humano. Ele requer uma instituição humana para poder existir. Por exemplo, para que um determinado papel seja considerado como dez reais, é preciso da instituição humana do dinheiro. Assim, são inumeráveis os fatos institucionais, que apesar de possuírem uma estrutura complexa, são naturalizados tornando-se quase invisíveis. Essa “invisibilidade” é resultado da nossa imersão na cultura desde o nosso nascimento, o que cria problemas para analisar essa realidade. Pois quando se parte de uma descrição interna fenomenológica, fatos como dinheiro, casamento e leis não parecem complexos, mas se partirmos de um ponto de vista externo a descrição pode não corresponder. É um sonho, portanto, a possibilidade de uma descrição da realidade como ela é fora dos observadores e de um ponto de vista particular. Segundo H. Putnam (1990:92-93)

“Existe sempre a separação entre a linguagem do observador e o universo de linguagens sobre o qual ele generaliza. A <<Visão Divina>> - a visão a partir da qual todas as linguagens são parte igual do universo que está a ser escrutinado – está para sempre inacessível.”

A saída talvez seja descrever partes das interfaces destes fatos pela lingüística e ciência cognitiva.

Os fatos institucionais não são naturais, são criados, desenvolvidos ou mesmo eliminados. Tudo depende da aceitação da sociedade, ou imposição de algum grupo dominante. Searle (1995b:46-51) apresenta os aspectos mais gerais na constituição destes fatos:

1. Deve haver uma intencionalidade coletiva que aceita um novo status para determinado fenômeno social;
2. A *forma* de aprovação do novo status pode ser representada pela fórmula “X equivale a Y em (no contexto) C.”;



3. O processo de criação do fato institucional leva em consideração que os participantes têm consciência de concordar com a fórmula;
4. Quando a imposição da função de status envolve matéria de política geral, a fórmula adquire o status normativo, tornando-se uma *regra* constitutiva;
5. A relação de regra e convenção deve ser clara. Por exemplo: os objetos podem funcionar como um meio de troca, e isso é uma regra e não uma convenção, porém alguns objetos podem funcionar como uma matéria de convenção;
6. Há uma relação especial entre a imposição do status de função e a linguagem.

As instituições às quais os fatos institucionais se relacionam são organizadas por regras *regulativas* e regras *constitutivas*. As regras regulativas se dirigem a comportamentos já existentes. O exemplo dado por Searle (1995b:27-28) é de uma regra que determina que se deve dirigir o automóvel pelo lado direito da estrada, no entanto, dirigir automóvel antecede a existência dessa regra. Há, por outro lado, algumas regras que não são apenas regulativas, pois podem também criar muita possibilidade de distintas atividades. Elas passam a ser constitutivas de determinada instituição e conseqüentemente dos fatos institucionais. Portanto, para que possa existir um fato institucional é preciso de *regras constitutivas*. Como no xadrez as regras são a própria possibilidade de jogar xadrez. A ação de jogar é a própria regra sendo utilizada. Assim, as regras de um sistema, regras individuais, ou regras de um sistema coletivo possuem, segundo Searle a seguinte fórmula:

**“X equivale a Y” ou “X equivale a Y em (no contexto) C.”**

Os fatos institucionais existem somente como sistema de regras constitutivas. O sistema de regras cria a possibilidade de fatos deste tipo. No entanto, é preciso não confundir regras com convenções, pois regras constitutivas, em geral, não têm

sentido arbitrário, enquanto convenção implica arbitrariedade. Exemplificando: ser o rei a peça mais importante no xadrez é uma convenção, já uma regra diz que podemos dar um xeque-mate no rei.

Searle (1995b:28) ressalta que o contexto “X equivale a Y em (no contexto) C” é intensional com *s*, o que significa uma referencialidade opaca, pois não se permite substituir as expressões co-extensivamente *salva veritate*. O exemplo dado (4)<sup>20</sup> é o seguinte:

(4)

a..Cédulas impressas pela Casa da Moeda equivalem a dinheiro (Y) no Brasil (C).

e

b..Dinheiro é a raiz de toda maldade.

não implica que

c.Cédulas impressas pela Casa da Moeda contam como a raiz de toda maldade no Brasil.

A opacidade referencial será um ponto crucial e é uma pista dentro do componente mental dos fatos institucionais. A intensionalidade com *s*, - que é o *sentido* - da formulação verbal é uma pista para os fenômenos representados como intencional com *c* - que é a referência.

Os fatos institucionais possuem uma estrutura lógica e funcionam de forma iterativa e interativa. Dentro desse conjunto de normas e convenções a linguagem tem um papel muito importante advindo da premissa básica que é a aceitação pelas pessoas dos fatos institucionais que os torna efetivos.

Fatos institucionais como *casamento, propriedade, salário, incêndio, guerra, revoluções, governos, reuniões, parlamentos, corporações, taxas, leis, restaurantes, férias, advogados, professores, doutores* entre outros possuem uma história que é narrada dentro de uma estrutura com dois *insights*:

---

<sup>20</sup> Os exemplos 4,5,6,8,9 e 10 são de Searle e foram adaptados por nós para o contexto das instituições brasileiras.

<b>“X equivale a Y em (no contexto) C”</b>
--

Essa estrutura pode ser *iterativa*, isto é, uma função de status pode ser acumulada sobre entidades que já possuem outra função de status. Exemplo (5):

(5)

X pode ter um alto nível já possuído por Y

X = cidadão brasileiro

Y = presidente do Brasil

C = contexto próprio para requerer o status

O C pode ser o alto nível de status já alcançado por Y. Como no casamento que requer a presença de um ministro oficial como contexto C, porém o ministro precisa já possuir o status de função de Y.

<b>Tudo isto pode ser sistemas interligados de estruturas iterativas operando inteiramente no tempo</b>
---

Estruturas iterativas e operações constantes no tempo sugerem que a função de status permanece e se cruza por vários períodos. Vejamos o exemplo (6) dado por Searle (1995:80-81):

(6)

- a. *tenho dinheiro no banco;*
- b. *o dinheiro está numa conta;*
- c. *retiro o dinheiro assinando um cheque;*
- d. *para pagar impostos federais e estaduais;*
- e. *como cidadão do Brasil;*
- f. *como funcionário do Governo Federal;*
- g. *como morador da cidade do Recife e*

## h. do estado de Pernambuco.

Os termos em *itálico* são expressões de conceitos institucionais e os fatos reportados são sistemas pressupostos de regras constitutivas vigentes durante todo o tempo.

Cada instituição origina, de forma perpendicular, fatos de ordem física e intencional que envolvem coabitação e posse física, como é o caso do casamento que origina o direito de um morar com o outro e de ter o monopólio sexual do outro.

Muitas das funções de status se transformam em atos de fala explícitos. Isto quer dizer que o ato de fala, ele mesmo, é uma instância de uma função de status imposta sobre outra função de status, e por sua vez cria uma nova ou outra função de status. No caso do casamento, os atos de fala criam as funções de status e os termos “marido” e “esposa”. Estes atos de fala são usados para impor nova função de status sobre entidades e pessoas. No caso da fórmula “X equivale a Y em (no contexto) C”, o elemento X pode ser um ato de fala. Vejamos no quadro abaixo como as funções de status são impostas a três instituições: *linguagem, dinheiro e casamento*.

**Quadro 2 – Exemplos de funções de status de três instituições**

<b>Linguagem</b>	<b>Dinheiro</b>	<b>Casamento</b>
1.Sons e marcas. 2.Apresentar o mundo em vários modos de atos de fala.	1.O metal e o papel. 2.Meio de troca de valor.	1.Cenário do ato da fala. 2.criação de nova instituição. 3.Novo status de marido e esposa. 4.Criação de novos direitos e deveres.

É preciso ficar claro que para cada estrutura geral há outras estruturas individuais. Por exemplo, a propriedade privada dá o direito de posse física do objeto material, porém é preciso seguir a função de status de propriedade para o Estado. Nesse caso, para realizar algum projeto na propriedade se faz uso de atos de fala tais como a

*escritura de venda, registro de papéis, testamento, etc.* Assim, os atos de fala já são impostos pelos atos de fala originais.

Geralmente as funções de status trazem consigo o que se convencionou chamar de status indicadores de direitos e deveres que são reconhecidos dentro de determinada estrutura institucional. Um exemplo de status é o *diploma* das universidades. Esses indicadores, evidentemente, podem ser falsificados ou auferidos por instituições sem a função de status específico. Para evitar enganos ou mentiras foram criados contratos sociais originando estruturas de cidadanias, direitos e responsabilidades, poderes e obrigações, eleições, métodos de seleção etc.

Nem todos os fatos institucionais possuem regras explícitas como é o caso do dinheiro, casamento e propriedade, mas nem por isso deixam de ser altamente convencionais de grande estabilidade. A razão dessa ausência se deve a pouca clareza que se tem entre um simples fato social (ex. convidar alguém a passear) e fatos não institucionalizados. O que acontece é que alguns fatos sociais são uma espécie de formação de um novo fato institucional, isto é, ele precisa para adquirir a função de status de uma etiqueta que assinale uma intencionalidade e uma manifestação de aceitação. O critério para aquisição da função de status é a designação de um título. Este título designa direitos e responsabilidades e a aceitação coletiva desta função. Por este critério é que “esposo” e “mestre” são funções de status, enquanto “bêbedor”, “drogado”, “intelectual” e “celebridade” não são. (SEARLE, 1995b:89). E assim, muitas ações dentro de uma sociedade poderão ser contestadas como não sendo fatos institucionais.

### *1.5.1. A estrutura lógica dos fatos institucionais*

Como já dissemos, dentro do sistema social, os fatos que são aceitos se tornam institucionais, porém essa forma tem suas limitações e possibilidades. E teria o mundo uma forma lógica? Searle (1995b:90) responde:

“Como pode ‘a sociedade organizada’ ter uma estrutura *lógica*? Depois de tudo, a sociedade não é um cenário de proposições ou de teoria, tal como se fala de estrutura lógica? Para mim, a realidade social e institucional contém representações não somente representações mentais, mas igualmente representações lingüísticas, como elementos constituintes.”

A manutenção dessa estrutura é problemática. Ela pode ser mantida pela força policial (pela espada como dizia Hobbes), pela força militar, ou pelo consenso de uma democracia. Mesmo assim, ainda existiriam as ações de ladrões, saqueadores, seqüestradores etc. que ignoram a polícia e não respeitam o sistema de função de status. De certa forma, rejeitam as relações de poder que fazem parte da estrutura dos fatos institucionais.

Diante disso, Searle (1995b:94) se pergunta: “que espécies de novos fatos, novos poderes e novas estruturas causais as pessoas podem criar criando funções de status, quando se sabe que as funções de status existem somente por que elas acreditam que elas existam?”

A locução “X equivale a Y” é uma forma de intencionalidade que oferece possibilidades de criar novos fatos institucionais, porém há uma limitação que se encontra na comunidade que pode aceitar ou não novas entidades ou novos aspectos de entidades. Mesmo que se considere a grande abrangência dos fatos institucionais pela vida quotidiana das pessoas, como fazer promessas, eleger-se presidente, pagar as dívidas etc, eles apresentam pouco das propriedades formais de fatos institucionais. Outra limitação para estabelecer novos fatos institucionais é que eles conferem um novo poder para entidades ou pessoas que não possuíam tal função de status. Em virtude da fórmula que inicia este parágrafo alguém pode adquirir poder que realmente ele não tem, isto é, Y nomeia um poder que o termo X não tem.

É preciso reafirmar sempre que é a *aceitação* coletiva que torna o poder *constitutivo*. Essa premissa viabiliza a vida da sociedade civil, pois estabelece mecanismos de funcionamento burocrático e jurídico dos poderes constituídos. Por outro lado, é possível descrever todas as funções de status dos cidadãos mesmo que os participantes não os realizem na atualidade.

Searle chama atenção para alguns fatos institucionais que possuem status, porém lhes falta a função. O status em pauta é apenas honorífico. É caso de representantes de classes tipo Pelé ou expoentes de honras negativas como os *skinheads*, o maníaco do parque, o CV (Comando Vermelho) entre outros.

O status formalizado em Y da fórmula em questão se estende por diferentes fenômenos categoriais. Exemplo (7)

(7)

<b>Gente</b>	esposas, padres, professores etc.
<b>Objetos</b>	sentenças, certidão de nascimento, carteira de motorista etc.
<b>Eventos</b>	eleições, guerras, investimento empresarial etc.

A imposição de status a pessoas, objetos e eventos vem das relações sistemáticas do grupo tais como governos, casamentos, corporações, forças armadas, igrejas. O status Y é imposto levando em consideração os cenários pré-existentes e institucionais entre os grupos. Não é, portanto, a quantidade numérica das pessoas de um grupo que faz participar do status Y, mas as relações das pessoas desse grupo. O exemplo do dinheiro é claro: há uma relação de posse entre o dinheiro e a pessoa.

Os fatos institucionais podem ser analisados internamente ou externamente. Searle (1995b:98-103) só se interessa pelos aspectos *internos* visto que são através deles que os participantes aceitam a instituição. Um exemplo claro disso é o casamento que é visto pela igreja católica como sendo a glorificação de Deus. Com estas representações mentais percebe-se que os fatos institucionais estão dentro das seguintes categorias: *a. poderes simbólicos; b. poderes deônticos; c. honra; d. procedimentos*. Vejamos cada uma dessas categorias em particular:

### *a.poderes simbólicos*

“O objetivo dos poderes simbólicos é para nos habilitar a representar a realidade em uma ou mais dos possíveis atos ilocucionários. Em tais casos nós impomos intencionalidade sobre entidades que são intrinsecamente

intencionais. E para isso foram criados a linguagem e o sentido em todas as formas.” (SEARLE,1995b:99)

A imposição da intensionalidade nasce da própria estrutura física da *sintaxe* e da *semântica*. Sobre os sons físicos e suas marcas são impostas palavras de status, sentença e a sintaxe em geral. Sobre os objetos de diferenças sintáticas são impostos conteúdos semânticos. Assim sendo, esses dois elementos (sintaxe e semântica) possibilitam a simbolização que é essencial para outras formas que são impostas de função institucional.

### ***b.poderes deônticos***

“O objetivo dos poderes deônticos é regular relações entre as pessoas. Nesta categoria, nós impomos direitos, responsabilidades, obrigações, deveres, privilégios, títulos, penalidades, autorizações, permissões, e toda ordem de fenômenos deônticos.” (SEARLE, 1995b:100)

O status Y confere poder para duas grandes gamas de categorias. A primeira diz respeito a um agente que foi revestido de um poder novo, certificado, autorização, titulação, direito, permissão, ou qualificação garantindo uma habilidade para algo que ele não tinha antes. A segunda exige-se do agente alguma obrigação ou é compelido a fazer algo que garanta alguma coisa. Ao lado ou mesmo concomitantemente a estes dois conjuntos de categorias estão presentes as categorias dos poderes *positivos* e *negativos*. No cômputo geral, as funções de status são matéria de *poder convencional*, e esta terminologia quer se opor ao poder pela força bruta.

Como se percebe, a categorização da realidade institucional se divide entre o que o agente *pode* fazer e o que ele está *obrigado* a fazer, ou o que ele está *habilitado* a fazer e o que está *requerido* a fazer como o resultado do acordo de status especificado no termo Y. Os exemplos (8):



(8)

José tem milhões de dólares no banco.

Zé é um cidadão do Brasil.

FHC é presidente

Saulo é advogado.

João é dono de um restaurante

Cada um dos exemplos acima assinala direitos e responsabilidades. No primeiro exemplo fica claro que José tem o direito de empregar pessoas e comprar mercadorias, no entanto está obrigado a pagar os impostos.

Os direitos e deveres auferidos pelos fatos institucionais podem ser destruídos ou eliminados de várias maneiras. Os exemplos (9):

(9)

Ana perdeu todo seu dinheiro.

A fortuna de Ivan se desvalorizou por causa da inflação.

Fernando Collor renunciou ao cargo.

Luiz está divorciado.

Júlia matou o marido.

### ***c. honra***

O objetivo da honra (ou desonra) é ter seu status valorizado (ou desvalorizado) em causa própria, evitando as conseqüências desse status de função. Vitórias e derrotas em jogos são exemplos, assim como as formas de sanções de honra pública. Exemplos (10):

(10)

Celso Pitta foi afastado da prefeitura de São Paulo pelo Tribunal de Justiça.

Lula recebeu o título de doutor *honoris causa* pela UFPE.

Esta categoria leva em consideração o comportamento de X dentro da fórmula *X equivale a Y em (no contexto) C* no sentido de valorizar sua função de

status. Por outro lado, a sociedade também estabelece mecanismos para aqueles comportamentos que desmerecem o possuidor de tal status de função .

#### *d. procedimentos*

Os passos processuais no caminho do poder e da honra são constituídos pelas instituições que dão acesso a direitos e responsabilidades, honras ou desgraças.

Exemplos (11):

(11)

Lucas votou em Lula

Marco Maciel foi escolhido como candidato do PFL para vice-presidência.

A prisão de Jorgina de Freitas foi decretada pelo juiz.

No primeiro exemplo, Lucas só foi capaz de votar em Lula depois que cumpriu os procedimentos legais como: completar a idade mínima (16 anos), possuir a carteira de identidade, conseguir o título de eleitor no cartório específico etc. Já a prisão da ex-advogada Jorgina de Freitas é o último passo no processo de investigação policial e incriminação jurídica. O que se evidencia aqui é que estes fatos institucionais já estão regulamentados por regras constitucionais.

Apesar da crença entre jornalistas e leitores de que o jornal é predominantemente feito de notícias, no sentido de serem fatos com características de novidade, de insólito e de inusitado, basta passar um olhar panorâmico sobre os jornais diários que se perceberá a prevalência de informações sobre o funcionamento do mundo institucional assim como os possíveis desvios, que não são propriamente notícias. Em termos gerais a fórmula *X equivale a Y em (no contexto) C* é o modelo do qual se originam as informações que dizem respeito ao leitor. As variações ou deturpações do modelo são os aspectos que definem o sentido dos fatos jornalísticos. Exemplo: X apodera-se de Y fora de C : ((X) Alberto Rondon atuava como cirurgião plástico (Y) de forma ilegal, pois não era cirurgião plástico e não tinha especialização alguma); X usa Y para prevaricar: ((X) Jorgina de Freitas usa da

advocacia (Y) para roubar dinheiro do INSS); X usa Y para manter privilégios: ( (X) João da Silva como Presidente da Assembléia Legislativa (Y) nomeou 10 parentes para cargos de confiança conforme a lei).

Já sabemos que os Fatos Institucionais possuem poderes *simbólicos*, *deônticos*, *honra* e um *processo* específico de atualização e existência. Os Fatos Institucionais também possuem aspectos gerais para se constituírem: *aceitação intencional dos fatos sociais*, a fórmula *X equivale a Y em (no contexto) C*, os participantes têm *consciência sobre a fórmula*, há *regras* e não apenas convenção, no campo institucional essas regras são *constitutivas do Fato Institucional*, e, finalmente, há uma *linguagem* que é imposta como constituinte do Fato Institucional. Vejamos agora, como todos ou pelo menos alguns desses elementos estão presentes no Fato Jornalístico a partir de um exemplo do caso Jorgina Maria de Freitas que voltou a ser noticiado em maio de 2002. O aspecto novo estampado nos títulos de alguns jornais destaca a mudança da prisioneira Jorgina Maria de Freitas de uma cela especial para uma cela comum. Vejamos os títulos (12) (13) (14) (15):

- (12) FRAUDADORA DO INSS VAI PARA CELA COMUM (Estado 26/5/02)
- (13) JORGINA DIVIDE A CELA COM 11 DETENTAS (JB 26/5/02)
- (14) FRAUDADORA É TRANSFERIDA PARA PRISÃO COMUM (Globo 25/5/02)
- (15) JORGINA DE FREITAS É TRANSFERIDA DE CELA ESPECIAL PARA  
PRESÍDIO (JC 25/5/02)

Façamos agora um breve relato do caso Jorgina Maria de Freitas para em seguida tentarmos enquadrá-lo na fórmula *X equivale a Y em (no contexto) C*. Os fatos são os seguintes (16):

(16)

Em 1992 técnicos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ao realizarem uma auditoria na entidade encontraram irregularidades em 44 mil carnês de benefício que foram utilizados para provocar um rombo de R\$ 112 milhões da Previdência. O esquema foi montado por Jorgina Maria de Freitas, advogada, que

envolvia uma quadrilha com o mínimo de 17 pessoas (inclusive um juiz) e que consistia em simular grandes indenizações por acidente de trabalho. Ainda em 1992, 17 membros da quadrilha (inclusive o juiz Nestor do Nascimento) foram condenados de 14 a 15 anos de prisão. Jorgina fugiu do país e ficou foragida até 1997, quando se entregou à polícia, na Costa Rica. Foi extraditada para o Brasil em 1998. Ela foi condenada a 23 anos de prisão por peculato e formação de quadrilha. Desde então, ficou presa numa cela especial e individual no 5º. Batalhão de Policiamento de Trânsito da Polícia Militar do Rio de Janeiro. [Os fatos acima relatados foram objetos de inúmeras reportagens e notícias que cobrem o período de 1992 a 2001.]

Aplicando a fórmula agentiva *X equivale a Y em (no contexto) C* veremos a complexidade de um fato institucional aparentemente simples. Como já sabemos, os fatos institucionais estão relacionados de forma *interativa* e *iterativa*. Isto quer dizer que um evento dentro de um contexto específico para ser entendido é preciso ter em mente as conexões dele com outros no interior de um quadro institucional que envolve entidades, pessoas, objetos, regras, estado de coisas, fatos brutos, convenções etc. Para que não nos distanciemos muito do caso em pauta apresentaremos apenas algumas relações a partir do enunciado seguinte (17):

(17)

JORGINA DE FREITAS ( X ) É <i>ADVOGADA</i> ( Y ) NO RIO DE JANEIRO/BR ( C )
---

O que envolve a expressão *É ADVOGADA*:

- a) *Direitos* - Escolher área do direito para exercitar a profissão.  
 Ser promotora (através de concurso).  
 Ser juiz (através de concurso)
- b) *Deveres* Cumprir as leis.  
 Seguir os princípios éticos.  
 Não usar a advocacia em benefício próprio

- c) *Honra* Ser o melhor dentro da profissão  
Ser um cidadão.
- d) *Privilégios* Ter cela especial em caso de condenação penal.  
Outros.
- e) *Procedimentos* Seguir os processos conforme a lei e a ética.

Para alguém se tornar advogado no Brasil (C ) precisa vencer algumas etapas, cumprir as determinações legais e respeitar as instituições. Abaixo, apresentamos, resumidamente, as conexões e exigências que X deverá cumprir par fazer jus a fórmula [*X equivale a Y em (no contexto) C*] aceita por todos.

- a) *Documentos* Certidão de Nascimento.  
Carteira de Identidade.  
Título de Eleitor.  
Diploma de uma Faculdade reconhecida pelo MEC.  
Filiação a Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) *Instituições* Cartórios.  
Polícia Civil.  
Tribunal Regional Eleitoral  
Universidade / Faculdade  
Ordem dos Advogados do Brasil  
Outras.
- c) *Regras* Todas as normas e leis que regem direitos e deveres do cidadão.
- d) *Pessoas* Funcionários, policiais, professores, juizes, advogados, diretores de faculdades, ministro da educação, e outros.
- e) *Atos de fala* Atos de fala fundadores da função de status (advogado).

O enunciado JORGINA É A FRAUDADORA DO INSS só vai adquirir um significado quando pela análise ficamos sabendo que (X) Jorgina usou os direitos

que o título de advogada lhe proporciona para fraudar o INSS e os previdenciários. Isto é, de alguém com esse título é esperado um comportamento que o próprio título estabelece por regras constitutivas e aceitação pública.

Tudo, como já dissemos, já foi divulgado no tempo oportuno pelos meios de comunicação. No entanto, só agora, depois de tanto tempo presa em cela especial, que é um privilégio de quem tem curso superior, a fraudadora foi transferida para uma cela comum. Esse privilégio cessou quando a Ordem dos Advogados do Brasil cassou o seu registro de advogada. É justamente esse dado que faz Jorgina de Freitas voltar às páginas dos jornais.

Por que este fato da advogada Jorgina de Freitas, assim como o do juiz Nicolau que desviou mais de 60 milhões de reais do Tribunal de Justiça de São Paulo é tão relevante para o jornalismo? Isso se deve a uma cultura ou um comportamento social de um segmento dominante da sociedade que oferece meios para que seus pares usem de todos os mecanismos disponíveis em proveito da manutenção de seus privilégios. Formou-se assim no imaginário popular ou nos espaços mentais dos leitores duas convicções bem definidas:

1. *Rico não vai para cadeia, ou cadeia é feita só para os pobres;*
2. *Se apesar de tudo algum rico for parar numa cadeia, ele terá uma cela especial.*
3. *Não se acredita que rico possa ficar numa prisão comum.*

É justamente para desfazer um pouco a afirmativa 3 que a transferência de Jorgina de Freitas adquire um significado todo especial. Vejamos (quadro abaixo) como os jornais ressaltaram a diferença entre o privilégio da cela especial e a cela comum de um presídio onde se encontram todos os demais condenados que não são da elite.

**Quadro 3 - Situação da carceragem de Jorgina de Freitas**

<b>Jornais</b>	<b>Antes / Advogada</b>	<b>Agora / Fraudadora</b>
<i>Estado</i>	Cela individual	Cela com 13 mulheres
<i>Jornal do Brasil</i>	Prisão especial	Prisão comum com 11 internas
<i>O Globo</i>	Cela individual	Cela com 13 mulheres
<i>Jornal do Commercio</i>	Cela exclusiva com jornais, TV e telefone público.	Cela comum com outras 13 presas

Apesar dos jornais tentarem mostrar as diferenças entre a cela especial e a cela comum, deixam transparecer que algumas regalias vão continuar para a fraudadora. O *Estado* diz que “ela aguarda decisão da Vara de Execuções Penais sobre pedido de visitas periódicas a sua casa.” O *Jornal do Brasil* diz que os advogados tinham conseguido regime de prisão semi-aberta. Com isso, ela terá direito a “visitas periódicas à residência, trabalho extra-muros, entre outras regalias.” Ela só não poderá exercer mais a profissão de advogada. O *Globo* é irônico quando anuncia novas “regalias”: “Mas elas têm TV, recreação e, para reduzir a pena, a Jorgina pode trabalhar como faxineira.” O *Jornal do Commercio* termina a notícia dizendo que “os advogados já deram entrada no Supremo Tribunal Federal com o pedido de hábeas corpus.”

## 2. MENTE, LINGUAGEM E MUNDO

O que importa para a comunicação lingüística bem sucedida é a intenção do falante de ser interpretado de uma certa forma, por um lado, e a interpretação real (*actual*) das palavras do falante ao longo das linhas pretendidas, por meio do reconhecimento do intérprete das intenções do falante, de outro.

(DAVIDSON – *A estrutura e o conteúdo da verdade*)

### 2.1. A palavra substitui o objeto na mente

O homem primitivo teve com a linguagem uma relação mágica ou mítica. Segundo J. Kristeva, as sociedades primitivas tinham a linguagem como uma *substância* e uma *força material*. Falar era participar do universo. A língua era um elemento cósmico do *corpo* e da *natureza*. O homem primitivo se recusa a separar o *referente* do *signo* assim como hesita em separar o *significante* do *significado*. (KRISTEWA,1969:82-86).

Antes que o homem evoluísse e chegasse a uma consciência de seu poder espiritual, ficou cerrado na palavra que possuía poder físico-mágico. Segundo E. Cassirer a palavra não é algo por ele criada, mas se “lhe apresenta como algo existente e significativo por direito próprio, como uma realidade objetiva.” (CASSIRER, 1992:55).

É no mundo grego que acontece a separação entre a linguagem e o real. A linguagem passa a ser um sistema formal diferente do que é significado por ela no



mundo exterior. Ela passa a ser objeto de estudo e se constitui, independente do real, pela escrita alfabética, teoria fonética e a gramática. A palavra passa a ter sua significação no objeto que refere. A relação entre a palavra e o real é direta, e se fundamenta nas teorias platônicas e aristotélicas.

Para Platão, o ser pode ser expresso vocalmente por dois gêneros de sinais: *nomes* e *verbos*. O verbo exprime ação e quem pratica a ação recebe um nome. Mas, nomes sem relação e verbo sem ação jamais formam um discurso. E “o discurso, desde que ele é, é necessariamente um discurso sobre alguma coisa; pois sobre o nada é impossível haver um discurso.” (Sofista, 262 e). Sendo o discurso sobre algo, para ser verdadeiro, é preciso que se diga algo tal como é na realidade. Ele será falso ou verdadeiro a partir dessa relação do nome com algo na realidade. Em Platão, portanto, há uma relação direta da palavra com a coisa que é o significado.

Seguindo as pegadas de Platão, Santo Agostinho diz que a referência ao real é mediada pelo pensamento e a significação vem da capacidade que a palavra tem de evocar na mente do ouvinte um pensamento, o qual faz referência à coisa. O que está no pensamento é o signo. O signo é a possibilidade de conhecimento do objeto, porém a significação não está no signo, mas no objeto apontado pelo signo

A aprendizagem da linguagem, para Santo Agostinho (AGOSTINHO,1996:46-47), se processa assim: *A nomeia bola; A aponta para um objeto* (os sons emitidos por *A* e acompanhado de gesto indicativo faz a criança associar os sons (palavra) ao objeto). Nesse processo **a palavra substitui o objeto**. Isto é, a significação da palavra está intimamente ligada ao objeto que ele representa. E como essas palavras são nomes, são, portanto, as substâncias ou essência destes objetos que as palavras representam.

Para Wittgenstein a linguagem agostiniana representa uma tradição na história da filosofia ocidental e que segue o seguinte roteiro sintetizado por (GLOCK,1998:370):

1. cada palavra possui “um significado”;

2. todas as palavras são nomes, isto é, são sucedâneos de objetos;
3. o significado de uma palavra é o objeto do qual é um sucedâneo;
4. a conexão entre as palavras (nomes) e seus significados (referentes) se estabelece por uma definição ostensiva, que determina uma associação mental entre palavra e objeto;
5. as sentenças são combinações de nomes.

Como todo falante aprendeu uma língua pela definição ostensiva, acredita, mesmo que inconscientemente, que o significado da palavra é o objeto. O jornalismo, como decorrência dessa posição, é percebido pelo leitor como um retrato fiel da realidade. A atração que exerce uma notícia para o leitor, portanto, é quase mágica, pois ele transfere a notícia para a realidade.

## **2.2. A palavra representa um conceito que substitui o objeto**

Aristóteles evita a relação direta das palavras e coisas quando diz em *De Interpretatione* que “as palavras faladas são símbolos das afecções de alma, e as palavras escritas são símbolos das palavras faladas. (De Int.16a)

A palavra não se relaciona mais com a coisa (objeto). O vínculo da palavra com a coisa se faz através das *afecções de alma*. O significado, portanto, das palavras se encontra na *mente* (psíquico) ou é um *conceito*, que por sua vez é imagem da coisa referida pela linguagem. O *nome* sempre se refere à *coisa* através de um *conceito* que, por sua vez, é produzido pela *coisa*. O signo, dessa forma, significa primeiramente o conceito (afecções da alma) e indiretamente refere-se às coisas, por meio do conceito.

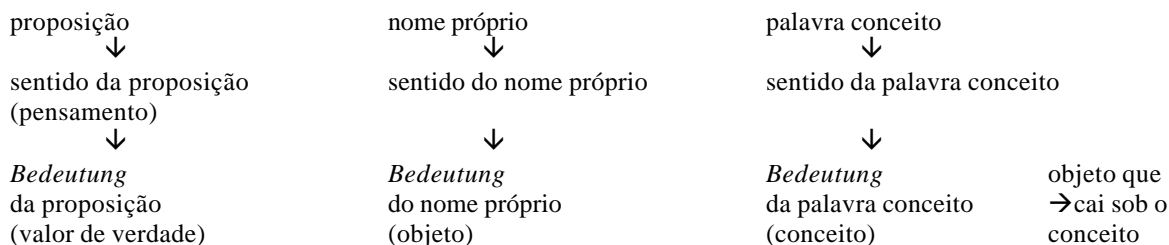
De um modo geral esta concepção da linguagem como um *sistema de significação* e da língua como reflexo do mundo (como o espelho – *speculum*) (KRISTEWA,1992:191) através dos sentidos, ainda se faz presente no pensamento ocidental.

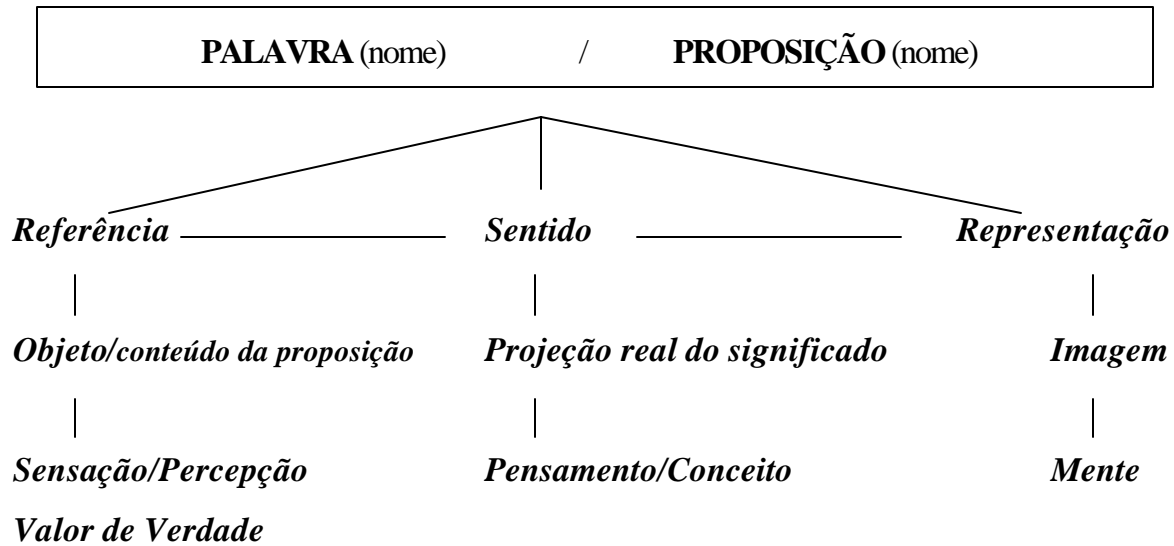
Com o empirismo (Hobbes, Locke, Berkeley) se vai buscar na percepção das coisas o fundamento do conhecimento e do significado das sentenças. Para Condillac, por exemplo, é necessário que haja uma correspondência entre os signos lingüísticos e os fenômenos empíricos. A linguagem passa a ser um sistema referencial e o significado está na realidade. Em outros termos, a ciência e a linguagem caminham juntas no progresso da ciência. A proposição lingüística e o fato científico são idênticos.

“Na verdade, cada proposição que faço sobre este metal, se for verdadeira, é idêntica. Como esta: *O ouro é maleável*, pois ela significa *um corpo, que observei ser maleável e que denomino ouro é maleável*, proposição onde a mesma idéia está afirmada.” (CONDILLAC,1984:127)

Com G. Frege (1848-1925), há uma tentativa de se construir uma linguagem científica rigorosa que seja capaz de formular o pensamento. No seu artigo *Sobre o sentido e a referência* (1892) Frege inicia dizendo que um sinal (palavra) tem uma referência, um sentido e uma representação mental. A referência de um sinal é um objeto percebido pelos sentidos, a representação é uma imagem interna resultante de experiências passadas. E como a representação é subjetiva, ela é diferente para cada pessoa. O sentido se encontra entre a referência e seu objeto e a representação. Este sentido não é o objeto. O esquema abaixo enfoca as relações dos conceitos fregianos de *referência*, *sentido* e *representação*:<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Numa carta que escreveu para Husserl (24/5/1891) e que se encontra na obra *The Frege Reader*. Edited by Michael Beaney. Oxford – Blackwell Publishers, 1997, Frege apresenta o seguinte esquema:





Explica Frege: a referência é o próprio objeto que é designado pelo nome. A representação desse objeto é subjetiva e por isso varia para cada observador. Entre a referência (objetiva) e a representação (subjetiva) coloca-se o sentido que nem é tão subjetivo nem também é o objeto. O exemplo, para um maior esclarecimento, é o de alguém que observa a lua por um telescópio: a *referência* é a própria lua como objeto de observação; o *sentido* é a imagem real projetada na lente do telescópio; a *representação* é a imagem na retina do observador.(FREGE,1978a: 65)

Assim como um nome tem uma referência e um sentido, uma sentença, que também é um nome para Frege, tem um *valor de verdade* que é sua referência. E *valor de verdade* é a circunstância da sentença ser verdadeira ou falsa. Portanto, valor de verdade é o objeto.

Para compreender o que Frege entende por *objeto* é preciso conhecer os significados de conceito e de relação vinculados ao objeto. Num outro artigo de Frege chamado *Sobre o conceito e o objeto*, tentaremos elucidar o que se entende por conceito. Vejamos algumas diferenças que ele estabelece entre um nome próprio, um objeto e o conceito.

“O conceito – tal como entendo esta palavra – é predicativo. Por outro lado, um nome de objeto, um nome próprio, não pode absolutamente ser usado como um predicado gramatical.” (FREGE, 1978b:90).

Quando se diz *A estrela matutina é Vênus*, a frase é formada por dois nomes próprios que referem um mesmo objeto. Tem a forma  $a = a$  o que significa identidade e que os dois termos são reversíveis. Já *A estrela matutina é um planeta* é uma frase formada por um nome próprio (*estrela matutina*) e um termo conceitual (*um planeta*). Possui a forma de  $a = b$  e não é reversível. O *é* de  $a = b$  é um sinal de predicação e não de igualdade. Do ponto de vista lingüístico, aparentemente, acontece apenas uma substituição de uma palavra por sinônimo, mas do ponto de vista de conteúdo há uma relação distinta entre *estrela matutina* e *Vênus*. *Estrela matutina* refere-se a um conceito que tem sob si só um objeto, porém o conceito é distinto desse objeto. Enquanto isso a palavra *Vênus* que não pode ser predicado tem como referente um objeto e nunca um conceito. (FREGE,1978b:92). Para facilitar, Frege diz que o artigo definido singular sempre indica um objeto, enquanto o artigo indefinido acompanha um termo conceitual.

Há uma distinção que não pode ser esquecida entre “pensamento” e “valor de verdade”. O fundamental, no entanto, é mantido por Frege:

“Tomando ‘sujeito’ e ‘predicado’ em seu sentido lingüístico, podemos em resumo dizer: um conceito é a referência de um predicado, enquanto que um objeto é o que nunca pode ser a referência de um predicado, embora possa ser a referência de um sujeito.” (FREGE, 1978b:95)

No artigo publicado postumamente – *Digressões sobre o sentido e a referência* – Frege reafirma que a mesma diferença que há entre sentido e referência para os nomes próprios, há também essa distinção para os termos conceituais. Assim sendo para cada nome e para cada termo conceitual corresponde um sentido e uma referência. Para um nome a referência é um objeto e para uma termo conceitual a referência é um conceito. No caso de um conceito a referência é sua extensão conceitual (FREGE,1978c:118).

A posição de Frege pode ser denominada de teoria denotacional ou denotativa e foi também explorada por B.Russell que adota a teoria realista da significação, isto é, a significação é um objeto real. Conhecer um significado é ter um conhecimento direto dessa significação. A proposição se refere diretamente ao estado de coisas. Os termos singulares se referem diretamente aos indivíduos. (NEF,1995:143).

Não há para Russell a intermediação do pensamento (idéias) entre as palavras e as coisas. Essas “idéias” só iriam levar uma regressão ao infinito. A teoria denotativa de Russell é uma parte de sua teoria das descrições. Sua obra, *Lógica e Conhecimento*, inicia dando exemplos do que entende por “expressão denotativa”: *um homem, algum homem, qualquer homem, cada homem, todos os homens, o atual rei da Inglaterra, o atual rei da França, o centro de massa do sistema solar no primeiro instante do século XX, a revolução da Terra ao redor do Sol, a revolução do Sol ao redor da Terra*. E conclui: “Por conseguinte, uma expressão é denotativa unicamente devido a sua forma.” (RUSSELL,1974:09).

O fundamental da teoria russelliana é o princípio que diz : “as expressões denotativas nunca têm qualquer significado em si próprias, mas cada proposição, em cuja expressão verbal elas ocorrem, tem um significado. (RUSSELL,1974:10).

Na linha de pensamento lingüístico inaugurado por Saussure, a *langue* vem a ser um sistema de signos que não são abstratos, mas “objetos reais”, entidades concretas. A teoria do signo exposta por Saussure diz que o signo é a união do sentido e da imagem acústica. “Estes dois elementos estão intimamente unidos e postulam um ao outro (SAUSSURE,1986:123). Eles são o *significante* e o *significado* e são interdependentes e inseparáveis.

“O signo lingüístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica.” (SAUSSURE,1986:122). Esta afirmação de Saussure leva a concluir que o significado não é uma coisa, mas uma representação psíquica da coisa. Não há, portanto, nenhuma ligação natural do signo com a realidade, daí ser ele arbitrário. Porém, contraditoriamente, segundo E. Benveniste, o raciocínio de

Saussure é falseado pelo recurso a um terceiro termo que é a própria *coisa*, a realidade.

“Quando fala da diferença entre *b-ö-f* e *o-k-s*, refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma *realidade*. Eis aí, pois, a *coisa*, a princípio expressamente excluída da definição de signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição.” (BENVENISTE, 1991:54)

A teoria denotacional de Frege e a teoria descritiva de Russell serviram para o jornalismo se afirmar como sendo retrato da realidade. Quer dizer, é o mundo que o fato jornalístico refere que está o significado. Mais ainda, o fato jornalístico e o seu referente externo são todos como uma mesma entidade. Continua a referência direta do nome e do enunciado jornalístico com os objetos do mundo. Só a partir das novas concepções inauguradas por Wittgenstein sobre a relação da linguagem com o mundo, é que se inicia uma nova perspectiva de estudo para a lingüística e aplicação para o jornalismo. Dummett e Davidson são filósofos que partindo de Wittgenstein analisam a linguagem em novas perspectivas teóricas.

### **2.3. A palavra representa um conceito que só pode ser compreendido dentro de um sistema conceitual onde o objeto se insere**

Dividiremos este item em quatro subdivisões para que possamos estudar posições e teorias relacionadas aos itens 2.3.1 e 2.3.2. Em primeiro lugar, veremos o conceito de realismo como é estabelecido por Michael Dummett, em seguida, abordaremos a teoria da interpretação, o método de verdade e esquema conceitual, assuntos apresentados por Donald Davidson. Com isso, esperamos constituir os fundamentos teóricos que respaldam o item 2.4 deste capítulo.

### 2.3.1. - Realismo e anti-realismo

Os termos realismo x nominalismo ou realismo x idealismo são respostas sobre se existem ou não existem no mundo real objetos materiais e universais. E não existindo, eles estariam entre os constituintes últimos da realidade? Uma resposta negativa a essas duas questões, M. Dummett denomina de “*anti-realismo*”. É o caso do *fenomenalismo* que afirma que os objetos são construções a partir de dados dos sentidos, e com isso nega a existência de objetos materiais e que os nomes não referem nada na realidade.

O realista diz que o significado dos enunciados não se relaciona com nossa percepção dos objetos, mas pelo que se determina (verdade ou falsidade) a partir do estado de coisas e independe das evidências externas. Já o anti-realista diz que o significado dos enunciados está relacionado com o que percebemos, isto é, um enunciado só é verdadeiro se pudermos conhecê-lo e tomar como evidência. Evidência aqui pode ser equivalente a dizer “ajustar-se aos fatos ou não”, porém o problema, segundo Wittgenstein (C 199), é saber o que quer dizer “ajustar-se”. Enfim, o que está em jogo é o *significado* que possuem os enunciados.

Há, para Dummett, pelo menos cinco tipos de realismo e cinco posições opostas: **a.** realismo e objetos materiais X *fenomenalismo*; **b.** realismo e entidades teóricas da ciência X *positivismo*; **c.** realismo e o passado e futuro; **d.** realismo e enunciados matemáticos-platonismo X *construtivismo*; **e.** realismo e estados, eventos e processos mentais X *cognitivismo*;

- a. Para os enunciados que descrevem propriedades observáveis<sup>22</sup> de objetos materiais, os fenomenalistas dizem que propriedades puramente observáveis são muito raras. Não existindo assim uma classe de enunciados puramente observacionais, e para os enunciados que descrevem propriedades disposicionais ou mensuráveis, os fenomenalistas

---

<sup>22</sup> Propriedades observáveis são aquelas cuja posse são determinadas apenas olhando, ouvindo, sentido, como a cor.



levantam a impossibilidade de obter tais propriedades como resultado de uma prova particular.

- b. As propriedades mensuráveis desembocam na questão dos objetos teóricos tais como os elétrons. São objetos que não são diretamente observáveis, porém a teoria deve revelar como é em realidade o mundo em si mesmo, em oposição ao que se pode observar no tempo e no espaço pela nossa bagagem conceitual.
- c. Os enunciados sobre futuro não são nem verdadeiros nem falsos. A posição anti-realista afirma que eles serão *verdadeiros* ou *falsos* em relação às tendências presentes, ou não serão *verdadeiros* ou *falsos* por algo no presente, mas serão *verdadeiros* ou *falsos* no momento a que se refere. Com relação ao passado a posição dos filósofos é realista. Só Ayer questiona a veracidade do passado e por isso assume uma posição anti-realista.
- d. A verdade de um enunciado matemático está na prova. Assim “conhecemos o significado de um enunciado matemático se e somente se conhecemos o que constitui uma prova deste enunciado.” (DUMMETT,1990:229). A posição *construtivista* diz que um enunciado matemático supõe que se estipule o que seja uma prova deste enunciado. Isto é, para qualquer construção matemática, esta prova deve ser reconhecida. A posição *platônica* diz que o enunciado matemático é dado de alguma forma que não foge de nossos métodos para conhecer a verdade do enunciado, ou métodos de provas. A compreensão do enunciado já traz o conhecimento da prova.
- e. O *cognitivismo* também se relaciona com o mundo material já que se refere a grande variedade de classes. Porém, os eventos e processos mentais não são plausíveis, talvez somente ao se usar o subjuntivo e o condicional. É uma área em que o contrafático não se pode empregar materialmente. Ex. *Ia dizer... quando fui interrompido*”, o contrafático

seria: *se não tivesse sido interrompido, teria dito....* Este juízo não precisa de uma intenção previamente formulada. Para o realista, “conhecer o significado do enunciado é conhecer o que significa que esse enunciado seja verdadeiro: este conhecimento pode vir da aprendizagem do que é uma evidência de sua verdade. Mas, neste caso, a inclusão de verdade do enunciado inclui a ausência de tal evidência.” (DUMMETT,1990:231)

Para o *fenomenalismo* todo enunciado acerca de objetos materiais que não seja resultado de uma observação deve-se reduzir a um condicional subjuntivo cujos constituintes sejam enunciados de dados sensoriais. Ex. *Há uma mesa no outro quarto.* O fenomenalista diria: *Se fôssemos ao outro quarto, veríamos uma mesa.* Para Dummett, a posição anti-realista se relaciona com a indução, isto é, o método indutivo é uma condição para o estabelecimento da verdade ou do seu significado.

O interessante na teoria dos enunciados de Dummett é que podemos alargar o âmbito da análise lingüística para além da palavra ou do nome como em Frege. Para o jornalismo que até então lutava ingloriamente para ser o retrato do mundo, começou a perceber que os seus enunciados poderiam ser analisados independente dos objetos do mundo.

A abordagem de Donald Davidson, a seguir, é mais abrangente, pois nas suas pesquisas sobre a verdade ele procura entender como se dá a complexidade da comunicação lingüística incluindo todos os elementos envolvidos no processo. Aqui surge a idéia de verdade como algo partilhado entre os falantes, e esse compartilhar configura a verdade do mundo, pelo menos dentro de um mesmo corpus de enunciados.

### 2.3.2. Teoria da Interpretação

A teoria da interpretação diz respeito à conduta do falante e do que trata a sua emissão. É também uma descrição sobre o que cada intérprete sabe, isto é, um

subconjunto infinito e específico das verdades da teoria. Ou dito de outra forma, “interpretamos um fragmento de conduta lingüística quando dizemos o que as palavras de um falante significam numa ocasião de uso. A tarefa pode ser vista como uma redescrição.” (DAVIDSON, 1995:151). Em todo caso, o intérprete deve saber, baseado numa teoria e experiência, interpretar uma emissão.

Como saber se uma teoria que explique as interpretações particulares é verdadeira?

“A teoria é verdadeira se suas implicações empíricas são verdadeiras; podemos verificar a teoria com amostras de suas implicações em busca da verdade. [...] Acordamos que todo intérprete competente sabe se as implicações relevantes são verdadeiras; portanto, todo intérprete competente pode verificar uma teoria dessa forma.” (DAVIDSON, 1995:152).

Os problemas que se levantam para dificultar uma interpretação particular correta são vários. A fonte principal desses problemas é que as crenças e os significados complicam a explicação das emissões. A razão disso se deve ao falante que considera uma emissão verdadeira pelo que significa e pelo que ele crê. Outra dificuldade é que só podemos levar em consideração a emissão *honest*. Enfim, não há possibilidade de inferir a crença sem conhecer o significado e vice-versa.

Para romper o círculo crença-significado-crença...dois caminhos foram tentados: 1. Encontrar evidência do que significam as palavras que sejam independentes da crença ( e também independentes dos desejos, consentimentos, censuras, apetites, intenções, consentimentos e convenções, pois tudo isso tem um componente de crença); 2. Derivar uma teoria da interpretação a partir de informação detalhada acerca das intenções, desejos e crenças dos falantes. No entanto, diz Davidson, esses problemas sobre *significado, referência, sinônimos, palavra, oração e linguagem* nos abstraem das transações e entornos sociais que lhe dão o conteúdo que eles tem. (DAVIDSON, 1995:153). Por isso, deve-se buscar uma adequação de uma teoria da interpretação descrita em termos não semânticos e não lingüísticos. “Em outras palavras: dar sentido às intenções e crenças de uma pessoa

não pode ser independente de dar sentido às suas emissões.” (DAVIDSON,1995:154)

A forma de interpretar emissões deve ao mesmo tempo prover uma teoria da crença e uma teoria do significado. Isto pode ser feito de três maneiras: 1. considerar verdadeiro, relativizando o tempo; 2. Supor tudo o que se pode saber sobre tais atitudes, passadas, presentes e futuras; 3. descrever as circunstâncias externas abaixo das quais as atitudes são válidas ou não. Ao exemplo de emissão *Está chovendo*, o falante considera o enunciado verdadeiro e o intérprete se dá conta que o falante diz.

“Muitas vezes se argumenta que devemos presumir que a maior parte das emissões de um falante corresponde a orações que ele considera verdadeiras: se isto é correto, a disponibilidade independente da base evidencial está assegurada. Porém, presunções mais débeis também funcionariam, posto inclusive que mentiroso compulsivo e o eterno brincalhão podem ser descobertos.” (DAVIDSON,1995:154)

Para os propósitos de interpretação, a verdade de uma oração T não é suficiente, segundo Davidson, pelas seguintes razões: 1. Falantes de uma língua consideram uma oração como verdadeira levando em consideração determinadas circunstâncias; 2. Os acordos sobre temas correntes de uma comunidade às vezes escapam à atenção porque as verdades compartilhadas são insípidas ou demasiadas para serem dignos de menção. Há uma tendência para se falar do que é novo, surpreendente, ou está em disputa; 3. Uma comunidade de fala tenderá a ter uma única teoria da interpretação, eliminando teorias preliminares de falantes particulares.

“O que faz possível uma teoria da interpretação é que podemos construir uma pluralidade de estruturas de crença privadas: a crença se constrói para encher o vazio entre orações consideradas verdadeiras por indivíduos e orações verdadeiras (ou falsas) segundo pautas públicas. A crença é privada não porque seja acessível a uma só pessoa, mas porque pode ser idiossincrática. As atribuições de crença são tão verificáveis publicamente como as interpretações, dado que se baseiam na mesma evidência: se

podemos compreender o que uma pessoa diz, podemos saber o que crer.”(DAVIDSON,1995:162)

Conclusões: 1. Conceitos como os de significado e crença não são redutíveis a conceitos físicos, neurológicos, ou cognitivistas; 2. A indeterminação é importante só para chamar a atenção a respeito de como a interpretação da fala deve marchar lado a lado com a interpretação da ação em geral, e com a contribuição de desejos e crenças; 3. “Cada interpretação e atribuição de atitude é um julgamento dentro de uma teoria holística, uma teoria necessariamente governada por um interesse pela consistência e coerência geral com a verdade, e é isto o que separa para sempre estas teorias daquelas que descrevem objetos inanimados, ou que descrevem os objetos como inanimados.” (DAVIDSON,1995:163)

Está implícito na teoria da interpretação os vários tipos de envolvimento dos falantes e seus enunciados com as crenças e desejos que são elementos inerentes a todos participantes de determinada comunidade linguística. Por essa teoria, as fontes jornalísticas e suas “revelações” sobre o mundo participam de uma pluralidade de teorias e crenças com reconhecimento público. A teoria a seguir de Davidson manifesta de que compartilhar uma linguagem é manifestar a realidade.

### *2.3.3. O método de verdade*

Dando continuação à teoria da interpretação, Donald Davidson estabelece a seguinte tese: Ao se partilhar uma linguagem, se partilha também uma imagem do mundo. Essa imagem será necessariamente verdadeira, nas características gerais. E assim, ao manifestá-las na linguagem é manifestar a realidade. (DAVIDSON, 1990:119).

São quatro os argumentos que tentam confirmar a tese:

1. Aqueles que são capazes de entender o discurso uns dos outros têm que partilhar uma imagem do mundo. Se a elocução dos outros fosse tida como

erro generalizado, se destruiria a inteligibilidade. “Aquilo que é partilhado não exige, em geral, qualquer comentário.”(DAVIDSON, 1990:120)

2. “As crenças só são identificadas e descritas no interior de um padrão compacto de crenças.” (DAVIDSON, 1990:120)

3. “O acordo não contribui para a verdade; mas muito daquilo sobre o qual se está de acordo tem que ser verdadeiro e algo daquilo sobre o qual se está de acordo é falso.”( DAVIDSON, 1990:120)

4. Trabalhamos de acordo sobre o que consideramos verdadeiro ou falso. Para isso não se precisa trabalhar com verdades conhecidas, pois não saberíamos qual delas seria conhecida.

“Não precisamos ser oniscientes para interpretar, mas não há nada de absurdo na idéia de um intérprete onisciente; [...] interpreta o discurso dos outros com base nas suas próprias crenças, como todos nós fazemos. [...] e, obviamente, aquilo sobre o qual – neste caso – se está de acordo é, por hipótese, verdadeiro. Mas é agora evidente porque é que o erro maciço acerca do mundo é simplesmente ininteligível.” (DAVIDSON,1990:121)

Segundo a tese, a comunicação é resultado de uma imagem do mundo partilhada, que é verdadeira. Em outras palavras, quer dizer que essa imagem é reconhecida nas frases tidas como verdadeiras e que determinam o sentido que possuem. Sendo assim, ao se estudar os aspectos mais gerais da linguagem, estudar-se-á os aspectos mais gerais da realidade. Devemos nos concentrar na linguagem e descobrir as características gerais do mundo. A verdade de um enunciado da linguagem levará a verdade do mundo.

“A sugestão é a de que se as condições de verdade de frases forem situadas no contexto de uma teoria compreensiva, então a estrutura lingüística emergente refletirá as características mais gerais da realidade.” (DAVIDSON,1990:122)

Para Frege a verdade de uma frase depende das características semânticas de suas partes e que o valor de verdade estava na referência que o nome (palavra ou

proposição) substituía. Para Davidson, na linguagem natural as frases não funcionam como nomes, e, portanto, não se aprende algo metafísico por esse método.

A abordagem holística de Quine do problema da compreensão de uma linguagem fornece fundamento empírico. É um método que pode ajudar a ciência, porém não é suficiente para ajudar na compreensão da linguagem natural.

A teoria de verdade para linguagem formalizada de Tarski ajuda na teoria de verdade para a linguagem natural, porém só *grosso modo* está correta.

“Uma teoria da verdade para uma linguagem natural tem que relativizar a verdade de uma frase às conseqüências de elocução, e, quando tal é feito, as condições de verdade dadas, por uma T-frase já não traduzem a frase descrita.” (DAVIDSON,1990:125)

Davidson está convencido que não é possível aplicar as condições de verdade apenas com recursos conceituais da frase. Claro, que há exceções como é o caso das frases que indicam *demonstrativos* e na frase de um termo singular seguido de um predicado unitário. Assim, a frase é verdadeira se e somente se o objeto nomeado pelo termo singular pertença à classe determinada pelo predicado. O exemplo é a T-frase ‘Sócrates é sábio’. ‘Sócrates é sábio’ é verdadeira se e somente se o objeto nomeado por ‘Sócrates’ pertence à classe determinada pelo predicado ‘é sábio’. As T-frases tornam-se axiomas quando se livram de termos semânticos.

Com relação à estrutura da frase proporcionada pela semântica de Frege pode levar a resultados absurdos como no exemplo a seguir (18) dado por Davidson:

(18)

*Daniel acredita que há um leão na caverna*

Predicado binário: ‘acredita’

Primeiro argumento: ‘Daniel’

Segundo argumento: termo singular nomeia uma proposição

Para Davidson haveria um infinito de frases para ocupar o espaço que se segue a 'Daniel acredita que...' E assim, como os termos singulares podem ter sua referência habitual?

Mesmo que se traga para superfície a estrutura latente de uma frase através da caracterização de um predicado de verdade, o resultado seria apenas uma notação canônica das subdivisões da linguagem não apresentando as condições de verdade (DAVIDSON,1990:131)

“Em todo caso, para amplos fragmentos da linguagem, variáveis, quantificadores e termos singulares têm que ser concebidos como tendo uma função referencial; e o mesmo não é válido para predicados.” (DAVIDSON,1990:132)

Com relação ao tempo, as proposições temporais seguem um esquema parecido com a T-frase. Exemplo: “João caiu antes de partir a sua coroa? Para Davidson João e sua coroa parecem ser os únicos candidatos a entidades que têm que existir para a frase ser verdadeira. O mesmo não se pode aplicar para ‘e’, ‘antes’. O conectivo com estatuto de função de verdade não acontece, pois a permuta das frases torná-la-ia falsa. Para frase ‘João caiu antes de partir a coroa’, Davidson aplica a teoria de ‘Causa’.

Conclui Davidson que

“...uma teoria da verdade tem que tratar a Verdade como sendo um atributo de elocuições que depende (talvez entre outras coisas) de frase proferida do locutor, e do tempo. Alternativamente, é possível tratar a Verdade como sendo uma relação entre locutores, frases e tempo. [...] ...o método sugere que verdades, para além das que considera como lógicas, é que temos que aceitar como condição para a compreensão mútua.”(DAVIDSON,1990:135)

A conclusão acima de Davidson parece dizer que um enunciado possui condições de verdade apenas se o falante pretende que ele seja interpretado como tendo aquelas condições de verdade. Em outras palavras, na comunicação linguística, há o falante com uma interpretação atual e há o reconhecimento dessa



interpretação por outro falante. A teoria seguinte de Davidson chama-se de *esquema conceitual*.

#### 2.3.4. Esquema conceitual

Em geral, um sistema, como define o dicionário (BRUGGER,1962:488), é uma multiplicidade de conhecimentos articulados segundo uma idéia de totalidade. Há uma conexão e ordenação segundo um princípio ordenador, em que cada parte tem no todo, seu lugar e função impermutáveis. O princípio se encontra nos objetos, conhecimento específico. As proposições são deduzidas dos pressupostos axiomáticos.

Um sistema ou esquema conceitual visa organizar um sistema natural da realidade. Em outros termos, os conceitos estão inter-relacionados com o paradigma, por que eles, os conceitos, correspondem a uma maneira de:

- *organizar a experiência e situações;*
- *sistema de categorias que dão forma aos dados dos sentidos;*
- *técnica de descrever ou representar objetos;*
- *uma prática que visa estabelecer o referencial;*
- *pontos de vista pelos quais os indivíduos, culturas ou períodos examinam os acontecimentos que se sucedem;*

Segundo Donald Davidson, “a realidade em si mesma é relativa a um esquema: o que conta como real em um sistema pode não ser em outro.” (Davidson, 1995a:189). Porém, isso não significa relativismo conceitual que muitas vezes é adotado pelo simples fato da haver dificuldade de tradução entre uma língua e outra. E quando se pretende evidenciar os pontos de vista diferenciados busca-se um

sistema coordenado comum no qual representá-los.<sup>23</sup> O que importa, é fixar os limites para o contraste conceitual.

É possível aceitar a doutrina que associa ter uma língua com o ter um esquema conceitual, havendo assim mútua interferência entre língua e conceitos. A tarefa, então, será encontrar um mecanismo de tradução desses esquemas em línguas diferentes. Antes é preciso ficar claro que a idéia de que a língua distorce a realidade não tem sentido. Pois não se pode conceber uma mente que apreenda o mundo sem categorias e conceitos, o que levaria a uma língua como algo inerte e sem ação humana, o que é inconcebível. Para Davidson, não é possível alguém ocupar um ponto de observação para comparar esquemas conceituais desprendendo-se temporariamente dos seus próprios esquemas. O que se faz necessário é que conceitos diferentes encontrem na linguagem formas de intertraduzibilidade. Nesse intento não é possível que se falhe totalmente,<sup>24</sup> isto é, nenhuma oração de uma língua pode ser traduzível para outra, mas apenas parcialmente, quer dizer, algumas orações são traduzíveis para outra língua.

Os adeptos da falha total na tradução como Kuhn e Strawson falam em mundos possíveis e paradigmas diferentes, e que haverá sempre uma teoria contaminando a interpretação de outro esquema conceitual. Por isso, não há variação de significado como quer Feyerabend: é preciso eliminar os velhos princípios ou teoremas e substituí-los por princípios de uma nova teoria. No entanto, a posição de Davidson é que as proposições começam a serem vistas de outra forma:

“Obtemos um esquema novo a partir de um velho quando os falantes de uma língua passam a aceitar como verdadeiro uma importante classe de orações que antes eram tidas como falsas. Não podemos descrever esta mudança simplesmente como uma passagem na qual eles passam a considerar velhas falsidades como verdadeiras, pois uma verdade é uma proposição, e o que eles passam a aceitar, ao aceitar uma oração como verdadeira, não é a

---

<sup>23</sup> Davidson diz que *Whorf* mostra uma metafísica diferente dos hopi usando a língua inglesa; *Kuhn* usa uma língua pós-revolucionária para explicar o antes da revolução; *Quine* oferece uma sensação da ‘fase pré-indutivista na evolução do nosso esquema conceitual; *Bergson* fala da montanha na província.

<sup>24</sup> A evidência de uma forma de atividade é expressa pela linguagem, e tudo que se expressa pela linguagem é um ato de fala. Isto é, ato de fala e evidência de atividade são correlatos. (Davidson, 1995a:191)

mesma coisa que ele faziam quando antes consideravam que a oração era falsa. Aconteceu uma mudança sobre o significado da oração, pois ela pertence agora a uma nova linguagem.” (DAVIDSON,1995a:193)

O relativismo conceitual está baseado na distinção entre analítico – sintético e no dualismo esquema conceitual – conteúdo empírico. Sustenta-se que todas as orações possuem conteúdo empírico. Esse conteúdo empírico é a referência aos fatos do mundo, à experiência, à sensação. Os significados surgem daí assim como as categorias e a estrutura organizadora da língua. Davidson considera esse dualismo esquema conceitual – conteúdo empírico como um novo dogma do empirismo e que não é inteligível ou defensável.

Os elementos constituintes do relativismo conceitual são os seguintes:

1. a linguagem como força organizadora assim como a ciência;
2. o que é organizado se refere ao como da “experiência”;
3. o “fluxo da experiência sensorial” e “evidência física”;
4. as falhas da intertraduzibilidade;

Quando se diz que os esquemas conceituais *organizam, sistematizam, distribuem* o fluxo da experiência e *ajustam, predizem, explicam e enfrentam* o tribunal da experiência, pergunta-se: que entidades devem ser organizadas? Ou é a realidade (o universo, o mundo, a natureza), ou é a experiência (os sucessos, as irritações de superfície, as incitações sensoriais, os *sense-data*, o dado). Depois, o que significa *organizar*? O que fica claro é que a idéia de *organizar* a experiência, não é idéia de *fazê-las com* a experiência. E o que significa *ajustar*?

“Quando falamos de *ajustar* nossa atenção vai para o aparato referencial da língua (predicados, quantificadores, variáveis e termos singulares) às orações completas. São as orações as que predizem (ou se usam para predizer), as que fazem frente às coisas ou tratam delas, as que ajustam nossas incitações sensoriais, as que podem se comparar ou confrontar-se com a evidência. São as orações também que enfrentam o tribunal da experiência...” (DAVIDSON,1995a:198)

A teoria da evidência que se apega à evidência sensorial possível lhe dá o atestado de verdadeiro, porém pode ser falsa. A noção de ajustar-se aos fatos, ou de ser fiel aos fatos, não agrega nada de inteligível ao simples conceito de ser verdadeiro. Nada, nenhuma *coisa*, faz verdadeiras as orações e as teorias. Além do mais, nem toda oração faz menção aos fatos. Exemplo: “minha pele é branca” é verdadeira se e somente se minha pele é branca. Aqui não há referência alguma a um fato, um mundo, uma experiência, ou uma porção de evidência. (DAVIDSON, 1995a:199)

Diante do impasse da impossibilidade nas mudanças dos esquemas conceituais das teorias acima expostas, cabe fazer referência à parte comum ou compartilhada.

“O que precisamos é uma teoria da tradução ou da interpretação que não efetue suposições acerca de significados, conceitos ou crenças compartilhados.” (DAVIDSON, 1995a:200).

Como foi dito acerca da teoria da interpretação, há uma interdependência de crença e significado e desta relação surgem dois aspectos: a atribuição de crenças e a interpretação de orações.

“Admitamos que a fala de um homem só pode ser interpretada por alguém que conheça bastante acerca do que o falante crê (e pretende e quer), e que as distinções sutis entre crenças são impossíveis sem a compreensão da fala.” (DAVIDSON, 1995a:200)

O exemplo (19) dado por Davidson para mostrar como se pode processar a interpretação compartilhada entre falantes: (A e B estão na praia e passa um iate):

(19)

A – (vê um iate navegando)

B – *Olha que bote bonito!*

O que pode ter acontecido? Há uma possibilidade natural de B ter confundido um iate com um bote e tenha formado uma crença falsa. Porém, é um dia claro e a visibilidade perfeita, então B pode ter usado a palavra *bote* tal qual A usa e assim não cometeu erro com respeito às características da embarcação que passava.

“Todo tempo efetuamos estes tipos de interpretações, decidindo em favor da reinterpretação de palavras de modo a preservar uma teoria razoável da crença.” (DAVIDSON, 1995a:201)

Conclui Davidson que se tudo o que conhecemos são orações que o falante considera verdadeiras e sua língua não é a nossa, logo não podemos avançar numa grande parte de suas crenças. Depois, se queremos compreender os outros, devemos aceitar como certos a maior parte de seus assuntos. A política a nos guiar deve levar em consideração a simplicidade, os pressentimentos acerca dos efeitos do condicionamento social, nosso conhecimento científico ou do senso comum, e chegar ao erro explicável.

“Damos por fundamento que a verdade das orações continua sendo relativa à linguagem, mas isto é todo o objetivo que pode chegar a ser. Ao deixar de lado o dualismo de esquema e mundo, não deixamos de lado o mundo, senão que restabelecemos um contato sem mediações com os objetos familiares cujas travessuras e extravagâncias fazem a nossas orações e opiniões verdadeiras ou falsas.”(DAVIDSON, 1995a:203)

A afirmação de Davidson de que o sistema conceitual organiza o sistema natural da realidade destrói toda a pretensão de um jornalismo que busca no mundo externo sua justificação. Os fatos jornalísticos podem ser tidos agora como pontos de vista que os indivíduos com suas culturas e seu tempo examinam os acontecimentos atuais. O ajuste nada mais é que um aparato referencial da língua. A referência agora deve ser compartilhada.

O item seguinte é a elaboração no âmbito da lingüística de teorias que de certa forma receberam influência destes e de outros filósofos da linguagem contemporâneos.

Nossa posição nessa tese tem como pressupostos teóricos as abordagens que se seguem.

## **2.4. A palavra pertence ao processo de referenciação e recategorização e se transforma em objeto de discurso.**

### *2.4.1. A conexão social e pública da linguagem*

Após abandonar a visão essencialista do *Tractatus*, Wittgenstein defende, nas *Investigações Filosóficas*<sup>25</sup>, o caráter social do significado da linguagem natural. Levantemos alguns pontos dessa sua abordagem, sem aprofundá-los, com o intuito de apresentá-los como a origem ou uma das influências que levaram a lingüística, nos dias atuais, a pesquisar o significado social e compartilhado dos enunciados lingüísticos.

De princípio, em (IF 18), Wittgenstein compara a linguagem a uma cidade antiga que traz o novo e o velho e as mais diversas formas de construção, destacando com isso que a linguagem é algo dinâmico que se renova, que traz novos significados e usos. Principalmente, a linguagem nunca pode ser tida como completa, definitiva. Não se pode sequer estabelecer um quadro das expressões lingüísticas, pois elas são enumeráveis (IF 23). Cabe ao lingüista encontrar o significado das palavras e proposições dentro dos seus contextos de uso. As regras da linguagem também são flexíveis.

Em (IF 19), aparece pela primeira vez a expressão ‘forma de vida’: “E representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida.” Isto significa que há um entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem.

---

<sup>25</sup>As citações das *Investigações Filosóficas* serão feitas com as iniciais IF e o número do parágrafo para a primeira parte e acrescenta-se o ordinal II a IF e depois a página correspondente.

Outra contribuição fundamental do filósofo austríaco é a teoria do ‘jogo de linguagem’. “O termo “*jogo de linguagem*” deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida.” (IF 23). A conexão é social, lingüística e extralingüística. Daí ser uma forma de vida. E é por isso também que não poderíamos entender um animal que falasse.(IF,II,216). Jogo de Linguagem é um conceito para organizar o conhecimento do uso da linguagem.

“Assim, ‘jogo de linguagem’ é um conceito que visa organizar ‘nosso conhecimento do uso da linguagem’ (IF,131), um quadro de referência com o qual Wittgenstein compara as situações lingüísticas que causam problemas. Sem ser, como salienta, um conceito dogmático, isto é, ‘ao qual a realidade *deve* corresponder’, são formas simples que nos permitem ver claramente as finalidades e o funcionamento das palavras (IF,130), tornar claras as conexões da linguagem com outras atividades (IF,23). (GLOCK, 1998:225)

Ressalte-se o papel público do jogo de linguagem. Em (IF,56), ele rejeita a idéia de que as imagens de cor, por serem privadas possam ser instrumentos dos jogos de linguagem, porém devem ser públicas. O que ocorre é que as pessoas seguem certas regras “como algo evidente”(IF,238) ou “automaticamente”.

Para Wittgenstein não há uma coisa igual à outra, mas as palavras e expressões parecem uniformizá-las. Pelos exemplos (IF,35) dados já se percebem as diferenças:

1. apontar a forma;
2. apontar este livro;
3. apontar a cadeira, não a mesa;
4. apontar esta coisa;
5. apontar aquela coisa;
6. apontar a cor e não forma;
7. ter em mente a forma;
8. ter em mente a *cor*;

As idéias fundamentais de Wittgenstein levaram filósofos contemporâneos (H.Putnam, Donald Davidson, Michel Dummett, Richard Rorty) a elaborarem teorias mais precisas da formação do significado com caráter social compartilhado. Agora, as palavras não possuem mais uma conexão necessária com os seus referentes. Putnam assevera, por exemplo, que a idéia de que a verdade é uma cópia da realidade não tem mais sustentação. Na realidade os enunciados se encontram dentro dos “padrões de aceitabilidade racional”<sup>26</sup> que as pessoas aderem.

“O mundo empírico, por oposição ao mundo numênico, depende dos nossos critérios de aceitabilidade racional (e vice-versa, naturalmente). Usamos os nossos critérios de aceitabilidade racional para construir um quadro teórico do <<mundo empírico>>, e então à medida que essa imagem se desenvolve revemos os nossos próprios critérios de aceitabilidade racional à luz desse quadro e assim por diante, e assim por diante para sempre.” (PUTNAM, 1992:174).

Esclarecendo melhor a noção de padrões de aceitabilidade racional, o filósofo lembra que tal conceito tem um sentido estrito que é o de aceitar os enunciados como verdadeiros ou falsos, e num sentido lato, há uma aceitação dentro de padrões de clareza e adequação que levam a enunciados relevantes, e significa que o que conta como mundo real depende de nossos valores e interesses. Em outros termos, há para o descritor um conjunto de *conceitos* que se aplica aos objetos do mundo. Esses conceitos estão grávidos de valores e fazem parte de um sistema específico. Assim sendo, concordar com os fatos é concordar com os valores. “Os conceitos são usados na observação e generalização, e são eles próprios tomados legítimos pelo sucesso que temos de usá-los para descrever e generalizar.” (PUTNAM, 1992:182)

A partir de Putnam fica claro a diferença entre teoria causal<sup>27</sup> e teoria social do significado. A primeira determina o significado pelo referente que é a coisa,

---

<sup>26</sup> Os padrões de aceitabilidade racional são os seguintes: 1. O que se considera o modo racional de uma investigação; 2. Os padrões de objetividade; 3. Quando é racional terminar uma investigação; 4. Os fundamentos para se aceitar um veredicto.

<sup>27</sup> Para esclarecer melhor a teoria causal a explicação oferecida por Dummett é a seguinte: a palavra unicórnio pode ter sido originada da observação de certo tipo de animal. E segundo a teoria causal se o unicórnio surgiu



independentemente se os falantes estão de acordo ou não. A segunda leva em conta o conhecimento dos falantes e o acordo que se estabelece entre eles sobre significado de palavras, conceitos e enunciados. O exemplo dado por Putnam para reforçar o caráter social da linguagem é muito esclarecedor:

- a. alguém usa a palavra Olmo mesmo sem saber distinguí-la de um Carvalho(haya);
- b. alguém usa Olmo como sendo da espécie de árvores de climas temperados;
- c. o que ele diz será julgado verdadeiro ou falso (inter alia) de acordo com os falantes que usam a linguagem;
- d. o que ele diz será julgado verdadeiro ou falso pela autoridade científica.(DUMMETT, 1990b:520)

O falante quando diz OLMO (em a.) é porque aceita alguns enunciados sobre olmos como: *Há uma avenida com olmos*, testemunhado por outra pessoa. Este outro, segundo Dummett, será o responsável pela aplicação socialmente acordada. E assim se forma uma cadeia de comunicação.

O exemplo do Olmo levaria Frege, que não aceita o caráter social da linguagem, afirmar que quem não sabe distinguir um olmo de um carvalho não conhece completamente o sentido de olmo, só uma parte. Portanto não haveria o uso do sentido social. Porém, Dummett diz que o falante usaria o sentido sustentado pelo responsável social pela linguagem. Ou o falante usaria apenas um sentido e aproveitaria do sentido socialmente reconhecido que lhe favorecia a comunicação. E mesmo que *não* existisse um sentido social, mas uma variedade de sentidos, a referência permaneceria constante, como é o caso dos nomes próprios de pessoas comuns. (DUMMETT, 1990b:521)

---

da observação do rinoceronte, então o unicórnio existiu. Mas, por outro lado, se a palavra surgiu de uma livre criação, mesmo que tenham existido na terra cavalos com chifre, e os medievais tenham identificado como unicórnios, eles não poderiam existir. (DUMMETT, 1990b:526).

Outro exemplo, dado por Putnam, para explicar como se dá o sentido socialmente aceito, é a dificuldade que pessoas comuns têm de identificar objetos de ouro. Em muitos casos chama-se o especialista que possui um conhecimento que a maioria não possui. Há, nesse caso, o que Putnam chama de trabalho lingüístico.

1. Não se sustém que os falantes só possuam uma compreensão parcial;
2. Não se sustém que os ourives tenham uma compreensão total da palavra ouro;
3. Não se sustém que só os químicos possuem uma compreensão total;
4. Não se sustém que os falantes normais não compreendam cabalmente um termo da linguagem cotidiana;
5. Além disso, os falantes usam a palavra ouro de acordo com os fatos. (Não se deve confundir o termo técnico para ouro, aminoácido, etc da palavra socialmente usada e vice-versa).

A tese de que o significado tem relação com o conhecimento é válida quando considerada como prática lingüística em que cada falante desempenha um papel na comunidade. O conhecimento, no caso do ouro, é um conhecimento que possui essa comunidade lingüística. Na hipótese da descoberta da substância do ouro que é desconhecida dos falantes comuns, o que nós chamamos ouro é distinta dessa substância? Ora, a teoria social diz que mesmo que nunca se chegue a determinar com exatidão os tipos de substância do ouro, o seu sentido comum é que prevalecerá. O sentido, portanto, não é anteriormente dado pela classificação científica, mas pelo seu uso social. A tese do significado relacionado com o conhecimento considera o que a comunidade conhece, e não o que algum falante individual conhece.

#### 2.4.2. A linguagem verbal é contexto da linguagem verbal

Tendo como premissa o caráter social da linguagem é que Maria Margarida Martins Salomão defende a tese de que o *sinal lingüístico guia o processo de significação diretamente no contexto de uso*. O **objeto lingüístico** passa a ser os *processos de construção do sentido* e não a identificação de unidades estruturais ou a predição sobre seqüências bem-formadas. (SALOMÃO, 1999:65). A linguagem passa a ser um instrumento cognitivo. Sendo assim, os temas lingüísticos são: *formação e natureza das categorias, estrutura do léxico e da gramática, domínios conceituais, processos cognitivos, espaços mentais, enquadramentos, analogias e desanalogias, foco e ponto e vista*.

Uma das premissas básicas que leva ao estudo de novos temas lingüísticos diz que há uma **escassez do significante** que se manifesta através da **subdeterminação do significado pelo significante**. A premissa nos leva a concluir que o sentido não está armazenado pronto para ser usado. O sentido e o significado estão sempre em ação. Sendo assim, o significante talvez não seja portador de sentido. O sentido lhe escapa. O sentido é construído.

“Na verdade, as interpretações construídas, perfeitamente triviais como são, incorporam, como dado indiscartável, a **perspectiva de quem as produz**. Como queremos demonstrar, o ‘significado literal’ não mora em parte alguma; não ‘está na linguagem’. (SALOMÃO,1999:67).

Uma segunda premissa diz que o **contexto**<sup>28</sup> não é lingüístico, mas formado por variáveis espaço-temporais, sociais, comunicativos. Ao se falar de **contexto** se fala de **enquadramento**, de **foco** que são resultado da interatividade das diversas semiósis<sup>29</sup>. A dicotomia entre linguagem e contexto deve ser abolida. E no lugar

<sup>28</sup> Contexto para Salomão é: “modo de ação construída socialmente, sustentada interativamente e temporalmente delimitada. Esta definição requer uma concepção de **gramática** diversa dos cognitivistas formalistas. (Salomão,75)

<sup>29</sup> Semiósis no sentido de Morris é o ato de significar. Este ato de significar comporta a semântica (relação do significante com o significado), sintaxe (relação formal do signo com os outros signos do sistema) e pragmática (relação dos signos com o intérprete). ( Monica Rector, *Glossário de semiótica ou semiologia*. Revista Vozes, n8/1974/ano 68, pág.593-605)

dessa dicotomia a distinção poderá ser entre **instruções verbais** na construção de configurações cognitivas e **instruções semiológicas**. A atenção comunicativa pode ser chamada de **instruções, pistas, sinais**. Mesmo sendo **a linguagem verbal o contexto da linguagem verbal**, ela não ocupa o lugar do evento comunicativo<sup>30</sup>.

Pela ênfase dada a **foco** e **enquadramento**, a autora conclui: *interpretar é representar, no sentido dramático de representação*. O que se destaca desta conclusão é que

“**fazer sentido** (ou interpretar) é necessariamente uma operação social na medida em que o sujeito nunca constrói o sentido-em-si, mas sempre para alguém[...] **toda experiência** social é, por sua vez, **sematizante**: só é possível atuar na cena social (de caráter micro ou macro), investindo-a de sentido,...”(SALOMÃO,1999:71).

A interpretação é uma prática interativa, tão social quanto à própria linguagem, já que o sujeito cognitivo é também **persona dramatis**. Nesse processo há um contínuo **reenquadramento**.

“A estabilidade (o grau de ‘realidade objetiva’) reivindicada para estes enquadres deriva do consenso social que se possa estabelecer sobre eles.” (SALOMÃO,1999:74)

#### 2.4.3. A elaboração de objetos de discurso<sup>31</sup> pela lingüística interacional

Aos poucos a noção de sistema de etiquetas lingüísticas vai dando lugar a idéia de que os sujeitos constroem através de práticas discursivas e cognitivas

<sup>30</sup> A autora apresenta exemplos de **anáforas** sem antecedentes para mostrar que esse tipo de anáfora é provido por ‘modelos cognitivos idealizados’ levando em consideração, portanto, o contexto do evento comunicativo.

<sup>31</sup> “A referência remete a um conjunto de meios que permitem coordenar interativamente dois sistemas da atenção: um orientado para um foco da atenção (o objeto), outro orientado para o ouvinte. É importante ver que os referentes que estão envolvidos neste processo são numa certa perspectiva, ficções semióticas, e não muitos seguros dos *realia* que preexistiriam à interação. Seguindo os trabalhos de Grize (1982, 1996), eu nomearei estes objetos de “objetos de discurso”. Teremos ocasião de ver que um objeto de discurso pode ser uma instância referencial sub-determinada e efêmera.” (APOTHÉLOZ, *Referer sans expression referentielle: Gestion de la référence dans des sequences metalinguistiques produites dans une tache de redaction conversationale*. E. Nemeth (ed), *Pragmatic in 2000 Selected Papers from the 7th International Pragmatics Conference*, Vol.2. Antwerp: IprA...

socialmente e culturalmente situadas as versões públicas do mundo. Partilhando da mesma concepção acima apresentada, Lorenza Mondada e Danièle Dubois reafirmam que as categorias e os objetos de discurso não são pré-existentes, mas se elaboram no decorrer das atividades e se transformam segundo os contextos. O objeto de discurso é naturalmente instável na sua constituição.

A linguagem ordinária e a ciência repousam no poder referencial da linguagem que é fundamentada e legitimada pela relação direta entre palavras e coisas. Segundo as autoras, as ciências cognitivas tentam a reatualizar estas questões quando pressupõem um mundo já discretizado em objetos ou entidades independentes dos sujeitos. O que se evidencia é uma linguagem como espelho do mundo. Assim sendo, cabe questionar o próprio processo de discretização em si mesmo.

“Nós gostaríamos de sublinhar que no lugar de pressupor uma estabilidade a priori de entidades no mundo e na linguagem, é possível de reconsiderar a questão partindo da instabilidade constitutiva das categorias cognitivas e lingüísticas, assim como de seus processos de estabilização.” (MONDADA / DUBOIS,1995:273-302).

O princípio agora estabelecido é que categorias cognitivas ou lingüísticas são *instáveis*, isto é, não existem a priori como entidades ontológicas. Assim, o que se deve analisar é o processo de discretização e o processo de estabilização de categorias. Como consequência, em vez de se falar de referência (palavra / mundo), deve-se falar de *referenciação* e de *categorização*. A *referenciação* significa a relação entre o texto e a parte não lingüística da prática onde ela é produzida e interpretada, segundo Rastier. Esta prática é

“uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo.” (MONDADA / DUBOIS,1995:276)

O processo de discretização cria um mundo estabilizado por categorias manifestadas no discurso dos indivíduos. Essa estabilidade resultante cria a ilusão de um mundo objetivo, ou um mundo pronto a ser penhorado cognitivamente pelos indivíduos. Esse mundo é um efeito de objetividade e de realidade. Daí que é importante analisar como se processa essa estabilidade.

Segundo a teoria dos protótipos de Rosch, citada pelas autoras, a organização do conhecimento humano é motivada por fins adaptativos. E como as categorias são mal formadas, há sempre uma instabilidade entre as palavras e as coisas. Para solucionar estes problemas é que recursos anafóricos e contextuais são usados para que se chegue a acordos associativos. Os acordos resultantes da referenciação fazem brotar os ‘objetos de discurso’. Não é questão de encontrar a palavra certa. O que vale é o processo de discretizar os objetos do mundo que são contínuos e não entidades discretas.

Ressalte-se que os indivíduos agem cognitivamente, no nível psicológico, para categorizar e não apenas para reconhecer objetos no mundo pré-existentes. Em outros termos, significa que o mundo não se dá segundo suas propriedades intrínsecas ou ontológicas. São os sujeitos que constroem esse mundo.

A construção discursiva dos objetos, segundo Mondada / Dubois, “é estabelecida discursivamente, emergindo das práticas simbólicas e intersubjetivas.” (MONDADA / DUBOIS,1995:288). Outras conclusões: **a.** é uma ilusão pensar em uma descrição única do mundo; **b.** há uma dependência contextual numa descrição de mundo; **c.** não há falha no sistema lingüístico e cognitivo, mas as situações levam a categorizações adaptativas; **d.** a descrição do mundo é sempre incompleta; **e.** as descrições não ficam caóticas porque os sujeitos possuem estruturas cognitivas memoriais que tornam possível a estabilidade do mundo pelo procedimento sistemático de organizar a co-construção dos objetos de discurso. (MONDADA / DUBOIS,1995:291)

A estabilização se produz através de

### **a).Protótipos**

Protótipos são construções dinâmicas e representações estabilizadas e armazenadas na memória. É um modelo de conceito que possui uma estrutura central ou típica de membros de uma categoria. Os protótipos acentuam o status de representações estruturadas e estabilizadas. “O sistema cognitivo construirá com a ajuda dos protótipos das variantes psicológicas que fornecem uma estabilidade às interpretações que os humanos fazem do mundo.”. (MONDADA / DUBOIS,1995:292). Quando um protótipo torna-se um objeto socialmente distribuído e estabilizado no seio de um grupo de sujeitos, ele se torna um *estereótipo*.

### **b).Nomes**

Os nomes como marcas correspondem aos protótipos e contribuem para sua estabilização de diferentes processos. Eles correspondem às unidades discretas da língua, permitindo a descontextualização e garantindo a invariância através do contexto.<sup>32</sup>

### **c).Anáforas**

Os referentes *evolutivos* dizem respeito às transformações que sofrem os referentes do discurso. As anáforas, por seu turno, podem estabilizar ou focalizar uma denominação particular e excluindo outras possibilidades disponíveis dentro do texto. Exemplo de elemento modalizador baseado na oposição entre o que é visto e o que é dito, é a anáfora que seleciona a primeira e exclui a segunda descrição. Veja o exemplo (20) em Mondada/Dubois (1995:294):

(20)

---

<sup>32</sup> Mondada e Dubois dizem que a teoria dos protótipos de Rosch reduz a língua a uma nomenclatura, denominação e uma cartografia sobre coisas. (Monda / Dubois,1995:293)

Encontra-se *uma abóbada isolada*, na sua cobertura interior, que se diz ser *o túmulo de Agripina. Esta abóbada....* (Cochin, *Voyage d'Italie*, Paris, 1758, vol.1.213)

#### **d).Repetições**

Uma marca sintagmática e estabilizadora de uma categoria pode ser feita pela repetição. Exemplo (21) em Mondada/Dubois (1995:295):

(21)

(14) A cidade, *pois é uma cidade*, se compõe de quarenta a cinquenta casas, que rodeiam uma alta e forte muralha, para os proteger dos bandidos de terra e do mar. (Simond, *Voyage en Italie et en Sicile*, Paris, 1928,vol.2.34).

#### *2.4.4. Concepção construtivista do referente ou o referente é objeto de discurso*

A posição construtivista é uma posição não realista da referência lingüística. Isto quer dizer que se renuncia a ter ‘coisas’ como referentes. O referente passa a ser o *objeto de discurso* que é uma concepção representacional. A construção do objeto de discurso será o resultado dos condicionamentos sócio-culturais e pragmáticos dos designadores lingüísticos. O sentido referencial como extensional e coisificado do termo não terá prioridade.

Denis Apothéloz e Marie-José Reichler-Béguelin defendem a posição teórica exposta acima e rejeitam as explicações oriundas da psicologia e da metafísica que orientam as conformações sintáticas para referentes em transformação. Advogam que a designação e a categorização são procedimentos originados no uso interacional dos participantes de um língua. Assim como Mondada, reafirmam que “os *objetos de discurso* não preexistem ‘naturalmente’ à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser conhecidos como os produtos – fundamentalmente culturais – desta atividade.” (APOTHÉLOZ-



BÉGUELIN,1995:229). O estudo que se segue é centrado nos *referentes evolutivos* e suas designações.

Os referentes “evolutivos” (criação de G.Brown & G.Yules) são estudados com o intuito de possibilitar a mudança pronominal quando seguido de enunciado que descreve processos de transformação. Todas as explicações e exemplos oferecidos por Charolles e Schnedecker, como a mistura de água e whisky, açúcar e café etc, levam sempre em consideração o objeto fora do texto, a coisa como referente, o que não é aceitável. Ora, para Apothéloz – Béguelin só existe uma regra a seguir:

**“um só caminho cientificamente válido e epistemologicamente aceitável é a observação dos comportamentos lingüísticos efetivos.”**

(Apothéloz-Béguelin,1995:234)

O papel do lingüista é registrar as práticas de fala dos usuários e dar conta delas. Só isso. Portanto, não se deve querer fazer da linguagem um decalque da realidade, nem confundir a impossibilidade gramatical com impossibilidade referencial. Pois, a gramática real procura o emprego correto entre palavras e coisas, mas é incapaz de dar conta da *infinita variedade de condições* que os sujeitos enfrentam para categorizar o mundo. (APOTHÉLOZ-BÉGUELIN,1995:238)

Por princípio, (APOTHÉLOZ-BÉGUELIN,1995:238) refutam conferir qualquer preeminência para a relação palavra – coisa e recusam colocar o falante como *simples instância de registro e de reprodução* desta relação.

Abandonando os problemas filosóficos, o fundamental é o seguinte:

“uma vez promovido ao status de objetos de discurso, ou assimilados a alguma prática social, a identidade destes *realia* tornam-se produto de uma interação entre o sujeito humano e suas circunstâncias.” (APOTHÉLOZ-BÉGUELIN,1995:239)

Definições e distinções são necessárias para evitar confusões entre referente do mundo e objeto de discurso, já que os objetos são construídos culturalmente. Em outros termos, *referente evolutivo* é um termo ambíguo para falar de coisa extralingüística e o *objeto de discurso* que é uma representação alimentada pela atividade da fala.

“Nosso esforço não é sobre a metamorfose que afetam os objetos do mundo extralingüístico, mas *sobre aqueles que afetam a bagagem de conhecimentos que dispõem, a cada momento do discurso, os interlocutores a propósito de um referente dado*, bagagem de conhecimentos que constitui, propriamente falando, a identidade do objeto de discurso. [...] Todo objeto de discurso é, por definição, evolutivo, pois cada predicação modifica seu status informacional em memória discursiva – mesmo que permaneça uma predicação não transformacional tal qual *permanecer sentado* ou *não mexer*.” (APOTHÉLOZ-BÉGUELIN,1995:239-240)

Duas observações importantes: **1.** A identidade dos objetos de discurso integra necessariamente alguns parâmetros referenciais (no sentido extensional do termo); **2.** A interpretação de expressões referenciais solicita constantemente nosso conhecimento e nossa experiência das propriedades do mundo ‘real’. (APOTHÉLOZ-BÉGUELIN,1995:240) Última observação: os itens 1 e 2 não dispensam o parâmetro relacional na elaboração de objetos de discurso. Caso contrário, o lingüista deixa de fazer lingüística.

Agora que se tem mais clareza sobre a identidade dos objetos de discurso, resta investigar como o falante intervém no processo de designação. Vejamos os principais:

**Léxico** - De princípio, ele tem as palavras (léxico) que são instrumentos quase sempre *polissêmicos* e *parasinonímicos*. Esse léxico é usado não como etiquetas dos *realia*, mas como finalizações de categorização, pois toda categorização é provisória.

**Intersubjetividade** – A designação é um ato intersubjetivo, onde os falantes se exprimem pelo livre arbítrio e estratégias persuasivas dos sujeitos. “As anáforas

lexicais, [...] são utilizadas *pele fato mesmo* que o objeto designado já está identificado, e em geral denominado, no modelo do mundo construído pelo discurso.”(APOTHÉLOZ-BÉGUELIN,1995:24)

**Contexto** – O locutor pode selecionar, categorizar ou modular a expressão referencial de acordo com o momento. Essa recategorização pode ser *argumentativa, social, polifônica, estética-conotativa*.

**Standard** – Na designação do referente é possível descartar a denominação standard ou de *nível de base* da categorização, no sentido roschiano.

**Metalepse**<sup>33</sup> / *metonímia* – Na designação é possível ignorar as transformações do referente assim como o seu futuro ou mudança futura. Isto se viabiliza pelo uso das figuras de linguagem denominadas de *metalepse* ou *metonímia “cronológica”* ou *“metaléptica”*.

**Adequação / legitimação** – Os falantes procuram adequar e legitimar suas designações através de emendas e reprogramações.

O que pode acontecer com as designações quando da ocorrência da evolução da referência? Apothéloz / Béguelin apresentam 3 momentos de emprego de expressões referenciais como anafóricas.

1. O objeto de discurso sofre uma transformação *no momento mesmo de sua designação anafórica*, mas sem relação com transformações anteriores do objeto. É o anafórico que marca ou opera a transformação. O anafórico não tem a função apenas de ser referencial, ele é também capaz de modificar o objeto.

2. O objeto de discurso foi modificado na predicação, mas a designação anafórica *não leva em consideração estas modificações.* É a recíproca do precedente.

3. O objeto de discurso sofre várias modificações pela predicação e a designação anafórica *homologa estas modificações.* É o caso dos ‘referentes

---

<sup>33</sup> **Metalepse** designa uma entidade submissa a um vir-à-ser ou a um processo de transformação, seja por referência a um estado anterior, seja por referência a um estado posterior, previsível, de sua evolução. (Apothéloz-Béguelin,1995:243)

evolutivos', mas a expressão anafórica *não toma todo o seu sentido quando confrontado com os dois anteriores*. (APOTHÉLOZ-BÉGUELIN,1995:246)

Em resumo: a referência é um problema que concerne às operações efetuadas pelos sujeitos falantes na medida em que desenvolvem seu discurso.

Ainda: “O problema da escolha das denominações não deve ser posto em relação entre linguagem e mundo, mas no interior do próprio discurso.” (APOTHÉLOZ-BÉGUELIN,1995:266)

“Fica em suspenso a questão difícil de saber como obter, nos discursos, o efeito (ou ilusão) de uma estabilidade referencial”[...] O fato mesmo das propriedades semânticas das designações ditas rígidas, um tal objeto de discurso apareça como estável tanto quanto um objeto de memória: sua identidade pode dar a ilusão de ser independente das predicções feitas do objeto, quando o conhecimento que se tem dele evolui durante o discurso. Mas é preciso ter claro que a co-referência resulta agora mais em bloqueios interpretativos do decodificador, que das transformações sofridas ou não sofridas, concretamente ou semioticamente pela referência discursiva.”( APOTHÉLOZ-BÉGUELIN,1995:266-267).

### 3. O MUNDO CONSTRUÍDO DO JORNALISMO

Formamos a *imagem* da Terra como sendo uma bola flutuando livre no espaço e não se alterando essencialmente numa centena de anos. Eu disse <<*formamos* a imagem, etc.>> e esta imagem ajuda-nos agora no juízo que formamos de várias situações.

(WITTGENSTEIN - *Da Certeza*, § 146)

●O jornalismo informativo (notícia, reportagem e entrevista) é uma apresentação do mundo e, sobretudo, constitui o mundo construindo uma configuração da “realidade”. A imagem do mundo que todos nós possuímos leva nossos pensamentos, crenças e juízos a estabelecerem coordenadas entre essa imagem do mundo e a realidade em que agimos. As ações das pessoas vão refletir uma “forma de vida” que por sua vez pressupõe uma aceitabilidade dessa imagem de mundo. O jornalismo vai destacar aqueles fatos que mais revelam os valores e crenças da sociedade naquele momento histórico. Devemos alertar, no entanto, que o mérito dos fatos jornalísticos está nas pessoas que aparecem como agentes ou pacientes deles. São personagens escolhidos como protótipos ou representantes categoriais da comédia humana. Suas ações vão mapeando os significados do mundo, descobrindo relações e mostrando os sistemas de conhecimento e comunicação. Neste capítulo, temos dois conjuntos de análise. No primeiro, demonstramos como os “agentes – pacientes” da notícia são enquadrados dentro de um espaço ou lugares reservados dentro do mundo institucional. A cada lugar vai corresponder um comportamento específico que tenta explicar sua ação aparentemente sem causalidade viável. Os papéis de cada personagem também são detalhados com o intuito de correspondência

de um discurso próprio. É nesse jogo de linguagem que o leitor/ouvinte/telespectador participa intersubjetivamente os significados do mundo. Na apreciação que fazemos dos textos, nos valem os conceitos de *intencionalidade*, *dêixis* e outros relacionados como “contexto”, “acordo com a realidade” e função “interpessoal” da linguagem e da comunicação. No segundo grupo, a noção de **metáfora** é examinada como possibilidade de extrapolação do sentido meramente factual da notícia para o âmbito das vivências e formas de vida do leitor.

●Este capítulo leva em consideração três pressupostos:

**A – Mundo natural / institucional / estado de coisas.** A função do jornalismo é reforçar as formas estabilizadas / institucionalizadas da sociedade (cap 4). Quase sempre o estado de coisas é o que é dizível ou descrito ou é pela tradução lingüística do mundo que conhecemos e formamos uma imagem. É esse mundo (aqui e agora) que serve como cenário referencial para a notícia e a reportagem. Admitimos, no entanto, que este mundo não é um mundo pronto para ser dito, mas construído de forma interativa e discursiva pelos falantes. Assim, o leitor lê o jornal não pela notícia em si, mas para confirmar sua situação no mundo ou seu acordo com a realidade. Do ponto de vista sociológico e psicológico, o leitor se sente pertencendo a uma comunidade como membro efetivo e não como um ser marginal.

**B – Notícia / fato jornalístico.** A notícia, como já vimos, é o relato de alguma ação não esperada que tenta se insurgir contra o statu quo. Porém, em tese, e paradoxalmente, *não é a notícia que atrai o leitor / ouvinte / telespectador, mas a impotência da notícia para mudar algo*. Sua atração, que já foi detalhada na Introdução, se mede pela maior ou menor identificação do leitor/ouvinte/telespectador com a reportagem.

**C – Personagens da notícia** - Os sujeitos dos fatos noticiados fazem parte, são membros de **A** e por isso devem possuir um comportamento de cumprimento de suas funções dentro da sociedade conforme a fórmula (X equivale Y em C) (cap.I). Como os agentes/pacientes da notícia apresentam, mesmo que parcialmente em alguns aspectos, uma ação que vai contra os princípios de comportamento social ou agem com objetivo de provocar mudanças, serão vistos como tendo algum desvio de adaptação social, que podem ser de ordem pessoal / individual ou pública.

●No primeiro conjunto, centraremos nossas análises no fazer e no dizer dos dois principais personagens do corpus: Nicéa Pitta e Antônio Carlos Magalhães. O tratamento dado pelos jornais e revistas à (ex)-primeira-dama de São Paulo tenta buscar causas da sua atitude de denunciar o marido e prefeito de São Paulo; Celso Pitta. A imprensa procura na vida pessoal e particular do personagem algo que explique sua atitude, mas também parece desqualificar seu discurso e as denúncias que fez. Já para o senador o tratamento fica restrito as incoerências do próprio discurso político em relação ao seu passado dado como aliado das forças da direita. No segundo grupo, os textos analisados são da primeira semana de março/2000 e da última de abril/2000, precisamente o início das denúncias contra Celso Pitta e a aprovação do impeachment. No caso do salário mínimo, os exemplos partem das primeiras propostas de valor até a sua aprovação final.

### **3.1.Acordo com a realidade**

Os seres humanos, mesmo que possuam formas de vida diferentes, isto é cultura, lugar de referência, se comunicam entre si. Isto porque há bases de intercomunicações possíveis. Porque mesmo diante de outras formas de vida, há a possibilidade de se compreender. A capacidade da comunicação interpessoal vem do fato de que muito do que sabemos individualmente é também sabido por pessoas sensatas. E “o homem sensato não tem certas dúvidas”, diz Wittgenstein (C 220).

Seria uma insensatez, por exemplo, duvidar que a terra existia antes do meu nascimento, ou que vivo fora da lua.(C 325).

Como existem inúmeros jogos de linguagem, a natureza do entendimento entre as pessoas vem do conceito do sentido de adequação. Uma adequação para uma ordem dada precisa que o outro obedeça para que o jogo de linguagem se cumpra. Numa desobediência o jogo pode modificar-se para nova situação. Assim, para que os interlocutores articulem uma harmonia entre o pensamento e a realidade, é preciso que o mundo não se modifique tão rapidamente. Não obstante, há na realidade modificações que não são pertinentes e que na lingüística são denominadas ou classificadas como *categorias* ou ainda como o *referente evolutivo*.

A idéia de <<concordância com a realidade>>, segundo Wittgenstein não tem uma aplicação clara, no entanto, é partindo de um exemplo eleito como padrão que passa a funcionar como *imagem* dentro de um processo de comunicação “A imagem da Terra como uma bola é uma *boa* imagem, comprovada em toda parte, e também uma imagem simples – resumindo, utilizamo-la sem duvidar dela.” (C 147). A imagem funciona como paradigma na sistematização de nossos discursos. Em outros termos, podemos dizer que os fatos pressupostos e tidos como indubitáveis tornam-se generalidades e se fixam como partes de uma imagem de mundo.

O jornalismo, no nosso caso específico, parte de uma imagem de mundo não negada pela audiência, mas também sabe que há várias formas de vida e que é possível provocar um entrelaçamento entre elas. E como isso é possível? Wittgenstein responde:

Posso imaginar um homem que tenha sido educado em circunstâncias muito especiais e a quem tenha ensinado que a origem da Terra data de há 50 anos e que, portanto, acredite nisso. Podíamos ensiná-lo: a Terra existe há...etc...Estariamos a tentar dar-lhe a nossa imagem de mundo. Isso aconteceria através de uma espécie de *persuasão*.” (C 262)

O aceito e o dado são formas de vida que aparecem como *esquema conceitual* (cap.2.-2.3.4), como *processo iteracional* (cap.1-1.5) e como *pressuposições* (cap.4.-



4.2), porém não há segurança de que os interlocutores participem ou conheçam as mesmas formas de vida. Entenda-se, no entanto, que “forma de vida” nunca é algo individual, mas coletivo. Assim, quando Wittgenstein definiu a linguagem como “forma de vida” queria dar-lhe este caráter de não-privado. Todavia, há um modo de ser da humanidade que traz elementos comuns que facilitam o intercâmbio de informações de várias partes do mundo. Para novos conhecimentos ou informações que não compartilham do conhecimento comum, o jornalismo utiliza a *persuasão*. O singular, portanto, que é apresentado ao leitor, adquire sentido dentro de um sistema introduzido persuasivamente. É o que estamos chamando de tratamento da notícia. Vejamos um exemplo em que o universo apresentado não pertence à maioria dos leitores, contudo, é facilmente percebido por todos. O texto (54) mostra o mundo que Nicéa Pitta perdeu quando resolveu denunciar irregularidades na prefeitura de São Paulo. (O sinal gráfico ▶...◀ indica que há texto antes ou depois do texto analisado).

(54)[P211Vm22]<sup>34</sup>

▶...◀ abriu mão de uma vida financeiramente promissora para mergulhar no inferno. Deixou para trás a paparicação das senhoras da alta sociedade, dos ambientes de luxo, dos empresários, dos lobistas, das viagens internacionais, dos presentes e do dinheiro fácil. ▶...◀

### 3.2. Intersubjetividade

O texto jornalístico é estruturado predominantemente de *enunciados relatados* (Maingueneau) ou *discursos representados* (Fairclough), isto é, há muitos outros textos que o redator, que procura não aparecer, credita aos envolvidos nos fatos jornalísticos. Outra característica do discurso jornalístico é

---

<sup>34</sup> A codificação dos textos do corpus é o seguinte: (54)[P211Vm22] – (54) = ordem de aparecimento do exemplo na tese; [P = nome do arquivo/ P de Política (Pitta) e E de economia/Salário Mínimo; 211 = número dentro do arquivo; V = nome do veículo / V de Veja, F de Folha de S.Paulo, J de Jornal do Commercio e Ie de Isto é; m = mês do ano/ m de março e a de abril; 22 = dia do mês. Após a data pode aparecer a quantidade de textos referentes ao mesmo assunto, exemplo: [P7Fm121-6], sendo 1 a primeira matéria do conjunto de 6.

aparecer como um discurso da *objetividade* do mundo externo que pensamos ser acessível a todos. Na verdade, como temos demonstrado até aqui, há uma *intersubjetividade* em que interlocutores contribuem para a compreensão da objetividade do mundo. Tanto os produtores da notícia quanto os leitores / ouvinte / telespectadores compartilham a construção do sentido da notícia, já que a linguagem supõe a referência a critérios públicos do uso lingüístico. Em outros termos, os estados mentais, as percepções e as sensações precisam de critérios públicos que regulem o uso das expressões.

No dizer de Benveniste (1991:286), “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso.” Assim, mesmo o enunciado relatado traz um *eu*, um *sujeito* que polariza todas as relações do discurso. No jornalismo há um certo rigor em especificar a posição de cada sujeito nos espaços físicos assim como seus lugares dentro da pirâmide social. Com isso, é possível verificar as nuances do pensamento assim como interpretar o relato como modalizado no discurso segundo.

O que queremos enfatizar é que a subjetividade ou a intersubjetividade do texto jornalístico, ao contrário de torná-lo “subjetivo”, é um meio enriquecedor da “objetividade do mundo”. Um exemplo nos ajudará a compreender como os fatos podem ser organizados buscando uma racionalização. Quatro dias após as denúncias de Nicéa Pitta, a professora Hebe Tolosa, que foi secretária municipal da Educação entre março e outubro de 1998, disse que Nicéa Pitta “tentou controlar órgão da secretaria responsável por compras, licitações e reformas das escolas, quando Hebe era secretária.” O texto seguinte (90) parte das declarações da professora para construir a motivação da atitude de Nicéa assim como iniciar um perfil dela.

(90)[P9Fm142-14]

▶...◀Anteontem, o prefeito Celso Pitta disse que não foi possível uma reconciliação com Nicéa porque “não era uma questão afetiva que estava em jogo, mas sim a

interferência que ela (Nicéa) insistia em ter na administração da cidade de São Paulo”. ▶...◀

A notícia (90) traz o testemunho de pessoas que conviveram e presenciaram o comportamento de Nicéa Pitta que procura passar a idéia de informação objetiva. No entanto, são enunciados “subjetivos” que prevalecem. Até a voz de Nicéa Pitta entra como discurso indireto citado pelo seu ex-marido. E o que é dito em jornalismo não mais se apaga, pois mesmo a negação torna presente o dito original. Os fatos relacionados à vida afetiva (particular) de Nicéa Pitta predominarão, no decorrer das investigações do caso pittagate, sobre sua vida na esfera pública, portanto, diferentemente, do que afirma Celso Pitta em (90).

### **3.3. Intencionalidade**

Intencionalidade é definida por Searle (1995:1) como sendo “aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo.” Quando a intencionalidade tem uma direção de ajuste entre o conteúdo proposicional e o mundo (Cap.1.-1.1), o portador desse estado deve saber distinguir entre a realização e a frustração desse estado. O que importa é sua atitude com relação ao conteúdo proposicional. Como os enunciados jornalísticos podem ser classificados como atos ilocucionários assertivos que têm como um dos seus propósitos primários transmitir informações, os interlocutores da notícia não só comunicam aquilo que acreditam, como também asseguram a correspondência da informação com o mundo extra-mental. Mas, aquilo que os interlocutores acreditam – o evento real passado – não é o que torna a crença verdadeira, e sim um evento relacionado que ocorre agora na minha mente. Assim sendo, os relatos jornalísticos podem ser considerados como intencionais e garantidos pela gramática da linguagem, isto é, são as regras gramaticais que estabelecem como a expressão do pensamento se transforma em enunciados.

Relacionado com a intencionalidade há o conceito de *background* que Searle (1995a:196-219) define como “um conjunto de capacidades mentais não-representacionais que permite a ocorrência de toda representação.” Qualquer intenção que possamos ter só pode ser a intenção que é, porque faz parte de uma Rede de outras crenças e desejos. Rede é aqui entendida como o conjunto holístico de: *situação de vida real, crenças, desejos, esperanças, temores, ansiedades, antegosos, sentimentos de frustração e de satisfação*. O Background é, portanto, a pré-condição da intencionalidade e nos capacita a ter formas particulares de Intencionalidade. O Background também facilita a interpretação dos enunciados que se dá por meio de inferências que por sua vez supõem um contexto que é formado dentro do processo de comunicação.

Um debate entre o ministro da fazenda Pedro Malan e o senador Antonio Carlos Magalhães a respeito do novo valor do salário mínimo mostrará que a expressão do pensamento de cada um favorece uma interpretação convencional agregada no enunciado e uma outra interpretação fornecida pelo Background. A contenda gira em torno do novo valor do salário mínimo que até o momento é de R\$ 136. O PFL e Antonio Carlos Magalhães querem que ele passe para R\$ 180, enquanto a equipe econômica (Pedro Malan) diz que só é possível aumentar para R\$ 150. O exemplo (91) revela como ACM e Malan parecem referir contextos diferentes.

(91)[E30Fm211-4]

**ACM:** “Pense (referindo-se ao ministro) que o salário mínimo não pode ter um aumento de apenas R\$ 14. Isso é ofensivo ao trabalhador brasileiro e à sociedade.”

**MALAN:** “Nós temos de ser racionais na discussão do valor do mínimo. É preciso fazer um estudo profundo da situação e acabar com o achismo.” [...] “O Brasil gasta 21% do PIB com o social. Só que esse gasto beneficia mais os não-pobres do que os verdadeiramente pobres do país”.

O que diz ACM é perfeitamente aceito pelo leitor, mas numa interpretação que vai além do que está escrito no enunciado, dirá que o valor atual e as propostas de novos valores do salário mínimo (R\$ 150 ou R\$ 180) não cobrem as necessidades mínimas do trabalhador. O conhecimento de fatos passados dirá que ACM sempre apoiou os mínimos aumentos dados pelos governos, e que seu discurso atual não coincide com suas posições partidárias e ideológicas etc. Podemos, talvez, concluir que a Intencionalidade expressa por ACM dirige-se para objetos fora da vida real. Já o discurso de Malan permanece na mesma esfera do senador, só que usando uma forma de expressão textual que demonstre racionalidade ou uma racionalização para justificar a proposta do governo. Quando diz que 21% do PIB é gasto com o social, ele simplesmente pretende dificultar a compreensão do caso, pois “social” estará sendo usado como sinônimo de pobres ou se contrapõe ao econômico?

Vimos anteriormente, (cap. 1.-1.4.3) que a implicatura conversacional de Grice também dá ênfase ao conceito de intencionalidade. É o falante que intencionalmente profere enunciados com significados. É este significado do falante que passa a ser deduzido por inferência pelo ouvinte. No caso do jornalismo, o leitor/ouvinte/telespectador deverá ter condições de chegar até a informação percebendo a significação dada pelo texto escrito / notícia. Como vimos, o jornalismo supõe conhecimentos prévios dos leitores tanto nos contextos de situação quanto pela textualização.

### **3.4. O fato singular (jornalístico) e o seu Contexto**

Frege na obra *Fundamentos da Aritmética*, § 62 estabeleceu o seguinte “princípio de contexto”: *apenas no contexto de uma proposição as palavras significam algo*. Para muitos comentaristas, o princípio quer dizer que a unidade mínima do significado não está na palavra, mas na oração, que passa a ser também o elemento primário de significação para muitos lingüistas. A consequência natural

desta abordagem é que para se compreender uma oração é preciso compreender os significados dos seus elementos constituintes. Wittgenstein que adotou esse princípio no *Tractatus* (§3.314), e que não o refutou totalmente nas *Investigações Filosóficas*, diz que o significado, pelo menos em parte, depende da forma como essa oração é usada numa situação discursiva particular. Em outros termos, a compreensão dos componentes e o seu modo de combinação em uma oração não são condições suficientes para sua compreensão. As formas gramaticais das proposições quase sempre precisam de compreensão além da sua expressão canônica. Um exemplo é a oração “Guerra é guerra” em que sua forma não expressa a lei de identidade. Daí porque muitos estudiosos negam a existência dos significados literais e, como Wittgenstein, dizem que o significado das palavras está incorporado em um *jogo de linguagem*. Assim sendo, pode uma palavra possuir um significado dentro do contexto de uma oração quando faz parte de um jogo de linguagem, porém terá o significado modificado quando pertencer a outro jogo de linguagem. Deste modo, “compreender uma frase significa compreender uma linguagem. Compreender uma linguagem significa dominar uma técnica: (IF 199). Compreender os jogos de linguagem é compreender aspectos da realidade e participar de formas de vida. Não esquecendo que o conceito wittgensteiniano de *formas de vida* enfatiza o entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem. Podemos concluir, portanto, que os jogos de linguagem estão relacionados com atividades não lingüísticas e devem ser compreendidos dentro desse contexto. É por isso que Wittgenstein diz que “representar uma linguagem equivale representar uma forma de vida” (IF 19). Segue-se daí que nossas atitudes proposicionais devem levar em consideração o ambiente em que os comportamentos expressos lingüisticamente estão envolvidos. “Tal ‘contexto’ não é fornecido por episódios mentais concomitantes, mas antes (a) pelas capacidades do sujeito; (b) por ‘toda história do incidente’, aquilo que apareceu antes e depois; (c) o contexto social, isto é, a existência de certos jogos de linguagem na comunidade lingüística do sujeito.” (GLOCK,1998:178). O modo, portanto, de

conceber um objeto particular é algo que faz parte de um pensamento completo. Um objeto ou um fato particular, fato jornalístico, não faz sentido independente do contexto que está inserido. Formulação semelhante é dada por Salomão (1999:75), quando diz que “contexto é o modo de ação construída socialmente, sustentada interativamente e temporalmente delimitada.” (cap.2.–2.4.1). Deste modo, o “caso pttagate” e “o novo salário mínimo” ganham relevância significativa quando: a) os papéis e as ações dos envolvidos se coadunam ou não com o status de função de cada um; b) os eventos estão relatados dentro de uma temporalidade e principalmente relacionados para que se perceba uma certa continuidade de ação; c) os jogos de linguagem existentes entre os participantes do fato jornalístico delimitam ou direcionam a sua compreensão para o âmbito da comunidade lingüística dos sujeitos. No **quadro 4 – Temas das primeiras matérias**, (cap.4-4.1), relacionamos os principais envolvidos no caso pttagate, os eventos e atos de fala dos personagens. A temporalidade, espaços e cenários dos fatos, dados importantes e fundamentais para a relevância jornalística, aparecem nos textos ao longo desse trabalho e mais precisamente na análise da dêixis de espaço. Não esqueçamos que são os discursos destes personagens e de outras fontes que vão tecendo o quadro informativo / jornalístico que é apresentado aos leitores / ouvintes / telespectadores que, por sua vez, receberão a mensagem que sofrerá novas construções sem que haja necessidade de contato com a experiência.

### **3.5. Outros conceitos de contexto**

#### *3.5.1. Contexto de situação*

Segundo Brown & Yule (1993), a valorização do contexto na interpretação dos enunciados teve início nos anos 70, quando os lingüistas, partindo das pesquisas filosóficas mais ligadas à inferência, pressuposições e implicaturas, passaram para um estudo mais relacionado aos aspectos de contexto. F.R. Firth, por exemplo, encaixa a mensagem no contexto social e generaliza os significados

dentro de um contexto específico. Ele diz que o estilo e a linguagem de eventos do sujeito são construídos pelo **contexto de situação** que obedece às seguintes categorias:

*A – aspectos relevantes dos participantes: pessoas, personalidades.*

*(i) A ação verbal dos participantes.*

*(ii) A ação não-verbal dos participantes.*

*B – Objetos relevantes.*

*C – O efeito da ação social*

O lingüista Dell Hymes enfatizando os aspectos etnográficos da comunicação de eventos coloca o contexto como essencial, pois identifica um tipo de interpretação e o limita eliminando possíveis significados de outros contextos. Especificando as categorias de Firth ele diz que o **emissor** é o locutor / escritor que produz as mensagens e o **destinatário** é o ouvinte / leitor, isto é o receptor da mensagem. Posteriormente, Hymes acrescentou a questão da audiência que com os demais elementos são essenciais para interpretar uma mensagem. Adicionou ainda as categorias como o **tópico** ou foco referencial e **cenário** (setting) que são termos ligados a lugar, tempo e relações físicas dos autores atuantes, como os aspectos de postura, expressão facial, expectativas etc. Por último incluiu os componentes como o **meio** (canais vocais, não vocais), o **código** (linguagem e estilo de linguagem), a **forma da mensagem** (debate, carta, sermão...), **conteúdo da mensagem**, **propósito** ou função (o que se deseja do evento e dos participantes) e **estilo**.

### 3.5.2. O discurso como contexto

Como vimos no cap.1 , Saeed (1997) coloca o conhecimento que falantes e ouvintes possuem como contexto para fazer e reconhecer a referência. Detalhamos a seguir, baseado no capítulo 7 – *Contexto e Inferência* - da obra *Semantics* de John



I.Saeed (1997), as formas de conhecimento como o discurso, o conhecimento mútuo e o repertório.

O **discurso** se apresenta como contexto tanto dentro de uma conversação como sendo um **tópico do discurso**. No primeiro caso, fragmentos de sentenças podem ser interpretados apenas dentro de um adequado contexto conversacional, pois só assim eles possuem significados. Como tópico do discurso, tanto numa conversação como num texto escrito, os participantes constroem objetos de discurso. Este tópico é uma forma de conhecimento que, deste modo, influencia o modo de se interpretar o significado que foi construído interativamente. O leitor / ouvinte adicionará suas próprias inferências quando interpretam as orações, organizando essas informações de forma que depende do conhecimento proveniente do tópico do discurso.

### *3.5.3. O repertório como contexto*

O que se entende por repertório do conhecimento como contexto inclui os conhecimentos denominados Background, senso comum, enciclopédico, sócio-cultural. O significado vem do conhecimento que o locutor imagina que os outros possuem, antes de iniciar um processo de comunicação, em virtude de ser membro de uma comunidade lingüística. Um jornal nacional, por exemplo, elabora suas informações levando em consideração o fato de que seus leitores são brasileiros com a mesma língua, com perfis semelhantes e possuidores de conhecimentos compartilhados e originados da cultura e história comuns. Além disso, cada veículo de comunicação de massa possui uma audiência específica com conhecimentos e interesses especiais que levam à produção de matérias jornalísticas com formatos e tratamentos que facilitam as inferências por parte dos leitores / ouvintes. Os leitores que acompanhavam regularmente pela imprensa o “affair” Pitta-Nicéa, por exemplo, puderam facilmente inferir o significado da charge publicada na internet em que mostra Pitta sentado numa máquina de escrever, com a seguinte legenda: “Rapaz solteiro procura moça, surda e muda.” Percebe-se perfeitamente que o

público começa a ver Celso Pitta como vítima enquanto a ex-mulher recebe uma imagem negativa.

#### 3.5.4. *Conhecimento mútuo como contexto*

O repertório de conhecimento é muitas vezes tomado como *conhecimento mútuo*, isto é, o locutor, ao proferir um enunciado leva em consideração o conhecimento dos seus ouvintes. A questão que se coloca é que esse tipo de identificação do conhecimento do outro se efetua por suposição e não por certeza, sendo avaliado por lingüistas como um equívoco. A hipótese da mutualidade de conhecimento também não se segura nem com a checagem desse conhecimento. A formulação feita por filósofos demonstra essa impossibilidade: (F = Falante, D = Destinatário)

F e D sabem mutuamente uma proposição P, se e somente se:

F sabe que P

D sabe que P

F sabe que D sabe que P

D sabe que F sabe que D sabe que P,

...e assim *ad infinitum*

Enquanto não for possível parar essa cadeia de conhecimento recíproco, a definição não é promissora para os lingüistas. Locutores e ouvintes não podem computar uma série infinita de proposições em fragmentos de tempo. Também aparece a impossibilidade de estabelecer certas crenças entre os interlocutores. Sendo assim, o acesso ao repertório de conhecimento deve ser baseado num trabalho de suposições manifestas entre locutor e ouvinte e não na certeza de conhecimentos dados. Segundo Silveira & Feltes (1999:28), “esse conjunto de suposições manifestas em graus diversos constitui o que Sperber e Wilson chamam de **ambiente cognitivo**. Se as suposições se tornam mutuamente manifestas, tem-se o

**ambiente cognitivo mútuo...**” Os ambientes cognitivos de cada um levantam suposições, aceitas verdadeiras, que no processo de comunicação servem para alterar os ambientes cognitivos dos interlocutores. “O **contexto**, continuam Silveira & Feltes, passa a ser definido, a partir disso, como o **conjunto de premissas** – informações mentalmente representadas – que é utilizado para interpretar enunciados.”

### 3.6. Co-texto

O *co-texto* ao contrário do *contexto de situação* é uma espécie de discurso prévio que serve de referência para as demais orações posteriores a esse discurso. Por isso, qualquer fragmento de um discurso terá um conjunto de interpretação forçosamente acoplado ao texto precedente. Precisa, é claro, que as frases sejam do tipo ‘previamente mencionado’ ou supracitado para que direcionem a interpretação do significado. Por exemplo, o título “TROPA” DE PITTA ESTÁ SOB AMEAÇA NAS ELEIÇÕES, tem sua compreensão atrelada ao lide da notícia (92) que fornece o significado.

(92)[P172Fa30]

Os vereadores que compõem a “tropa de choque” de Celso Pitta (PTN) na Câmara correm um risco nas eleições deste ano. Segundo a pesquisa DataFolha feita na última terça, 75% dos moradores da cidade afirmam que não votam com certeza nos parlamentares contrários ao pedido de abertura de impeachment do prefeito.

►...◄

Ficamos sabendo apenas pelo texto que “tropa de choque” são os vereadores que apóiam o prefeito em qualquer situação. Os 15 parágrafos restantes que compõem o exemplo (92) reafirmam o significado exposto no lide, porém dentro do processo da progressão referencial através de anáforas nominais e pronominais. Tropa de

choque é denominada, deste modo, como *vereadores governistas, governistas, parlamentares, defensores de Pitta* e pronome *eles*. Na verdade são objetos de discurso que serão usados em matérias jornalísticas futuras. A expressão – objeto de discurso – *tropa de choque* – poderá sofrer modificações de sentido, porém será sempre modificações interdiscursos.

### 3.7. A construção do discurso jornalístico pela dêixis

A dêixis, segundo Levinson (1989:47) “se ocupa de como as línguas codificam ou gramaticalizam os elementos do **contexto de enunciação** ou **eventos de fala**, tratando assim também de como depende a interpretação dos enunciados da análise do contexto de enunciação.” Em outras palavras, a dêixis é o conjunto de referências que estão relacionadas a um enunciado. Os elementos lingüísticos que são usados para situar o enunciado são chamados de dêiticos. John Lyons (1987:163) dá a seguinte definição de dêixis:

“A propriedade essencial da dêixis (o termo vem da palavra grega que significa ‘apontar’ ou ‘mostrar’), é que ela determina a estrutura e a interpretação dos enunciados em relação à hora e ao lugar de sua ocorrência, à identidade do falante e do interlocutor, aos objetos e eventos, na situação real de enunciação.”

Segundo Searle (1995a:308), que usa o termo *expressões indexicais*, “o traço definidor das expressões indexicais de referência é simplesmente esse: ao emitirem expressões indexicais de referência, os falantes fazem a referência por meio de relações de indicação que o objeto referido guarda com a emissão da própria expressão.” Assim temos: *Eu* – pessoa que emite a expressão; *Você* – pessoa a quem nos dirigimos na emissão da expressão; *Aqui* - o local da emissão da expressão; *Agora* – o momento da emissão da expressão. Em todo caso o falante expressa um conteúdo intencional que indica a relação do objeto com o enunciado

As categorias principais da dêixis são: **pessoa**, **lugar** e **tempo**. Descreveremos a seguir cada uma delas e também da dêixis de **discurso** e dêixis **social**.

### Dêixis de Pessoa

No processo da enunciação, um sistema dêitico gramaticaliza os papéis dos participantes: o falante do turno (eu), o destinatário (tu) e outros (ele). Os pronomes *eu* e *tu* pertencem à instância da enunciação e identificam outras pessoas que se relacionam com ela. A terceira pessoa *ele* está ligada ao enunciado, e é chamada de categoria de “nem-falante-nem-destinatário”, ou pessoa não enunciativa. A terceira pessoa exclui o falante e o destinatário. Do ponto de vista da referência, o dêitico se situa no eu-falante. As primeira e segunda pessoas são consideradas dêiticas na enunciação, mas a terceira não.

Levinson (1989:61) diz que “mesmo que a dêixis de pessoa seja representada gramaticalmente, é possível desenvolver um marco pragmático para os **papéis de participantes** possíveis”. De início, diz ele, pode-se afirmar que o falante ou **porta-voz** pode ser distinto da **fonte** de um enunciado, assim como o **receptor** distinto do **objetivo** e os ouvintes ou **testemunhas** distintos dos destinatários ou objetivos.

A importância do dêitico de pessoa está em o falante/eu/sujeito tratar a informação subjetivamente e também impor, como responsável pelo enunciado, seu próprio horizonte dêitico determinando um significado limitado para o ouvinte. Além disso, no caso específico do jornalismo, o falante / redator/ jornalista tenta encobrir sua participação nos fatos que relata através da impessoalidade, ou se colocar com a segunda pessoa distanciada do enunciado, ficando o sujeito do discurso relatado responsável pelas orientações dêiticas, ou pelo menos é colocado como um segundo centro dêitico.

Devemos acrescentar ainda que o eu-falante só pode ser identificado dentro do discurso, como diz Benveniste (1991:288), e que só tem referência atual. “A

realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância do discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’.”

### Dêixis de lugar/ espacial

A dêixis de lugar concerne a situações espaciais relativas dos participantes no evento da fala. De modo geral a referência dêítica espacial se faz descrevendo, nomeando ou situando os objetos num espaço determinado. Quase sempre a divisão implícita do espaço com respeito ao falante já está gramaticalizada na língua, via pronomes – *este, aquele*, advérbios – *aqui, ali* ou ainda via um sistema de nomeação. O conjunto de elementos dêíticos espaciais gira em torno do falante como ponto central do qual todos os demais elementos dêíticos estão relacionados. Sendo assim, o falante parado ou em movimento leva a interpretação diferente dos mesmos advérbios. Gestos indicativos de lugar também modificam a interpretação do sentido do espaço. Vejamos como é possível uma interpretação a partir das situações dêíticas de lugar, com o texto (93).

#### (93)[P41Fm21]

►...◄ No sábado, Nicéa Pitta sentiu-se mal e *foi* até o *hospital Oswaldo Cruz* fazer exames. Mais tarde, disse aos jornalistas que estavam em frente à *sua casa* que estava com broncopneumonia. ►...◄

No exemplo (93) somos levados a interpretar que na manhã (?) de sábado de 18/03/2000, Nicéa Pitta fez o percurso: apartamento → hospital → apartamento, pois o verbo ir (*foi*) é um verbo que indica movimento dêítico. De volta ao apartamento, talvez por uma janela, falou aos jornalistas. Nesse momento, a posição que Nicéa ocupa é a mesma posição da casa com relação aos repórteres. É uma residência particular na qual moradores e suas privacidades não podem ser objetos de divulgação pública, a não ser por declaração dos envolvidos. O que se depreende desta pequena notícia é que o anúncio da enfermidade, que até

jornalisticamente não tem importância por ser uma doença comum, extrapola os limites de esclarecimento do caso de corrupção na prefeitura de São Paulo. Os limites entre o lugar público e o privado, no caso piggate, foram eliminados.

Lorenza Mondada (1994:99-103) diz que a verbalização do espaço e a espacialização da linguagem são formas de organização e categorização do mundo pela língua e pelo discurso. Os modelos espaciais já constituídos são maneiras diferentes de ver o mundo e funcionam como evidências que são pouco questionadas. Ela diz ainda que a dêixis é uma intervenção extra-lingüística na lingüística e que “ela permite observar a maneira como a dependência contextual se inscreve e toma a forma nas estruturas da língua como também na dinâmica da interação.” A resposta que o vereador Wadih Mutran (94) deu à *Folha de S.Paulo* sobre a decisão da Câmara de abrir o processo de impeachment do prefeito revela muito claramente a intervenção do contexto na interpretação dos elementos dêiticos.

(94)[P153Fa197-9]

**Folha – Qual é a avaliação que o sr. faz da decisão?**

**Wadih Mutran** – Podia acontecer tudo *aqui*. *Isso* é uma casa parlamentar. Qualquer coisa pode acontecer. *Vamos* agora criar a comissão processante e só o *futuro* dirá (o que vai acontecer).

O primeiro esclarecimento é que o vereador Mutran faz parte da tropa de choque do prefeito e foi um dos três votos contra a abertura do processo de impeachment, dos 26 esperados. O segundo esclarecimento é que quase sempre a votação parlamentar segue a orientação dos partidos coligados, o que não aconteceu. Assim, o *aqui* além de indicar o espaço onde se deu a votação indica o quorum parlamentar. O demonstrativo *isso* reforça essa interpretação como sendo a natureza do espaço democrático em que o voto é livre. O sujeito da oração: *vamos....* pode ser todos os vereadores, a “tropa de choque” ou apenas ele mesmo. O uso do elemento dêitico de tempo *futuro* demonstra sua incapacidade de previsão de resultados até aí.

### Dêixis de tempo

A dêixis de situação que é estabelecida pelo falante no seu ato de enunciação é o conjunto de elementos dêiticos de pessoa, espaço e tempo. As três coordenadas dêiticas são definidas pelos três termos: *eu-aqui-agora*. A dêixis de tempo, portanto, concerne a pontos periódicos temporais relativos ao tempo da enunciação oral ou escrita. Segundo Levinson (1989:54-55), o tempo da enunciação é denominado de **Tempo de codificação /TC** e o tempo de recepção, **Tempo de Recepção / TR**. Mesmo que a gramática possua alguns advérbios de tempo como *agora, então, ontem, este ano...o agora* (o presente) será sempre entendido como o tempo do falante/TC do qual os demais tempos estão relacionados.

O tempo da notícia e da reportagem é por tradição e uso o *pretérito perfeito* que narra fatos passados e que tem um locutor/redator que organiza o texto em forma de discurso relatado. O discurso relatado, por sua vez, traz outros tempos verbais que poderão ser o perfeito ou imperfeito, de acordo com o enunciado. Em todo caso, como diz Maingueneau (1976:107), não se pode dissociar os tempos verbais da ordem de seus constituintes: imperfeito – *data + verbo + sujeito* (ex. Há um ano morria Pompidou); perfeito – *sujeito + verbo + data* (ex. Raquel de Queiroz morreu em 2003). A notícia jornalística, por seu lado, organiza o relato dos fatos iniciando pelo elemento sintagmático considerado mais importante para o receptor, e o tempo principal será o da divulgação pública. Os demais tempos – *presente, passado, futuro* – estarão sempre na dependência do tempo principal do enunciado escrito. O lide escolhido (95) segue o que foi dito acima.

(95)[E114Jm241-3]

O presidente Fernando Henrique Cardoso baixou *ontem* medida provisória elevando em 11,03% o salário mínimo, que *passará* de R\$ 136 para E\$ 151, já a partir de *3 de abril*.



Temos em (95) o sujeito do enunciado – FHC, o verbo no pretérito, a dêixis temporal – *ontem/23/março/2000*, o verbo no futuro que é um ato pós o enunciado, e finalmente outra dêixis temporal bem especificada.

### Dêixis do Discurso

A dêixis do discurso ou dêixis textual faz referência a trechos dentro do próprio discurso à semelhança do co-texto. Na definição de Levinson (1989:77), é o uso de expressão em um enunciado para referirmos a uma parte do discurso que contenha esse enunciado. Pode se referir a discurso imediato ou distante. O uso de palavras dêíticas de tempo e lugar também é comum para indicar partes do discurso: *último parágrafo, próximo capítulo, neste ponto, aquele argumento*. Segundo o autor as anáforas pronominais que referem o mesmo referente não podem ser consideradas como dêixis, mas como pronome correferencial.

### Dêixis social

A dêixis social faz referência a distinções sociais relativas aos papéis dos interlocutores. Em jornalismo, os participantes da notícia são identificados pelo papel mais importante que exercem na sociedade ou a função que desempenhavam quando os fatos aconteceram. No capítulo 4 foi mostrado como as pessoas são denominadas de acordo suas funções de status, tais como: *vereadores, prefeito*. Nicéa Pitta, por sua vez, tem seu status sempre relacionado com o marido: *primeira-dama de São Paulo, ex-mulher, mulher do prefeito, ex-primeira-dama*. Entre as possíveis explicações está a de que os títulos são usados como reforço da credibilidade da denunciante do marido. Antônio Carlos Magalhães, ao contrário, é posicionado dentro dos quadros institucionais e políticos: *presidente do senado, presidente do congresso, o senador*. João Carlos Martins envolvido por ter enviado US\$ 5 mil para conta do filho de Celso Pitta é apresentado como *pianista*, que é correto, porém é como proprietário da empresa Paubrasil que ele atuou em

operações irregulares na eleição de Paulo Maluf e no caso pittagate. *Pianista* é conservado pelo insólito que carrega no seu significado.

### **3.8. Personagens da notícia construídos pelo relato jornalístico**

Nas notícias diárias e que não têm continuação (suíte), a descrição dos indivíduos participantes do acontecimento é sintetizada em alguns poucos enunciados que tomam a forma de função proposicional e que dentro de certos parâmetros contextuais serão considerados verdadeiros ou falsos. Em notícias, no entanto, que têm desdobramentos, como o caso pittagate que vai de março a julho de 2000, os personagens principais vão sendo descritos em novas situações e com novos comportamentos, fazendo emergir um perfil construído discursivamente. Examinaremos dois personagens que originaram ou deram relevância aos fatos: Nicéa Pitta e Antonio Carlos Magalhães. A análise está organizada a partir dos espaços ocupados por eles, e o que eles dizem ou fazem dentro dos lugares especificados. O nosso objetivo é mostrar como os contextos de situação escolhidos pelos repórteres podem ampliar a compreensão dos participantes dos eventos como também direcionar um determinado tipo de interpretação.

#### *3.8.1. Nicéa Pitta acusa prefeito e políticos*

As denúncias de corrupção que Nicéa Pitta fez no *Jornal Nacional* contra o prefeito Celso Pitta e alguns políticos não eram desconhecidas da grande imprensa nem dos políticos. A força jornalística do ato estava em Nicéa Pitta ser ex-mulher do principal acusado. Ora, o senso comum diz que um casal não tem segredos. Aceita-se também que uma das partes possa ter presenciado, visto e ouvido atos realizados a quatro paredes. Diante disso, a denunciante passa a ter uma importância como testemunha do que denunciou e passa também a ser um personagem quase independente em si mesmo. É óbvio, no entanto, que tudo o que

se diga de Nicéa terá sempre um pano de fundo no qual o leitor usará para realizar inferências.

### Nicéa na TV

**TV Globo** – 10/03/2000. Em entrevista no *Jornal Nacional* e depois no *Globo Repórter*, Nicéa Pitta acusa de corrupção o marido, vereadores, secretários da prefeitura e o presidente do senado Antônio Carlos Magalhães (49).

**SBT** – 13/03/2000. Ratinho, no seu programa, insistiu para que Nicéa desse uma entrevista. Dizia: “Nós estamos com um link lá, para ver se a mulher fala. A mulher virou artista global.” Como não foi atendido, reagiu assim:

(96)[P10Fm1512-12]

Querendo ser heroína, dona Nicéa? A senhora faz parte dessa quadrilha, dona Nicéa! E a história do frango? Tenha senso de ridículo, dona Nicéa!

**RedeTV** – 14/03/2000. Na Tv, por telefone, Nicéa pede emprego na área social as candidatas a prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy (PT) e Luiza Erundina (PSB).

(97)[P10Fm1511-12]

Em entrevista, por telefone, ao programa “A casa é sua”, da Rede TV!, que tinha a candidata do PT, Marta Suplicy, como convidada, Nicéa propôs um convite para um trabalho na “área social”.

“Eu faço *aqui* uma proposta à futura, acredito, prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT) ou Luiza Erundina (PSB), caso uma das duas, que me convide a fazer um trabalho social voluntário, para dar continuidade aos meus projetos que ainda estão *aqui dentro de mim*”, afirmou Nicéa.

**TV Record** – 13/03/2000. Na madrugada, um bispo da Igreja Universal insinuou que a Record tinha interesse nas denúncias de Nicéa Pitta e que ela não

podia ser exclusiva da TV Globo. A persistência forçou um telefonema da ex-primeira-dama.

(98)[P10Fm1512-12]

Até que Nicéa Pitta telefonou ao programa, chamado *Fala que eu te Escuto*. Conversou com o bispo, elogiou, chegou a dar seus números de telefone, para conversar com a audiência.

No dia seguinte (14/03/2000), e após participar, por telefone, do programa *A casa é sua*, Nicéa Pitta respondeu a Nelson Rubens do programa *Note e Anote*, “que não agiu por ciúme de uma eventual amante do prefeito”.

(99)[P10Fm1512-12]

No final, ela sugeriu à apresentadora Cátia Fonseca:

–Eu tenho aprendido pratos (vendo o programa). E quero dizer que, o dia que você quiser, eu estou à sua disposição.

A apresentadora:

–O dia que a senhora puder.

Nicéa Pitta:

–Eu aprendi a cozinhar. Eu fiz cursos até.

Depois das primeiras denúncias, reproduzidas por toda imprensa, a imagem de Nicéa Pitta começa a ser reconstruída e ampliada nacionalmente. E que imagem é essa que aparece? Pelo *Jornal Nacional*, ela é uma mulher, que não concordando com a corrupção na prefeitura de São Paulo, teve a coragem de denunciar o ex-marido e políticos governistas. Mas essa imagem ‘heróica’ vai sendo ofuscada por denúncias passadas como o *frangogate* a que Ratinho faz alusão. No enunciado de Ratinho (96), Nicéa não é a heroína que quer parecer porque faz parte do grupo (quadrilha) que acusa. A ambigüidade entre acusadora (heroína) e participante ou

beneficiária da corrupção vai sendo tecida pelos desdobramentos dos fatos jornalísticos.

Nicéa ao telefonar (97), de casa para a tv, ao vivo, atrapalhando a entrevista das duas candidatas opositoras ao governo municipal, pedindo emprego a elas na área social, aparece como uma pessoa alheia aos fatos que ela mesma provocou. Depois, parece desconhecer que nomeações para cargos políticos ou administrativos são feitas entre os membros do partido vencedor ou coligados a ele. No seu enunciado (97), ela usa dois dêiticos de lugar *aqui*, podendo o primeiro ser interpretado como referência ao *aqui e agora* da própria enunciação, enquanto o segundo *aqui (dentro de mim)* é a própria Nicéa. A perplexidade da situação é muito clara: realizar projetos (*meus projetos*) dentro do serviço público que só ela conhece. Será que Nicéa perdeu o senso do ridículo, como disse o Ratinho? A atitude de Marta Suplicy de não responder ao pedido de emprego e nem sequer se dirigir a Nicéa, pode revelar que a ex-primeira-dama não percebe a imagem que se faz dela.

No programa *Note e Anote* surge a temática de se encontrar o motivo da atitude de Nicéa Pitta. Ciúme por traição do marido foi descartado por ela, no entanto, a imprensa vai explorar esse tema com detalhes. No momento, no entanto, a única transcrição (99) feita pelo jornal é o diálogo em que Nicéa se oferece para ensinar algumas receitas culinárias. Passa-se uma imagem de mulher que tem compromissos públicos, mas também se dedica aos afazeres domésticos com dedicação.

Fora esses programas populares, Nicéa deu inúmeras entrevistas para as emissoras de televisão, rádio e a imprensa escrita (jornais e revistas). Muitas das entrevistas aconteciam na frente do seu apartamento ou quando se locomovia para prestar depoimentos no Ministério Público.

### Nicéa em casa

O lugar onde vive Nicéa Pitta passa a ser o espaço privilegiado que a imprensa escolheu para presenciar o modo de ser e de agir da ex-primeira-dama. A partir daí, é fabricado discursivamente uma imagem de alguém mais identificada com tudo aquilo que denunciou. Os pontos principais de interesse dos jornais e revistas são a reforma da cozinha e as brigas do casal, porém os detalhes menores também não são dispensados na construção do perfil de Nicéa Pitta.

O *Jornal do Commercio* registra que Nicéa passou o domingo (12/03/2000) trancada em seu apartamento, não apareceu na janela, onde tem uma canga estendida com estampa da bandeira nacional, para falar com a imprensa que cercava o prédio. O jornal diz ironicamente que o único ‘membro’ da família que saiu do prédio foi o cão labrador da primeira-dama que deu uma volta na rua levado por um funcionário. O nome do cachorro é explicado pelo jornal (101).

(101)[P177Jm133-4]

O cachorro recebeu o nome de Vereador, de acordo com o que Nicéa já havia explicado em outras oportunidades, porque só levanta a pata quando recebe algo em troca.

O tom engraçado dado ao texto tenta minimizar a importância das denúncias enfraquecendo o âmbito e a profundidade das acusações como algo pessoal e irremediável.

Em (100)[P51Fm22], a *Folha de S.Paulo* faz um primeiro apanhado sobre a residência, que resumimos a seguir. O apartamento de 300 metros quadrados fica no 1º. andar de um prédio na Alameda Franca, bairro Jardins, zona sul da capital; tem quatro quartos, três salas, banheiros e cozinha; os funcionários da casa são a cozinheira, motorista, assessora e segurança; há ainda 5 pedreiros e pintores que há 45 dias ficam durante o dia trabalhando na reforma dos quartos e da cozinha; Depois das acusações, Nicéa Pitta está há onze dias fechada no apartamento, sem

atender a imprensa, mas no dia 14/03 deu entrevista coletiva da janela do apartamento. Saiu uma vez para prestar depoimento no Ministério Público e uma segunda vez para ir ao médico. Recebe visitas, como Nair Sampaio que diz ter sido secretária e demitida por Celso Pitta por ter descoberto documentos comprometedores para ele.

Um item muito explorado pela imprensa foi a reforma da cozinha do apartamento de Nicéa Pitta. As despesas com projeto arquitetônico, compra de móveis, eletrodomésticos, pintura, partes hidráulica e elétrica, e mão-de-obra são pagas em dinheiro vivo. As reportagens indagam a origem do dinheiro e fazem ilações indiretas, mais uma vez, com o envolvimento da denunciante com os atos ilícitos que denunciou do marido e políticos. O texto (102) já deixa claro a insinuação de usufruir das benesses recebidas antes do seu rompimento com o marido.

**(102)[P121Fa51-3]**

A nova cozinha da ex-primeira-dama Nicéa Pitta, entregue ontem, custou *R\$ 20 mil*, segundo a **Folha** apurou. O apartamento dela está em reforma, que pode obrigar a gastos de pelo menos mais *R\$ 25 mil*. Sem usar cheques ou cartão, Nicéa paga as despesas em dinheiro, conforme afirmam reservadamente os envolvidos na obra.

A soma de R\$ 45 mil é paga por alguém sem emprego e que diz viver de economias e da venda de bens pessoais, como jóias. Além do mais, como está em processo litigioso de separação com o marido, não recebe nada dele. O jornal acrescenta que além da soma acima, ainda é preciso gastar R\$ 5 mil com a mão-de-obra. Tem mais: o projeto do arquiteto Jorge Elias não sai por menos de R\$ 20 mil, fora sua execução. O arquiteto, posteriormente, disse que o projeto foi um presente.

A ex-primeira-dama, segundo o jornal, minimiza as despesas e diz que está “apenas pintando” o seu apartamento. Acrescentou depois que a irmã Nícia

Camargo estava ajudando no pagamento de suas contas. O texto seguinte (104) deixa que o leitor faça suas próprias deduções sobre o envolvimento de Nicéa nas falcatruas que denunciou.

**(103)**[P121Fa53-3]

Sem emprego, Nicéa diz que está vivendo de economias que fez na época em que trabalhou como corretora de imóveis. Em depoimento ao Ministério Público, ela já havia afirmado que trabalhou com registro em carteira somente quando era solteira, durante oito anos vendendo roupas.

O desenvolvimento dos argumentos tem duas premissas: 1. se alguém gasta mais do que realmente ganha, ou fica com dívidas ou o dinheiro tem outras origens; 2. se as explicações sobre a origem do dinheiro são contraditórias ou não convincentes, resta uma explicação que não quer ser dada, pois pode acusar o acusador.

Em outro texto (104), Celso Pitta afirma não ter envolvimento com a reforma da cozinha do apartamento da ex-primeira-dama e que só paga água, luz e telefone.

**(104)**[P125Fa6]

“Não vou deixar cortar a luz do apartamento”, disse Pitta. São pagos por meio de débito automático em conta, segundo afirmou. O condomínio do apartamento varia de R\$ 1.200 a R\$ 1.600.

O mesmo texto (104) continua dizendo que Nicéa é contraditória sobre sua renda, pois na declaração do Imposto de Renda de 1995 consta uma renda de R\$ 30 mil, mas a CPI do senado que investigou o escândalo dos precatórios diz que ela recebeu R\$ 101,3 mil de depósitos bancários entre junho e dezembro de 1996. As explicações que Nicéa deu são variadas e contraditórias como a que trabalhou para o empresário Jorge Yunes, mas logo desmentiu quando disse na CPI dos



Medicamentos que ela e o marido usaram esse artifício para justificar as despesas. Terminou dizendo: “Eu assumo essa mentira”.

### Nicéa briga com Celso

A busca dos motivos que levaram as denúncias de Nicéa foi uma constante em todo o desdobramento do caso pittagate. A revista *Veja* acredita que o conjunto de questões relacionadas a sexo, poder e dinheiro levou a ex-primeira-dama a fazer as acusações.

### **(105)**[P211Vm22]

Tão interessante quanto isso é conhecer as razões que levam uma pessoa a romper com o próprio passado. No caso de Nicéa, a decisão de fazer a denúncia mistura aqueles três reagentes que, uma vez combinados, formam uma solução explosiva: dinheiro, poder e sexo.

**Dinheiro** – Os Pitta viviam com R\$ 40 mil mensais, do empréstimo de Jorge Yunes de R\$ 800 mil. Os bens de Celso Pitta foram bloqueados e o seu salário é de R\$ 6.500. No processo de separação não houve acordo financeiro, então Celso Pitta se mudou para um flat. As discussões sobre os bens foram recheadas de muitas agressões, como a cena que aconteceu na visita que Nicéa fez ao flat alugado pelo marido, segundo o relato de *Veja* (106).

### **(106)**[P211Vm22]

►...◄ “Quando ele abriu a porta, dona Nicéa jogou uma sacola com um pijama velho na cara dele e ficou gritando: ‘Nego safado, toma aí o que você esqueceu na minha casa. Eu não quero nada seu, eu só quero o meu dinheiro, safado. E eu quero muito dinheiro. Eu não vou te deixar em paz!’” ►...◄

**Poder** – A vontade de poder de Nicéa é descrita pela revista *Isto é* (107) com detalhes do seu modo de mandar.

(107)[P215I221-2]

►...◄ quem conhece Nicéa garante que ela foi tomada pela síndrome de poder. ►...◄ Desde que seu ex assumiu a prefeitura, ela apaixonou-se pelo papel de primeira-dama. ►...◄ Ela queria mandar. ►...◄ À época em que presidia o Centro de Apoio ao Atendimento Social (Casa), trocou de sofá oito vezes em uma semana... ►...◄ “Ela berrava que aquilo, uma cadeira pomposa, giratória, último modelo, não servia para ela. Tinha de ser um trono.”

A descrição da revista *Veja* (108) sobre o desejo de mandar de Nicéa também é detalhada, porém acrescentando que o marido não aceitava a intromissão.

(108)[P211Vm22]

►...◄ Ela nunca se conformou em ser “apenas” uma primeira-dama. Queria mandar. Ligava para secretários fazendo pedidos. Tinha sua própria lista de nomeações, cobrava do marido a demissão de assessores e queria dar orientações partidárias.(...) Pitta, por sua vez, jamais aceitou que ela desse as cartas. ►...◄

Vendo-se impedida de dar asas à sua vontade de mandar, Nicéa começou a dar uma série de entrevistas bombardeando o marido. Em uma delas chamou o marido de mesquinho, mulherengo e egoísta.

**Sexo** – Nicéa alardeava que Celso Pitta viveu várias aventuras amorosas e que teria mais dois filhos. A imprensa trouxe várias prováveis amantes do prefeito, porém Pitta negou todas estas aventuras. O certo é que a vida conjugal dos dois se deteriorou e as brigas passaram a ser freqüentes até a separação. *Veja* (109) chega a, com riqueza de detalhes, descrever diminuição da freqüência de relações sexuais do casal assim como a violência das brigas com o uso de objetos requintados.

(109)[P211Vm22]

▶...◀O carinho deu lugar à distância. A vida sexual, que era mantida numa média de três relações por semana, desapareceu. O respeito foi substituído por ofensas de ordem pessoal. ▶...◀ Numa das brigas, Nicéa jogou um vaso de porcelana chinesa no marido. Em outra, um castiçal de prata portuguesa. ▶...◀ Ajoelha e pede perdão!”, disse Nicéa numa dessas brigas. Os filhos não suportavam mais as discussões.

### Nicéa em Nova York

O apartamento alugado para a filha e os três/quatro meses que Nicéa passou em Nova York tiveram uma grande repercussão na imprensa. Os enfoques principais giraram em torno dos gastos realizados, acima do salário do prefeito Celso Pitta, o comportamento “deslumbrado” da primeira-dama e as frágeis explicações sobre a origem do dinheiro que pagava as despesas da filha Roberta. As tentativas de amenizar o impacto das informações, por parte de Nicéa, causaram mais descrédito para com a honestidade da denunciante. A imagem de uma mulher apegada a tudo aquilo que o dinheiro pudesse proporcionar, não interessando se sua origem é honesta ou não, se firmou para os leitores/ouvintes/telespectadores. Ela passa, então, a ser a notícia por si mesma, sem ligação mais estreita com os fatos que denunciou.

Os fatos trazidos pela imprensa são anteriores as entrevistas na TV Globo e que agora assumem uma relevância não percebida na época. Dividimos o tema pelos espaços principais percorridos pela primeira-dama em Nova York: a) Apto/decoração; b) Curso de Inglês; c) Lojas/compras; d) Restaurantes; e) Boates; f) Manicure.

a) *Apartamento / decoração*

(110)[P10Fm159-12]

Roberta mora num prédio com serviços de flat, na rua 50, no chamado “Distrito dos Teatros” (referência aos musicais da Broadway), perto da Times Square, desde

setembro. A filha do prefeito tem um contrato anual de aluguel de um apartamento no edifício The Gershwin, avaliado em US\$ 37,6 mil (R\$ 65,4 mil, pelo câmbio de ontem).

O texto (110) deve ser lido tendo como pano de fundo o salário de Celso Pitta que é de R\$ 5 mil, isto é, tudo o que Pitta ganha só dá para o aluguel mensal. No entanto, o apartamento que tem 85m<sup>2</sup> (quarto, sala, cozinha e banheiro), para usufruir dos serviços do prédio deve desembolsar US\$ 750 por ano para usar a piscina e a lavanderia, US\$ 295 mensais para a garagem. Arrumadeiras também são pagas além do aluguel. Móveis que o prédio aluga custam US\$ 500 por mês. Roberta tem duas linhas telefônicas, sendo que comprar ou alugar uma linha telefônica em NY pode custar US\$ 70 a US\$240. Os US\$ 37,6 mil do aluguel foram pagos adiantados por Nicéa. As despesas com a decoração do apartamento também foram assumidas por Nicéa. Segundo o decorador Gabriel de Souza, que montou o apartamento, a decoração custou US\$ 57 mil. O decorador que calcula que Nicéa gastou no mínimo US\$ 130 mil com suas despesas em NY, exemplifica o preço de alguns móveis, em (111).

**(111)[P59Fm23]**

►...◄...a ex-primeira-dama não mediu esforços em tornar o apartamento da filha confortável. ►...◄ O resultado, segundo ele, foram gastos de US\$ 42 mil só com os móveis. Só a cama, da marca Ralph Lauren, custou US\$ 4.200. Ainda no quarto, uma televisão de US\$ 1.800,00 e uma poltrona Barcelona de US\$ 1.630 completavam o ambiente. ►...◄

*b) Curso de Inglês*

**(112)[P10Fm159-12]**

Quando esteve em Nova York, Nicéa também freqüentou um curso de inglês, na Universidade de Columbia. O curso que a ex-primeira-dama fez cobra US\$ 4.400

(R\$ 7.600 mil) por três meses de aula. Na época, ela declarou que suas irmãs pagaram o curso.

A estadia de Nicéa em Nova York tinha como objetivo montar o apartamento da filha (antes ela morava com uma prima do pai) que se mudou para lá para fugir da discriminação que estava sofrendo num colégio de São Paulo, por causa do envolvimento dos pais com o *frangogate* (Nicéa) e *escândalo dos precatórios* (Celso Pitta).

c) *Lojas /Compras*

(113)[P59Fm23]

►...◄Segundo Souza, o passatempo preferido de Nicéa em Nova York era fazer compras. Ele afirma que ela chegou a gastar US\$ 6.500 só num dia, em lojas como Gucci, Robert Clegidre e Annik Goutal. ►...◄

Observe-se que para o decorador, fazer compras era um *passatempo*, isto é, típico de quem não precisa se preocupar com dinheiro, ou melhor, de quem tem dinheiro ‘sobrando’, como se diz popularmente. Ela visitou lojas como a Nuovo Melodron, no Soho, bairro de roupa de alto padrão. Na loja Bergdorf and Goodman, Nicéa comprou duas bolsas num total de US\$ 1.700.

d) *Restaurantes*

O segundo passatempo de Nicéa, era, nas palavras do decorador, badalar nas casas noturnas e restaurantes. Ele conta ainda como Nicéa se comportou diante da proibição de fumar em um restaurante (114).

(114)[P60Fm23]

►...◄Num deles, o italiano Paper Moon, Nicéa chegou a armar uma confusão por ter sido proibida de fumar na mesa do jantar. “Eu explicava para ela que isso é lei em Nova York e que ela teria que fumar no bar”, conta o gerente, que ainda se

lembra da ex-primeira-dama. “Do jeito que ela gritava, não parecia que ela era tão importante quanto você está me contando”, afirma o gerente do restaurante. ▶...◀

e) *Boates*

À noite Nicéa gostava de freqüentar boates como Aubar, Metropolitan Club e Lótus. Só ficava preocupada com fotos que poderiam identificá-la, segundo o decorador.

f) *Manicure*

Nicéa fazia pedicure e manicure no O.J.Sisters, o mais famoso salão da cidade, onde fazer unhas custa US\$ 30 e pedicure US\$ 35. Aí, Nicéa lavou os cabelos e colocou aplique para cabelos longos.

A saúde de Nicéa

A cobertura jornalística sobre a saúde de Nicéa não teve tanto destaque como os fatos já apresentados. As informações foram mais técnicas: broncopneumonia (inflamação pulmonar ou pneumonia do pulmão direito), radiografia dos pulmões, exame de sangue, antibióticos, fisioterapia respiratória, febre de 39,5 graus Celsius, raio X. No entanto, não foi deixado de lado os preços de consulta, porém o médico não quis informar qual foi a forma de pagamento da paciente.

(115)[P50Fm22]

Os médicos cobram R\$ 250 por consulta e aceitam alguns convênios. ▶...◀

Nicéa é...

A imagem de Nicéa, a todo momento, é retocada com declarações dadas sobre ela, por amigos, inimigos, acusados, populares, políticos entre outros. Todos tentam definir o personagem tendo seu próprio ponto de vista como medida, mas

que, de certa forma, há uma aceitação do que é dito sobre ela. Sua atitude é tida como *delirante, patológica, mentirosa, imaginária, manipulada pela Globo* etc. Parentes dizem que ela passa por uma fase difícil por causa das crises político-conjugais etc. Pesquisas qualitativas comparam Nicéa a uma “bruxa”, enquanto Pitta ganhava contornos de vítima de sua vingança.

### 3.8.2. Antônio Carlos Magalhães, o defensor do Salário Mínimo

O tratamento dado pela imprensa ao senador Antônio Carlos Magalhães se restringe apenas à sua vida pública e partidária. A vida familiar, doméstica, amorosa, social não é trazida a público. Talvez, se possa dizer que o tópico – *salário mínimo* – não permite desdobramentos além dos limites do social, econômico e político. Os embates que trava com Pedro Malan (ministro de FHC) e Jader Barbalho (senador) ficam apenas na retórica política. Sendo assim, o lugar de destaque do personagem em foco é Brasília, mais precisamente, o senado nacional.

A discussão sobre o valor do novo salário mínimo, no início de 2000, se destacou na imprensa por causa da inusitada defesa do senador Antonio Carlos Magalhães de um salário de mínimo de 100 dólares, bem acima da proposta do governo. O que transcrevemos a seguir são apenas alguns dos enunciados de ACM em que justifica sua posição.

(116)[E30Fm211-4]

“Eu não defendo o aumento do salário mínimo por demagogia. O país é desigual e as desigualdades entre os Estados são cada vez mais patentes”.

O senador parece afirmar sua demagogia quando tenta negá-la, em (116). O que nos faz interpretar assim? O partido a que pertence (PFL), que não apresenta uma história de defesa do “povo” e o passado do senador mais ligado a elite política e econômica do que aos pobres.

(117)[E31Fm212-3]

Devemos transigir até o ponto em que se pode e que não se prejudique a grande massa de trabalhadores brasileiros”, disse ACM. ▶...◀

O enunciado (117) mais uma vez parece ter sido de um político que fez e faz da política a arte de defesa dos assalariados. Ora, se o que é dito acima fosse um comportamento seguido pelo senador em todos os anos de sua vida pública, a vida dos trabalhadores não seria tão prejudicada.

(118)[E34Fm245-5]

▶...◀ Minha consciência está tranqüila de ter lutado pelo máximo e vou continuar lutando pelo máximo.

O valor do mínimo proposto pelo governo desde o início nunca foi modificado e todos os partidos sabiam que não poderia haver modificações. Então, o que é dito em (118) soa como algo irreal.

O texto (119) é uma tentativa de Antônio Carlos Magalhães de se defender das acusações de Nicéa Pitta trazendo para o cenário atual as reais motivações do passado: sua ligação com a ditadura e os militares.

(119)[E48Fm305-7]

▶...◀ “Jamais me alcançarão, porque não há nada no meu caminho capaz de macular meu nome como homem, administrador e legislador”, disse. ▶...◀ “Pago um preço alto, eu sei, por ter trabalhado no regime militar. Muito do ódio de pseudodemocratas vem daí. Não me perdoam”, disse. Mas ele afirmou que nem sempre esteve do lado dos governos. “Enfrentei generais, respondi a IPM, sofri retaliações. Quiseram me impedir até de assumir a Prefeitura de Salvador. Corri riscos, e disso não me arrependo, ao proteger pessoas perseguidas. Nunca compactuei, nunca aceitei a tortura”, disse. ▶...◀



Depois de se colocar como vítima também da ditadura, volta a defender o povo, preferindo, no discurso, a companhia do povo perdedor do que ficar do lado dos vitoriosos. O senador é um perdedor junto com o povo, pelo menos no seu discurso, porque o salário mínimo aprovado foi o do governo (os vencedores). Mas o povo reconhecerá nele um vencedor. ACM não ruboriza quando fala do “já escasso pão dos pobres.”.

“Quando o povo é perdedor, é melhor a sua companhia do que a dois que ganharam diminuindo o já escasso pão dos pobres. O povo conhece a cara de quem os derrota e os que com ele perderam são os verdadeiros vencedores”.

### **3.9. O uso e o papel da metáfora na compreensão dos fatos jornalísticos**

Um dos processos que leva a mudanças no significado de uma palavra é a metáfora que implica mudança de sentido. Segundo Levinson (1996:303), a metáfora é vista por Aristóteles como algo decorativo da linguagem ordinária e usada para causar certos efeitos, e por escritores e cientistas como algo fora da linguagem normal, que exige uma interpretação. Enfim, a metáfora seria como algo anômalo para o ouvinte e que requer estratégias de construção por parte do locutor. Geralmente, a adoção da *teoria da linguagem literal* como oposição à linguagem figurada é o impulsionador que tem gerado as posições teóricas conhecidas. De certa forma, as teorias buscam explicar o sentido não literal dos enunciados, como diz Searle (1995:165): “*Se a emissão é defectiva quando tomada literalmente, procure um significado de emissão diferente do significado da sentença.*” A seguir, apresentamos um pequeno esboço das principais teorias da metáfora como forma de enquadrarmos a nossa posição.

**Teoria da comparação** – O princípio que rege essa teoria é que as metáforas derivam de símiles explícitos. Isto é, a metáfora conduz o leitor a

perceber alguma semelhança entre dois ou mais objetos. Assim, o leitor compreenderá o significado da metáfora compreendendo o significado literal das palavras que a compõem. Em outras palavras, nesta teoria, as metáforas são semelhantes a predicções de similaridade suprimidas ou elididas. Exemplo: 1. *Governistas são cachorro de madame*, tem seu equivalente em 2. *Governistas são como cachorro de madame*. Para Marcuschi (1978: 5), “as tentativas de ‘tradução’ de metáforas para o plano literal” falharão, porque a “*metáfora não é fruto da comparação*, e sim, no máximo, *base para uma comparação a posteriori*. “*É a metáfora que funda a comparação e não o contrário*.” Marcuschi diz que “o *como* é um ladrão da metáfora; ele tira a força da metáfora e cria um símile com certa força expressiva, mas não é metáfora no sentido estrito do termo.

**Teoria da transposição** – a metáfora por essa teoria surge quando se passa da significação própria de uma palavra, ou expressão, para uma significação figurativa, simbólica quando usada em outro contexto. Tem parentesco com a teoria anterior.

**Teoria da interação** – segundo essa teoria liderada por Max Black, as metáforas são usos especiais de expressões lingüísticas. Uma expressão ‘metafórica’ (**foco**) é inserida em outra expressão ‘literal’ (**frame**), e por oposição verbal o significado do **foco** interage com e muda o significado do **frame**, e vice-versa. Em *Globo e FHC esvaziam senador baiano*.– esvaziar é o foco, a parte saliente, ou conteúdo primário que é usado metaforicamente; e o restante é o frame, ou conteúdo secundário que é fornecido pelo contexto literal onde a expressão metafórica se situa. Segundo essa teoria semântica, os significados dos elementos léxicos se especificam em traços que se transformam em conceitos e por eles as metáforas são construídas. Levinson (1996:141) diz que os problemas da teoria da interação estão nas interpretações que são muito limitadas e determinadas para suportar a força da metáfora que se encontra justamente nos *atributos contingentes* fatuais (do mundo real) dos referentes do foco metafórico.

**Enfoque pragmático** – a metáfora é vista como burla das máximas de Grice, em especial a máxima de qualidade. A visão pragmática da metáfora parte do princípio que o conteúdo metafórico não se deriva dos princípios da interpretação semântica. A semântica apenas oferece uma caracterização do significado literal ou conteúdo convencional das expressões em jogo. A pragmática parte daí e junto com detalhes acerca do contexto proporciona a interpretação metafórica. Como disse Searle acima, parte-se da incongruência do significado dos termos literais para encontrar o significado metafórico.

**Metáfora na semântica cognitiva**<sup>35</sup> – Os cognitivistas afirmam que a metáfora está onipresente na linguagem ordinária e é um modo muito importante de falar e pensar sobre o mundo. As metáforas, apesar das anomalias idiossincráticas, possuem as seguintes características sistemáticas:

- Convencionalidade – muitas metáforas perdem a força de novidade e criatividade e se tornam convencionais. Elas são denominadas de metáforas *fossilizadas* ou *mortas*. Segundo Searle (1995:179), “o significado original da sentença sai do circuito e a sentença adquire um novo significado literal, idêntico ao antigo significado metafórico de emissão.” Porém, esta posição de Searle não é aceita pelos cognitivistas que afirmam que uma metáfora familiar sempre pode adquirir uma nova vida, retendo seu status metafórico.

-Sistematicidade – quer dizer que os domínios de origem e de partida demonstram que a metáfora pode ser estendida, ou que tem uma forma lógica. Um exemplo de sistematicidade pode ser dado pela metáfora *A vida é uma viagem* em que Lakoff e Turner dizem que faz parte dos nossos conhecimentos e fala. A metáfora, dizem Lakoff/Johnson (2002:45-48), está infiltrada na linguagem, no pensamento e na ação. “Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza.” Os conceitos estruturam o que percebemos e a maneira como nos comportamos no mundo. É o sistema conceptual que nos leva a definição da realidade cotidiana. Concluem, que

---

<sup>35</sup> Este item tem sua estrutura baseada em Saeed (1996:304-317).

sendo o sistema conceptual em grande parte metafórico, “então o modo como pensamos, o que experienciamos e o que fazemos todos os dias são uma questão de metáfora.”

A essência da metáfora, para Lakoff/Johnson, é empreender e experienciar uma coisa em termos de outra. A *discussão* compreendida em termos de guerra quer dizer que ela é parcialmente estruturada como tal. “O conceito é metaforicamente estruturado, a atividade é metaforicamente estruturada e, em consequência, a linguagem é metaforicamente estruturada. [...] DISCUSSÃO É GUERRA, deverá ser entendido que *metáfora* significa *conceito metafórico*.”

O caráter de sistematicidade é afirmado quando constatamos que os conceitos são parcialmente compreendidos em termos de outros conceitos. Assim todo o sistema conceptual é metaforicamente estruturado. Em outras palavras, a metáfora envolve uma analogia sistemática e coerente entre a estrutura interna de dois domínios da experiência. Sendo assim, todo o nosso conhecimento relevante é associado aos conceitos e domínios em causa.

- Assimetria – Este aspecto diz que metáfora possui uma **direção**. Ela não tem comparação simétrica entre os dois conceitos, porém estabelece pontos de similaridade. Exemplo: *Encontrar-se na encruzilhada da vida*. A similaridade provoca uma lista de aspectos que são transferidos da origem para o ponto de partida.

- abstração – Relacionada com a assimetria, a abstração é notada como o uso de termos concretos para significar coisas abstratas. É o caso de *A vida é uma viagem* que nossa experiência evidencia que os movimentos físicos do mundo são caracterizados pelo mistério do processo de vida e morte. A metáfora exerce, portanto, um papel de categorização de novos conceitos e organiza a nossa experiência. As noções abstratas são conceptualizadas metaforicamente à luz de noções concretas e familiares. Em outras palavras, a abstração depende das projeções metafóricas a partir de domínios concretos e familiares.

Para os cognitivistas a influência da metáfora no comportamento lingüístico é importante, pois a mente do usuário da língua guarda na memória as experiências sensoriais que depois servirão para compreensão de fatos do mundo. Essa experiência física de ser e de agir no mundo origina a formação de conceitos básicos de estruturas que são utilizadas para organizar o pensamento diante dos mais variados e abstratos domínios. Mark Johnson denomina essas estruturas de **esquemas imagéticos** ligadas ao nível mais primitivo da estrutura cognitiva da metáfora e se conectam aos domínios mais altos dos domínios cognitivos da linguagem. Estes esquemas imagéticos, segundo Silva (1999:55), são tidos como padrões não-proposicionais e devido a sua repetição, eles emergem da atividade sensorio-motora e da percepção de ações e eventos. São as seguintes os esquemas imagéticos identificados por Mark Johnson: *condicionamento* (containment), *caminho* (path), *remissões* (links), *forças* (forces), *balança* (balance), *acima-abaixo* (up-Down), *frente e verso* (front-Back), *parte – todo* (part-whole), *centro-periferia* (centre-periphery). Estes esquemas imagéticos não existem como entidades individuais e isoladas, mas se relacionam através de transformações de esquemas imagéticos, que são naturais para Lakoff.

Parece-nos que a posição de Marcuschi (1978:3-4) sobre o papel da metáfora como um “*modo específico de conhecer o mundo*” é a mais adequada, pois “do ponto de vista genético e psicológico, ela seria a criação de novos universos de conhecimento. Criaria, pois, uma realidade nova.” O jornalismo diante dessa atitude, usa a metáfora como forma de compreensão dos fatos que relata assim como constrói um mundo para além da singularidade dos acontecimentos. As metáforas definem a realidade e implicam uma verdade dentro de aspectos dessa mesma realidade. Lakoff/Johnson (2002:259) expressam bem o poder da metáfora em definir o mundo.

As metáforas novas, da mesma maneira que as convencionais, podem ter o poder de definir a realidade. Elas o fazem por meio de uma rede coerente de implicações que iluminam alguns aspectos da realidade e ocultam outros. A

aceitação da metáfora, que no obriga a forçar *apenas* os aspectos da nossa experiência que ela ilumina, leva-nos a enxergar como *verdadeiras* as implicações da metáfora. Tais “verdades” podem ser verdadeiras, é claro, apenas com relação à realidade definida pela metáfora.

Para a Teoria dos Espaços Mentais (Fauconnier), a língua funciona estabelecendo fusões de espaços mentais. A metáfora, por exemplo, se realiza através de **projeção** de um **domínio** sobre outro e não como transposição de sentido. **Domínios** são conhecimentos estruturados, estáveis e locais que fazem parte da memória pessoal ou social. São denominados de esquemas e frames, protótipos, script e modelos e refletem uma estrutura de expectativa. Em outros termos, domínios são *espaços mentais*, concebidos como núcleos cognitivos (Modelos Cognitivos Idealizados), estruturalmente simples e elaborados localmente. (MARCUSCHI, 1999a:7). **Projeção**, (Mapping) significa, ainda segundo Marcuschi, uma espécie de mapeamento de correspondência entre dois domínios cognitivos em que o segundo (M) é um tipo de contraparte do primeiro (EM) que lhe serve de base. São projeções de um domínio sobre outro. A metáfora é essa forma de projeção de parte de um domínio em outro. Miranda (1999:87) diz que a idéia central de Fauconnier é de que, “para falar ou pensar sobre certos domínios (*domínios-alvo*), valemo-nos da estrutura de outro domínio (*domínios-fonte*) e do correspondente vocabulário.” A metáfora DISCUSSÃO É GUERRA exemplifica a transferência de informação de um domínio para outro. A guerra é o domínio-fonte e a discussão é o domínio-alvo. O último elo do processo cognitivo é a **mesclagem** (blending) que opera sobre dois espaços mentais para formar um terceiro espaço chamado de mescla.

Para Sweetser e Fauconnier (1996:4), a metáfora reflete uma habilidade humana universal de ligar domínios sob a base de conexões de experiência de diversos tipos. Até mesmo as expressões idiomáticas projetadas em outros domínios fazem transcender o sentido da metáfora dada. A metáfora sempre permite a transferência direta do significado convencional.

Vale ressaltar o papel da metáfora como forma de conhecimento do mundo e não seu espelho. “Os processos de construção referencial e as respectivas contrapartes integrativas não são procedimentos de espelhamento do mundo, mas elaborações que se evidenciam como constructos sócio-cognitivos para retomar ao mundo e conhecê-lo.” (MARCUSCHI, 1999a:10).

Os jornais ainda se comportam e orientam seus textos dentro da teoria da *comparação* da metáfora. É comum, portanto, a recomendação para que se evite as “metáforas” gastas e os clichês, porém aceitam a metáfora como forma de tornar o texto mais didático.

Analisamos a seguir cinco trechos onde se encaixam as metáforas e depois arrolamos uma série de expressões que dependendo da abordagem teórica terá uma explicação diferenciada. O primeiro exemplo (68), traz um título – ***Bomba atômica*** – que refere a enunciação de Nicéa e tenta passar a idéia de um poder destrutivo que vai atingindo progressivamente, do centro para periferia, todos os envolvidos na corrupção. O subtítulo – ***mergulhado num mar de corrupção*** – refere agora o enunciado e é uma metáfora marítima que passa a idéia de profundidade e amplitude que a vista não é capaz de alcançar ou perceber. E quem mergulha no mar fica molhado, isto é, participa da corrupção etc.

(68)[P209Vm151-1]

***Bomba atômica***

Nicéa, ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, diz na Globo que ele está ***mergulhado num mar de corrupção***

O trecho seguinte (76), a metáfora da imensidão do mar da corrupção ainda reaparece no título ***o malufismo afunda***, porém há uma compreensão mais sistêmica dos fatos com a introdução da metáfora de ***rede de corrupção***, mais específico, que substitui o ***mar da corrupção***, mais genérico. Essa ***rede de corrupção*** evolui para ***teia tão vasta de beneficiários*** e recategoriza como ***rede organizada de cobrança e pagamentos***. Há, portanto, um esforço de precisar

melhor o estado de coisas pela visualização e conceituação de *rede* e *teia*. A expressão *acusação frontal* quer reforçar a clareza e nitidez das declarações de Nicéa que servem como fundamento e coerência do texto.

(76)[P210Vm22]

*O malufismo afunda*

As denúncias de *uma rede de corrupção* em São Paulo convencem a opinião pública e *abalam um velho modelo político*

▶ ..... ◀ Entre os casos de corrupção denunciados no Brasil, há diversos de porte respeitável. Mas em nenhum se *organizou uma teia tão vasta de beneficiários*, como a descrita por Nicéa Pitta. *Essa rede organizada de cobrança e pagamentos* alcançaria do fiscal de camelôs a vereadores e empresas, até chegar ao gabinete do prefeito de São Paulo, conforme a *acusação frontal* mantida pela ex-primeira-dama. “São acusações absolutamente inverídicas, que repetem fatos anteriores amplamente esclarecidos inclusive na Justiça”, afirma o prefeito Celso Pitta.

▶ ..... ◀

A revista *Isto é*, na abertura da primeira reportagem sobre a entrevista de Nicéa Pitta, transcrita abaixo (79), inicia com uma alusão as freqüentes inundações causadas por chuvas sofridas pela cidade de São Paulo para resgatar da memória do leitor a vivência dos *odores* e da *lama* originados das enchentes e, num segundo momento, transfigurar estes significados originais para a *podridão*, no sentido metafórico, revolvida por Nicéa. Depois de dimensionado o significado da situação, o texto usa expressões como *deflagrou / agitam / aliados do prefeito* no sentido de uma guerra ou explosão que pode provocar efeitos incontroláveis. E como numa guerra a civilidade é deixada de lado como é dito pela metáfora do percurso / caminho.

(79)[P215Iem221-2]

Embora não tenha sido vitimada por nenhuma inundação na última semana, a *cidade de São Paulo está fedendo*. E nada indica que *a podridão* revolvida pela



ex-primeira-dama Nicéa Pitta deixe de *espalhar odores por mais tempo*. Ao denunciar *o mar de lama que alaga a prefeitura e emporcalha políticos locais e nacionais*, Nicéia *deflagrou* um processo sobre o qual não tem mais controle. Politicamente, suas revelações *agitam* a sucessão de seu ex-marido, o prefeito Celso Pitta. Juridicamente, ao contrário do que fora alardeado por *aliados do prefeito*, o material apresentado por Nicéia relaciona fortes indícios de maracutaia, inclusive na gestão de Paulo Maluf. Ela sabe, porém, que as reações e atitudes como essas nem sempre *transitam no campo da civilidade*. Não é à toa que passou a usar um colete à prova de balas. ▶ ..... ◀

O comportamento “frio” de Celso Pitta diante de tantas acusações de corrupção levou a *Veja* (85) a comparar essa calma do prefeito aos conhecidos guardas da rainha que ficam alheios ao que se passa ao seu redor. É claro a intenção de provocar humor no leitor. O sarcasmo aumenta ainda mais quando o prefeito considera a situação como ótima para sua defesa.

(85)[P214Va26]

▶ ..... ◀ Até lá, o prefeito governa normalmente, *inabalável como um guarda da rainha da Inglaterra*, disse que o processo é “*uma oportunidade de ouro*” para se defender. ▶ ..... ◀

O trecho citado abaixo (89) usa as expressões *piabinhas / tubarões* para referir deputados e ministros aliados contrários a proposta do salário mínimo do governo de R\$ 151,00. O que chama a atenção é que a expressão *pegar um tubarão* é endereçada ao senador Antonio Carlos Magalhães /PFL que defende um salário mínimo de R\$ 177,00 e tem dois ministros no governo. Lembremos ainda que ‘piaba’ no mundo dos animais já é um peixe pequeno, e enunciado no diminutivo se torna quase insignificante comparado ao tubarão em qualquer estágio da vida. Conclusão: FHC faz apenas jogo de cena política, na opinião de Jader Barbalho.

(89)[E81Fa29]

► ..... ◀ Para Jader, FHC não deveria demitir apenas ocupantes de cargos públicos que são apadrinhados de parlamentares pouco expressivos, que chamou de “*piabinhas.*” “*Os tubarões* é que têm demagogicamente faturado nisso. O governo bem que poderia *pegar um tubarão* para mostrar seu descontentamento.” ► ..... ◀

A seguir transcrevemos uma amostra de uma série de pequenos trechos onde se encontram expressões que fogem do sentido original. Nosso objetivo é apenas mostrar que o jornalismo informativo não é uma reprodução dos fatos objetivamente falando, mas uma forma de conhecer, tratar e apresentar um mundo jornalístico.

1.Ex-mulher do prefeito *abre o jogo* [P17Jm111-1]

2...*o esquema da compra de votos* ...foi montado pelo *padrinho político* Paulo Maluf. *O sistema de compra de votos* teria... *o rompimento* entre Pitta e Maluf é falso... é *uma estratégia* para ...[P176Jm125-5]

3.Nahas aconselhou a fazer um “*caixa*” [P7Fm125-6]

4.*Medida* seria *estratégia* para... [P8Fm136-7]

5...para *esvaziar* a CPI da máfia dos fiscais e *abortar* um possível processo....[PJm132-4]

6...*desvio* do dinheiro público... [P9Fm141-14]

7.Jorge Yunes *teria hospedado* a *compra de votos*... [P8Fm135-7]

8...o *barulho* causado pelas revelações... Pitta continua *frio*....até que *a tempestade* acabe [P12Fm161-4]

9.Disse com *todas as letras*... *rumo* das negociações... de *compra de vereadores*... *Dois alvos de ataque* de Nicéa... *Um capítulo especial* da entrevista.../ ...um *capítulo* da *batalha jurídica*... Nicéa garante que é *briga de fachada*... emitia *notas frias*... “irmão denuncia irmão”... diz que o marido *está engolfado num mar de corrupção* [P209Vm151-1]

10...assistiram ...*uma guinada* no jornalismo da Rede Globo... acompanhou *a bombástica entrevista*... [P215Ie222-2]

11.O PTN...começa a *abandonar* o prefeito Celso Pitta *à própria sorte*. [P159Fa26]

- 12...enfrenta mais *um lance de sua batalha jurídica*... pede *a restauração* da liminar...([P161Fa26])
- 13...querendo se apropriar dessa *bandeira*. [P167Fa27]
- 14.Verba pode virar *trunfo* de Pitta. ...ampliar *base aliada*.. ampliar sua *base* de apoio...( ampliar sua *base* de apoio...([P171Fa29])
15. Os vereadores que compõem a *tropa de choque*... [P172Fa30]
- 16...manter um *propinoduto* ligando ... *alimentando um esquema de corrupção*... *O manto do anonimato* é sempre tranqüilizador. [P214Va26]
- 17.A verba sairá de *cortes em despesas*...[E104Jm181-1]
- 18....mais inflação e *alimentar a demagogia*. ...são *o impacto* do aumento nas contas... identificação das *fontes de recursos*... [E12Fm92-3]
- 19...tentaram *fechar um acordo para evitar o confronto*... quer *uma saída honrosa* para... e não perder *a força* no governo.... ele *recuou*: “Não há *acordo*. Eu diria que há *uma ampla estrada*...isolado por *uma parede de vidro*... chegar aqui e ver essa *palhaçada*... trabalhadores chamavam governistas de “*cachorro de madame*”. [e73Fa26]
- 20...o governo quer *dar um susto*,... levará adiante as *ameaças de retaliar* os parlamentares... [e81Fa29]
- 21...produziu discussões *acaloradas*...elas ficaram mais *quentes*... *os números em discussão irritam*... Chega a *ser um escárnio*... um mínimo um pouco *mais generoso*... os beneficiários ganhem *tostões*... do salário possui *dimensões monstruosas*... [e134Vm1]
22. *O grude da previdência*. Os caciques do PMDB também *festejavam*...[e136Vm29]

Embora os trechos citados estejam fora dos seus contextos verbais, é possível perceber a confluência de metáforas de diversos tipos como: *guerra, percurso, comércio, biológicas, fenômenos naturais, relação de amizade medida pelo grau de proximidade, conserto, jogo, comer/alimentar, vestuário, força, frio/quente, recintos, vestuário, antropomorfismo, velho/novo, grande/pequeno*. E dependendo do ponto de vista teórico pode-se encontrar *expressões idiomáticas, metonímia, polissemia e ambigüidade*.

Como a atenção que o jornalismo dedica ao seu texto só está levando em consideração a noção de metáfora como *comparação*, não percebe ou não tem consciência das projeções que faz entre domínios, da construção sócio-cognitiva que realiza dos fatos jornalísticos. Pela relação acima, se perceber que a compreensão dos acontecimentos por parte do leitor está fortemente baseada em suas experiências, espaços mentais (Fauconnier) e correspondências entre elementos constituintes de dois domínios conceptuais diferentes (Lakoff).

Finalizando este capítulo, podemos concluir que o fato jornalístico é todo ele construído em bases discursivas, isto é, os enunciados refletem relações de sentido que são formas lingüísticas oferecidas ao leitor para que ele possa conhecer ou reconhecer o mundo extra-mental.

## 4. O MUNDO ESTABILIZADO DO JORNALISMO

Lembre-mo-nos de que as pessoas se convencem, às vezes, do acerto de uma opinião por causa da sua *simplicidade* ou *simetria*, isto é, são levadas a adotarem essa opinião. As pessoas dizem então, simplesmente, qualquer coisa do gênero: “É *assim* que deve ser”.

(WITTGENSTEIN - *Da Certeza*, § 92)

- O interesse que despertam nos leitores os enunciados jornalísticos está sedimentado na crença da existência de um mundo assente e “visível” principalmente nas instituições. O fato jornalístico no momento mesmo que apresenta publicamente alterações no mundo extra-mental, reafirma sua estabilidade na linguagem. Essa estabilidade é tratada e marcada no discurso jornalístico por processos de estabilização das categorias. Há várias formas e maneiras de se processar a impressão de estabilidade: **1.** O princípio de estabilidade filosófico-jornalístico assegura que há um acordo entre os interlocutores na aceitação de crenças e fatos. Já o princípio de coerência e os mecanismos de **herança** e **projeção** reafirmam essa aceitabilidade como condição discursiva. **2.** A pressuposição como uma inferência pragmática ligada a fatores contextuais é outro elemento que dá sentido e racionalidade aos enunciados assim como reforça a estabilidade dos fatos jornalísticos. **3.** Outro nível no processo de estabilização é o lingüístico, onde os protótipos são lexicalizados por meio da nomeação. Ainda nesse patamar, as formas de anáforas, estereótipos e repetições são recursos lingüísticos de uso estabilizador.

● Para exemplificar e ilustrar o nosso estudo, contaremos com enunciados do nosso corpus que traz fatos relacionados a dois tópicos gerais: a) – *corrupção*; e b) – *salário mínimo*. No primeiro, é especificamente tratado o que se convencionou chamar de “Pittagate”, ou seja, a acusação contra o prefeito de São Paulo, Celso Pitta de corrupção administrativa. Os enunciados desse bloco são frutos de enunciações sobre fatos passados remotos. No segundo, os fatos giram em torno do valor do novo *salário mínimo* e seus enunciados visam principalmente a ações futuras, mas com frutos políticos no presente.

#### 4.1. Princípio de estabilidade do fato jornalístico

Adaptando o princípio semântico-filosófico de estabilidade, postulado pelos filósofos da ciência funcionalista no início do séc. XX, que diz que todo enunciado que não é falso é verdadeiro, podemos afirmar que o jornalismo tem seus alicerces fincados na crença de ser um emissor de relatos verdadeiros, já que é uma instituição que foi criada e existe especificamente para levar o mundo até o leitor. Publicação de mentiras ou ficção é um contra-senso que se opõe a sua razão de ser. Essa assertiva se torna ainda mais rígida quando vigora, para o leitor, uma concepção de linguagem como sendo ela um espelho da realidade ou referencialista. Concede-se assim ao jornalismo o mérito de “falar a verdade” e a capacidade de impor uma visão de mundo. Aplicando a teoria da interpretação de Davidson (Cap.2.-2.3.2), poderemos dizer que o leitor partilha da mesma linguagem e da mesma imagem do mundo jornalístico, pois se ele entende o discurso jornalístico deve partilhar também uma imagem do mundo. Portanto, o **fato jornalístico** – como o definimos no cap.1, é a verdade jornalística.

O **fato jornalístico** constituído é aceito como verdadeiro em si mesmo e por conta de outro enunciado jornalístico que lhe serve de justificação, e, por sua vez, será o referente de um outro. Essa cadeia de inter-relações de significados vai tecendo o sentido de estabilidade jornalística. É assim que, num texto jornalístico, o

enunciado (x) é confirmado pelo enunciado (y) que relata fatos anteriores a esse enunciado (x). Posteriormente, em edições subseqüentes de jornais e revistas, outros fatos vão sendo acrescentados que confirmam ou negam (x). No caso da entrevista em que Nicéa Pitta acusa o prefeito de São Paulo Celso Pitta de corrupção, podemos constatar que o núcleo da notícia (x) é confirmado por (y) que caracteriza o ato de corrupção .

(22)[P17Jm111-1]

(x)

Nicéa Pitta, ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, acusou ontem, em entrevista ao *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, o ex-marido de envolvimento com corrupção.

(y)

Segundo ela, todos os vereadores que votaram contra o processo de impeachment de Pitta, em maio do ano passado, receberam dinheiro, intermediado pelo secretário de Governo, Carlos Augusto Meinberg. ►...◄

O debate sobre o *salário mínimo*, que normalmente surge no mês de abril, teve um grande destaque na imprensa já a partir de fevereiro/2000 devido à coincidência de temas como a discussão do ‘auxílio moradia dos juizes’, ‘teto salarial do militar, do servidor federal, de deputados e juizes’, e ao ingresso do PFL na contenda exigindo um salário mínimo de 100 dólares (177 reais). No nosso *corpus*, o tópico *salário mínimo* aparece logo no início de março/2000 com a entrada da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na campanha pelo novo mínimo. O processo é o mesmo de um enunciado se justificar em outro enunciado, frutos de uma mesma enunciação ou enunciações posteriores no tempo. Vejamos o exemplo (23):

(23)[E82Jm12-2]

(x)

►...◄ A CUT lançará, na semana que vem, uma campanha pelo mínimo de R\$ 180 – quase o mesmo valor defendido pelo PFL, que deseja o mínimo de U\$ 100 (ou R\$177). ►...◄

(y)

►...◄ Segundo o sindicalista,<sup>36</sup> apesar dessa reivindicação ser antiga na CUT, a campanha ganha força agora, com a bandeira do PFL pelo mínimo de US\$ 100. O PFL lançou a bandeira do salário mínimo em torno dos R\$ 177 no dia 9 de fevereiro.

Queremos ressaltar ainda que os principais elementos constitutivos estabelecidos e aceitos para a construção de uma notícia jornalística, dizem os manuais de redação jornalística, são o **que** e o **quem**. A racionalidade do fato relatado, portanto, deve deixar claro quem é o *sujeito* que fez ou disse algo, e a própria ação que é representada pelo *verbo* de preferência na voz ativa e no tempo pretérito. Quase sempre, nas mais variadas estruturas que o texto noticioso possa se apresentar, o primeiro parágrafo é reservado para a exposição do que foi considerado o fato mais relevante entre tantos outros pequenos eventos relacionados a ele. Definindo-se assim quem praticou a ação, são acrescentadas informações relacionadas a tempo e espaço (elementos circunstanciais) dentro das dimensões de atualidade e proximidade (introdução) que são atributos inerentes do jornalismo. Os possíveis motivos ou causas que detonaram uma certa ação são selecionados a partir da primeira escolha que foi o do *agente* direto dessa mesma ação.

O fato jornalístico assim estruturado torna-se **único**, isto é, ele não tem continuação. O que se denomina de *suíte*<sup>37</sup>, é na verdade, um outro fato jornalístico que tem o fato jornalístico anterior como referente. O importante, que isto fique bem

<sup>36</sup> João Felício, secretário-geral da CUT.

<sup>37</sup> *Suíte* em jornalismo, segundo Manual da Redação da Folha de S. Paulo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior.



claro, é que este texto noticioso passa a ser outro fato independente jornalisticamente daquilo que relata apesar de ter parâmetros na realidade que lhe serve de referência. Assim, quando um leitor lê o seu jornal ele está lendo enunciados sobre fatos jornalísticos e não mais sobre algo do mundo extra-mental. O enunciado jornalístico não é uma lente para visualizar melhor o acontecimento ou um espelho para enxergar a própria realidade.

Assim sendo, o enunciado (x) é único e serve de referente para (y) que também é único. Em outros termos, o leitor, ao mencionar determinada notícia, não estará se referindo a nada do mundo que foi tomado como parâmetro, mas apenas a fatos jornalísticos únicos e estáveis. É eliminado o hiato entre o fato e o enunciado. Portanto, (x) é confirmado por (y) assegurando o comportamento do denunciado (Celso Pitta) em atividade de corrupção, não importando tanto a sua correspondência fática, ou a bandeira do novo salário mínimo do PFL (x) é reconhecida pelo sindicalista (y).

A relação entre os enunciados (x) e (y) não possui marcas lingüísticas particulares e principalmente daquelas marcas denominadas de expressões referenciais (Cap.1.-1.2). O referente é construído de modo compartilhado, isto é, o objeto de discurso é sub-especificado, e somente possível de inferências a partir do compartilhar pragmaticamente. Os referentes construídos e constituídos, portanto, possuem ainda dois mecanismos que estimulam novas significações e interpretações. Esses mecanismos são denominados como **herança** e **projeção** (Cap. 1.-1.4.1) e nos textos jornalísticos garantem a continuação de determinado tópico em várias edições de jornais ou revistas, asseguram a aceitabilidade de novos eventos dentro de acontecimentos mais gerais, provocam novos enfoques e pontos de vista sobre fatos passados e projetados. Assim sendo, a referência só deve ser compreendida como um processo interacional e a referência e o processo de referenciação se fazem levando em consideração o referente estabelecido no discurso e não fora dele. No primeiro exemplo (24) que apresentamos a referência é cotextual e o segundo (25)

remete a textos anteriores, isto é, fica reduzido a textos. O interessante aqui é a abolição do mundo externo como fonte.

(24)[P89Fm292-13]

A ex-primeira-dama de São Paulo Nicéa Pitta admitiu ontem em seu depoimento à CPI dos Medicamentos que **assinou um contrato falso** de prestação de serviços ao empresário Jorge Yunes, em 1997. [...] Para o deputado Neuton Lima, o fato de **Nicéa ter admitido que o documento é falso** suscita dúvidas sobre o restante de seu depoimento. ►...◄

(25)[P8Fm136-7]

O prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PTN), está sendo aconselhado por assessores próximos e vereadores aliados a pedir afastamento do cargo devido às **acusações feitas por sua mulher, Nicéa**. ►...◄

Nicéa Pitta após as declarações feitas ao *Jornal Nacional* da Rede Globo, deu inúmeras entrevistas a veículos da imprensa (rádios, jornais e televisões) além de depoimentos a CPIs e ao Ministério Público. É possível que o leitor possa confundir as referências de base e simplesmente adote o estereótipo de ex-primeira-dama que acusa o marido prefeito de falcatrua administrativa. No entanto, a estabilidade do tópico é garantida e passa a fazer parte da memória discursiva do leitor.

Os mecanismos de herança e projeção, no entanto, só se realizam plenamente e asseveram o que estamos chamando de ‘estabilidade jornalística’ pelo componente de coerência que garante as razões que sustentem o enunciado (x), visto que os critérios de coerência surgem do esquema conceitual que é um elemento constituinte. Segundo Marcuschi, a coerência é uma espécie de condição discursiva e um princípio de acessibilidade intersubjetiva entre os produtores e receptores de discursos.

“Em certo sentido, podemos dizer que a coerência é o que deve acontecer quando introduzimos um certo objeto de discurso e depois pretendemos prosseguir com ele naquele discurso.[...] Em suma, a coerência não é uma questão de evidência lógica nem de evidência empírica, mas uma atividade cognitiva desenvolvida no discurso (inferencialmente ou não), envolvendo fatores internos e externos.” (MARCUSCHI 1999:11-12)

É assim, portanto, que o tópico discursivo<sup>38</sup> *corrupção* vai ser o elemento que encadeará todos os possíveis desdobramentos futuros e aglutinará ao seu redor pessoas e eventos relacionados com (x). Pois, segundo Gianfranco Pasquino (BOBBIO/PASQUINO,1986:291) a corrupção “é um fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa.” É um comportamento ilegal dentro da estrutura de um estado. E como há transação entre quem corrompe e quem deixa se corromper, muitos envolvidos direta ou indiretamente com o caso Pitta serão objetos de reportagens dos veículos de comunicação.

Mesmo que os enfoques de cada veículo da imprensa sejam diferentes, todos partem do enunciado (x) e do objeto de discurso *corrupção*. A *Folha de S.Paulo* centra em seus seis primeiros textos, incluindo a chamada de capa, nas personalidades denunciadas. O *Jornal do Commercio*, na matéria do dia 11/03, apresenta o que considera mais relevante, mas destaca o senador Antonio Carlos Magalhães. Já nas matérias do dia seguinte mostra algumas reações dos protagonistas. A revista *Veja* se fixa nas denúncias propriamente ditas procurando dar explicações ao leitor e comparando com outros fatos do passado político brasileiro. A revista *Isto* é, publicada quase quinze dias depois da entrevista de Nicéa, reduz tudo a denúncia de superfaturamento de remédios pela secretaria de saúde da prefeitura de São Paulo. Uma segunda matéria foge do foco específico e

---

<sup>38</sup> Utilizo o conceito de Tópico Discursivo como definido por L.A.Marcuschi (1999:3) como sendo o tema discursivo, aquilo sobre o que se está falando num discurso. “A noção de tópico discursivo permite tratar de mais aspectos, inclusive da continuidade-descontinuidade discursiva em termos mais globais e até mesmo a passagem de tópicos antigos para novos. Com esta noção se pode dar conta de fenômenos tipicamente discursivos tais como as interrupções ou as intenções fundadas em estratégias de manipulação tópica.”

tenta explicar as relações do senador Antonio Carlos Magalhães com a Rede Globo. O que importa, no momento, é que todos os desdobramentos girarão em torno de corrupção dentro da prefeitura de São Paulo. E de acordo com o período mais imediato ou mais distante da data 10 de março/2000 quando o Brasil assistiu pela TV Globo, em horário nobre, a entrevista de Nicéa Pitta, os jornais e revistas acrescentarão nas suas matérias depoimentos das pessoas acusadas ou relacionadas a elas. Vejamos a relação abaixo dos primeiros textos publicados sobre o caso Pitta, sem as chamadas de capa:

**Quadro 4 – Temas das primeiras matérias**

<b>VEÍCULO</b>	<b>PERSONAGENS e TEMAS</b>
<b>JC</b> 11/03 1 texto	<b>Pitta</b> envolvido com <i>corrupção</i> ; Alguns <b>Vereadores</b> votaram contra o impeachment de Pitta por <i>dinheiro</i> ; <b>ACM e Gilberto Miranda</b> cobravam as dívidas da Prefeitura para com a OAS;
<b>JC</b> 12/03 5 textos	1. <b>Oposição</b> quer impeachment do prefeito Celso Pitta; 2. <b>Procuradoria Geral de Justiça</b> convoca Nicéa para depoimento; 3. <b>Pitta</b> diz que ex-mulher não tem provas; 4. <b>Maluf</b> diz que Covas está envolvido nas denúncias; 5. <b>Amigas</b> dizem que Nicéa passa por fase difícil;
<b>FSP</b> 12/03 6 textos	1. <b>Vereadores da oposição</b> querem nova CPI contra Celso Pitta; 2. <b>Paulo Maluf</b> acusa Covas de orientar Nicéa; 3. <b>Nahi Nahas</b> controla cargos na prefeitura e indicou funcionários da prefeitura; 4. <b>ACM</b> vai processar Nicéa por calúnia e difamação; 5. <b>FHC</b> diz que é um escândalo; 6. <b>João Carlos Martins</b> entregará sua declaração de IR à polícia;
<b>Veja</b> 15/03 1 texto	<b>Pitta</b> acabou a CPI da Máfia e o impeachment dando dinheiro a vereadores; O Secretário de Saúde <b>Pagura</b> desviou 25% do dinheiro para compra de remédios; <b>Gilberto Miranda</b> foi o intermediário de ACM na cobrança da dívida da OAS; A briga de <b>Maluf</b> e <b>Pitta</b> é de fachada; <b>João Carlos Martins</b> enviou 5 mil dólares para filho de Pitta em Nova York; <b>Mellão</b> foi o intermediário de Pitta na compra de votos dos vereadores;
<b>Istoé</b> 22/03 2 textos	1. <b>Nicéa</b> apresentou nota fiscal de preços de remédios superfaturados <b>Gilberto Miranda</b> foi o intermediário de <b>ACM</b> na cobrança da dívida da OAS; Eleição; (previsões) 2. Relação da Globo com ACM foi modificada;

#### 4.2. A Pressuposição como inferência estabilizadora

Ducrot (1997:34), na apresentação da noção de pressuposição, diz que os pressupostos de um enunciado são, *fundamentalmente*, condições impostas para que

seu emprego seja normal. Isto é, só seria normal dizer *Pedro sabe que João veio* se, de fato, *João veio*. Diz ainda que os pressupostos são, *fundamentalmente*, elementos de seu contexto, componentes de sua significação. Esse conceito concebido na linguagem natural leva em consideração que os fatos pressupostos são dados como verdadeiros. Assim quando se diz que *A Palma de Ouro/2003 foi dada ao filme Elephant*, pressupõe que foi o melhor filme e não se põe em dúvida o próprio ato de premiar do Festival de Cannes.

Num sentido mais preciso, pressupor, ainda segundo Ducrot (1977:77), “não é dizer o que o ouvinte sabe ou o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse.” Já para o Dicionário de Linguística (DUBOIS, 1999), “*pressupostos* de um enunciado são uma espécie de contexto imanente; são as informações que ele contém fora da mensagem propriamente dita e que o falante apresenta como indiscutíveis, evidentes.” Em outras palavras, pressupor é supor ou ter como verdadeiro algo que está fora do enunciado, mas que deve ser admitido para aceitar o enunciado. No enunciado está o que se afirma ou o ponto principal do que se disse, mas é pelas pressuposições que se avalia o que diz o enunciado.

A pressuposição pode ser analisada sob dois enfoques principais. O primeiro segue a tradição da filosofia como espelho da natureza em que as sentenças referem objetos do mundo (cap.2.-2.2). A significação, portanto, é um atributo das sentenças na sua relação de verdade. O segundo enfoque, mais pragmático, diz que tanto as sentenças como os enunciados são atos de comunicação, isto é, falantes e ouvintes usam estratégias diversas para se comunicarem. Dentre elas está a pressuposição, que se apresenta com muitas possibilidades de inferências nos enunciados do falante.

A abordagem pragmática coloca a pressuposição como uma forma de interação entre os participantes e de organização da informação com mais clareza por parte do falante. Os enunciados terão destaques específicos dados pelo falante

baseado no conhecimento que acredita possuir sobre os ouvintes. A pressuposição é aqui um dos modos de significação.

Num sentido mais técnico, as pressuposições são peças de informação que são associadas com alguns itens lexicais ou construções sintáticas.

“O sentido técnico da pressuposição está restrito a certas inferências pragmáticas ou assunções que em princípio parecem que estão incorporadas às expressões lingüísticas e que podem ser isoladas empregando provas lingüísticas específicas, tradicionalmente, a constância baixo negação.” (LEVINSON, 1989:160)

Pela definição acima, as pressuposições podem estar ligadas a determinadas palavras ou construções lexicais. Esses elementos lingüísticos são comumente chamados de **acionadores pressuposicionais** ou fontes de pressuposição. No enunciado (26) o verbo *suspeitar* é um acionador pressuposicional, pois implica que Nicéa acredita que haja uma conta bancária conjunta e imprópria entre o prefeito Celso Pitta e o pianista João Carlos Martins.

(26)[P7Fm126-6]

►...◄ A primeira-dama de São Paulo, Nicéa Pitta, disse anteontem que suspeitava que o prefeito Celso Pitta e o pianista mantêm uma conta conjunta. ►...◄

No parágrafo seguinte desta notícia, João Carlos Martins nega a declaração de Nicéa e afirma ser o único titular da conta corrente no banco Espírito Santo em Miami. Como a pressuposição foi acionada por um verbo de juízo, Martins tenta destruir essa pressuposição com fatos que ele chama de transparentes, tais como os extratos e a declaração de renda. No entanto, as pressuposições nunca são canceladas ou desaparecem totalmente, mesmo que sejam interceptadas em algum contexto intermediário.

Levinson (1989:170) apresenta treze acionadores de pressuposição dentre os mais de trinta que o lingüista Karttunen relacionou e que funcionam mesmo quando

a ação é negada. São eles: As *descrições definidas* ( (37) João viu um homem de duas cabeças), *verbos factitivos* (lamentar, saber, conhecer, sentir que, alegrar-se, estar triste por), *verbos implicativos* (conseguir, esquecer), *verbos que indicam mudança de estado* (começar, continuar, acabar, seguir, parar, tomar, marchar, sair, entrar), *iterativos* (outra vez, regressar, restituir, restabelecer, repetir, pela enésima vez), *verbos de juízo* (acusar, criticar, suspeitar), *cláusulas temporais* (antes, enquanto, desde, depois, durante, cada vez que, enquanto), *orações elípticas* ((61) O que João perdeu foi sua carteira), *itens enfatizados* ( (62) A lingüística foi inventada por CHOMSKY), *comparações e contrastes* ( (66) Carol não é melhor lingüista que Bárbara), *cláusulas relativas não restritivas* (Hillary, que escalou o monte Everest em 1953, foi o maior explorador do nosso tempo), *condições contrafactuais* ( (70) Se o letreiro tivesse dito “campo minado” em inglês além do gaulês, teríamos/não teríamos perdido a pobre Liewwellyn) e *perguntas* ( (71) Quem é o catedrático de lingüística no MIT?).

A noção de pressuposição para Análise do Discurso, segundo Brown & Yule (1993:29), é tida como pragmática. Isto quer dizer que ela é definida em termos de assunção que o falante faz de algo e que em troca é aceita pelo ouvinte. Essa área em que falante e ouvinte estão de “comum acordo” caracteriza a pressuposição. A origem indicada das pressuposições é do falante, mas requer uma interação entre os participantes de comunicação. Para Stalnaker, citado por Saeed (1997:101), a pressuposição é essencialmente pragmática porque exige dos participantes que possuam um acordo comum sobre o que é posto. O falante constrói, juntamente com os participantes, suas sentenças e declarações. Seguindo essa orientação, as falhas na pressuposição se originam na falta dessa área comum.

Nos enunciados, o pressuposto não é somente colocado como conhecido hipoteticamente pelo ouvinte como disse Ducrot acima, mas também há pressuposições que não são de conhecimento do ouvinte, no entanto, ele aceita como pressuposto o que é dito pelo falante. Assim é que, quando o falante diz: *Minha irmã casou*, o ouvinte aceita que ele tem *uma irmã* e que essa *irmã casou*.

A pressuposição pode também introduzir uma informação nova. Essa concepção atribuída aos lingüistas Sperber & Wilson por Saeed (1997:101), leva em consideração que a “pressuposição não é um fenômeno independente, mas um na série de efeitos produzidos quando o falante emprega estruturas sintáticas dentro de um background prévio.” Estes escritores integram a pressuposição com as noções de informação **velha** e informação **nova** que compõem a estrutura do discurso. Em linhas gerais, se afirma que na estrutura da informação o falante organizará a velha informação antes da nova. Há várias maneiras de processar ou destacar esses dois tipos de dados. Antes porem, aceita-se que é o falante que introduz a informação velha através de anáforas ou situações. Já a informação nova é apresentada de forma focal e não está recoberta pelo discurso precedente. Essas noções ficam no nível da frase, mas levando em consideração os itens contextuais e cotextuais. No entanto, Stanford & Garrod (BROWN & YULE,1993:181), propuseram o processo de modelo que invoca a noção de *cenário*, aqui entendido ou caracterizado como uma configuração estereotipada particular da experiência passada. O cenário permite que os indivíduos conheçam os dados representacionais no discurso o que permite um status dentro do cenário que evoca uma linguagem. Assim é que num discurso sobre um júri popular, a figura do advogado, por exemplo, será uma informação velha, ou seja, tida como pressuposta.

Ainda segundo Brown & Yule (1993:182-183), foi Prince quem alargou a taxionomia do status da informação. Ela sugere que o modelo de discurso contenha *entidades do discurso, atributos e conexões* entre as unidades. São três tipos de entidades: a) *nova*; b) *inferível*; c) *evocada*.

As entidades novas são de dois tipos: *novo em folha* (brand new) e *novo não utilizado* (unused). As entidades novas em folha são assumidas não por ser conhecidas pelo locutor e são introduzidas por expressões indefinidas como *conheci um homem*, já as novas entidades pouco usadas, são assumidas pelo falante por serem conhecidas do ouvinte, no seu background cognitivo, mas não tem



consciência no momento da enunciação, como no exemplo dado por Chafe: *Eu vi seu pai ontem.*

A segunda classe de entidades são as entidades *inferíveis* ou *deduzíveis*. São entidades já introduzidas pelo falante no discurso e que o ouvinte pode inferir. Deste modo *chofer* seria inferido da interpretação da expressão *o carro*, já que no seu repertório carro tem motorista.

O terceiro cenário de entidades de discurso é o da classe *evocada*. Ela pode ser *evocada situacionalmente* quando se sobressai no contexto do discurso, como na instância “Eu” e “você” e *evocada textualmente* quando é uma entidade já introduzida anteriormente no discurso e que está sendo referida num segundo momento.

O que queremos ressaltar do que foi dito até aqui, é que a pressuposição é um elemento inferencial de algo que é suposto e por ser suposto e aceito pelos participantes do discurso adquire um sentido estabilizador, mesmo que seja aparente. Mesmo porque, como diz Ducrot (1977:102), “o discurso tem uma estrutura e a conservação dos pressupostos é uma das leis definidoras da estrutura.[...] Quando se introduzem pressupostos num enunciado, fixa-se, por assim dizer, o preço a pagar para que a conversação possa ser continuada.”

O jornalismo encontra na pressuposição o ambiente para que possa apresentar a notícia que contém o *novo* na forma de uma ação desestabilizadora de um mundo tido como estabilizado. Isto é, o fato jornalístico desperta o interesse do leitor quando apresenta alguma ruptura no seio social, mas esse mesmo discurso é a prova, por mais paradoxal que seja, que existe um mundo organizado e institucionalizado. Os seus enunciados, portanto, são interpretados à luz de pressupostos jornalísticos (“evidências de discurso”), aqui entendidos como já publicados anteriormente pelos meios de comunicação social e de pressupostos cognitivos, aqui compreendidos como toda a memória discursiva e enquadres (frames, cenários, esquemas) onde falantes e ouvintes se situam socialmente.

Em textos jornalísticos como a notícia, a reportagem e a entrevista, num contexto mais amplo ou mesmo extralingüístico, os pressupostos são os  *fatos sociais* e os  *fatos institucionais*, que devem ser compreendidos pelo seu caráter iteracional, como exposto no capítulo 1. O que iremos analisar a seguir são os núcleos (leads) proposicionais de algumas notícias, na ordem cronológica, que marcaram o caso denominado “Pittagate”, para verificar como a pressuposição reafirma a estabilidade sócio-cognitiva do mundo.

A primeira observação que possamos fazer é que o tempo verbal do enunciado noticioso é o  *passado* e que ele implica pressuposição pela mudança provocada em um estado de coisas. De (27) a (35), apenas o primeiro exemplo traz o tempo verbal no futuro, enquanto os demais figuram com o pretérito perfeito (em  *itálico*) que permite a certeza da realização da ação. No caso de (27), o  *futuro* se explica pela impossibilidade da votação ser realizada no final de semana, já que (27) é uma resposta às acusações feitas na sexta-feira à noite por Nicéa Pitta.

Todos os enunciados abaixo giram em torno do poder constitutivo municipal com status formalizado e aceito pela sociedade paulistana. Portanto, eles pressupõem, por parte da comunidade local, conhecimento do funcionamento das funções de status (Cap.1.-1.5.1) e da iteratividade dos fatos institucionais. É por isso, talvez, que os agentes da ação da proposição matriz sejam pessoas, grupos ou objetos que fazem parte sistemática da estrutura de poder: a)  *pessoas* – **Os vereadores (27) e O prefeito de São Paulo (31)**. b) -  *instituições* – **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (28), O Tribunal de Justiça de São Paulo (30), A Câmara de São Paulo (32) (34), Comissão da Câmara (33) e A 4ª. Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça (35)**. c) –  *objetos* – **Liminar (29)**. Essas informações  *velhas* são a confirmação de um mundo estabilizado institucionalmente e reafirmado pela linguagem jornalística. As informações  *novas*, representadas pelo resultado da ação dos agentes, são a tentativa de resguardar essa estabilidade acima referida.

Há inferências mais específicas que podem ser tiradas de cada enunciado abaixo. Iniciemos por (27):

(27)[P7Fm12.6]

**Os vereadores** que fazem oposição ao prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PTN), *tentarão votar* seu possível afastamento sem a presença de 31 parlamentares que o apoiaram em CPI realizada no ano passado. ►...◄

A oposição liderada pelo PT, PPS e PSDB, aproveitando o clima desfavorável pelas acusações da primeira-dama, tenta reverter uma situação de um ano atrás, quando o pedido de impeachment contra o prefeito Celso Pitta foi rejeitado por 31 vereadores. Agora, os vereadores opositoristas tentam aprovar nova CPI, porém sem os vereadores que venderam seus votos para apoiar o prefeito, segundo Nicéa Pitta. O poder que os vereadores têm de votar o afastamento é um pressuposto que não se discute. No entanto, o que fica difícil para o leitor, num caso complexo como o Pittagate, é lembrar do que tratou esta CPI. O jornal, sabendo dessa dificuldade, adiciona boxes com informações que talvez tenham escapado da memória discursiva do seu leitor. É assim que ficamos sabendo que a CPI de (27) está relacionada com os títulos (precatórios) emitidos no valor superior às necessidades das dívidas públicas (rodapé nº.1).

Em (28) a notícia enquadra-se no contexto ‘emocional’ das repercussões das denúncias contra o prefeito Celso Pitta, porém faz referências a outros fatos:

(28)[P17Fm17]

**O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** *confirmou* ontem, por votação unânime, a condenação do prefeito Celso Pitta (PTN) à suspensão do cargo público e dos direitos políticos por oito anos. ►...◄

Pelo acionador pressuposicional - *confirmou* - podemos inferir que houve uma condenação. Entretanto, num primeiro momento, o que nos vem à mente são as acusações levantadas pela ex-primeira-dama há oito dias, e esse tempo não é suficiente para a justiça proferir uma sentença. Mesmo assim, permanece a desconfiança de que esse ato tem a ver com as recentes denúncias. O leitor que seguir lendo a notícia ficará sabendo no penúltimo parágrafo que a condenação, agora confirmada, ocorreu em junho de 1998 pelo uso indevido de verba pública para pagamento de anúncio publicitário defendendo o prefeito da CPI dos precatórios. Em todo caso, deduziremos que a suspensão do cargo público e dos direitos políticos do prefeito Celso Pitta é uma decorrência para quem, sendo portador do status de prefeito (poder) não respeitou os direitos e deveres inerentes a essa função. E como o direito anterior (político) é a condição para se chegar àquela função de status, ele é também suspenso.

Toda edição do dia 25 de março/2000 da Folha de S.Paulo é centralizada no afastamento do prefeito Celso Pitta da prefeitura de São Paulo por ordem judicial. São ao todo 17 textos relacionados ao tema. O enunciado (29) que tomamos para análise gira em torno de instrumentos, objetos ou atos de fala que fazem parte dos fatos institucionais, sendo o principal deles, a **liminar**, que tem a eficácia da ação nela mesma:

(29)[P74Fm252-17]

**Liminar** concedida ontem pela justiça *determinou* o afastamento de Celso Roberto Pitta do Nascimento (PTN) da Prefeitura de São Paulo. A decisão foi do juiz Olavo Sá Pereira da Silva, da 13<sup>a</sup>.Vara da Fazenda Pública de São Paulo. ►...◀

A **liminar** para ser efetiva, diz o corpo do texto, precisa de outros instrumentos legais: a) o prefeito ser **notificado** da decisão por meio do oficial de justiça, ou b) a liminar ter sido publicada no **Diário da Justiça**. Por outro lado, o

prefeito pode tentar cassar a liminar através do recurso **agravo de instrumento**. Ainda mais, a própria liminar teve como base uma **ação civil pública**, apresentada por sete promotores da Promotoria de Justiça da Cidadania, contra Pitta e o empresário Jorge Yunes. Os promotores, por sua vez, se basearam nas **reportagens** publicadas por jornais paulistas. Como podemos deduzir de tudo isso, é que a ênfase toda é colocada nos fatos institucionais estabilizadores.

Com o título JUSTIÇA DEVOLVE CARGO A PITTA, o enunciado (30) reafirma a necessidade da estabilidade institucional com a suspensão da **liminar** oriunda da 13<sup>a</sup>. Vara da Segurança Pública através de outra **liminar** do mesmo órgão, a primeira tendo tirado e a segunda devolvendo o cargo de prefeito a Celso Pitta.

(30)[P79Fm27]

**O Tribunal de Justiça de São Paulo** *devolveu* ontem o cargo de prefeito a Celso Pitta (PTN). O tribunal suspendeu a liminar que o afastava da prefeitura. A decisão foi tomada pelo quarto vice-presidente do órgão, desembargador Hermes Pinotti, às 14h30, duas horas depois de os advogados de Pitta terem entrado com mandado de segurança. O prefeito fora afastado na sexta por liminar concedida pela 13<sup>a</sup>. Vara da Fazenda Pública, a pedido do Ministério Público. ►...◄

O desembargador Hermes Pinotti justificou a devolução do cargo de prefeito a Celso Pitta alegando “garantir a estabilidade até que seja interposto novo recurso, pois a cidade de São Paulo não merece uma insegurança desse tamanho amanhã (hoje).” O que queremos ressaltar, é que mesmo que o processo que apura a improbidade administrativa do prefeito continue na Fazenda Pública, o jornal ressalta e enfatiza o funcionamento das instituições.

Mais uma vez o acionador pressuposicional, na forma de um verbo freqüentativo – *voltou* – estabelece o pressuposto que Celso Pitta estava no poder

anteriormente. O uso do lexema gabinete também nos leva a inferir que o poder reassumido não é apenas de direito, mas também real, pois gabinete pode significar toda estrutura iteracional de exercitar a administração da prefeitura de São Paulo. Mas no enunciado (31) há o encaixe de outra proposição que fala de renúncia, vejamos:

(31)[P87Fm28]

**O prefeito de São Paulo**, Celso Pitta, *voltou* ontem a seu gabinete, depois de passar quase três dias afastado de suas funções por decisão judicial. Ele *descartou* renunciar, como sugeriram assessores próximos. ►...◄

Mesmo se admitirmos como quer Levinson (1989:117) que os verbos *dicendi*, como *descartou*, bloqueiam as pressuposições de partes constituintes de orações complexas, a oração que se segue funciona como uma expressão acionadora do pressuposto que *há assessores próximos* e que aconselharam a renúncia. Ora, para negar o dito e eliminar o pressuposto, Celso Pitta nega, numa entrevista a Folha de S.Paulo (32), a existência de *assessores próximos* assim como a sugestão de renúncia:

(32)[87Fm281-6]

►...◄ **Folha – Então o sr. descarta a renúncia que lhe foi sugerida por pessoas próximas?**

**Pitta** –Próximas, “pero no mucho”, porque eu não sei quem são. Isso nunca foi colocado para mim por pessoas próximas nem por assessores nem por amigos nem por parentes nem por carta anônima. Não cogito renunciar. Não cogitei. Não pensei. E não está no rol de estratégias alternativas a questão da renúncia. ►...◄

Como podemos notar, o jornal cria o pressuposto *renunciar* pela negação *não renunciar*, recurso já utilizado na manchete: PITTA VOLTA E DIZ QUE NÃO

RENUNCIA. No contexto sócio-cognitivo, as variadas possibilidades de interpretação são possíveis, no entanto, prevalece o conflito entre os fatos institucionais e o portador da função de status que não se reconhece como transgressor das regras constitutivas do cargo.

Passado o calor da hora em que vereadores opositoristas tentaram o afastamento do prefeito (27) sem sucesso, agora a câmara segue os procedimentos regimentais criando uma comissão que encaminhará o processo de impeachment contra o prefeito. Os passos seguintes são: a aprovação do parecer pelo início do processo, ratificação pelo plenário da Câmara e formação de nova comissão. Tudo isso é pressuposto no caso de votos favoráveis a destituição do prefeito. Segue o lide da notícia (33):

(33)[P120Fa5]

**A Câmara de São Paulo** criou comissão especial que dará parecer sobre a abertura ou não de processo de impeachment contra o prefeito Celso Pitta.

►...◄

Saliente-se que Celso Pitta já sofreu quatro pedidos de impeachment apresentados à Câmara, porém todos foram arquivados na comissão ou pelos parlamentares no plenário.

A comissão criada dez dias atrás (33) considerou que Celso Pitta pode ter cometido os crimes que constam da denúncia apresentada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no dia 27 de março/00. As acusações são as seguintes: improbidade administrativa, uso do cargo em proveito próprio, envolvimento na máfia da propina, loteamento das administrações regionais, o empréstimo de C\$ 800 mil recebido de Jorge Yunes e a renda do prefeito que não se coaduna com os seus gastos. O lide (34) foi assim redigido:

(34)[P144Fa14]

**Comissão da Câmara de São Paulo** *aprovou*, por 4 votos a 3, parecer que recomenda abertura de processo de impeachment contra o prefeito Celso Pitta, acusado de corrupção e improbidade administrativa. ►...◄

A novidade em (34) está no placar de ‘4 votos a 3’, já que o governo municipal sempre teve maioria a seu favor nas votações anteriores. Corrupção e improbidade administrativa é o pano de fundo contextual dos fatos jornalísticos em pauta. A expressão ‘processo de impeachment’ já faz parte da memória política e discursiva do leitor desde as investigações sobre corrupção do ex-presidente Fernando Collor em início da década de noventa.

Dos cinco pedidos de impeachment já protocolados no Legislativo, somente agora (35) a investigação foi aprovada. As anteriores foram arquivadas antes dessa fase. Além desse fato inédito, o que chama a atenção do leitor são as duas informações, quase como um aposto de Celso Pitta: a) *primeiro negro eleito pelo voto direto*; b) *primeiro governante da cidade a sofrer esse tipo de investigação*. Há nisso uma pressuposição sugerida de que negro não tem probidade administrativa. Leiamos o lide completo (35):

(35)[P153Fa19]

**A Câmara de São Paulo** *aprovou* o início de processo de impeachment contra Celso Pitta, 53. Primeiro negro eleito pelo voto direto à prefeitura paulista, ele é também o primeiro governante da cidade a sofrer esse tipo de investigação. ►...◄

A referência à cor negra do prefeito não teria sentido ser citada, pois não agrega informação nova nem é passível de possuir um pressuposto. É uma informação sem relevância e se foi aqui explicitada é que permitia inferência.



Inferência que se conforma com a teoria da implicatura de Grice. Então para que se enfatizasse a questão da cor sem evocar questões de racismo, o jornal acrescenta a expressão: *eleito pelo voto direto*. Agora, sabemos que já houve um prefeito da cidade, também negro, mas não eleito diretamente. Quem?<sup>39</sup> O corpo do texto nada fala sobre esse dado, ficando com a descrição da votação. A segunda informação pode levar a inferência que outros prefeitos com conduta semelhante ao atual não sofreram investigação. A conclusão é pragmática e não lógica: ser negro condicionou a investigação do prefeito Celso Pitta. Ressalte-se que Celso Pitta até esta data (18/04/00) já sofreu cinco condenações da justiça, três determinando seu afastamento. Continua no cargo porque recorreu instâncias superiores a todas elas.

Parece que para ser um bom leitor de jornal é preciso ser possuidor de uma memória mais abrangente no tempo e na compreensão dos fatos remotos evocados no presente. A notícia abaixo, num primeiro momento, pode levar o leitor pressupor fatos recentes sobre irregularidades na prefeitura de São Paulo. Entretanto, o título TJ CONDENA PITTA NO CASO DOS PRECATÓRIOS dá uma pista do motivo da condenação. O problema é que a condenação do prefeito se refere a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público em junho de 1997, portanto há quase três anos atrás. Acontece ainda que essa ação civil é sobre compra e venda de títulos municipais, ocorridas entre dezembro de 1994 e novembro de 1995. Essa operação ficou conhecida como ‘escândalo dos precatórios’, e é para essa expressão do título acima que o jornal espera ser do conhecimento do leitor. No lide (36) abaixo, na última oração, podemos ainda inferir que os bens do prefeito estão bloqueados desde 1997. No conjunto, no entanto, o leitor terá que fazer um esforço muito grande para que a cada condenação corresponda algum crime efetuado, o que como já dissemos, é uma tarefa difícil para o leitor.

(36)[P170Fa281-4]

---

<sup>39</sup> Em um outro texto [P153Fa191-9] é dito que houve um prefeito negro, chamado Paulo Lauro, que havia sido nomeado para o cargo em 1947. Ao contrário de Paulo Lauro, Celso Pitta foi eleito com 3,178 milhões de votos.

A 4ª. Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça *condenou* ontem o prefeito Celso Pitta à perda do mandato, suspensão de direitos políticos por oito anos, pagamento de multa civil por improbidade administrativa e ressarcimento de R\$ 22 milhões ao erário. Além disso, o TJ manteve a indisponibilidade dos bens do prefeito. ►...◄

Encerrando essa série de exemplos em que vimos a pressuposição como uma inferência estabilizadora no momento mesmo em que apresenta o rompimento de um estado de coisas. Isto é, a notícia é interessante e importante, na medida em que mostra quebras de estruturas, do *ethos*, não obstante, essa mesma notícia é ainda mais valorizada quando a aparente vitória do *pathos* ou das paixões, realça eloqüentemente um mundo organizado, institucionalizado e aceito pela sociedade e pelos cidadãos.

### 4.3. Recursos lingüísticos de uso estabilizador

O que estamos considerando como recursos lingüísticos de uso estabilizador são os processos efetuados por estratégias anafóricas de continuidade referencial, principalmente, no caso do jornalismo impresso e informativo, dos três primeiros procedimentos gerais, dentre o elenco de seis apresentados por Marcuschi (2000:192): a) retomada dos referentes por **repetição** de itens lexicais mantendo a correferencialidade; b) retomada de referentes por **sinonímia** ou **paráfrase** baseada na significação lexical, mantendo ou não a correferencialidade; c) retomada referencial por **pronominalização correferencial**. Antes, porém, faremos uma breve apresentação das noções de protótipos, categorias e das atividades de categorização dentro do contexto discursivo jornalístico. Isto porque, tanto as categorias quanto a categorização são fundamentais na organização da nossa experiência. Por outro lado, a teoria do protótipo permite, pelo menos inicialmente,

regular o problema do sentido lexical e a denominação dentro do processo de referenciação.

#### 4.3.1. *Protótipo*

Na concepção comum do termo, protótipo significa o primeiro tipo ou exemplar, original ou modelo. O sentido de protótipo que nos interessa não é esse. Em linhas gerais, são vários enfoques que podemos ter da questão. Vejamos três abordagens:

a) - ***Protótipo***<sup>1</sup> *é uma categoria que se transforma num modelo para se reconhecer outros indivíduos que compartilham com ele de algumas propriedades tidas como salientes.* Esta abordagem se relaciona com os primeiros trabalhos de E. Rosch que introduziu a noção de protótipo como sendo o melhor exemplar ou representante de uma categoria. Isto quer dizer que a experiência ou vivência de uma pessoa vai levá-la a definir determinado objeto como sendo o protótipo de determinada categoria ou classe. “Conseqüentemente, uma instância será menos um bom exemplar ou um exemplar menos representativo, ou ainda um membro marginal se as pessoas acham que ele é assim.” (KLEIBER,1990:49). É por isso que um recifense possivelmente definiria a categoria prototípica de *rio* como sendo o *rio Capibaribe*, já um residente em Petrolina indicaria o *rio São Francisco*.

b) - ***Protótipo***<sup>2</sup> *pode ser considerado como um feixe de traços ou um esquema.* Assim, quando pensamos em *pássaro*, por exemplo, tentamos atribuir-lhe propriedades (voar, ter bico, penas, etc.) que possibilitem a sua identificação como tal. Entretanto, somos influenciados culturalmente e buscamos esses traços no pássaro que mais conhecemos, tal como o pardal. Esses traços típicos devem ser reconhecidos como tais pela comunidade lingüística e com a mesma validade semântica. Para Lakoff (1977) a propriedade deve ser humanamente relevante, por exemplo, propriedades percebidas, propriedades funcionais, propriedades motoras etc. Seria um efeito de prototipicidade.

c) - **Protótipo**<sup>3</sup>, compreendido de forma mais abstrata, seria um conjunto de requisitos exprimíveis discursivamente e que serviriam para explicar sua dependência a uma categoria. Em linhas gerais, o que se quer dizer é que o mundo externo adquire uma determinada forma categorial. São nossas experiências culturais que nos levam a mapear o mundo. Esse mapeamento é decidido e construído em cada contexto dos indivíduos. Por isso, as categorias não são naturais como em Aristóteles. Entretanto, para se chegar a prototipicidade partimos, quase sempre, das categorias aristotélicas.

A interpretação e a aquisição de novas experiências são feitas à luz de conceitos e categorias já existentes, por isso que elas funcionam como protótipos.

As origens da prototipicidade, segundo Silva (1999), não se originam da fisiologia (resultado da estrutura fisiológica perceptual), nem vem da referência (aplicação referencial de um conceito), nem da estatística (frequência de uso), mas ela é funcional (ou psicológico-funcional). A prototipicidade é garantia de *densidade informativa* (muita informação e pouco esforço cognitivo), de *flexibilidade* (pela capacidade das categorias se adaptarem às circunstâncias).

Foi E.Rosch (1978:32) quem propôs a classificação das categorias em três níveis, sendo as categorias de “nível básico” as *fundamentais* e as outras variações relacionadas ao básico. Esse ordenamento é feito por conceitos, vejamos:

Conceito SUPERORDENADO	ANIMAL	FRUTA	MÓVEL
Conceito NÍVEL BÁSICO	CÃO	MAÇÃ	CADEIRA
Conceito SUBORDENADO	BOXER	MAÇÃ VERDE	CADEIRA DE BALANÇO

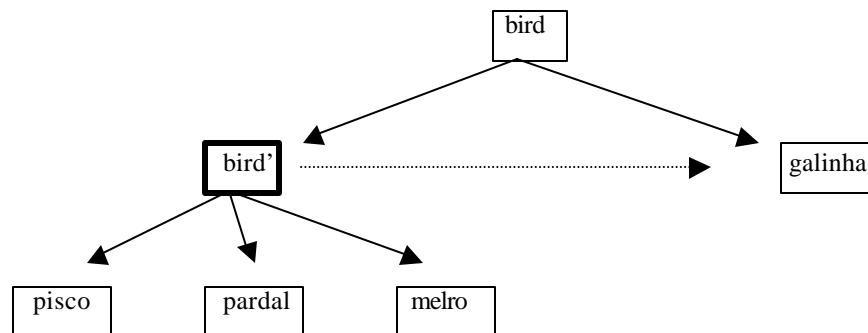
E. Rosch (1978:30-34) diz que o nível básico tem prioridade cognitiva, pois nesse nível as categorias são mais inclusivas cujos membros possuem classes significativas de atributos comuns, têm programas motores que são semelhantes entre si, possuem formas similares e podem ser identificados a partir de formas dos membros da classe média.

G. Kleiber (1990:84-87) arrola os principais efeitos das propriedades do nível de base acima relacionados:

1. O nível de base e o subordinado se opõem ao nível superordenado. “O nível é em consequência o nível *mais elevado (o mais abstrato)* onde os membros das categorias são percebidos globalmente de forma similar.”
2. “As categorias de nível básico e subordinadas podem dar lugar a uma imagem, seja abstrata, seja concreta se se coloca como figuração ou desenho ou esquema.” O nível de base *é o mais elevado onde uma simples imagem ou esquema pode refletir toda categoria.*
3. “Os gestos que fazemos para usar uma cadeira – cujo assento é essencial – constituem um programa motor que é o mesmo para toda a categoria.” O nível de base *é o mais elevado e o mais inclusivo*, onde uma pessoa usa na sua interação com os membros das categorias das ações motoras similares.
4. “A rápida identificação constitui um outro efeito cognitivo, mais específico no nível de base. O nível de base é o nível onde *os sujeitos identificam mais rapidamente os membros das categorias.*
5. “O nível de base é também, como temos visto, com o exemplo do cão sobre o tapete, o nível de denominação preferido. Um objeto é designado o mais comumente por uma *expressão que corresponde ao nível de base.*”
6. Decorrente de 5/ é a idéia que se tem que os termos do nível de base são *contextualmente neutros.*
7. Nas características de comunicação, a tendência é: os lexemas de base terem a inclinação a serem lexemas primários os mais curtos. Eles são também aqueles que entram primeiro no léxico de uma língua.
8. “O nível de base se revela também ser o nível saliente na aprendizagem da categorização.” As categorias básicas são as primeiras e as mais naturais formas de categorização.

Os conceitos superordenados são aqueles que são mais associados quando se ouve um conceito e que possuem menos traços que o subordinado. O protótipo, portanto, em termos gerais, deve ter uma extensão mínima e uma intensão máxima.

Os modelos de representação mostram os aspectos relacionados à prototipicidade dos itens lexicais. Vejamos um deles, o modelo “*network*” de Langacker da estrutura de *bird*, reproduzido por Silva (1999:43-44):



As setas verticais e contínuas significam relações semânticas de especialização e as setas horizontais e descontínuas significam relações semânticas não-hierárquicas metafóricas, metonímicas, de similaridade não-metafórica ou outras.

Resumindo esses poucos esclarecimentos sobre protótipo, transcreveremos o que seria a *teoria dos protótipos* dada por Silva (1999:16):

As categorias (itens) lexicais apresentam uma estrutura *prototípica* (baseada em *protótipos*), isto é, os vários membros e propriedades de uma categoria possuem, geralmente, diferentes graus de saliência (uns são prototípicos e outros periféricos), agrupam-se, fundamentalmente, por similaridades parciais (e não necessariamente por um conjunto de propriedades comum a todos) e os limites entre si abrem como entre diferentes categorias são, geralmente, imprecisos (na medida em que as categorias compreendem zonas periféricas à volta de centros prototípicos bem estabelecidos). Essa é, em traços gerais, a teoria da categorização, conhecida como teoria do protótipo...”

#### 4.3.2. Categoria / categorização

Foi Eleanor Rosch, na década de 70, quem popularizou o conceito de protótipo principalmente na literatura psicológica. A sua contribuição mais importante está na crítica que fez do modelo que define as categorias pelas propriedades *necessárias* e *suficientes* como é o caso das categorias aristotélicas. Ela também apresentou uma proposta em que considera as categorias como estruturadas

por *efeitos prototípicos*, determinando espaços categoriais heterogêneos, caracterizados pelos casos centrais típicos e dos limites distintos.

A falha maior na proposta de Rosch, na primeira fase de suas pesquisas, é que ela considera a língua como um repertório de etiquetas, dicionário ou nomenclatura. Em outras palavras, a relação entre categorias e mundo é pensada através da metáfora da cartografia (*mapping*). Esta concepção de linguagem gera uma confusão muito grande entre referente, conceito e significado. As palavras para ela são entendidas de modo isolado e não dentro das atividades discursivas.

Rosch não levava em consideração a construção social da realidade nem releva a dimensão verdadeiramente prática da cognição, reduzindo as dimensões contextuais, sociais e culturais a “influências” que não se curvam a “determinações” situadas em outro nível. No entanto, no ensaio *Principles of Categorization* (1978:29), Rosch diz claramente que “é bom enfatizar que nós falamos de um mundo percebido e não de um mundo metafísico sem um *knower*.” Isto quer dizer, que os conjuntos de propriedades que percebemos como sendo feixes de propriedades não existem de forma inerente na realidade. A formação dessas propriedades depende da interação dos falantes com seu ambiente. G. Kleiber (1978:93), citando Lakoff, diz que a noção pertinente de *propriedade* não é qualquer coisa objetiva no mundo e independente de todo ser; ela gira em torno do que ele chama: *propriedade interacional*. Isto é, uma propriedade não é um atributo intrínseco de um objeto, mas resulta da forma como as pessoas, pelos seus corpos e seu aparelho cognitivo, são confrontadas aos objetos: a maneira como os percebem, os imaginam, a maneira como organizam a informação que faz sobre estes objetos, e sobretudo a forma como seus corpos entram em contato com eles.

Para Lorenza Mondada (2000:7), os fatos emergem e são nomeados pelos processos de categorização social:

“Os processos de categorização jogam um papel fundamental na forma como fatos emergem, se manifestam, são reconhecidos como tais. Nomear um fato, um contexto, um acontecimento, um ator – o categorizar – o configura projetando sobre ele um regime de

inteligibilidade, ativando inferências e saberes típicos, justificando a adoção de condutas adequadas em relação a ele.”

As duas regras de categorização de Sacks, segundo Mondada (1997:299) são:

1. Regra de Economia - mesmo que um membro possa ser categorizado por várias categorias ao mesmo tempo, uma só é suficiente; 2. Regra de Consistência – quando um primeiro membro é categorizado por um dispositivo, então os demais recebem o mesmo dispositivo. Um membro pode categorizar de diversas maneiras, como pelo sexo, religião, etnia, profissão, etc., e pode categorizar diferentemente em diferentes enunciados ou em diferentes contextos.

As categorias não são só estruturadas dinamicamente por relações e hierarquias complexas; mas também mantêm uma relação de determinação recíproca com os tipos de atividades.

Grande parte do nosso saber ordinário está estruturada categorialmente para todos os fins práticos. É assim que as descrições que fazemos do mundo social estão baseadas nas categorias de sujeitos e atividades e com isso constituímos o caráter categorialmente ordenado dos acontecimentos descritos.

“As categorias ordenam a descrição do acontecimento em questão; elas são também procedimentos genéricos de controle social: elas organizam e levam a se construir um novo saber. Assim, quando um crime é descoberto, a gente não o descreve mencionando o nome da pessoa que o cometeu, mas a categoria ao qual ele pertence, o que torna inteligível o fato e ao mesmo tempo aumenta o saber sobre a categoria”. (MONDADA, 1994:93)

A atividade categorial não se reduz à atribuição de níveis estereotipados de indivíduos ou de objetos, mas concerne aos métodos utilizados pelos sujeitos para caracterizar, justificar, compreender os fenômenos da vida cotidiana.

“A passagem de uma cognição abstrata a uma cognição prática e situada; e, portanto, o abandono de uma visão realista da cognição cartografando as determinações fiscalistas do mundo ou mesmo do corpo, para uma concepção construtivista da cognição, não dada, mas tomando forma progressiva e incessantemente na interação verbal e social.” (MONDADA, 1994:98)



As categorias podem ser observáveis discursivamente e por processos lingüísticos que são fontes dos *objetos de discurso*, (e não objetos de referência), isto é, objetos que são construídos no e pelo discurso e que não lhe é preexistente.

Os *objetos de discurso* são construídos progressivamente, não tendo objetos e configurações pré-elaboradas, mas são constituídos. Isto leva em conta as categorias como sendo trabalhadas lingüisticamente no interior, decompostas e recompostas, associadas e contrastadas, constantemente ajustadas ao contexto e à dinâmica comunicacional.

A categorização não é um estado de fato dado, mas ao contrário, ela é sempre gerada, transformada, negociada em situações particulares.

As conclusões que Mondada (1994:97-98) tira da categorização ou de como as categorias são construídas são relevantes para uma prática de análise do discurso jornalístico.

- “A análise etnometodológica das categorias permite mostrar que elas são sempre *construídas* num contexto *interacional*, de forma situada e todos com *fins práticos*. (grifo nosso);

- A questão referencial é construída *localmente* e *interativamente*. Ela não é dada por critérios a priori com relação a uma realidade independente;

- Além das análises interacionais do caráter dinâmico e construtivo das categorias, é preciso observar as *marcas lingüísticas* dessa construção e também recorrer a análise semântica e seqüencial.

#### 4.3.3. A continuidade referencial na linguagem jornalística

A construção dos objetos de discurso no jornalismo inicia-se pela formulação de uma *pauta* em que se configura o enfoque que será dado a determinados fatos e acontecimentos através do estabelecimento de categorias e suas identidades lexicais correspondentes. Os demais passos como *apuração*, *fontes* (entrevistados, documentos...), feedback dos leitores, outras publicações e a mídia como um todo, vão tecendo a sua dimensão discursiva. O texto final, aquele que aparece no jornal

ou revista, é, portanto, o resultado dessa interatividade sócio-cognitiva e apresenta uma continuidade referencial favorecendo o surgimento de um efeito de estabilidade do mundo extra-mental.

Como já foi dito acima, a retomada dos referentes no jornalismo se dá preponderantemente pela **repetição lexical**, por **sinonímia** ou **paráfrase** e por **pronominalização correferencial**. Antes, porém, de qualquer retomada ou remissão referencial, veremos que os fatos jornalísticos recebem denominações ou **nomes** com função de designação. No entanto, essa denominação não se efetua somente dentro do processo da relação palavra e objetos do mundo, mas, como diz Marcuschi (1999:07), a referenciação é “como um processo de geração de domínios referenciais com objetos discursivos para referir-se a um estado do mundo.”

Apresentamos, a seguir, em alguns exemplos de textos noticiosos, questões referentes a nomeação (sublinhado), a **anáfora nominal (em negrito)**, a *anáfora pronominal (em itálico)* e a repetição lexical (itálico sublinhado). A nomeação ou denominação é aqui entendida como uma forma de categorização semântica para pessoas, fatos, contextos e acontecimentos. As atividades anafóricas são analisadas aqui no sentido de retomada referencial ou remissão, isto é, quando um termo escolhe como referente a mesma entidade (ou classe de objetos) que escolheu um termo anterior no discurso, sendo quase sempre um antecedente explícito. Pode ocorrer, no entanto, não haver correferência ou co-significação do termo anaforizante com seu antecedente (anaforizado). Os textos a seguir são apresentados na sua ordem cronológica, pois há uma continuidade do tema durante aproximadamente seis meses (março/agosto/2000), que recebeu o selo PITTAGATE<sup>40</sup>, e uma continuidade referencial em cada texto correspondente a cada

---

<sup>40</sup> O selo PITTAGATE que apareceu a partir do dia 14 de março na Folha de S.Paulo identifica todas as matérias relacionadas às investigações sobre possíveis irregularidades do prefeito de São Paulo, Celso Pitta. O selo traz o perfil do rosto de Pitta (negro) sobre fundo branco e metade da face de Nicéa (claro) sobre fundo escuro. Separando os personagens ao meio há uma faixa negra com o nome PITTAGATE, sendo que PITTA está em negativo e GATE na cor alaranjada, semelhante a cor predominante do lado de Nicéa. A partir de 15 de março, o selo foi modificado, ficando o rosto de Nicéa na posição de perfil de frente para Pitta e com fundo branco; a faixa passou para a base. No dia 26 de março houve nova modificação, aparecendo somente o perfil de Pitta, na posição que era de Nicéa, e o nome PITTAGATE ficou na vertical ao lado do perfil. Já o nome

desenrolar dos acontecimentos. Iniciamos, em (37), com a reação de Antonio Carlos Magalhães ao que foi dito sobre ele por Nicéa Pitta no Jornal Nacional:

(37)[P7Fm122-6]

O presidente do senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmou ontem que vai interpelar judicialmente a primeira-dama de São Paulo, Nicéa Pitta, para que confirme as denúncias feitas contra *ele*.

O **senador** disse também que vai pedir que *ela* seja submetida a exame de sanidade mental. Se o **exame** comprovar que **Nicéa Pitta** não tem **problemas mentais**, **ACM** disse que vai processá-la por **calúnia e difamação**. ▶...◀

O agente do discurso relatado acima, Antonio Carlos Magalhães, é categorizado prototipicamente partindo da sua função de status mais importante – presidente do senado – para depois ser denominado por anáforas nominais como **senador** e por último com a sigla **ACM**. Há uma progressão referencial em que para cada designação do agente corresponde uma ação específica: “vai interpelar judicialmente”, “vai pedir exame de sanidade mental” e “vai processá-la por calúnia e difamação”. Já Nicéa Pitta, no papel de paciente, também vai ser tratada, mesmo que de forma indireta, conforme as ações de ACM. O que se deduz é que as denúncias não podem ser verdadeiras, apesar das acusações terem sido feitas, então, elas só poderiam ter sido enunciadas por uma pessoa doente mentalmente ou, caso contrário, praticou calúnia e difamação.

O lexema denúncia que aparece com o sentido de ser um ato de acusação que se faz de alguém, em falta ou crime cometido, vai aparecer em textos posteriores com nuances e significados diferentes do dicionário. As anáforas pronominais (*ele* = ACM, *ela*, *-la-* Nicéa Pitta) são correferenciais e possuem a mesma co-significação.

Já a expressão verbal exame de sanidade mental é fragmentado e recategorizado pelos objetos de discurso *o* **exame** e **problemas mentais**.

Com o texto seguinte (38) queremos destacar a repetição do mesmo lexema – afastamento – que conserva um sentido originário de impedir e obstar, no entanto o termo anaforizante não é correferencial nem tem co-significação.

(38)[P7Fm121-6]

Os vereadores que fazem oposição ao prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PTN), tentarão votar *seu* possível afastamento sem a presença de 31 parlamentares que *o* apoiaram em CPI realizada no ano passado (27)

*Eles* defendem o **afastamento** *desses* parlamentares sob a alegação de conflitos de interesses e a convocação *dos respectivos* suplentes para uma nova **votação** de um possível processo de **impeachment** contra **Celso Pitta**.

►...◄

O termo afastamento (A) refere-se à perda do cargo de prefeito e à saída física de Celso Pitta dos espaços reservados para a realização desse poder político. Já o termo **afastamento** (B) quer fazer cessar o poder de voto de vereadores governistas numa reunião para aprovar (A). (B) também significa por de lado ou separar esses vereadores e substituí-los por suplentes. Poderíamos ainda considerar **impeachment** como uma anáfora nominal para (A).

As anáforas pronominais, (*seu*, *o* = Celso Pitta; *Eles* = vereadores), são correferenciais e dão coesão e coerência ao texto. Já votar recebeu um processo de nominalização para **votação**.

O texto seguinte (39) inaugura a entrada de novo um ator que é a Promotoria de Justiça e Cidadania que também pede o afastamento de Celso Pitta da prefeitura.

(39)[P67Fm24]

Ação da Promotoria de Justiça e Cidadania pede liminar para afastar do cargo o prefeito Celso Pitta. A **promotoria** considera irregulares os empréstimos de R\$ 800 mil do empresário Jorge Yunes a Pitta.

Argumenta-se que os empréstimos são “**presentes**”, pois superam o patrimônio declarado por **Pitta**, que designou advogados para cuidar do **caso**. A decisão sobre a liminar deve sair hoje.

Observe-se que o órgão de justiça não apresenta denúncia, mas que considera o empréstimo recebido do empresário irregular. Essa irregularidade é pressuposta pela impossibilidade do seu ressarcimento, configurando como “**presentes**”. As aspas, no entanto, indicam corrupção para obtenção de privilégios do Município. Daí pedir uma liminar, que é um recurso jurídico que suspende provisoriamente alguma ordem legal, para afastar Celso Pitta do cargo de prefeito. Afastar tem significado semelhante a afastamento (A) do exemplo (38).

Aparecem aqui duas repetições lexicais com referenciação explícita: os empréstimos e liminar. Já as anáforas nominais **A promotoria** e **Pitta** conservam a correferencialidade e a co-significação com seus antecedentes, entretanto, **do caso** é uma anáfora que sintetiza todas as questões relativas ao empréstimo.

A mesma notícia de (39) aparece no Jornal do Commercio (40) com enfoque um pouco diferente:

(40)[PxxJm24]

SÃO PAULO – A promotoria de Justiça e Cidadania do Ministério Público Estadual (MPE) denunciou, na tarde de ontem, o prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PTN), por ato de improbidade administrativa. A **denúncia** refere-se ao suposto empréstimo de R\$ 800 mil concedidos pelo empresário Jorge Yunes. **Na ação, os promotores** pedem liminar para o afastamento imediato do prefeito do cargo. ►...◀

Reaparece em (40) o lexema denunciou, agora com o significado de peça inauguratória de ação penal de atribuição do Ministério Público. O crime (ato) praticado pelo prefeito é denominado de improbidade administrativa que no co-texto refere-se ao empréstimo. A **denúncia**, é uma anáfora nominal que é modificada pela recategorização do objeto de discurso a **ação** como sendo o conjunto de atos envolvidos na denúncia. Já **os promotores** substitui a instituição - Promotoria - pelos indivíduos que a compõem, e caracterizaria um tipo de anáfora esquemática. Já **o prefeito** com o artigo definido remete explicitamente a Celso Pitta, enquanto **cargo** refere-se também a prefeito, porém no sentido de poder político municipal e não da pessoa que exerce o poder.

O texto (41) refere-se a reação que vereadores governistas fazem do afastamento de Celso Pitta da prefeitura por ordem da justiça. A perplexidade aparece pela dificuldade de nomear o fato com uma identidade lexical. O que se pode inferir é que cada expressão verbal corresponde a uma situação e contexto diversos.. Leiamos o texto:

(41)[P74Fm256-17]

Agravante, fato novo, complicador, evidência de fatos que devem ser apurados. *Esses* foram os **termos usados** ontem por líderes de partidos governistas e pelo presidente da Câmara de São Paulo, Armando Mellão Neto (PMDB), para comentar o afastamento do prefeito Celso Pitta do cargo.

Está nas mãos **desses mesmos parlamentares** a decisão que poderá provocar o afastamento definitivo do **prefeito** de *seu cargo*. ►...◄

A ênfase dada a esses **termos usados** tem relação a uma futura ação da bancada governista que é de promover o impeachment do prefeito. Isto é, o afastamento por liminar, mesmo sendo provisório, é uma decisão que como diz Toninho Paiva, líder do PFL: “Ninguém afasta o prefeito da maior cidade do país por problemas banais.”

Podemos observar ainda que as repetições lexicais que aparecem em (41) dão continuidade do núcleo referencial, porém acrescentando novas propriedades na sua relação de identidade. Assim é que o anaforizado o afastamento do prefeito é um fato já realizado no tempo, no entanto provisório dentro dos poderes de uma liminar. Enquanto isso, o anaforizante o afastamento poderá ser o resultado de uma ação futura da câmara de caráter definitivo, pois só o legislativo municipal tem tal poder. O mesmo pode ser dito de cargo que tem o sentido de um poder que existe independente de quem o assume, e cargo que é esse mesmo poder, porém pertencente *hic et nunc* por Celso Pitta.

Aos poucos o termo “afastamento” vai sendo substituído pelo de “impeachment” nos títulos e textos dos jornais e revistas. No caso (42), o título não deixa dúvida da escolha: CÂMARA DEVE COMEÇAR A ANALISAR IMPEACHMENT. A escolha talvez dessa categoria deve-se a necessidade de se ter mais precisa, já que ao contrário de “afastamento”, “impeachment” é um processo tecnicamente organizado previsto na legislação, seguindo, portanto, todos os trâmites legais e jurídicos. Segue o exemplo (42):

(42)[P119Fa41-7]

A Câmara de São Paulo deve criar hoje a comissão especial que vai ter dez dias para analisar um pedido de impeachment do prefeito Celso Pitta (PTN). **Sete vereadores** terão poder para decidir se há fundamento em denúncias apresentadas há uma semana ao **Legislativo** por integrantes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Nas denúncias, **Pitta** é envolvido em supostos **casos de corrupção, improbidade administrativa e uso do cargo para obter vantagem pessoal**. *Ele nega.* ► ... ◀

É interessante que o texto, de forma linear, traça os primeiros passos regimentais de um impeachment: 1.Câmara cria comissão formada por sete vereadores: 2.Comissão analisa o pedido de impeachment baseado nas denúncias

durante dez dias; 3. Comissão decide se há fundamentos para o impeachment. Essa ordem reforça o sentido de estabilidade constitucional e institucional.

A progressão referencial, por sua vez, é feita com denominações e recategorizações com qualidades explicativas. Vejamos as denominações pela ordem que aparecem no texto. Só a Câmara tem poder de criar comissão que recebe a qualificação de especial por ser específica e diferentes de outras comissões da Câmara. O impeachment recebe o artigo indefinido um para deixar claro que há outros pedidos semelhantes. Já denúncias é semanticamente semelhante a “acusação que se faz de alguém”. Finalmente, integrantes da OAB quer ressaltar que são alguns indivíduos pertencentes a OAB que apresentaram as denúncias. A razão disso, é que a OAB como instituição não poderia, por impedimento legal, ser autora do pedido de impeachment. As anáforas nominais que estamos considerando como recategorizações são as seguintes: **Sete vereadores** - na mesma medida que é correferencial, informa com quantos membros a comissão especial é formada; **Legislativo** - remete a Câmara de São Paulo, mas acrescenta ou explicita sua função dentro do poder municipal; **Pitta** - no co-texto só pode referir o prefeito e não sua mulher Nicéa. As denúncias são agora enumeradas e categorizadas como: **casos de corrupção, improbidade administrativa e uso do cargo para obter vantagem pessoal**.

A anáfora pronominal (*Ele* = Celso Pitta) fecha o texto com um categórico verbo negar, usado como intransitivo, porém significando a negação das acusações imediatamente anterior à frase “*Ele* nega”. Enfim, encontramos uma repetição lexical que tem correferência e co-significação, como é o caso do lexema denúncias.

O mês de abril/2000 inicia com o aparecimento de uma lista com nomes de sete vereadores que teriam recebido mesadas da prefeitura para que aprovassem projetos favoráveis ao prefeito Celso Pitta. Os vereadores, de modo geral, e os implicados em especial, acusaram o executivo municipal como responsável pela divulgação da “lista da mesada”, “lista da propina” ou “lista anônima”, como ficou conhecida, pois, segundo eles, a riqueza de detalhes nela contidos é para quem



conhece os métodos de controle desse tipo de operação. Outro motivo, seria incentivar os vereadores a rejeitarem o pedido de impeachment.

O texto (43) a seguir, é formado por três encaminhamentos lógicos e correspondendo a três parágrafos gráficos sendo assim estruturado: 1. Enunciado de Discurso Direto; 2. Uma paráfrase; 3. Enunciado de Discurso Indireto. No primeiro, Celso Pitta denomina a lista como algo inexistente, isto é, a lista é uma lista no sentido do vocábulo, porém não é uma lista verdadeira, mas obra de ficção. No entanto, segundo Pitta essa lista ficcional serve para desestabilizar as relações entre os poderes municipais, já que um vai julgar o outro. O segundo parágrafo é uma paráfrase explicativa e detalhada sobre a lista. O terceiro parágrafo, num Discurso Direto, Pitta esclarece os pontos do seu primeiro enunciado e os dados acrescentados na paráfrase. Saliente-se ainda que o verbo enunciativo *afirmar* cria os objetos de discurso e a significação referencial dentro de uma continuidade discursiva. Vejamos abaixo (43):

(43)[P119Fa43-7]

O prefeito Celso Pitta (PTN) afirmou ontem que a “lista da propina” é uma **farsa armada** para desestabilizar as relações entre o Executivo e a Câmara às vésperas do início de um processo de impeachment.

A **lista** aponta de forma cifrada supostos pagamentos feitos pelo **Executivo** a sete parlamentares da base governista na Câmara.

“Isso (o pagamento) nunca houve. **Essa lista** é uma tentativa de desestabilizar as relações entre o Executivo e o Legislativo, colocar **um** contra **o outro**, em **um momento delicado** que é a análise desse pedido de impeachment. É uma manobra maquiavelicamente arquitetada”, afirmou.

►...◄

Façamos agora, esquematicamente, as muitas ligações anafóricas existentes nesse texto:

▷ O prefeito Celso Pitta (PTN) → o Executivo → pelo **Executivo** → **um** - (*ele* elíptico)  
*afirmou;*

▷ a “lista da propina → **farsa armada** → **A lista** → **Essa lista** → manobra maquiavelicamente arquitetada;

▷ a Câmara → sete parlamentares → **o Legislativo** → **o outro;**

▷ processo de impeachment → **um momento delicado** → *desse pedido de impeachment;*

▷ desestabilizar as relações entre o Executivo e a Câmara → desestabilizar as relações entre o Executivo e o Legislativo;

▷ supostos pagamentos → Isso (o pagamento);

Observe-se que em nenhum momento o enunciador quer se identificar como um sujeito individual, mas sempre trata a questão no campo institucional, reforçando, portanto, a estabilidade do poder constitucional. Na paráfrase, a nomeação de “sete vereadores” é uma designação de um subconjunto da Câmara Municipal de São Paulo. Na expressão “supostos pagamentos”, a palavra “pagamentos” não designa necessariamente “pagamentos efetuados”, portanto, a suposição não cabe na categoria “pagamento”.

Nas notícias e reportagens sobre o “reajuste do salário mínimo” prevalece o enfoque do impacto fiscal no orçamento do governo federal. A notícia abaixo (44) foge dessa linha de debate e apresenta o resultado de um estudo feito pelo economista Marcelo Néri, em que o destaque é o impacto social do aumento que teria o salário mínimo de R\$ 136 para R\$ 160.

(44)[E28Fm20]

O reajuste do salário mínimo para R\$ 160, correspondente a um aumento real de 10%, será suficiente para tirar da pobreza **2,07 milhões de brasileiros**. **Os beneficiários potenciais da medida** representam 4,5% dos 46 milhões de pobres – **aqueles que têm renda mensal inferior a R\$ 70.** ► ... ◀

O lead acima é uma tradução da linguagem acadêmica para a jornalística, no entanto tenta seguir o desenvolvimento lógico e conservando os conceitos como no

original. É assim que o objeto de discurso pobreza é uma categoria teórica e hipotética, mesmo que se acrescente o dado aparentemente objetivo de incluir **2,07 milhões de brasileiros** dentro dessa categoria pobreza. Já pobres é uma categoria que é especificada com a anáfora nominal como **aqueles que têm renda mensal inferior a R\$ 70**. Numa análise, que leve em consideração conhecimentos associativos e enciclopédicos, podemos concluir que a estabilidade dos objetos de discurso salário mínimo e pobres (pobreza); é afirmada, assim como o poder institucional que administra esse salário mínimo.

Uma outra discussão que se travou era a possibilidade de instituir salários mínimos diferenciados para cada Estado e que gerou outros debates sobre a constitucionalidade da medida. O texto abaixo (45) é sobre isso:

(45)[E32Fm237-9]

Os advogados entrevistados pela **Folha** dizem que a Constituição não permite a adoção de salários mínimos diferentes por Estado.

Para o **advogado trabalhista Amauri Mascaro Nascimento**, é necessário diferenciar **mínimo** de piso salarial. *Ele* cita o artigo 7º. da Constituição, que determina *sua* igualdade em todo o país. ▶ ... ◀

Ressaltemos como se deu a categorização através de objetos de discurso. Na expressão, os advogados entrevistados pela Folha, podemos considerar que a categoria os advogados é um protótipo de nível médio do conceito superordenado “advogados”, e os advogados entrevistados pela Folha como sendo um conceito subordenado de “advogados”. Já o **advogado trabalhista Amauri Mascaro Nascimento** remete ou se identifica como um dos advogados entrevistados pela **Folha**. Temos ainda as anáforas por repetição lexical com Constituição, nominal com **mínimo**, pronominal com *Ele* (advogado) e *sua* (salário mínimo). No restante da matéria do jornal, outros advogados explicam a diferença entre salário mínimo e

piso salarial. Desse modo, o texto confere à Constituição o poder de estabilizar as relações de capital e trabalho.

Em geral, a discussão sobre o aumento do salário mínimo girou dentro da esfera político-partidária e culminou com a aprovação da medida provisória do governo federal estabelecendo o novo salário mínimo de R\$ 151. O texto (47) fala da penúltima tentativa do presidente da república para conseguir a aprovação da medida provisória, vejamos:

(46)[E48Fm307-7]

O presidente Fernando Henrique Cardoso retomou ontem pessoalmente a negociação do salário mínimo. Para tentar manter o **valor de R\$ 151**, chamou para uma conversa o relator da medida provisória do **mínimo** na comissão mista do Congresso, **deputado Armando Monteiro (PMDB-PE)**.

Na conversa, **FHC** insistiu nos motivos que o levaram a conceder aumento de R\$ 15 para o salário mínimo a partir de 3 de abril. ►...◄

Como é comum no texto jornalístico, é dado ao personagem considerado mais importante na sua função de status dentro de uma hierarquia específica o papel do agente que na frase assume o papel de sujeito da oração. Assim, é que Fernando Henrique Cardoso é o agente que toma a iniciativa (retomou) por vontade própria (pessoalmente) e movimenta-se para mudar (negociação) ou orientar os parlamentares da comissão mista do Congresso e aprovar o valor do salário mínimo (R\$ 151) estabelecido na medida provisória. O espaço criado para a negociação é categorizado no objeto de discurso uma conversa e repetido em Na conversa (hiponímia). Já salário mínimo é repetido sem variação alguma na forma lexemática.

Queremos destacar, mais uma vez, que a continuidade referencial e seqüencial do texto jornalístico favorece o conceito de estabilidade que, de certo modo, extrapola o meramente lingüístico e adere ao mundo extra-mental no sentido de mundo institucional. São estratégias anafóricas de continuidade referencial, como

a repetição, a sinonímia e a paráfrase, que possibilitam um sentido de permanência da referência no meio de rupturas noticiosas. Também as noções de protótipo e principalmente de categoria oferecem conteúdos organizacionais da experiência de falantes e ouvintes. E ainda mais, como as categorias tendem a um efeito de estabilização, o enunciado jornalístico as utiliza como pressupostos dos fatos jornalísticos. Percebe-se, por esse raciocínio, que entre o “fato” e o enunciado não há um hiato, mas o fato é o próprio enunciado jornalístico. Podemos concluir que a referência é um processo interacional, isto é, o referente é estabelecido no discurso e não fora dele.

## 5. O MUNDO AMBÍGUO E INDETERMINADO DO JORNALISMO

Uma explicação satisfatória da vagueza deve esclarecer duas intuições contraditórias que temos: aquela expressa por Frege segundo a qual a presença de expressões vagas na linguagem lhe investe de uma incoerência intrínseca; e o ponto de vista oposto, sustentado por Wittgenstein, de que a vagueza é uma característica essencial da linguagem.

(DUMMETT – *El Realismo*)

● Despertado o interesse do leitor por enunciados que apresentam um mundo paradoxalmente estável no instante mesmo dos momentos de instabilidade, o jornalismo conquista ainda o coração de sua audiência quando leva em consideração dois requisitos: a) que a linguagem estabelece relações intersubjetivas sociais e é uma intervenção pública sobre o mundo (IF,48 e 199 / Cap.1.-1.3 deste trabalho); e b) que há uma indeterminação lingüística, no sentido delineado no cap.2, na qual os leitores são agentes potenciais na formação dos significados. O enunciado jornalístico encontra, portanto, na experiência sócio-cultural do leitor, imagens, esquemas mentais e enquadres que possibilitam uma interpretação e uma compreensão da notícia – informação. É a plasticidade da linguagem que reflete formas de vida de cada comunidade lingüística. Adotamos o sentido de *indeterminação* que Carla Martins ( 2002: 112) estabeleceu dentro da perspectiva sócio-interacional e que abarca quatro pontos: (1) a indeterminação não é uma

“falha” na codificação do falante ou na decodificação do ouvinte; (2) é possível a simultaneidade efetiva de significados (“*um e outro*); (3) a comunicação pode se efetuar mesmo quando não se resolve a indeterminação em determinados contextos; (4) “a indeterminação tem uma de suas origens nos processos de construção dos contextos sociais específicos (enquadres), sendo, portanto, resultante do ato concreto de emprestar significado a e de atuar sobre a experiência.”.

● A **indeterminação** e a opacidade da linguagem serão tratadas no texto jornalístico noticioso do *corpus* através de um conjunto de análise: as noções de **ambigüidade**, **vagueza** e **polissemia** são abordadas como instrumentos ou propriedades lingüísticas que incitam a mente do leitor na construção de sentido dentro do processo de referenciação.

● Os exemplos selecionados e analisados neste capítulo são da primeira semana de março e da última semana de abril, e que correspondem, ao início do Caso Pitta, com as entrevistas de Nicéa Pitta ao *Jornal Nacional* e *Globo Repórter* e a aprovação do impeachment do prefeito Celso Pitta pela Câmara de Vereadores de São Paulo, e no caso Salário Mínimo, às primeiras propostas do valor do novo mínimo e o seu valor definitivo.

### **5.1.A ambigüidade, a (indeterminação) vagueza e a polissemia na elaboração e construção de um sentido para além do meramente fato noticiado**

#### *5.1.1.Indeterminação / vagueza*

Quando buscamos entender a possível indeterminabilidade do sentido recorremos de imediato a Frege (1978:48), que acreditando ser um defeito inerente à língua natural, exige dos “conceitos que tenham uma delimitação nítida pois, se isto não for satisfeito, será impossível estabelecer leis lógicas a seu respeito.” Em outras palavras, para Frege, o conceito deve ter fronteira exata. Assim, um termo exato e preciso deve conter na sua extensão alguns objetos e excluir outros que não caem sob o conceito. Um termo vago, nesse caso, seria um termo que permite

vários casos-fronteira. Isto é, não está determinado se o termo se aplica ou não a certos objetos. Um exemplo sempre lembrado seria o predicado “é um monte”. Por sua imprecisão nunca chegaríamos a definir o termo “monte”. No entanto, Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* coloca a vagueza como uma característica essencial da linguagem, não sendo necessário, obrigatoriamente, ter que eliminar a dúvida. Acredita que nem todos os conceitos são vagos, mas os que admitem casos fronteiros não são inúteis. Ele pergunta (IF 71): “uma fotografia pouco nítida é realmente a imagem de uma pessoa? Sim, pode-se substituir com vantagem uma imagem pouca nítida por uma nítida? Não é a imagem pouco nítida justamente aquela de que, com freqüência, precisamos?” Acrescenta ainda Wittgenstein (IF88) que um ideal único de exatidão não existe ou não está previsto, ou ainda que o exato e o inexato é relativo a um contexto e a um propósito. As definições científicas (IF 79), por exemplo, flutuam, isto é, o que vale hoje, por experiência, como fenômeno concomitante do fenômeno A será utilizado amanhã na definição de “A”. E mesmo conceitos vagos como “é um monte” tem sua utilidade, pois se se ordena alguém a fazer um “monte de objetos” é dar uma ordem clara, agora se a ordem acrescenta que o monte deva ser o menor possível para ser considerado como tal, encerra aqui sua praticidade.

Para Dummett (1990a:343), “uma expressão vaga será, em outras palavras, uma expressão da qual só temos especificado parcialmente o seu sentido.” Um predicado vago, portanto, não possui uma totalidade específica como sua extensão. Com respeito à relação dos termos vagos com a realidade, a pergunta que se faz, é se a vaguidade que aparece é uma vaguidade da realidade? Dummett (1990a:345) responde dizendo que “o enunciado vago corresponde à nossa percepção da realidade ou do uso que fazemos das expressões vagas.” Ora, se a vaguidade é uma característica indispensável da linguagem e que não poderíamos regular as expressões vagas com uma linguagem em que todos os termos fossem precisos, então há uma intransitividade das diferenças não distinguíveis que não pode ser um critério para a identidade do tom. Em outras palavras, Dummett está dizendo que o



acordo fenomenológico não pode ser um critério de identidade para os tons fenomênicos. A nossa observação do mundo, portanto, não é a segurança para evitar a indeterminação. Dummett (1990a:347) conclui: “Se vamos ter termos cuja aplicação deva estar determinada pela simples observação, estes termos devem ser necessariamente vagos.”.

Para Todorov e Ducrot (1977:231) a indeterminação ou vagueza aparece quase sempre nas abstrações e em muitas expressões que descrevem situações muito diferentes, mas que deixam indeterminada uma infinidade de casos-limite em que não se poderia negar, nem afirmar que alguém é calvo, feliz ou bem sucedido, mas não deixa claro se são as expressões que são vagas em si mesmas ou a realidade que é percebida de forma vaga.

O termo *vaguidade*, (*não especificação* ou *generalidade*), pode ser tomado, segundo Silva (1999:608), em dois sentidos: a) *vaguidade semântica* que é a não-especificação da definição (ou da *intensão*); b) *vaguidade referencial* que é a indeterminação da aplicação referencial (ou de *extensão*) que pode ser relativo a um membro individual de uma categoria como no termo *joelho* que é impossível saber com precisão onde começa o joelho e termina a perna, e pode ser relativo a uma categoria como um todo, como é o caso da expressão “isto é alaranjado” que é impossível traçar limites entre os inumeráveis tons dos membros de alaranjado e aqueles que não são.

Antes de apresentarmos exemplos de vaguidade no texto jornalístico, devemos lembrar que o *fato jornalístico*, como definido no capítulo 1. –1.2, é composto de proposições fenomenológicas no âmbito de uma linguagem de caráter descritivo. Daí que a especificação é quase sempre parcial do sentido pela própria impossibilidade das frases descritivas determinarem um sentido preciso. Quase sempre haverá termos finitos e imprecisos para designar fatos e personagens. O contexto dos enunciados jornalísticos tem, no caso Pittagate, a ex-mulher do prefeito de São Paulo Celso Pitta como *testemunha* e *protagonista* dos fatos que relata e racionaliza. Por exemplo, em (47)[P176Jm121-5], como testemunha, ela

*“diz ter visto documentos com tabelas de valores de remédios que seriam enviadas a laboratórios.* Como protagonista, em (48)[P7Fm121-6], ela diz que *“ele sabia, eu também sabia”* das negociações que ocorriam com os vereadores. Enfim, Nicéa aparece como fonte privilegiada por ter presenciado e participado de tudo que denunciou. No caso do debate sobre o novo valor do salário mínimo, todos os informantes pertencem a categoria de autoridades, peritos e políticos. As discussões possuem um alto grau de abstração e por isso mesmo de indeterminação. Vejamos alguns exemplos, iniciando pelo caso Pitta.

Ficaremos restritos às expressões e termos relacionados às denominações dos envolvidos e suas ações denunciadas por Nicéa. Os dados da primeira matéria saída no *Jornal do Commercio*, de certa forma, se repetem com variações, em outras edições e publicações. (As expressões vagas escolhidas para análise estão em itálico negro).

**(49)[P17Jm111-1]**

Nicéia Pita, ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, acusou ontem, em entrevista ao *Jornal Nacional* da *Rede Globo*, o ex-marido de *envolvimento com corrupção*. Segundo ela, *todos os vereadores* que votaram contra o processo de impeachment de Pitta, em maio do ano passado, *receberam dinheiro*, intermediado pelo secretário de Governo, Carlos Augusto Meimberg. A ex-mulher de Pitta também acusou o presidente do senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), de pressionar o prefeito para liberar pagamentos para empreiteira OAS. ▶ ..... ◀

Os tópicos centrais que depois serão desdobrados em centenas de novos textos até o mês de agosto/2000, já estão delineados no lide acima. *Atores principais* – Nicéa, Celso Pitta e vereadores da Câmara de São Paulo; *Atos* – de corrupção com o objetivo de tirar proveito próprio; *Cenário* – a administração municipal; *Desdobramentos* – levantamento de participação de outros personagens fora da Câmara Municipal e o processo de impeachment. Com relação aos atores

representados por nomes próprios não incide a vaguidade, porém a incidência maior cai sobre a descrição dos fatos incluindo os atos e os cenários. No exemplo acima, temos a expressão *envolvimento com corrupção* como vaguidade semântica, visto que, mesmo que o lexema *envolvimento* possa ser tido como polissêmico, no entanto, como parte do sintagma se tornou indeterminado, pois não temos como medir o grau de comprometimento do prefeito na corrupção. Já o sintagma “*todos os vereadores...*”, que aparentemente remete a objetos precisos, não passa de uma frase gramatical, visto que a votação contra o impeachment foi secreta. Quanto ao termo *dinheiro* que vai ser repetido em quase todas as matérias, também não é possível a determinação do sentido além de ser uma instituição.

Em (47) o termo *vereadores*, mesmo acompanhado do artigo definido, não especifica referencialmente os atores. E o que leitor poderá entender como “*criavam situações delicadas*”? A frase seguinte não colabora na precisão do sentido. A frase aspeada, repetida por todos os jornais e revistas e que parece pertencer a Celso Pitta, passa a ter um significado estereotipado. O termo *dinheiro* conserva a indeterminação do primeiro exemplo e se repete várias vezes, com poucas variações, tais como: *o dinheiro pago* aos vereadores; (os vereadores) *receberam dinheiro* para votar; os vereadores *receberam dinheiro* para esvaziar a CPI; *distribuindo dinheiro* aos vereadores que o apoiassem; *dinheiro gasto* com a compra de remédios.

(47)[P176Jm121-5]

▶ ..... ◀ De acordo com Nicéa, *os vereadores criavam situações delicadas* para a administração municipal. Depois, *exigiam dinheiro* para votar contra os projetos. “Não há *dinheiro* que chegue para eles.” ▶ ..... ◀

As revistas semanais de informação, como também a imprensa diária, recorrem à comparação entre acontecimentos do passado recente com os fatos em pauta para que dimensão da importância dos primeiros seja adicionada aos últimos. Entretanto, essa remissão ao passado não facilita a precisão do que se relata.

Funciona apenas como ressonância emotiva na mente do leitor, que busca pontos comuns nos enquadres sugeridos. Dois exemplos nos ajudam a perceber melhor como esse recurso funciona.

No exemplo (50), a revista *Veja* compara duas enunciações, ressaltando que assim como a primeira (de Pedro Collor) foi capaz de levar o irmão presidente ao impeachment, agora a ex-mulher do prefeito de São Paulo faz revelações com poderes semelhantes. Como entre os dois fatos há um hiato de dez anos, é possível que o leitor conserve na sua memória apenas os detalhes mais salientes do que ocorreu e acredite que a entrevista de Nicéa se enquadra neles. Entretanto, a imprecisão vai predominar em detrimento dos enunciados em si mesmos. Não importa muito o que Nicéa disse, mas o ato de dizer. É o espetáculo.

(50)[P209Vm151-1]

*Não se via nada assim desde que Pedro Collor denunciou o irmão presidente.* Na noite da sexta-feira da semana passada, a Rede Globo levou ao ar uma entrevista bombástica com Nicéa Pitta, a ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta. ▶ ..... ◀

No exemplo (61), Celso Pitta compara a possível mudança na Lei Orgânica do Município para que a votação do seu impeachment seja em votação aberta a um comportamento ditatorial de vinte anos atrás. Há aqui uma grande confusão de enquadres que tende beneficiar o enunciador (Pitta) e não facilita a clareza para o leitor. Numa análise mais detalhada, poder-se-ia afirmar que os dois textos são exemplos de vagueza referencial e vagueza semântica.

(51)[P167Fa27]

▶ ..... ◀ *“Para mim, isso é casuísmo”, afirmou o prefeito. “Querem mudar a regra no meio do jogo lembra uma prática utilizada durante a ditadura militar e, ao que parece, a oposição está querendo se apropriar dessa bandeira.”* ▶ ..... ◀

Quando passamos para o tópico “aumento do salário mínimo”, a indeterminação e a imprecisão se tornam mais evidentes. Parece que tudo gira em torno de abstrações. Leiamos o texto abaixo (52):

(52)[E104Jm181-1]

O presidente Fernando Henrique decidiu, de comum acordo com *os ministros envolvidos diretamente na discussão*, que o salário mínimo será de R\$ 150 a partir de 1º de maio. O aumento exigirá *suplementação de verbas orçamentárias*, neste ano, de R\$ 1,09 bilhão, para *cobrir despesas adicionais ao valor originalmente contabilizado no orçamento da Previdência*, do seguro-desemprego e da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). A verba sairá de cortes em despesas com *investimento* da União. ▶ ..... ◀

Consideramos que além das expressões assinaladas mais claramente vagas, o parágrafo no seu conjunto é uma obra de ficção verbal. De concreto há a definição do salário mínimo de R\$ 150, isto é, há uma referência clara de um valor monetário. O leitor terá dificuldade para compreender tantas explicações técnico-burocráticas que tentam justificar o novo mínimo.

Saindo do contexto político-administrativo e entrando no mundo dos representantes máximos da igreja católica, começa-se a perceber que a palavra dos bispos tem um tom de pregação religiosa e trata o salário mínimo como objeto retórico e aparentemente a favor dos trabalhadores. Segue o exemplo (53):

(53)[E13Fm9]

▶ ..... ◀ O presidente da CNBB disse que *o novo valor do salário mínimo* precisa ser fixado *sem provocar risco de desemprego*. Ele afirmou temer que, se for concedido *um salário mínimo alto, poucos empregadores* possam pagar, *umentando o desemprego*. “*É preciso compatibilizar emprego com salário*”, disse dom Jayme. ▶ ..... ◀

Segundo ele (dom Cláudio Hummes), *emprego e bons salários resolveriam metade das questões sociais do país, acabando com a violência e trazendo dignidade para as pessoas. “É preciso dar maior atenção social no Brasil”*, disse. ▶ ..... ◀

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Jayme Henrique Chemello, defende um salário mínimo superior a 200 dólares, pois 100 dólares é muito pouco. Logo em seguida ele diz que o salário que for fixado não deve provocar o desemprego e fala em *salário mínimo alto* que o empregador não poderá pagar. Termina com uma frase de efeito e no estilo da igreja católica. Etc. O coração do crente pode até se emocionar, porém o entendimento do que foi dito fica para depois. O arcebispo de São Paulo também não foge do efeito pregação e das obviedades dos clichês. Outros enunciados como o do arcebispo de Salvador, dom Geraldo Majella e o de dom Lucas Moreira Neves seguem o mesmo diapasão. Dom Lucas disse: “o ideal seria que o trabalhador pudesse estabelecer o salário mínimo.”

A indeterminação e a vagueza do sentido no jornalismo são caminhos ou desvios que o leitor seguirá para delinear com contornos mais subjetivos o retrato fosco que lhe é apresentado dos fatos jornalísticos.

### 5.1.2. *Ambigüidade*

O conceito de ambigüidade é definido no *Dicionário de Lingüística* de Dubois como sendo “a propriedade de certas frases realizadas que apresentam vários sentidos.” Já o *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem* de Todorov & Ducrot (1977:231) acrescenta que “se uma expressão ambígua tem os dois sentidos *a* e *b*, seu emprego no sentido *a* e seu emprego no sentido *b* correspondem a duas escolhas absolutamente distintas, tão distintas quanto se se tratasse de duas expressões diferentes.” Em outros termos, a ambigüidade é reconhecida quando o ouvinte escolhe um dos sentidos que a palavra ou a frase apresentam. Para Silva (1999:607), a ambigüidade designa a presença de significados alternativos, resultante de disjunções semânticas, lexicais, fonéticas e

sintáticas, no nível de ato verbal. Exemplo: *banco* (casa comercial) e *banco* (assento).

“‘Este é teu papel’ e ‘Deixei as chaves no banco’ serão ambíguos quando o contexto desse ato verbal não for suficiente para desambiguar entre os diferentes significados de *papel* e de *banco*. Por outro lado, há quem utilize *ambigüidade* apenas no sentido de polissemia, ou apenas no sentido de homonímia.” (SILVA,1999:607)

A ambigüidade também pode ser explicada pela noção de verdade-segundo-uma-dada-interpretação que, de acordo com Lyons (1980:141-142), ajuda a definir a ambigüidade. Nessa linha conceitual, uma frase declarativa é ambígua quando pode ser verdadeira ou falsa segundo interpretações diferentes, num mundo possível. Na ambigüidade **referencial**, por exemplo, há no mínimo, dois candidatos a referentes de uma forma remissa. Segundo Lyons, isto acontece quando se confunde a referência distributiva com a referência coletiva. Por exemplo, a frase, *Aqueles livros custam cem reais*, é ambígua, pois suporta duas interpretações. 1. no sentido distributivo, “aqueles livros” significa <<cada um daqueles livros>>. 2. no sentido coletivo, “aqueles livros” significa <<aquele conjunto de livros>>. Para se identificar o referente adequado é preciso levar em conta as seguintes direções como as estabelecidas por Koch (2000:44):

“as possíveis instruções de congruência dadas pela forma remissiva, como também todo o contexto, ou seja, as predicções feitas tanto sobre a forma remissiva, como sobre os eventuais referentes, para só então proceder-se ao “casamento” entre a forma referencial ambígua e o referente considerado adequado. Para tanto, torna-se preciso recorrer ao nosso conhecimento do mundo e do contexto sociocultural em que nos encontramos inseridos, além de outros critérios como saliência temática e recência (*recency*), por exemplo.”

A ambigüidade referencial apresenta enunciados incompletos, como nos casos de elipse. Segundo Ferreira (2000:53), este tipo de enunciado não pode dizer tudo, tendo sempre a possibilidade de se acrescentar um elemento para precisar. Essa ambigüidade está mais relacionada à semântica que à sintaxe. Ela é própria

das situações de linguagem que supre as carências individuais do que da linguagem. É enfim, um problema de comunicação e menos um problema lingüístico.

Na classificação clássica do ponto de vista lingüístico apresentada por Ullmann (323-330), a ambigüidade aparece sob três formas principais: **fonética**, **gramatical** e **lexical**. A ambigüidade **fonética**, predominante na fala, pertence à estrutura fonética da frase, quando grupos de palavras se tornam homônimos e às vezes ambíguos. A forma **gramatical** da ambigüidade encontra-se dentro da estrutura de uma oração. É o caso de sufixos e prefixos que possuem mais de um significado, ou ainda prefixos homônimos com significados diversos. Nesse formato há ainda a frase equívoca ou anfibologia. Diz Ullmann (1964:327-328) que na anfibologia “as palavras individuais não são ambíguas, mas a sua combinação pode ser interpretada de duas ou mais maneiras diferentes” [...] e que [...] “as ambigüidades deste tipo, na sua maioria, serão desfeitas pelo contexto e, na linguagem falada, pela entoação.” A terceira forma é a ambigüidade **lexical** que é a característica de uma palavra possuir diversos significados e que por isso, pode ser confundida com a polissemia. Quando há palavras idênticas quanto ao som ou quanto à grafia, mas com significados diferentes, comumente são denominadas de homônimas. A estas formas de ambigüidade se acrescenta ainda a ambigüidade **sintática** que é quando a frase tem uma estrutura sintática suscetível de várias interpretações. Os lingüistas acreditam que a ambigüidade acontece porque a estrutura superficial é originada de duas ou mais estruturas diferentes de profundidade. O exemplo dado por Dubois no *Dicionário de Lingüística* é o seguinte: *Jorge ama Rosa tanto quanto João* e que pode ter duas interpretações – 1. Jorge ama Rosa tanto quanto João ama Rosa, e 2. Jorge ama Rosa tanto quanto ele ama João. Finalmente, o **contexto** pode contribuir para tornar um enunciado ambíguo, mesmo quando se aceita que as palavras possuem significado independente das conjunturas. O que é comum ocorrer, é que determinada expressão surge dentro de uma situação efetiva, porém pode refletir todo um



contexto cultural. É por isso, talvez, que o jornal francês *Le Monde* de 19/03/2000, como representante dos ideais de liberdade e igualdade, tão arraigados na cultura francesa, publicou uma reportagem sobre o Pittagate com o seguinte título: *A descida aos infernos de Celso Pitta, prefeito de São Paulo e zumbi político*. (54)[P36Fm20]. A expressão *zumbi político* é uma alusão ao chefe do Quilombo dos Palmares (séc. XVII) que lutou contra os brancos pela liberdade dos negros, e traído, foi morto em 1695. Denominar Celso Pitta, portanto, de *zumbi político* é elevá-lo a condição de vítima e ao mesmo tempo lutador contra a discriminação racial. Contudo, pelo conhecimento mais circunstancial da situação do caso Pitta, a imprensa nacional jamais usaria tal expressão, a não ser como ironia.

A análise que faremos da ambigüidade no texto jornalístico, parte das estruturas sintagmáticas da frase, levando em consideração os aspectos das intenções comunicativas, funções do discurso, pressuposições, subentendidos e os contextos situacionais na escolha do significado adequado para o leitor. Corremos o risco de confundir a ambigüidade com outros tipos de ocorrências como o jogo de palavras, o fugidio, o mal-entendido e o duplo sentido. O que importa, no entanto, é evidenciar que o fato jornalístico é muito mais um tratamento dos acontecimentos do mundo do que um retrato objetivo do mesmo, como se apregoa.

No primeiro conjunto de textos, buscamos interpretar o significado dos sintagmas em que uma parte é o lexema *negociação / negociar*, que se apresentam de forma ambígua quando se tenta explicar o processo em que se dava o ato de corrupção. Os textos estão na ordem cronológica em que apareceram, mas todos tentam reproduzir a fala de Nicéa na entrevista do *JN*. É o que Maingueneau chama de *discurso relatado*, e Fairclough, de *discurso representado* e é normalmente introduzido por citações que se encaixam nos discursos. Vejamos, portanto, como podemos interpretar as ambigüidades presentes nos exemplos abaixo.

Em (61) o sintagma *sabia das negociações* pode ser interpretado como: a) Pitta estava informado, e o máximo que se poderia dizer é que ele foi omissivo; e b) Pitta

era um participante ativo. O leitor escolherá b) levando em consideração a acusação do prefeito estar envolvido na corrupção, como mostrado anteriormente.

**(61)**[P17Jm111-1]

▶ ..... ◀ Nicéa disse que o prefeito *sabia das negociações* para que a Câmara aprovasse o fim da CPI da Máfia dos Fiscais da prefeitura, na qual vereadores eram acusados de receber propinas e do processo de impeachment. ▶ ..... ◀

No exemplo seguinte (48), inicia com um enunciado negativo modalizado pelo advérbio “apesar” e conclui pela convivência do prefeito. É um jogo de implícitos e suposições. Na continuação do texto, Pitta justifica e confirma essa convivência dizendo ser uma herança de Maluf, ou seja, um estado de coisas.

**(48)**[P7Fm121-6]

▶ ..... ◀ A primeira-ama disse que Pitta, *apesar de não participar diretamente das negociações com os vereadores, sabia do que ocorria.*

Se antes Celso Pitta apenas sabia ou não participava diretamente das negociações, agora (55) Nicéa diz que ele utilizou o esquema de compra de votos utilizando um intermediário. A ligação de Pitta ao estado de coisas (esquema, negociação, compra de votos) é feita pelo secretário Edvaldo. O lexema “sistema” usado aqui como objeto de discurso quer significar um conjunto de elementos coordenados entre si e que funcionam dentro de uma estrutura própria. Sua organização, porém é uma organização que foge dos sistemas institucionais abertos. No caso em pauta, só algumas relações (intermediário x vereadores) são conhecidas. Evidencia, assim, um exemplo de um sistema anômalo assim como a negociação.

(55)[P176Jm125-5]

▶ ..... ◀ A primeira-dama Nicéa Pitta afirmou ontem que [...] *O sistema de compra de votos teria como intermediário na negociação com os vereadores* Edevaldo Alves da Silva, que atuou na gestão Maluf e chegou a trabalhar como secretário de Pitta. ▶ ..... ◀

A ambigüidade mais clara, ao nosso ver, se estabelece, quando as negociações são realizadas sem que uma das partes esteja presente como no caso anterior. A acusação agora (56), no entanto, é mais direta e concreta: o prefeito participou pessoalmente da compra de votos dos vereadores. O leitor fica sabendo que uma das partes no negócio é o próprio prefeito.

(56)[P9Fm146-14]

▶ ..... ◀ Segundo Nicéa, o secretário de Governo de Pitta, Augusto Meinberg, e o presidente da Câmara Armando Mellão (PMDB), *teria* (sic) *negociado com o prefeito os valores que seriam pagos aos vereadores*.  
▶ ..... ◀

O enunciado (64) atribuído a Nicéa, estabelece uma suposta ligação de Pitta com as propinas. Contudo, o que fica ambíguo na expressão *durante a negociação* é que tanto pode ser negociação com intermediário quanto diretamente com Pitta.

(64)[P209Vm151-1]

▶ ..... ◀ De acordo com Nicéa, *durante a negociação com os vereadores para interromper as investigações*, Pitta chegou a dizer a frase: “Não há dinheiro que cheque para eles. ▶ ..... ◀

Como podemos observar, a participação de Celso Pitta no “esquema de compra de votos” vai crescendo à medida que o tempo passa. De um simples sabedor a um participante ativo. No exemplo seguinte (57), aparece um típico

enunciado descritivo de um falante que estava presente e não apenas viu o que se passava. Também agora o lexema *negociações* recebe pela primeira vez uma qualificação de *espúrias*, portanto ilegal.

(57)[P210Vm22]

▶ ..... ◀ Nos depoimentos que deu, Nicéa afirmou ter presenciado Pitta várias vezes em *negociações espúrias* na sala de seu próprio apartamento com vereadores, representantes do malufismo e da secretaria municipal. Teria acertado pagamento aos vereadores para que eles votassem a seu favor na Câmara Municipal. ▶ ..... ◀

O segundo conjunto é formado por textos que apresentam configurações de Discurso Indireto: *DI com ilha textual* e *DI quase-textual*, que Jacqueline Authier-Revuz (1998:142-157), explica assim: “as formas do tipo *segundo fulano* inscrevem-se num paradigma de elementos modalizadores diversos, cuja especificidade, em seu interior, é a de modalizar pela referência a um outro discurso”. Esse tipo de discurso relatado pode ser chamado de *discurso segundo*. Nos enunciados tidos como representação de um discurso outro e que possuem a forma *Ele disse...”X”* e *Segundo ele...”X”*, o elemento “X” é chamado de *ilha textual* e que permanece como “não-traduzido”, ou como um fragmento conservado da mensagem de origem. Geralmente esse elemento vem entre aspas e encontra-se ali enfatizado e carregado de uma atenção particular. A outra forma é chamada de *DI quase-textual: ele diz que “.....”*, onde o elemento destacado pode se estender a toda uma frase. O nosso interesse, no entanto, visa mostrar que essas *ilhas textuais* pela ênfase que recebem dentro do enunciado podem carregar ambigüidade. Mesmo que, aparentemente, o locutor queira ressaltar pelo uso das aspas que foi exatamente essa a palavra dita pelo entrevistado, esconde um significado oposto ou divergente.

Os seis exemplos apresentados a seguir parecem confirmar uma ambigüidade lexical que no seu contexto verbal leva-nos a outros significados

interpretados semanticamente. Em (58) a *ilha textual* “**vitorioso**” se reveste de um sentido atribuído por Celso Pitta e um outro que toma o lexema como ironia, isto é, tem sua referência na decisão judicial que, por ser provisória e pelo contexto desfavorável dos votos dos juizes levaria uma pessoa a outro tipo de comportamento.

(58)[P170Fa283-4]

Celso Pitta disse ontem que se considera “**vitorioso**” com a decisão da 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça, que adiou para a próxima semana o julgamento do recurso do Ministério Público que pede o afastamento do prefeito do cargo. ▶ ..... ◀

A mesma atitude “otimista” apresentada por Celso Pitta em (58) também toma conta dos vereadores aliados do prefeito. Observemos que tanto em (58) como em (59), o verbo introdutor do enunciado é considerar que procura deixar claro para o leitor que não é uma avaliação do jornal. A *ilha textual* “**fiéis**” pode significar os 8% de eleitores que votariam nos vereadores contrários ao impeachment e também eleitores conhecidos como pertencentes a curral eleitoral.

(59)[P173Fa30]

Pela avaliação informal feita por vereadores que correm risco eleitoral por integrar a tropa de choque do Executivo, eles ainda consideram que têm chance de se reeleger com os votos de “**fiéis**” eleitores do prefeito Celso Pitta (PTN). ▶ ..... ◀

No exemplo seguinte (60), consideramos a estrutura sintagmática “**é humilhante**” como uma ambigüidade gramatical ou sintática. Examinando-se apenas o lexema “humilhante” é um adjetivo que faz referência ao salário mínimo como algo vergonhoso, porém como um verbo intransitivo diz que o salário mínimo humilha, pois não cobre as necessidades de saúde, educação, moradia e

sustento familiar do trabalhador que viveria assim abaixo das condições de um ser humano.

(60)[E91Jm9]

O arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, o bispo mineiro d. Geraldo Majella Agnelo, afirmou ontem que o salário mínimo brasileiro “*é humilhante*”. ▶ ..... ◀

As duas expressões seguintes (63) ainda dentro do contexto de citação das falas de bispos da Igreja Católica e no ambiente da Campanha da Fraternidade/2000 que tem como slogan *Dignidade Humana e Paz*, o salário, se reveste tanto de ambigüidade quanto de indeterminação. Assim, o oposto de 100 dólares é “mais de US\$ 200”, no entanto o bispo alerta que “um salário mínimo alto”, como já vimos no item sobre vaguidade, pode acarretar desemprego, o que é pior. Já a questão da *ilha textual “digna”* remete a dignidade humana de forma abstrata e também no sentido de ser “insignificante” como diz em outro local do texto.

(63)[E13Fm9]

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Jayme Henrique Chemello, defendeu ontem um salário mínimo de “mais de US\$ 200” para o trabalhador brasileiro. Para ele, um valor equivalente a US\$ 100 “*é muito pouco*”. ▶ ... ◀ Já o arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes, disse que é a favor de uma remuneração mais “*digna*”.  
▶ ... ◀

A expressão *tolerância zero* em (62) é um caso de ambigüidade usada propositalmente pelo governo FHC para conseguir aprovar o mínimo de 151 reais. Contudo, se a expressão não deixa dúvida na sua interpretação, o modos de ser e de dizer dos políticos compreendem a expressão como simples ameaça para que se

chegue a acordos. O texto completo está repleto de citações de deputados e senadores que não acreditam na *tolerância zero*.

(62)[E81Fa29]

► ..... ◀ Segundo o discurso de “*tolerância zero*” com a infidelidade na base parlamentar, até integrantes do primeiro escalão do governo estariam ameaçados de perder seus cargos se os ministros não conseguirem convencer os deputados e senadores rebeldes. Faz parte desse mesmo discurso a ameaça de extinguir o Ministério do Esporte e Turismo. ► ..... ◀

Queremos ressaltar que nem todo *DI com ilha textual* pode ser interpretado como ambíguo, mas também pode suscitar interpretações de ironia e metáforas.

### 5.1.3. Polissemia

Costuma-se dizer que a **polissemia** é um fenômeno ou uma propriedade de uma palavra (signo lingüístico) apresentar vários significados. O conceito de polissemia pertence ao sistema de oposições com a homonímia e a monossemia. Sendo a **homonímia** o fenômeno de lexemas que têm a mesma forma, mas diferem no significado, os exemplos clássicos são *manga* (roupa) e (fruta), *banco* (instituição financeira) e (espécie de assento). São palavras diferentes com as mesmas formas. Ou como diz Lyons (1980:27), “homônimos são lexemas em que todas as formas têm a mesma forma”. Para Silva (1999:606), “enquanto a polissemia designa uma multiplicidade de significados dentro de uma mesma palavra, na homonímia a multiplicidade de significados está distribuída por várias palavras diferentes.” Silva diz ainda que “a polissemia implica a existência de uma relação entre os vários significados, ao passo que a homonímia envolve significados inteiramente distintos e portanto não-relacionados.” Já na **monossemia** há palavras que possuem um único significado e se opõe assim à polissemia.

Há um consenso entre lingüistas que a polissemia dá à língua uma flexibilidade que possibilita exprimir todos os inumeráveis objetos da realidade assim como idéias, fatos e acontecimentos. Os significados, no entanto, não são coisas ou entidades que se possam delimitar, individualizar, contar, registrar, encontrar etc. A significação deve ser entendida como um *processo de criação do sentido*. (SILVA,1999: 621).

Em geral, há acordo em três pontos sobre a polissemia como destacado por Kleiber (1999:55-56): Primeiro – A polissemia tem um caráter regular. Ela não é um acidente ou um fenômeno marginal ou irregular, mas é um elemento constitutivo da semântica das línguas naturais. É um fato lingüístico de base. Segundo – A polissemia é uma pluralidade de sentido ligada a uma só forma e os sentidos que não aparecem totalmente disjuntos, se encontram unidos por tal relação. Terceiro – É relevante o papel do contexto como um elemento decisivo no processo de interpretação de toda forma verbal. Os cognitivistas realçam também a dimensão da memória que participa na interpretação de toda unidade lingüística em interação com outros elementos contextuais.

A estrutura do complexo polissêmico, que é apresentado por Silva (1999:641), tem a forma de uma “network” configurada por efeitos de *prototipicidade*, graus de *representatividade* entre os significados, agrupamento de significado por *semelhança de família*, *sobreposições* de significados, *limites* precisos entre significados e *impossibilidade de definição* de termos em “condições necessárias”.

A garantia de funcionamento deste complexo polissêmico encontra-se no *contexto*. “Não interessa o número de significações que uma palavra possa ter no dicionário; não haverá confusão se apenas uma delas fizer sentido numa dada situação.” (ULLMMAN,1964:347). E se os significados são *interpretações* a partir de um contexto particular, como diz Silva (1999:648), então a polissemia é um fenômeno contextual. Isto quer dizer que o contexto (lingüístico, situacional, extra-lingüístico ou de outro tipo) pode *selecionar* um significado entre outros assim



como *modular* um mesmo significado. Além disso, continua Silva (1999:654), “somos nós, os interpretantes (locutor e alocutório), que escolhemos e fornecemos as perspectivas contextuais que conduzem a uma interpretação particular.” Silva (1999:653-654) enumera alguns efeitos do contexto: **1.** atualizar e selecionar determinado significado de um item lexical (de entre outros que este possui); **2.** modular, de diferentes modos, determinado significado (focando ou desfocando alguns dos seus traços referenciais ou semânticos, adicionando especificações, etc.); **3.** ativar e aumentar a saliência de um “*esquema*” em detrimento da(s) sua(s) “*elaboração(ões)*”; **4.** ativar e aumentar a saliência de duas ou mais “*elaborações*” em detrimento do seu “*esquema*” (do seu conteúdo comum); **5.** ativar e aumentar a saliência de uma parte do *complexo semasiológico* de um item lexical; **6.** neutralizar a oposição entre dois ou mais significados de um item lexical; **7.** sobrepor e fundir dois ou mais significados de um item lexical; **8.** transformar significados distintos de um item lexical em meras especificações ou variações de um mesmo significado (configurando-os portanto como um caso de vaguidade) e compatibilizar (pelo menos) os significados de itens lexicais homônimos; **9.** incompatibilizar e transformar meras variações de um mesmo significado em significados distintos (configurando-os assim com um caso de polissemia); **10.** criar um novo uso semântico de um item lexical.

Aos dois conceitos clássicos de polissemia (lexical e simples variação contextual), Kleiber (1999:87-93) introduz a chamada *polissemia sistemática*. Os exemplos facilitam o entendimento:

- 1) *É um livro volumoso com numerosas ilustrações em cores*
- 2) *É um livro muito denso, difícil de compreender*
- 3) *Maria pintou a janela*
- 4) *Paulo saiu pela janela*

Em 1) e 3) os referentes *livro* e *janela* são objetos concretos; em 2) *livro* é um texto ou objeto abstrato informativo; em 4) *janela* é uma abertura. Nos dois casos o referente permanece, mesmo que de forma indireta. Essa polissemia sistemática é assegurada pela noção da *facetas*, que Kleiber (1999:89-93) apresenta e acrescenta aos três principais tipos de variação de sentido tradicionais: homonímia, polissemia e simples variação contextual. A faceta se situa entre a polissemia e variação contextual. Citando D.A. Cruse, ele diz que em 1) e 2) há uma diferença de faceta semântica para o mesmo *livro*, isto é, em 1) é a faceta [TOMO] e em 2), é a faceta [TEXTO]. A explicação para isso é que o lexema teria um conteúdo semântico unitário e global, não sendo polissêmico, porém apresentando composições ou *facetas* que no seu emprego cria uma variação de sentido não polissêmico nem simplesmente contextual.

Outras variações da polissemia nominal no sentido de múltiplos sentidos e pluralidade de sentidos são apresentadas por Kleiber (1999:78-80) com quatro divisões: 1. *o eixo alossêmico* que funciona sobre a relação hiperonímico; 2. *o eixo protótipo-contextual*, semelhante ao anterior, se diferencia pelo sentido de nível abstrato que se apresenta como o melhor sentido; 3. *a sub-determinação e acomodação* consiste numa variação de fases de conceitualização do objeto de referência imposto pelo predicado. Ex: *janela* não terá a mesma zona/fase afetada segundo se possa *abrir a janela* de *pintar a janela*. 4. *o deslocamento ou transferência* faz a polissemia ocorrer sobre a dimensão horizontal e não a vertical. Esse tipo de polissemia está mais ligado aos sintagmas nominais e desloca o sentido para a referência e se encaixa no princípio de *metonímia integrada*. Este princípio afirma que certas características de certas partes podem caracterizar o todo. Ex. *estou no catálogo telefônico* corresponde a *meu nome está no catálogo telefônico*.

Antes de partirmos para a exemplificação deste item, devemos ressaltar que assim como na linguagem ordinária, o vocabulário usado na linguagem jornalística pode remeter a várias significações e que a polissemia é tanto um recurso

expressivo como persuasivo do jornalismo informativo, aí estando incluídos a notícia, a entrevista e a reportagem.

Os exemplos de lexemas e sintagmas polissêmicos são abundantes no texto jornalístico. Por isso, nos deteremos mais naqueles casos relacionados diretamente com os tópicos em questão. O primeiro bloco de exemplos, formado por títulos, é o uso que se faz de vocábulos que indicam a destituição do prefeito, tais como *afastamento*, *afastar*, *retirar*, *impeachment*, *impedimento*, *cassação*. No segundo bloco, estão alguns vocábulos que nomeiam o ato enunciativo de Nicéa, tais como *acusar*, *denunciar*, *afirmar*, *dizer*, *revelar*, *fazer*, *contar*, *confirmar*, *garantir*, *acusações*, *declarações*, *revelações*, *denúncias*, *atos descritos*.

A análise que faremos, no primeiro bloco, dos termos polissêmicos destacados em itálico negro, visa escolher um sentido dentro do contexto verbal / textual e levantar aspectos de sentidos confrontados na memória lingüística e sócio-cultural do leitor. Muitas das interpretações que faremos a seguir já receberam algumas explicações quando apresentamos os exemplos (27),(29),(30),(31) e (41).

Em (65) o termo *afastamento* pode ser interpretado como o ato de tirar o poder ou cassar o poder político de governante. Também são usados os lexemas “impeachment” e “destituição” como sendo sinônimos de afastamento. Já o termo *oposição* designa o referente PT (Partido dos Trabalhadores) e o líder do PT. Na posição de sujeito da oração, *oposição* também se coloca como uma parte da Câmara de vereadores para a qual é dirigido o pedido de afastamento do prefeito.

(65)[P176Jm121-5]

*Oposição* se reúne para *pedir o afastamento* do prefeito Celso Pitta

Análise semelhante a (65) pode ser feita com relação à (66), só que *afastamento* adquire o sentido de “renúncia” reforçado pelo contexto verbal e pelo pronome possessivo *seu*. A *assessoria* (auxiliares próximos e vereadores) faz a sugestão de renúncia como estratégia: o prefeito sai por livre e espontânea vontade

e os vereadores impediriam a criação de uma CPI para apurar os atos de corrupção de Pitta.

(66)[P8Fm136-7]

*Assessoria* sugere a Pitta *seu afastamento* do cargo

Em (67), o termo que tem a função de sujeito da oração muda de *assessoria* para *aliados*, mas que no texto tem os mesmos referentes do exemplo (66) - auxiliares próximos e vereadores. Uma outra diferença é a troca do substantivo afastamento para o verbo *afastar-se*. Parece que agora o sentido continua sendo renunciar, porém há os aspectos de arrear, deixar o cargo por iniciativa própria.

(67)[P8Fm13]

*Aliados* de Pitta sugerem que *ele se afaste* do cargo

O termo *oposição*, agora em (69), quer significar não apenas os vereadores do PT, mas também do PPS e PSDB. O sintagma *quer afastar* toma um sentido de “apartar” e “impedir” que os 31 vereadores (aliados) que votaram a favor de Pitta anteriormente possam votar novamente para a criação de uma nova CPI. Como se observa *afastar*, neste contexto, tem um sentido próprio.

(69)[P7Fm121-6]

*Oposição quer afastar* aliados de Pitta

O título em (70) lembra que a Justiça afastou Pitta da prefeitura por liminar no dia 24 de março e por isso o prefeito teve que abandonar a prefeitura pela porta dos fundos. O sintagma adverbial “de novo” quer significar que a Justiça pode repetir o mesmo ato desde que a mesma liminar seja restaurada, isto é, volte a ser

um instrumento jurídico válido. Neste exemplo, Pitta passa a ser o sujeito da oração, mas na forma de agente da passiva.

(70)[P161Fa26]

Pitta *pode ser afastado* de novo

O verbo *afastar* (*se*) em (71) tem a forma pronominal como em (67), no entanto, com o sentido de (71) é o de “distanciar-se, esfriar relações sociais, de amizade ou de convivência política”. E o termo *Globo* refere João Roberto, Roberto Irineu e José Roberto, filhos de Roberto Marinho, que procuram minimizar a influência política do senador no jornalismo das Organizações Globo.

(71)[P215Iem222-2]

Globo e FHC *se afastam* de ACM e esvaziam senador baiano, que ameaça criar a CPI das teles

Apesar do lexema *cassação* aparecer no dicionário como homônimo, no nosso contexto político, principalmente a partir do golpe de 1964, esse termo adquiriu uma história e um sentido que é o de afastar governante ou político corruptos tornando nulo ou sem efeito seus direitos político e cargos. Assim, o termo é usado na pesquisa da *Folha de S. Paulo* no lugar de “afastamento”, “impedimento” ou “impeachment” por representar com mais nitidez uma imagem de político inescrupuloso, ladrão, etc. O exemplo em (72) quer resgatar essa memória.

(72)[P9Fm146-14]

*Cassação* de Pitta é defendida por 73%

A notícia em (73) ainda se refere à questão da liminar já esclarecida em (70), porém o que nos chama a atenção é o uso do verbo *retirar*, empregado pela primeira vez, e que traz o sentido de “afastar”, “tirar do cargo”, “tirar de onde estava” etc. O sentido mais preciso, no contexto do caso Pitta, seria “tirar de novo pela liminar” o cargo do prefeito Celso Pitta. *Retirar* aqui é um verbo performativo.

(73)[P165Fa27]

TJ decide hoje o recurso para *retirar* Pitta do cargo

Os dois exemplos finais (74) e (75) são transcritos para mostrar o empréstimo lingüístico de *impeachment* já incluído na língua portuguesa e de sua forçada tradução para *impedimento*. Todavia, assim como *cassação*, *impeachment* ganhou significados novos relacionados ao impeachment do presidente Fernando Collor, em passado recente. Mesmo assim conserva um sentido de base que é a destituição, num regime presidencialista, mediante deliberação do legislativo, do ocupante do cargo governamental que pratica crime de responsabilidade, como define o dicionário. Já o vocábulo *impedimento* (impeachment / afastamento) não tem a força enunciativa do similar estrangeiro e por isso, quase não é usado.

(74)[P214Va26]

► ..... ◀ Câmara aprova *processo de impeachment* de Celso Pitta

(75)[P198Ja14]

Advogados lutam para livrar Pitta do *impedimento*.

O segundo bloco é constituído de exemplos das formas lingüísticas usadas no relato do discurso de Nicéa Pitta quando da sua entrevista no *JN* e *Globo Repórter* da TV Globo. Trataremos dos verbos e das suas nominalizações não apenas como introdutores de opinião (MARCUSCHI,1991:74-92), mas também

como elementos polissêmicos que deverão ser interpretados nos seus respectivos contextos e condições de produção. O discurso representado de Nicéa, ainda que não se encaixe na classificação de *discurso do poder* e *discurso de populares*, adotada por Marcuschi, os verbos apresentam as mesmas formas de agir:

“Em primeiro lugar agem diretamente sobre o discurso relatado; em segundo lugar atuam sobre a compreensão desse discurso e, em terceiro, podem ser eles próprios o relato da forma como o discurso relatado atuou ou deve atuar.” (MARCUSCHI, 1991:83)

Os verbos que introduzem o discurso de Nicéa, organizam a sua compreensão e o transformam em atos de fala. O campo semântico e pragmático desses verbos cobre o sentido de *revelar por declarações*, e se transforma em ato de *acusar* / *denunciar*. Os aspectos, nuances e variações de sentido são interpretados segundo contexto verbal e contexto extra-lingüístico. O sentido geral e predominante do discurso, no entanto, é o de *acusar*, visto que Nicéa se apresenta como testemunha privilegiada dos fatos. A reação dos atingidos pelas denúncias em desqualificar o discurso ou processar<sup>41</sup> Nicéa por calúnia, é um sinal de que esta interpretação é possível.

Passemos aos exemplos. No trecho trazido em (77), as *declarações* de Nicéa, isto é, o que foi declarado / revelado, são categorizadas pelo procurador como “indícios de ilícitos penais”, assim o leitor poderá ter uma explicação ou dimensão dos fatos.

(77)[P176Jm122-3]

► ..... ◀ De acordo com o procurador de Justiça, José Benedito Tarifa, nas *declarações* de Nicéa há, em tese, indícios de ilícitos penais, entre eles

---

<sup>41</sup> Nicéa já foi condenada por calúnia, injúria e difamação em 3 dos mais de 30 processos que ainda responde. (Estado de S.Paulo, 17/09/2003). Segundo a revista Consultor Jurídico (16/03/03), Nicéa obteve algumas vitórias relativas às acusações de difamação, calúnia e injúria propostas por Paulo Maluf, Flávio Maluf, Carlos Augusto Meimberg, Miriam Athiê, Naji Nahas, Jorge Yunes, Getúlio Hanashiro e Paulo Roberto Faria Lima.

peculato, corrupção ativa e passiva, prevaricação e fraude de licitações.

▶ ..... ◀

Já em (82), no lugar do termo *acusações* do *Jornal do Commercio* em (77), a *Folha de S.Paulo* escolhe o sintagma *os atos descritos* e com isso retira toda a força emocional do vocábulo e Nicéa passa a ser uma testemunha neutra e independente dos fatos. Ressalte-se ainda que tanto *acusações* em (77) quanto *os atos descritos* em (82) possuem uma extensão menor e restrita a categorização feita pelo procurador.

(82)[P8Fm134-7]

▶ ..... ◀ O procurador de Justiça José Benedito Tarifa, que também trabalha no setor de crimes de prefeitos, disse à **Folha** que, em tese, *os atos descritos* por Nicéa Pitta configuram cinco crimes: corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, prevaricação e fraude em licitação. ▶ ..... ◀

Em (78), o que é afirmado serve indiretamente para demonstrar e asseverar que Nahas aconselhou o prefeito a fazer um “caixa extra”, que a viagem a Paris foi financiada por uma empresa prestadora de serviços da prefeitura intermediada por Nahas. Mais uma vez a presença de Nicéa como testemunha ocular é realçada.

(78)[P7Fm125-6]

Na última sexta-feira, Nicéa Pitta *afirmou* que ela e o prefeito foram recepcionados por Nahas em Paris, durante a Copa do Mundo de 1998.

O relato em (87), traz o verbo *revelar* que além de significar “fazer conhecer”, tem um sentido de descobrir algo que está escondido, e portanto seu discurso se caracteriza como acusação e denúncia. Abre novas frentes de compreensão e facilita a racionalidade do seu próprio discurso. Além disso, indica novas leituras das acusações anteriores.



(87)[P176Jm125-5]

► ..... ◄ Nicéa **revelou** ainda que o rompimento entre Pitta e Maluf seria falso. Fez parte da estratégia para atenuar as **acusações** sobre o ex-prefeito durante as investigações da Máfia dos Fiscais na Câmara.

O tópico do discurso em (88) é semelhante a (87), porém tem um tratamento de destaque na revista *Veja* quando ela diz ser um *capítulo especial* da entrevista. Enquanto em (87) Nicéa **revela** a falsidade do rompimento de Celso Pitta com Paulo Maluf, que também é uma forma interessante de expor a ação praticada, em (88) ela **garante**, isto é, ela se responsabiliza e assevera que não há separação, pois já houve a reconciliação. A revista, por outro lado, antecipa o discurso de Nicéa quando usa o advérbio **oficialmente** como sinal de que não se acreditava o que agora é confirmado/garantido pela ex-primeira dama. O advérbio **oficialmente**, além de ser um aspecto modalizador, pode também querer dizer: *explicitamente, publicamente, formalmente*.

(88)[P209Vm151-1]

► ..... ◄ Um capítulo especial da entrevista é dedicado às relações entre Pitta e seu padrinho político, Paulo Maluf, com quem o prefeito está **oficialmente** brigado. Nicéa **garante** que a briga é de fachada, pois os dois já se reconciliaram graças à intermediação do investidor Naji Nahas.

► ..... ◄

O verbo **acusar**, que aparece em (80), é o terceiro mais usado depois de *dizer* e *afirmar* para introduzir a fala de Nicéa. Além disso, **acusar** está sempre presente implicitamente no sentido polissêmico dos demais verbos usados, tais como *declarar*, *denunciar*, *revelar*. E **acusar** está quase sempre ligado ao ato de imputar falta ou crime, denunciar, culpar e incriminar alguém. Em (80), portanto, a culpabilidade do prefeito Celso Pitta está explícita. Ressalte-se que Nicéa apenas

disse que ele, o prefeito, subornou os vereadores, e isso foi tido como *acusação*. O interessante, é que quase todos esses verbos expressam atos ilocutórios.

(80)[P8Fm136-7]

▶ ..... ◀ Na última sexta-feira, Nicéa Pitta *acusou* o prefeito de ter subornado, por meio do secretário Carlos Augusto Meinberg (Governo), 30 vereadores para se livrar de um processo de impeachment em 99. ▶ ..... ◀

O título em (81) é uma suposição do jornal sobre a atitude que Nicéa poderá tomar se comparecer ao Ministério Público do Estado de São Paulo. Ela na verdade só confirmou sua presença no depoimento. Já o lexema *acusações* além de polissêmico é também ambíguo, pois segundo a notícia há as acusações feitas na TV e há informações de irregularidades na prefeitura que no mês anterior Nicéa queria passar ao Ministério Público. O jornal, portanto, usou a força do verbo *confirmar* que tem significados de “corroborar, comprovar, demonstrar, dar certeza, afirmar de modo absoluto”, para emitir opinião ou parecer num título noticioso. Talvez acredite que como verbo composto *deve confirmar* a editorialização não seja percebida pelo leitor.

(81)[P8Fm134-7]

Nicéa *deve confirmar* hoje *acusações* contra prefeito

Temos em (83) uma variação de (80) com a mudança do verbo para *denunciar*, mas que também pode significar “acusar, delatar alguém como autor de crime, revelar.”

(83)[P9Fm141-14]

▶ ..... ◀ Na última sexta-feira, Nicéa *denunciou* esquemas de compra de voto, desvio de dinheiro público e corrupção envolvendo o prefeito e vários políticos. ▶ ..... ◀

O trecho seguinte (86) que inicia com o verbo *dizer* considerado “neuro” é modificado com a expressão *com todas as letras* (textualmente, *ipsis litteris*) que reforça o discurso de Nicéa. Na oração seguinte, o verbo *contar*, no sentido de narrar um acontecimento ou fato, traça a diferença entre ela e o ex-marido e introduz um novo discurso atribuído a Celso Pitta que é quase uma confissão de convivência com o *statu quo* vigente. O *concordou calmamente* de Pitta conduz a um jogo polissêmico e ambíguo: refere o temperamento “frio” do prefeito e refere sua concordância e participação nas negociações ilegais.

(86)[P209Vm151-1]

► ..... ◀ *Disse* na entrevista, com todas as letras, que estava devidamente informada sobre os rumos das negociações. A diferença entre os dois, *contou*, é que Pitta *concordou calmamente* com a corrupção, *afirmando* que não podia mudar coisas arraigadas que vinham acontecendo muito tempo antes de sua gestão. ► ..... ◀

O exemplo trazido em (84) traça um cenário construído pelas *denúncias* no sentido de acusações de crime e pelas *revelações* que seriam estas mesmas denúncias divulgadas, mas que eram ignoradas ou mantidas em segredo. O personagem Pitta, no entanto, não reage furiosamente como esperado, então é categorizado como *frio*, pois acredita no barulho e não nas revelações.

(84)[P12Fm161-4]

Em meio às *denúncias* e ao barulho causado pelas *revelações* de sua ex-mulher, Pitta *continua frio*. Comporta-se como se tudo fosse uma questão de tempo, durante o qual deve agüentar firme, até que a tempestade acabe. ► ..... ◀

Este capítulo quis mostrar como a indeterminação da linguagem, em vez de ser um fator desagregador de um ideal de “objetividade”, é a forma por excelência

do jornalismo ter no leitor um co-participante na construção de sentido dos fatos apresentados. A ambigüidade, a vagueza e a polissemia, por exemplo, não podem ser vistos como elementos perturbadores da informação jornalística, mas como partes de um discurso elaborado como forma de conhecimento do mundo. Fica também claro que o enunciado jornalístico, por seu caráter descritivo, se afasta de qualquer probabilidade de precisão, mas por outro lado, a plasticidade da linguagem é um recurso que o jornalismo usa e abusa como recurso expressivo e persuasivo, como comprovam as análises dos textos realizadas.

## CONCLUSÃO

O título deste trabalho – *A apresentação do mundo pela linguagem no jornalismo* – ordenou nossa investigação para um enfoque lingüístico-cognitivo, no sentido de que, apesar de manter contato com a realidade extra-mental, o mundo que o jornalismo apresenta aos seus leitores / ouvintes / telespectadores, é um mundo construído discursiva e interativamente. O fato jornalístico é analisado como uma forma epistemológica de organizar o mundo. Sendo assim, a pesquisa da linguagem no jornalismo é imprescindível para compreensão de como se processa o tratamento dado aos fatos pelas notícias e reportagens. A premissa básica que fundamenta nossa pesquisa, é que, em primeiro lugar, a linguagem é essencialmente social, e, em segundo lugar, a linguagem não é um decalque da realidade. Logo, dizer o mundo não significa ter as “coisas” como referentes, mas o referente passa a ser objeto de discurso que é criado e recriado constantemente pelos usuários da língua.

No caráter social da linguagem está implícito que os objetos do mundo não são criados por nós e que também a significação é interacional. Nós fabricamos modos de perceber o mundo e essa percepção e descrição que fazemos dele são frutos de categorizações que elaboramos constantemente dos objetos que nos rodeiam. Assim a imagem que surge é uma criação do mundo que é partilhada pela linguagem. A consequência é que, ao se manifestar na linguagem as características gerais dessa imagem, manifesta-se também a realidade. A nossa comunicação vem a ser o resultado da partilha que efetuamos dessa imagem de mundo. Portanto, ao estudarmos os aspectos mais gerais da linguagem, estaremos estudando os aspectos mais gerais da realidade (D. Davidson). Nos concentrando na linguagem descobriremos as características gerais do mundo.

A conexão *linguagem – mundo*, para Wittgenstein, realiza-se como decorrência da linguagem significar o entrelaçamento entre cultura, visão de mundo

e linguagem. O *jogo de linguagem* é um conceito para organizar o conhecimento do uso da linguagem e facilitar as conexões da linguagem com outras atividades. A formação do significado tem um caráter social compartilhado. Com isso, as palavras deixam de ter uma conexão direta e necessária com os seus referentes, e a idéia de verdade como cópia da realidade não tem mais sustentação. Os enunciados passam a ser considerados dentro dos “padrões de aceitabilidade racional”, no dizer de H. Putnam.

Como as palavras e enunciados não constituem mais um sistema de etiquetas lingüísticas, são os falantes que constroem versões públicas do mundo através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas. Essas práticas se fazem pela aplicação de categorias que se elaboram no decorrer das atividades e se modificam segundo os contextos para a apresentação dos objetos de discursos. Com isso, se admite a instabilidade das categorias cognitivas e lingüísticas e nega-se que possam existir *a priori* correlatas a entidades ontológicas. No entanto, o processo de discretização do mundo e o processo de estabilização das categorias, criam a ilusão de um mundo objetivo, pronto para ser conhecido pelos indivíduos. Essa aparência de objetividade e de realidade é o epicentro da força persuasiva do fato jornalístico, que apresenta uma estabilidade, que é fruto do uso de anáforas, repetições e acordos associativos, como se fora a estabilidade do mundo extramental. Contudo, uma análise de como se processa esta estabilidade suposta, revelará um mundo indeterminado, ambíguo e vago.

É próprio do jornalismo construir, com as informações (enunciados relatados) de várias fontes, o que denominamos de *fato jornalístico*, que é formado por proposições acerca de objetos discursivos, frutos de uma construção cognitiva de conteúdo cultural. Não se pode mais acreditar numa relação direta da notícia com objetos do mundo “real”. Todo o processo de apuração da notícia, que vai da pauta até a redação do texto final, se constitui de vários momentos de intercâmbio entre os participantes possuidores de um background comum de conhecimentos, crenças, desejos, esperanças, temores, modos de ver e de sentir, relações de poder,

atitudes e experiências que, no seu conjunto, vai contribuir para a produção de um sentido de mundo.

O *fato jornalístico* se distancia ainda mais do conceito de espelho da realidade, quando se descobre que ele é constituído por fatos sociais e principalmente fatos institucionais. Isso quer dizer que o texto noticioso já traz no seu interior fatos institucionais que possuem estruturas que se interligam na arquitetura de uma realidade social que permeia a vida de todos os indivíduos. Podemos dizer, com certa segurança, que o enunciado jornalístico é uma reafirmação de um mundo institucional. Os fatos desagregadores da vida em sociedade divulgados pela notícia ratificam a “estabilidade social” que aparentemente está sendo contestada. É este jogo de enfeitiçamento da realidade que propicia a cada um dos leitores a possibilidade de situar seu olhar e direcionar sua ação e fala a partir do lugar que ocupa dentro desse mundo institucionalizado.

O texto jornalístico, em especial a notícia, traz sempre um núcleo onde a figura humana é o destaque, ora como agente ora como paciente de alguma ação. Em torno dela todos os demais acontecimentos são subordinados ou relacionados. Esse núcleo faz parte da estrutura da notícia que condiciona um tratamento próprio aos fatos, pois estabelece para cada texto uma estrutura de relevância que cria uma hierarquia de valor realizada pelos títulos (manchetes), lead e uma documentação ordenada de forma decrescente na importância dos eventos.

Na construção do fato jornalístico está implícito um acordo com a realidade aceito pelos participantes. Linguisticamente, esse acordo se exprime pelo uso de pressuposições, protótipos, categorias e por uma forma de intersubjetividade que se traduz numa “objetividade do mundo”. Também se fazem presente na elaboração da notícia, o contexto de situação, o discurso, o repertório, o co-texto e a dêixis. A dêixis, por exemplo, mostra as coordenadas da ação dentro de uma racionalidade narrativa passando ao leitor um efeito de realidade. Papel preponderante tem também a metáfora na construção e compreensão dos fatos jornalísticos, pois, ela

faz parte do nosso sistema conceitual que é metaforicamente estruturado (G. Lakoff).

O que nos chama mais atenção em toda nossa investigação é o grau de indeterminação e ambigüidade do texto jornalístico. Acreditamos, inclusive, que esse texto tão indeterminado e vago é o texto por excelência do jornalismo. É justamente nas fronteiras da inexatidão que o leitor optará por um sentido projetado pelo texto que, no desencadeamento dos fatos jornalísticos, está sempre recriando e reconstruindo seus objetos de discurso como referentes discursivos.

Não são mais sustentáveis comparações entre um tipo de imprensa que é mais “fidedigna e objetiva” com os fatos e outra que apela para o sensacionalismo. O que está em jogo não é ser o retrato da realidade como a comparação supõe, mas ser o sujeito privilegiado que propõe sua versão pública dos fatos. Os donos do poder assim como os controladores dos meios de comunicação social sabem, pelo menos inconscientemente, que a realidade e o mundo são apenas parâmetros para a notícia e demais textos jornalísticos. Entendem que os fatos jornalísticos são como que luzes que dão sentido ao mundo extra-mental. Compreendem que o jornalismo e outras instituições (escola, igreja, universidade) competem para impor uma visão de sociedade. Nos regimes totalitários, por outro lado, o ditador tem a pretensão de identificar a realidade e a notícia como sendo uma coisa só. Daí obrigar a sociedade a ter acesso apenas a uma imprensa oficial. Outros veículos de informação são proibidos, pois por serem oposição, deturparão a realidade. Segue aquela lógica que abraça o conceito de um mundo natural que é dado já pronto para ser conhecido e dito.

É preciso instituir uma linha de pesquisa em que se investiguem com mais profundidade e comparativamente os processos de construção dos fatos jornalísticos, não no sentido ideológico da dominação de classe dominante, mas no conjunto do discurso e da linguagem e dentro dos contextos sócio-cognitivos dos envolvidos na construção do texto.



Uma outra linha de investigação está relacionada com o papel que exercem os fatos institucionais na construção dos fatos jornalísticos. Ora, sabemos que a realidade institucional contém representações mentais e lingüísticas como elementos constituintes (Searle), e o fato jornalístico não pode fugir dessa estrutura, passando a incorporá-la como sua.

Finalmente, os estudiosos do jornalismo e da linguagem necessitam mergulhar numa análise detalhada da notícia como um relato construído de modo não-representacional. Poderão descobrir que os processos de cobertura e redação jornalística levam em consideração nossas percepções da realidade que são influenciadas pelas estruturas conceituais convencionalizadas da língua, assim como dos conhecimentos extralingüísticos. Descobrirão que a notícia não é uma representação do mundo “objetivo” e que a questão da veracidade ou não do relato é relativizado. Constarão também que público e jornalismo participam dos mesmos esquemas que favorecem a versão pública dos fatos. Perceberão que a ética e a moral não são instrumentos próprios para explicar as possíveis incongruências noticiosas, ou paliativos para fugir de estudos mais apropriados, onde todos os envolvidos no processo jornalístico são responsáveis, em graus variados, pelos relatos dos fatos levados ao público.

## BIBLIOGRAFIA

- APOTHÉLOZ, Denis. (2000). Referer sans expression referentielle: Gestion de la reference dans des sequences metalinguistiques produites dans une tache de redaction conversationale. In.: E.NEMETH (ed), *Pragmatics in 2000*. Selected Papers from the 7th International Pragmatics Conference, Vol.2. Antwerp: IprA.( a sair)
- APOTHÉLOZ, Denis. e REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (1995) Construction de la référence et strategies de designation. In.: BERRENDONNER, A. e REICHLER BÉGUELIN-M-J. (eds.). 1995:227-271.
- ARISTÓTELES. (1985). *Organon – I Categorias – II Periémeneias*. Trad.Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores Ltda.
- AUSTIN, John Langshaw. (1993). *Sentido e Percepção*. Trad. Armando Manuel Mora de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes. 193p.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. (1998). *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. Claudia R. Castellanos Pfeiffer et alli. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 200p.
- \_\_\_\_\_.(1996). Remarques sur la categorie de “l’ilot textuel”. *Cahiers du Français Contemporaine*, no.3, *Hétérogénéités en discours*, p.91-115.
- BERNSTEIN, Carl & Woodward, Bob. (1976). *Todos os Homens do Presidente*. Trad. Tonie Thomson. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora. 283p.
- BENVENISTE, Émile. (1991). *Problemas de Lingüística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. 3a.ed. Campinas,SP, Pontes Ed. pp53-59.
- BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (1986). *Dicionário de Política*. 2ª. ed. Trad. João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1318p.

- BROWN, Gillian; YULE, George. (1993). *Discourse Analysis*. Cambridge: Univ. Press. 283p.
- BRUGGER, Walter. (1962). *Dicionário de Filosofia*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Ed. Herder. 703p.
- CARVALHO, Castelar de. (1987). *Para Compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Rio. 192p.
- CASSIRER, Ernst. (1985). *Filosofia de las Formas Simbólicas. El Lenguaje*. Trad. Armando Marones. México: Fondo de Cultura Económica. 1º.vol. 311p.
- \_\_\_\_\_. (1992). *Linguagem e mito*. 3ª.ed. Trad. J. Guinsburg e Mirian Schnaiderman. São Paulo: Ed. Perspectiva. 127p.
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de. (1984). *Lógica ou Os Primeiros desenvolvimentos da arte de pensar. Condillac / Helvétius / Degérando: Textos Escolhidos*. 3ª.ed. Trad. Luiz Roberto Monzani [et al.]. São Paulo: Abril Cultural. pp.99-134.
- DAVIDSON, Donald. (1995). *La creencia y el fundamento del significado (1974). De la Verdad y de la Interpretación – Fundamentales contribuciones a la filosofía del lenguaje*. Trad. Guido Filippi. Barcelona: Gedisa editorial. pp.151-163.
- \_\_\_\_\_. (1995a). *De la Idea mesma de um esquema conceptual (1974). De la Verdad y de la Interpretación – Fundamentales contribuciones a la filosofía del lenguaje*. Trad. Guido Filippi. Barcelona: Gedisa editorial. Pp.189-203.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Método da verdade em Metafísica. W.V.O. Quine, Alonso Church, Alfred Tarski e Donald Davidson: Existência e Linguagem – ensaios de metafísica analítica*. Lisboa: Editorial Presença. pp 119-136.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Ensaio sobre a Verdade*. Trad. Paulo Ghiraldelli Jr. e Pedro F. Silva Filho. São Paulo: Unimarco Editora.
- DUBOIS, Jean et al.: (1999). *Dicionário de Lingüística*. Trad. Frederico Pessoa de Barros e outros. São Paulo: Editora Cultrix. 653p.

- DUCROT, Oswald. (1997). *Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer)*. Trad. Carlos Vogt. São Paulo: Editora Cultrix. 331p.
- DUMMETT, Michael. (1990). El Realismo (1963). *La Verdad y otros Enigmas*. Trad. Alfredo Herrera Patiño. México: Fondo de Cultura Económica. p.220-242.
- \_\_\_\_\_. (1990a). La Paradoja de wang (1970). *La verdad y otros Enigmas*. Trad. Alfredo Herrera Patiño. México: Fondo de Cultura Económica. p.332-354.
- \_\_\_\_\_. (1990b). El Carater Social del Significado (1974). *La verdad y otros Enigmas*. Trad. Alfredo Herrera Patiño. México: Fondo de Cultura Económica. 515-526.
- ECO, Umberto. (2000). *Tratado Geral de Semiótica*. 3<sup>a</sup>.ed. Trad. Antônio de Pádua e Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva. 282p.
- EMERY, Edwin. (1965). *História da Imprensa nos Estados Unidos*. Trad. E.Alkimin Cunha. Rio de Janeiro: Editora Lidador. 821p.
- FERREIRA, Maria C. L. (2000). *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.126p.
- FOLHA DE S.PAULO. (1992). *Novo Manual da redação*. São Paulo: Folha de S. Paulo.
- FREGE, Gottlob. (1974). *Os Fundamentos da Aritmética*. Trad. Luís Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultural. p. 203-282. (Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. (1978). Função e Conceito. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad.. Paulo Alcoforado. São Paulo: Ed.Cultrix. pp.33-57.
- \_\_\_\_\_. (1978 a). Sobre o Sentido e a Referência. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Ed.Cultrix. pp.61-85
- \_\_\_\_\_. (1978 b). Sobre o Conceito e o Objeto. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Ed.Cultrix. pp.89-103.
- \_\_\_\_\_. (1978.c). Digressões sobre o Sentido e a Referência. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Ed.Cultrix. pp.107-116.

- GRICE, H.P. (1982). *Lógica da Conversação*. In *Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da linguagem, bibliografia*. Vol. IV. Org. Marcelo Dascal, Campinas/ São Paulo: Unicamp.
- GLOCK, Hans-Johann. (1998). *Dicionário Wittgenstein*. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 398 p.
- HUME, David. (1972). *Investigação acerca do entendimento humano*. Trad. Anoar Alex. São Paulo: Editora Nacional, Ed. Da Universidade de São Paulo.190p.
- KLEIBER, Georges. (1990). *La sémantique du prototype – Catégories et sens lexical*. Paris: Presses Universitaires de France. 199p.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Problèmes de sémantique – La polysémie en questions*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion. 222p.
- KNEALE, William; KNEALE, Marta. (1991). *O Desenvolvimento da Lógica*. Trad. M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.773p.
- KOCH, Ingedore Villaça. (2000). *O texto e a construção dos sentidos*. 3<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Contexto. 124p.
- KRISTEWA, Julia. (1969). *História da Linguagem*. Lisboa: Ed.70. pp. 82-86
- KUNCZIK, Michael. (2001). *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul; Manual de Comunicação*. 2<sup>a</sup>.ed Trad. Rafael Varela Jr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 415p.
- LAKOFF, Georges. (1977). *Linguistic Gestalts*. In: *Papers from the Thirteenth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago, Illinois.
- LAKOFF, Georges; JOHNSON, Mark. (2002). *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. Maria Sophia Zanotto. Campinas,SP: Mercado de Letras; São Paulo: Educ. (Coleção *As Faces da Lingüística Aplicada*)
- LEVINSON, C. Stephen. (1989). *Pragmática*. Trad. África Rubiés Mirabet. Barcelona: Editorial Teide. 399p.
- LYONS, John.. (1987). *Linguagem e Lingüística – uma introdução*. Rio de Janeiro: Ed.LTC. 322p.

- \_\_\_\_\_. (1980). *Semântica*. Trad. Wanda Ramos. Vol.1. Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes. 300p.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1976). *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Librairie Hachetti. 191p.
- MARCONDES, Danilo. (1990). Significatio, appellatio, supositio. Considerações sobre a linguagem na filosofia medieval. *Leopoldianvm – Revista de Estudos e Comunicações*. vol. XVII, No.48:15-27.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. (1984). A propósito da metáfora. *Pórtico*, Departamento de Letras da UFPE, n° 1, pp.15-32
- \_\_\_\_\_. (1991). A ação dos verbos introdutórios de opinião. *Revista Brasileira de Ciência da Comunicação*. São Paulo, ano XIV, n° 64, pp.74-92.
- \_\_\_\_\_. (1999). Referenciação e Progressão Tópica: Aspectos Cognitivos e Textuais. Texto remetido em 01/11/99 para publicação nos anais do GELNE ocorrido em Fortaleza em setembro de 1999.
- \_\_\_\_\_.(1999a).Cognição e Produção Textual: processos de referenciação. II Congresso Nacional da ABRALIN, Florianópolis.
- \_\_\_\_\_. (2000). Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente. In: Dino PRETI (org). *Fala e Escrita em Questão*. (Projetos Paralelos – NURC/SP, Núcleo USP, Vol. 4 ) São Paulo: Humanitas, pp.191-240.
- \_\_\_\_\_. (2000 a). Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In: E. Gärtner / A. Schönberger (eds.). *Estudos da Lingüística Textual*. Frankfurt am Main: Editora TFM, pp.79-107.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez Editora. 133p.
- MARTINS, Carla. (2002). A indeterminação do significado nos Estudos sócio-pragmáticos: divergências teórico-metodológicas. *D.E.L.T.A: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. 18:1, p.87-117

- MIRANDA, Neusa Salim. (1999). Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais. In: *VEREDAS – revista de estudos lingüísticos*. UFJF. Vol.3-n1-jan/jun.p.81-95.
- MONDADA, Lorenza. (1994). *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: Approche linguistique de la construction des objets de discours*. Lausanne: Université de Lausanne. 665p.
- \_\_\_\_\_. (1997) .Processus de catégorisation et construction discursive des catégories. In: Danièle Dubois(org). *Catégorisation et Cognition: De la perceptio au Discourse*. Paris: Kimé.
- \_\_\_\_\_.(no prelo – 2000). La langage em action. In: *Actes du Colloque L'actualité des recherches-action*. Paris, 16 a 18 de fevereiro de 2000. (a ser publicado pela L'Harmattan, Paris).
- \_\_\_\_\_.(2000 a). La construction du savoir dans les discussions scientifiques. Apports de la linguistique interactionnelle e de l'analyse conversationale à la sociologie des sciences. *Schweizerische Zeitschrift für Soziologie / Revue Suisse de Sociologie / Swiss Journal of Sociology* 26(3): 615-636.
- MONDADA, L. e DUBOIS, D. (1995). Construction des objets de discours et catégorisation: une aproche des processus de référenciation. In: BERRENDONER, A. e REICHLER-BEGUELIN, M-J. (eds.). p. 273-302
- NEF, Frédéric. (1995). *A linguagem: uma abordagem filosófica*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 172p.
- PAVIANI. Jayme. (1993). *Escrita e Linguagem em Platão*. Porto Alegre: Edipucrs,. 82p.
- PLATÃO. (1973). *Diálogos – Teeteto – Crátilo*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Universidade Federal do Pará: Belém/Pará.
- \_\_\_\_\_.(1980). *Diálogos – Sofista – Político – Apócrifos ou Duvidosos*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Universidade Federal do Pará: Belém/Pará.

- PUTNAM, Hilary. (1990). *Realismo de Rosto Humano*. Trad. Carlota Andrade. Lisboa: Instituto Piaget. 385p.
- \_\_\_\_\_.(1992). *Razão, Verdade e História*. Trad. Antonio Duarte. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 280p.
- RECTOR, Mônica. (1974). Glossário de semiótica ou semiologia. In.: *Revista Vozes*, n8-1974/ano 68, p. 593-605.
- RYLE, Gilbert, AUSTIN, J. Langshaw, QUINE,W. van Orman e STRAWSON, P. Frederick. (1985). *Ensaio*. Trad. Baltazar Barbosa Filho (et.al.), São Paulo: Ed.Abril. (Col.Os Pensadores.) 345p.
- ROSCH, Eleanor. (1978). Principles of Categorization. In: E. ROSCH & B. LOYD (eds). *Cognition and Categorization*. Hillsdale, Laurence Erlbaum Ass. pp..27-48.
- ROSSI, Clovis. (1981). *O que é jornalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense. 89p.
- RUSSELL, Bertrand. (1974). *Lógica e Conhecimento – Ensaio* escolhidos. *Bertrand Russell – Lógica e Conhecimento / George Edward Moore – Princípios Éticos*. Trad. Pablo Ruben Mariconda. São Paulo: Victor Civita. pp.09-80.
- SAEED, John I. (1997). *Semantics*. Oxford: Blackwell Publishers. 360p.
- SALOMÃO, Maria M. M. (1999). A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem.In.: *VEREDAS – revista de estudos lingüísticos*. UFJF. Vol.3-n1-jan/jun.1999.p.61-79
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1986). *Curso de Lingüística Geral*. Trad. José Victor Adragão. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 392p.
- SANTO AGOSTINHO. (1996). *Confissões*. Trad. J.Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural. 416p.
- SEARLE, John R. (1995). *Expressão e Significado – Estudos da teoria dos atos da fala*. Trad.Ana Cecília G.A de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes. 294p.



- \_\_\_\_\_. (1995 a). *Intencionalidade*. Trad. Júlio Fischer, Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes. – (Coleção Tópicos). 390p.
- \_\_\_\_\_. (1995 b). *The Construction of Social Reality*. New York: The Free Press edition. 241p.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Mente, Linguagem e Sociedade: filosofia do mundo real*. Trad. F. Rangel. Rio de Janeiro: Rocco. 161p.
- SILVA, Augusto Soares da. (1999). *A Semântica de Deixar – Uma contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 709p.
- SILVA, Marconi O. (1997). *O Mundo dos fatos e a estrutura da linguagem: A notícia jornalística na perspectiva de Wittgenstein*. Porto Alegre: Edipucrs. 173p.
- SILVEIRA, Jane Rita Caetano da.& FELTES, Heloisa Pedrosa de Moraes. (1999). *Pragmática e Cognição: A Textualidade pela Relevância e outros ensaios*. 2<sup>a</sup>.ed. Porto Alegre: Edipucrs. 156p.
- SWEETSER, Eve. FAUCONNIER, Gilles. (1996). Cognitive Links and Domains: Basic Aspects of Mental Space Theory. In: *Spaces, Worlds, and Grammar*. Chicago / London: The University of Chicago Press.p.1-28.
- TALESE, Gay. (2000). *O reino e o poder – Uma história do New York Times*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras. 558p.
- TODOROV Y; DUCROT O. (1977). *Diccionario Enciclopédico das Ciências das Linguagens*. Trad. Alice Kyoko Miyashiro, J.Guinburg e Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora Perspectiva. 355p.
- ULLMANN, Stephen. (1964). *Semântica – Uma introdução à ciência do significado*. 3<sup>a</sup>.ed. Trad. J.A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 577p.
- UNGERER, Friedrich & SCHMID, -Jörg. (1996). *An Introduction to Cognitive Linguistics*. Longman, London/New York.

VERGEZ, Michel; AGÊNCIA FRANCE PRESS. (1993). *Pequenas Notícias: Telex da Agência France Press*. Trad. Antonio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM.178p.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1979). *Investigações Filosóficas*. 2<sup>a</sup>.ed. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural. 223p.

\_\_\_\_\_. (1990). *Da Certeza*. Trad.Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70. 191p.

\_\_\_\_\_. (1994). *Tractatus Lógico-philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp.294p.

## **ANEXOS**

## Nicéia Pitta denuncia esquema de corrupção

SÃO PAULO – Nicéia Pitta, ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, acusou ontem, em entrevista ao *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, o ex-marido de envolvimento com corrupção. Segundo ela, todos os vereadores que votaram contra o processo de impeachment de Pitta, em maio do ano passado, receberam dinheiro, intermediado pelo secretário de Governo, Carlos Augusto Meimberg. A ex-mulher de Pitta também acusou o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), de pressionar o prefeito para liberar pagamentos para a empreiteira OAS.

“Morreu a pessoa que eu tinha dado amor, carinho e tinha o meu respeito. Infelizmente, ele não é mais o mesmo, não conseguiu ser forte o suficiente em não se envolver com toda a corrupção da Prefeitura”.

Nicéia disse que o prefeito sabia das negociações para que a Câmara aprovasse o fim da CPI da Máfia dos Fiscais da Prefeitura, na qual vereadores eram acusados de receber propinas, e do processo de impeachment. “O vereador Armando Melão (presidente da Câmara) era intermediário e Carlos Augusto Meimberg (secretário de Governo) negociava o valor com cada vereador para votar contra o impeachment. Ele (Pitta) sabia de tudo e que herdou isso de Maluf”.

A ex-mulher de Pitta acusa ainda o ex-senador Gilberto Miranda (PFL-SP) de ser intermediário de ACM na cobrança de dívidas da construtora OAS. “Ele (Miranda) era intermediário do ACM na cobrança de dívidas que o OAS tinha na Prefeitura. A OAS tinha participação chegou a construir o viaduto Luiz Eduardo Magalhães em São Paulo”. Ela diz que, certa vez, Miranda foi à sua casa para levar um recado de ACM, em razão da Prefeitura não estar pagando as prestações da dívida com a OAS. “Miranda nos disse que o ACM estava bravo e que não iria nem falar com a gente. O Miranda nos lembrou que havia em andamento a CPI dos Precatórios e o ACM poderia prejudicar meu marido”.

Nicéia diz que ACM chegou a lhe telefonar, depois que ela deu entrevistas aos jornais criticando o ex-prefeito Paulo Maluf. “Ele (ACM) mandou que eu me calasse. Mas eu nunca vou me calar. Nem ele e nem ninguém vai me calar. Só Deus”.

O senador reagiu indignado: “Se ela falou isso, é louca de hospício. Deve iniciar tratamento já. Desafio ela, ele ou qualquer outra pessoa do Governo dele a provar que houve essa conversa”. Nicéia Pitta já está sob proteção da Polícia Militar. ♦

## Oposição se reúne para pedir o afastamento do prefeito Celso Pitta

SÃO PAULO – A oposição ao prefeito Celso Pitta está se mobilizando para pedir seu impeachment. O PT decidiu encaminhar o pedido de afastamento do prefeito na Câmara dos Vereadores. Para o vereador José Eduardo Martins Cardoso, líder do PT na Câmara

paulistana, além das denúncias feitas por Nicéia Pitta, o prefeito tem antecedentes suficientes para ser afastado do cargo.

“No caso dos precatórios da Prefeitura, ficou evidente a participação de Pitta no escândalo. Há também o caso de não utilização dos 30% do orçamento no setor da Educação, o superfaturamento dos serviços na coleta de lixo e o fato de Pitta não ter tomado nenhuma providência no caso das propinas recebidas por fiscais da Prefeitura no escândalo da máfia dos fiscais”, disse Martins Cardoso.

Para o líder do PT, o prefeito precisa ser afastado para que o Ministério Público possa investigar todas as denúncias feitas por Nicéia Pitta.

“Vamos convocar Nicéia Pitta para depor na Câmara. Mas antes de mais nada, vamos encaminhar as denúncias que ela fez na *TV Globo* para que o Ministério Público comece a tomar as providências”, assegurou o líder do PT.

De acordo com Nicéia, os vereadores criavam situações delicadas para a administração municipal. Depois, exigiam dinheiro para votar contra os projetos. “Não há dinheiro que chegue para eles”.

Sobraram críticas para o Secretário de Saúde, Jorge Pagura. A primeira-dama disse ter visto documentos com tabelas de valores de remédios que seriam enviadas a laboratórios. Depois da compra, funcionários da secretaria ficariam com 25% dos valores recolhidos.

O ex-prefeito Paulo Maluf (PPB) foi citado por Nicéia na entrevista. Ela assegurou que ele continua interferindo na administração. As desavenças com Pitta fariam parte de um jogo de cena. “Não tiveram nenhum rompimento”.

Outra denúncia da primeira-dama atinge o presidente do congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que teria pressionado Pitta a pagar dívidas da Prefeitura com a consultora OAS. Um dos genros de ACM está entre os diretores da empresa. A intermediação era feita pelo ex-senador Gilberto Miranda (PFL-AM).

FOLHA DE S.PAULO

[P17Fm171-8]

## **Pitta é condenado, mas não deve perder o cargo**

ROBERTO COSSO

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo confirmou ontem, por votação unânime, a condenação do prefeito Celso Pitta (PTN) à suspensão do cargo público e dos direitos políticos por oito anos.

Uma especificidade da Lei de Improbidade Administrativa, por meio da qual Pitta está sendo processado, deve permitir que ele fique no cargo até o final de seu mandato, em 31 de dezembro.

O artigo 20 da Lei de Improbidade – que foi aprovada em 3 de junho de 1992 e ainda é pouco conhecida – diz que “a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória”.

Isso significa que Pitta não corre o risco de perder o cargo em pouco tempo, ao contrário do que afirmou ontem o advogado dele, Dirceu Ferreira da Cruz, que é desembargador aposentado. Essa versão havia sido confirmada por advogados ouvidos pela Folha.

Em outros processos, os recursos aos tribunais superiores não têm efeito suspensivo. Se o processo de Pitta respeitasse essa regra, ele poderia perder o cargo – na hipótese mais pessimista para ele – em até três meses.

Haveria, porém, a possibilidade de ele entrar com um mandado de segurança para tentar conseguir que o recurso fosse recebido com efeito suspensivo. Essa foi uma das hipóteses apresentada pelo advogado de Pitta ontem, mas não é necessária.

Os promotores da Promotoria de Justiça da Cidadania – justamente o órgão que processa o prefeito – confirmaram à **Folha** que o afastamento de Pitta só ocorre quando o processo transitar em julgado (quando não couber mais recurso).

O desembargador Brenno Marcondes, da 4ª. Câmara de Direito Público do tribunal, proferiu ontem o voto pela rejeição do recurso de Pitta. O relator, Aldemar Silva, e o revisor, Eduardo Braga, já haviam votado pela rejeição em 24 de fevereiro. Assim, por unanimidade, foi confirmada a sentença de junho de 1998 dada pela juíza Vera Lúcia Damaso, a 10ª. Vara da Fazenda Pública, que condenou Pitta por usar verba pública para pagar anúncio no qual se defende da CPI dos Precatórios.

O deputado (à época, secretário do Planejamento), o secretário da Administração, José Antonio de Freitas (à época secretário de Finanças) e Henrique Nunes (então assessor de imprensa de Pitta) também foram condenados.

FOLHA DE S.PAULO

[P74Fm252-17]

## Liminar determina saída de Pitta da Prefeitura de SP

ROBERTO COSSO

Liminar concedida ontem pela Justiça determinou o afastamento Celso Roberto Pitta do Nascimento (PTN) da Prefeitura de São Paulo. A decisão foi do juiz Olavo Sá Pereira da Silva, da 13ª. Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Há uma polêmica jurídica sobre a situação de Pitta. Membros do STF (Supremo Tribunal Federal) e do Tribunal de Justiça de São Paulo – ouvidos pela **Folha**, mas que pedem para não ser identificados – interpretam que Pitta só estará efetivamente afastado do cargo quando:

- 1) for notificado da decisão por meio de oficial de Justiça, o que não ocorreu ontem, já que Pitta não foi localizado para assinar o conhecimento da liminar;
- 2) for publicada a liminar no “Diário da Justiça”.

Somente a partir de um desses dois fatos, o vice-prefeito Regis de Oliveira (PMN) poderia assumir.

Os integrantes do Ministério Público discordam dessa interpretação. Afirmam que Pitta ainda é prefeito, continua recebendo salários, mas não pode mais tomar nenhuma medida administrativa em nome da prefeitura, porque a decisão do juiz o afastaria imediatamente do cargo.

Nessa linha de argumentação Regis de Oliveira já seria o prefeito de São Paulo em exercício, (PMN) deve assumir o exercício do cargo do prefeito na próxima segunda-feira. Ele terá todos os poderes de prefeito.

Pitta tentará cassar a liminar para voltar ao cargo. O recurso adequado chama-se agravo de instrumento e deve ser apresentado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Até o final da tarde de ontem, ele não havia apresentado nenhum recurso, de acordo com a assessoria de imprensa do tribunal. Quando for apresentado, o recuso será submetido a um dos desembargadores das câmaras de direito público.

O relator do agravo poderá cassar a liminar e permitir que Pitta continue no cargo. Caso não consiga cassar a liminar com o agravo de instrumento, Pitta ainda poderá entrar com outros recursos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e nos tribunais superiores, em Brasília.

A decisão do juiz Olavo Só Pereira da Silva foi tomada em uma ação civil pública, apresentada anteontem por sete promotores da Promotoria de Justiça da Cidadania, contra Pitta e o empresário Jorge Yunes, a partir de reportagens publicadas pela **Folha**, “Agora” e “Folha da Tarde”.

O juiz afirma que “o cargo ocupado por Celso Pitta dá plenos poderes para embarçar a colheita e provas necessárias ao bom andamento” do processo.

No mérito, a promotoria pede a condenação e Pitta por ato de improbidade administrativa. Pede que o prefeito afastado seja obrigado a entregar R\$ 800 mil que ele tomou emprestados de Yunes aos cofres públicos.

De acordo com a ação, os empréstimos são “presentes”, à medida que eles somam valor maior que o patrimônio do prefeito, de R\$ 670 mil, que está bloqueado.

O texto afirma que, na prefeitura, Pitta utilizou-se do poder que tinha para beneficiar Yunes.

Em outubro de 97, Yunes conseguiu que a prefeitura transformasse um imóvel residencial em comercial.

Em dezembro de 98, Pitta propôs alteração no zoneamento de uma área da Vila Maria (zona norte de São Paulo), onde Yunes tem um imóvel. O empresário admite ter pedido a mudança ao prefeito, mas Pitta diz que foi “coincidência”. A tramitação do projeto foi paralisada em abril do ano passado.

Quatro parentes de Yunes foram contratados pela Anhembi Turismo, nas gestões Maluf e Pitta, mas eram “fantasmas”, segundo apuração da Polícia Civil e do Ministério Público.

---

FOLHA DE S.PAULO

[P79Fm27]

## **Justiça devolve cargo a Pitta**

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo devolveu ontem o cargo de prefeito a Celso Pitta (PTN). O tribunal suspendeu a liminar que o afastava da prefeitura. A decisão foi tomada pelo quarto vice-presidente do órgão, desembargador Hermes Pinotti, às 14h30, duas horas depois de os advogados de Pitta terem entrado com mandado de segurança. O prefeito fora afastado na sexta por liminar concedida pela 13<sup>a</sup>. Vara da Fazenda Pública, a pedido do Ministério Público.

O desembargador suspendeu o afastamento de Pitta por julgar que a “cidade não merece uma insegurança desse tamanho”. Referia-se à polêmica jurídica gerada pelo afastamento – havia dúvidas sobre quem era o prefeito, o que criaria um vácuo no poder.

A decisão, segundo o desembargador, visa garantir o direito de defesa do prefeito. Para ele, o juiz que concedeu a liminar do afastamento não justificou como Pitta poderia cercear as investigações. **Pág.1-4**

FOLHA DE S.PAULO

[P87Fm28]

## **Pitta volta e diz que não renuncia**

O prefeito de São Paulo, Celso Pitta, voltou ontem a seu gabinete, depois de passar quase três dias afastado de suas funções por decisão judicial. Ele descartou renunciar, como sugeriram assessores próximos.

Pitta entrou na sede do governo carregado nos ombros de perueiros e ao som de bateria de uma escola de samba. A pessoas desse grupo, o prefeito pediu apoio contra “esse golpe” e afirmou: “Cheguei aqui nos braços do povo. Daqui só saio nos braços do povo”.

O Tribunal de Justiça do Estado manteve a suspensão temporária do afastamento de Pitta. A decisão é válida até o julgamento de recurso da defesa do prefeito. O procurador geral de Justiça do Estado, José Geraldo Brito Filomeno, disse que o Ministério Público estuda novas ações contra Pitta.

A OAB-SP levará hoje à Câmara um pedido de impeachment. O PPB, partido do ex-prefeito Paulo Maluf, liberou seus vereadores para votar como quiserem. **Págs.1-4 a 1-11**

FOLHA DE S.PAULO

[P120Fa5]

## **Câmara cria comissão do Pittagate**

A Câmara de São Paulo criou comissão especial que dará parecer sobre a abertura ou não de processo de impeachment contra o prefeito Celso Pitta.

Se 4 dos 7 vereadores do grupo cumprirem o que prometeram – votar pelo início do processo -, haverá aprovação. O parecer terá de ser ratificado em plenário. A partir daí, forma-se nova comissão, que analisará a destituição de Pitta.

Os pepebistas Wadih Mutran e Brasil Vita, dois dos principais defensores do prefeito, respectivamente, presidente e relator da comissão criada ontem. Mutran negou sofrer pressão da prefeitura. “Sou independente”, disse.

Em seu governo, Pitta já teve seu impeachment pedido quatro vezes. Os processos nunca passaram da primeira etapa na Câmara. **Págs.1-4 a 1-8**



FOLHA DE S.PAULO

[P144Fa14]

## Comissão recomenda processo contra Pitta

Comissão da Câmara de São Paulo aprovou, por 4 votos a 3, parecer que recomenda abertura de processo de impeachment contra o prefeito Celso Pitta, acusado de corrupção e improbidade administrativa.

Esse parecer será levado a plenário. Para que haja aprovação e seja instalada uma comissão processante, são necessários os votos de 33 dos 55 vereadores. A votação deverá ocorrer na próxima terça-feira.

O placar de ontem só foi fechado a dez minutos da votação, quando o governista Natalício Bezerra (PTB) anunciou posição contrária a Pitta, rejeitando o relatório oficial da comissão, favorável ao prefeito.

Pitta afirmou acreditar em vitória no plenário. Segundo ele, a estratégia será enviar aos vereadores cópias do relatório rejeitado, feito por governistas. “Estamos do lado da verdade e da justiça”, disse. **Págs. 1-4 e 1-5**

FOLHA DE S.PAULO

[P153Fa19]

## Câmara abre processo de impeachment de Pitta

A Câmara de São Paulo aprovou o início de processo de impeachment contra Celso Pitta, 53. Primeiro negro eleito pelo voto direto à prefeitura paulistana, ele é também o primeiro governante da cidade a sofrer esse tipo de investigação.

Foram 39 votos a favor (6 além do necessário), 3 contra, 9 abstenções e 4 ausências. Com a aprovação, será instalada uma comissão processante, que terá 90 dias para concluir seus trabalhos – o mandato de Pitta acaba em 257 dias.

Se concluir que o prefeito é culpado das acusações de corrupção e improbidade administrativa, a comissão enviará o parecer ao plenário, que então decidirá o destino de Pitta. Até lá, ele ficará no cargo.

Dos 7 vereadores sorteados para integrar a comissão processante, 4 são governistas, mas 3 deles votaram contra o prefeito ontem. **Págs.1-4 a 1-8**

VEJA

[P209Vm151-1]

## BOMBA ATÔMICA

Nicéa, ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, diz na Globo que ele está mergulhado num mar de corrupção

Não sai via nada assim desde que Pedro Collor denunciou o irmão presidente. Na noite de sexta-feira da semana passada, a Rede Globo levou ao ar uma entrevista bombástica com Nicéa Pitta, a ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta. Separado

desde o ano passado, o casal passou algum tempo trocando pequenas farpas pela imprensa, ensaiou uma reconciliação, mas a relação dos dois chegou ao fim quando o prefeito iniciou um processo de separação litigioso. Na entrevista à Globo, apresentada no *Jornal Nacional* e, com mais detalhes, no *Globo Repórter*, Nicéa faz denúncias espantosas a respeito da administração do ex-marido. Segundo ela, Pitta conseguiu encerrar uma CPI que poderia terminar com um processo de impeachment distribuindo dinheiro aos vereadores que o apoiassem. Nicéa não informou quais foram os vereadores que receberam dinheiro nem disse quanto cada um deles recebeu. Apenas assegura que os valores foram altos. “Eles são muito gananciosos”, contou. O intermediário da operação, segundo ela, foi o presidente da Câmara Municipal, Armando Mello. Ele se entendia com o secretário do governo Pitta, Carlos Augusto Meinberg. O prefeito não participava diretamente das negociações, mas Nicéa garante: “Ele sabia de tudo”.

A CPI que Pitta queria interromper investigava denúncias de fraude nas administrações regionais da prefeitura. As regionais são órgãos públicos que têm a atribuição de conceder alvarás, fiscalizar a execução de obras e cuidar da limpeza e manutenção de prédios e vias públicas. As denúncias contra fiscais corruptos eram recebidas às dezenas pelos vereadores encarregados da investigação. Logo surgiram acusações de que vereadores estariam no comando do esquema de propinas e que cobravam comissões gordas sobre o dinheiro arrancado ilegalmente de comerciantes e camelôs em situação irregular. O Ministério Público entrou na apuração das denúncias e a polícia montou uma força-tarefa para investigar os casos. Dois vereadores acabaram presos, Vicente Viscome e Maria Helena, ambos integrantes da bancada de apoio ao prefeito. Outros dois vereadores responderam a processo de cassação. Dos 55 vereadores, dezessete ainda estão sendo investigados – todos governistas. Vencido o prazo legal de funcionamento, a oposição tentou prorrogar a CPI, mas foi derrotada pelos partidários do prefeito. Com o fim dos trabalhos, muitas das denúncias que falavam do envolvimento de Celso Pitta não foram apuradas. De acordo com Nicéa, durante a negociação com os vereadores para interromper as investigações, Pitta chegou a dizer a frase: “Não há dinheiro que chegue para eles”.

Ao fazer sua denúncia à Globo, Nicéa não sugeriu, em momento algum, que nada soubesse sobre as irregularidades envolvendo o marido. Ao contrário. Disse na entrevista, com todas as letras, que estava devidamente informada sobre os rumos das negociações. A diferença entre os dois, contou, é que Pitta concordou calmamente com a corrupção, afirmando que não podia mudar coisas arraigadas que vinham acontecendo muito tempo antes de sua gestão. Já ela pensou numa saída. Sugeriu a Pitta arrumar uma câmara de vídeo e, no apartamento do casal, gravar conversas com os vereadores sobre dinheiro. Quando eles fossem receber o valor combinado, a Polícia Federal estaria lá para prendê-los. Pitta não aceitou a proposta, diz a ex-mulher. Argumentou que nem ele nem ela tinham poder para mudar um sistema que já funcionava na administração do antecessor, Paulo Maluf, e seu secretário de governo. E de onde saía o dinheiro para o pagamento dos vereadores? Nicéa conta que da prefeitura não era. Provavelmente de empresas que prestavam serviços para a administração municipal, disse.

A passagem de Celso Pitta pela vida pública sempre esteve marcada por denúncias. E muitas delas também envolvendo Nicéa. Quando ele era secretário de Finanças de Paulo Malu, de onde saiu para ser prefeito, certa vez o casal passou duas semanas a bordo de um Tempira alugado. A conta, o motorista incluído, foi paga pelo Banco Vektor – justamente a instituição que negociava milhões de reais em títulos precatórios da prefeitura. Como Celso

Pitta era o secretário responsável pela emissão dos títulos, o presente foi tido pelos procuradores que investigavam o caso como um indício de crime de corrupção passiva. Nicéa também trabalhou para uma empresa que fornecia frango em pedaços para a prefeitura, A D'Oro. Essa empresa, que é do cunhado do ex-prefeito Paulo Maluf, venceu a concorrência pública para fornecer 300 toneladas de frango por mês para o departamento de merenda escolar da prefeitura. Na mesma época, segundo seu próprio relato, Nicéa vendia frangos a restaurantes chiques de São Paulo. Na entrevista, Nicéa não se restringiu à denúncia de compra de vereadores. Ela acusou o secretário da Saúde municipal, Jorge Pagura, e montar um esquema com seu chefe de gabinete e os fornecedores para desviar 25% do dinheiro gasto com a compra de remédios. Também afirmou que, sob a gestão Pagura, um dos hospitais municipais estava trocando cirurgias plásticas por votos.

Quando se lê uma denúncia sobre uma prefeitura qualquer, os valores envolvidos em geral são irrisórios. Com a prefeitura de São Paulo, a história é outra. O orçamento para o ano de 2000 prevê gastos superiores a 7 bilhões de reais. É o terceiro maior do país. Só perde para o Orçamento da União e do governo do Estado de São Paulo. Isso significa dizer que ela lida com somas maiores do que todos os outros Estados brasileiros. Além disso, por ser muito rica, a prefeitura paulistana mantém ligações com grandes empresários e políticos de todo o país. Dois alvos dos ataques de Nicéa são os senadores Gilberto Miranda e Antonio Carlos Magalhães, atual presidente do Senado. A ex-primeira dama do município de São Paulo não acusa os senadores de corrupção, mas diz que ambos se movimentaram para garantir que a prefeitura pagasse as dívidas de uma empreiteira, a OAS, ligada a um genro de ACM. Miranda, afirma Nicéa, funcionava como agente dos interesses de ACM. Na noite de sexta-feira, ACM desmentiu qualquer contato com a prefeitura e, bem ao seu estilo, declarou que jamais manteve contato com o “prostíbulo” que é a família Pitta.

Um capítulo especial da entrevista é dedicado às relações entre Pitta e seu padrinho político, Paulo Maluf, com quem o prefeito está oficialmente brigado. Nicéa garante que a briga é de fachada, pois os dois já se reconciliaram graças à intermediação do investidor Naji Nahas. Segundo Nicéa, numa das conversas entre Nahas e Pitta para tentar a reaproximação, o investidor lhe aconselhou a fazer caixa de campanha. Nicéa diz na entrevista suspeitar de que seu marido começou a administrar a prefeitura honestamente, mas se deixou envolver na corrupção logo depois. E dá um exemplo familiar. O filho do casal, que estava em Nova York, ligou pedindo dinheiro para o pai. Quando recebeu a ordem de pagamento no valor de 5.000 dólares, o rapaz leu o nome do pianista João Carlos Martins como emitente. Para quem não se recorda, Martins foi alvo de uma pesada investigação anos atrás, pois sua empresa, a Pau Brasil, emitia notas frias para empresas que ajudavam a campanha de Paulo Maluf.

Depois de assistir às denúncias, o prefeito de São Paulo divulgou uma nota à imprensa assinada pelo secretário de Comunicação Social, Antenor Braido: “É lamentável que uma pessoa fora de seu estado normal e atravessando um momento muito difícil, pelo qual o prefeito tem todo o respeito, seja usada pelo apresentador de TV Chico Pinheiro em seu delírio de acusações desprovidas de qualquer fundamento, prova ou indício”, diz a nota. E encerra: “Na verdade, o depoimento isenta o prefeito. Mas o programa usa o expediente de requestrar o noticiário passado para colocar o nome de Pitta, com todas as letras, que são poucas, mas honradas, como se fora praticante de ato ilícito”.

Oito anos antes de Nicéa Pitta contar as negociatas em que, segundo ela, seu marido está envolvido, outra série de confissões oriunda da intimidade dos protagonistas detonou o processo que resultou no impeachment do presidente Fernando Collor. Em entrevista

exclusiva a VEJA, em maio de 1992, Pedro Collor acusou seu irmão, o presidente da República, de manter uma sociedade com Paulo César Farias, o PC, para tomar dinheiro de empresários e vender favores no governo. Administrador da empresa de comunicação da família em Maceió, ele rompeu com o irmão ao saber que PC pretendia criar um jornal concorrente em Alagoas. Pedro vinha recolhendo informações e juntando documentos sobre as atividades de PC desde o final do ano anterior. Muitas denúncias foram feitas desde então e algumas, pesadíssimas, resultaram em cassações e prisões de políticos. Mas nenhum caso se parece mais com o “irmão denuncia irmão” de Pedro Collor do que esta história de Nicéa Pitta, em que a própria ex-mulher diz que o marido está engolfado num mar de corrupção. ■

---

ISTOÉ

[P215Iem221-2]

## E AGORA?

**Florência Costa, Gabriela Carelli e Mário Simas Filhos**

---

Embora não tenha sido vitimada por nenhuma inundação na última semana, a cidade de São Paulo está fedendo. E nada indica que a podridão revolvida pela ex-primeira dama Nicéa Pitta deixe de espalhar odores por mais tempo. Ao denunciar o mar de lama que alaga a prefeitura e emporcalha políticos locais e nacionais, Nicéa deflagrou um processo sobre o qual não tem mais controle. Politicamente, suas revelações agitam a sucessão de seu ex-marido, o prefeito Celso Pitta. Juridicamente, ao contrário do que fora alardeado por aliados do prefeito, o material apresentado por Nicéa relaciona fortes indícios de maracutaia, inclusive na gestão de Paulo Maluf. Ela sabe, porém, que as reações e atitudes como essas nem sempre transitam no campo da civilidade. Não é à toa que passou a usar um colete à prova de balas.

No Ministério Público (MP), a avaliação inicial é de que as acusações são confusas e carecem de provas. Mas, na verdade, a ex-primeira dama deixou com os promotores uma relação de medicamentos que diz terem sido superfaturados, em março do ano passado. ISTOÉ teve acesso à relação e confrontou seus dados com as compras feitas no mesmo período pelos hospitais do Estado. Um comprimido de ácido fólico de 15mg custou R\$ 0,47 para o Estado e R\$ 3,98 para a prefeitura (*leia outros casos no quadro da pág. 27*). “Não há prova de que a lista entregue por dona Nicéa seja da prefeitura”, esquiva-se Pitta. “O secretário Jorge Pagura (Saúde) me informou que aquele documento jamais esteve na secretaria.” Para investigar esta questão basta que o MP faça um levantamento dos pagamentos. Com o mesmo tiro, os promotores poderão matar dois coelhos. Quinta-feira 16, o vereador Carlos Neder (PT) recebeu notas fiscais de compras efetuadas pelo módulo 15 do PAS, que, segundo ele, mostram um superfaturamento de até 800% na compra de medicamentos. “Aquele módulo tinha um interventor nomeado pelo prefeito”, diz Neder. “Fizemos a intervenção justamente para coibir a corrupção que estava instalada no PAS desde o governo anterior”, defende-se Pitta.

A ex-primeira dama também acerta pesado em Flávio Maluf, filho do ex-prefeito. Ele seria o articulador de uma milionária fraude na receita do estacionamento do Anhembi. Quem verificar os registros irá comprovar que Nicéa pode ter razão. Nos meses de janeiro de 1997, 1998 e 1999, o estacionamento rendeu cerca de R\$ 300 mil. Em janeiro deste ano, depois de Pitta mudar a direção do Anhembi e afastar os filhados de Flávio, o mesmo estacionamento rendeu R\$ 700 mil. Outra necessária investigação está no fluxo dos pagamentos da prefeitura a empreiteiras, que costumam financiar as campanhas malufistas. Nicéa diz que o ex-senador Gilberto Miranda, em nome do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), teria pressionado Pitta a liberar recursos para a OAS, empresa do ex-genro de ACM. “Miranda jamais falou comigo sobre a OAS”, afirma Pitta. Documentos da prefeitura indicam, porém, que R\$ 110 milhões dos R\$ 324 milhões emprestados pelo Banco do Brasil ao município de São Paulo em dezembro de 1997 foram pagos ao consórcio que construiu a avenida Águas Espraiadas, a mais superfaturada obra de Malu. No consórcio está a OAS.

O que independe de maiores investigações são as repercussões políticas do desabafo de Nicéa. Em Brasília, os tucanos passaram a semana sorrindo enquanto ACM se explicava. “Ele está indignado. ACM pôs na cabeça que Covas está por trás dessa história. O senador não vai ficar quieto”, avisa um malufista. “Não houve interferência do PSDB. Foi uma absoluta coincidência”, reage Walter Feldman, coordenador da campanha do vice-governador Geraldo Alckmin à sucessão de Pitta. Os tucanos acreditam que as denúncias de Nicéa podem fazer o milagre de emplacar a candidatura do insosso vice-governador.

**Erundina surpreende** – Quem ficou ao relento com o furacão Nicéa foi Maluf. Encurralado pelas denúncias, vai apanhar calado durante toda a campanha. “Maluf acabará tendo de entrar nessa disputa, o que não desejava”, diz o presidente estadual do PPB, Adhemar de Barros Filho, que quer ver a continuidade da sigla. Uma pesquisa do Datafolha, divulgada sexta-feira 17, mostra que Maluf vai ter muito trabalho. O ex-prefeito despenca de 23% para 12%. O curioso é que Alckmin não saiu do lugar, continuou com os mesmos 2% que tinha em fevereiro. A grande beneficiária foi a deputada Luiza Erundina (PSB), que passou de 12% para 22%. Aparentemente, os votos do malufismo se transferiram para a ex-prefeita, já que Marta Suplicy, do PT, ficou no mesmo lugar. Tinha 30%, agora tem 29%. No frigidar dos ovos, o que menos interessa aos partidos é que Pitta deixe o cargo antes das eleições. Seu afastamento poderia fazer emergir uma nova candidatura, a do vice, Régis de Oliveira, filiado ao inexpressivo PMN. Conhecedor dessas variantes, Pitta trabalha com a hipótese de que a maior ameaça esteja no Tribunal de Justiça, que na quinta-feira 16 confirmou um terceiro voto favorável à sua condenação na questão dos precatórios. Pitta ainda pode recorrer, mas, se o recurso não for acolhido, perderá os direitos políticos por oito anos.

**Queima de arquivo** – Quando Nicéa declarou usar colete à prova de balas, Pitta ironizou: “Isso não faz sentido.” Não é o que dizem os fatos. Desde que a máfia dos fiscais foi revelada, três testemunhas foram mortas e outras duas sofreram atentados. A última vítima foi Gilberto Monteiro da Silva, presidente da Associação dos Ambulantes de São Paulo. Há um ano, ele denunciou que o deputado Hanna Garib (PPB) se beneficiaria das propinas tomadas por fiscais da regional da Sé. O deputado acabou cassado. Às 9h30 da quinta-feira 16, Gilberto levou sete tiros pelas costas quando descia de um carro no Centro. Correu para se refugiar no banheiro de um bar e ali recebeu mais oito disparos no rosto. “Ele tinha um

dossiê completo”, avisa o camelô José da Silva, conhecido como Alemão. Tanto no MP como na polícia, ninguém duvida de que tenha sido uma queima de arquivo.

Recados para que Nicéa se proteja têm chegado até do Além. Amira Lépure, a vidente brasileira que faz sucesso nos EUA, previu, em novembro, que Pitta e Nicéa iriam romper e a briga se transformaria em escândalo. Na última semana, ela disse que Nicéa sofrerá um atentado. O mesmo recado foi transmitido por faz, no domingo 12, à ex-primeira dama pela médium Adelaide Sdritori, da Fundação Cacique Cobra Coral. Em maio de 99, ela aconselhou Pitta a renunciar, pois “documentos viriam à tona, deixando-o em situação insustentável.” ■

---

*Colaboram: Carla Gullo, Inês Garçoni, Luisa Alcalde e Madi Rodrigues (SP)*

---

FOLHA DE S.PAULO

[E13Fm9]

## Para CNBB, mínimo deve ser de mais de US\$ 200

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Jayme Henrique Chemello, defendeu ontem um salário mínimo de “mais de US\$ 200” para o trabalhador brasileiro. Para ele, um valor equivalente a US\$ 100 “é muito pouco”.

O presidente da CNBB disse que o novo valor do salário mínimo precisa ser fixado sem provocar risco de desemprego. Ele afirmou temer que, se for concedido um salário mínimo alto, poucos empregadores possam pagar, aumentando o desemprego. “É preciso compatibilizar emprego com salário”, disse dom Jayme.

Seguindo o raciocínio do presidente da CNBB, o arcebispo de Salvador (BA) e primaz do Brasil, dom Geraldo Majella Agnelo, disse que considera “insignificante” o valor de US\$ 100. “Mesmo no Brasil, que tem um custo de vida mais baixo que outros países mais desenvolvidos, os trabalhadores não conseguem sobreviver com US\$ 100 por mês”, declarou.

Ele fez também uma crítica aos parlamentares, que discutem seu teto salarial. “Gostaria, assim como ocorre com outras categorias, que os trabalhadores também pudessem fixar seus salários.”

Já o arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes, disse que é a favor de uma remuneração mais “digna”. Segundo ele, emprego e bons salários resolveriam metade das questões sociais do país, acabando com a violência e trazendo dignidade para as pessoas. “É preciso dar maior atenção ao social no Brasil”, disse.

Procurado depois pela **Folha**, o arcebispo não quis especificar um valor que consideraria adequado para o salário mínimo.

---

FOLHA DE S.PAULO

[E31Fm212-3]

## Senador já admite menos que US\$ 100

RAQUEL ULHOA

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), admitiu ontem, pela primeira vez, aceitar um salário mínimo inferior a R\$ 180. Ao mesmo tempo, cobrou

“transigência” do presidente Fernando Henrique Cardoso para que fosse fixado um valor superior aos R\$ 150 defendidos pela equipe econômica.

“Todos podem ceder um pouco, para se encontrar um número razoável. A transigência é um princípio da política. A intransigência não é da boa política. Devemos transigir até o ponto em que se pode e que não se prejudique a grande massa de trabalhadores brasileiros”, disse ACM.

O presidente do Senado disse não acreditar que um salário mínimo de R\$ 180 quebraria a Previdência Social. “Os argumentos da área econômica não me convenceram. Acho muito fácil pedirem que eu diga de onde viria o dinheiro. Eu respondo: me dê o governo que eu digo (as fontes)”.

Quanto ao risco de não-cumprimento das metas do acordo com o Fundo Monetário Internacional, ACM disse que “o Brasil deve tentar cumprir seu compromisso com o FMI. Entretanto, primeiro tem de cumprir o compromisso com o povo brasileiro. O FMI, no caso, é secundário”.

O presidente do Senado procurou rebater as análises de que estaria enfraquecido na discussão do mínimo. Afirmou que tem conversado com FHC por telefone sobre o salário mínimo, e disse que não se sentiria derrotado se fosse fixado um valor inferior ao que ele defendia: “Fico com o povo, porque ele é que me elege. Gosto muito do presidente Fernando Henrique Cardoso, gosto muito do seu governo, mas eu, na Bahia, independente de governo, me elejo senador ou governador”.

O presidente do PMDB, Jader Barbalho (PA), enviou carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso sugerindo a realização de uma reunião para definir o tema e criticando a “demagogia” do PFL. Na carta a FHC, Jader diz que os aliados estão divididos: “Depois dessa reunião, ou todos saem falando a mesma linguagem ou aqueles que quiserem defender um salário mínimo diferente do que o governo acha possível rompem com o governo”, disse.

FOLHA DE S.PAULO

[E34Fm245-5]

## Foi a solução possível, diz ACM

RAQUEL ULHOA

Defensor obstinado de um valor equivalente a US\$ 100 (aproximadamente R\$ 180) para o salário mínimo, o presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), evitou ontem assumir a posição de derrotado.

“Não foi a solução ideal, mas foi a solução possível graças ao trabalho de várias lideranças e ao esforço do presidente Fernando Henrique Cardoso, que teve de vencer resistência dentro do próprio governo”, disse, à tarde.

Pela manhã, ao presidir a sessão plenária, ACM aproveitou a oportunidade de um discurso do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para manifestar publicamente sua posição.

“Minha consciência está tranquila de ter lutado pelo máximo e vou continuar lutando pelo máximo. Acredito que venha uma solução que não seja a ideal, mas que seja a possível dentro do quadro político que estamos vivendo”, afirmou.

E completou, dizendo a Simon: “Se não for, estaremos juntos no combate à medida que vier a ser adotada”.

**Estados**

ACM deixou o Senado à tarde, antes do anúncio oficial sobre o novo mínimo, e disse que viajaria para a Bahia.

Mas afirmou saber que o piso nacional em torno de R\$ 150, “talvez um pouco mais”, desde a segunda-feira passada, quando o ministro Pedro Parente (Casa Civil) almoçou em sua casa, a residência oficial da presidência do Senado.

Ao contrário o que havia dito no dia anterior, ACM negou ontem que a possibilidade de Estados fixarem pisos salariais diferentes vá aumentar as desigualdades regionais.

Ele afirmou que esse mecanismo será uma oportunidade de “corrigir os salários para reduzir as desigualdades”.

Para o senador, todos os Estados têm condições de, pelo menos, elevar o mínimo para os R\$ 180 que defende.

ACM disse que o novo mínimo irá vigorar até 28 de fevereiro de 2001 (e não 1º de maio), para que “haja margem para melhorar, se possível” antes de um ano.

O presidente do Senado fez questão de dizer publicamente, quando presidia a sessão, que partiu dele a idéia de FHC reunir os líderes dos partidos de base governista. O presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), havia assumido a autoria da idéia na terça-feira passada.

Naquele dia, Jader divulgou carta sua ao presidente, na qual sugeria a reunião com os líderes aliados para uniformizar a linguagem e acabar com a “demagogia” em torno do mínimo. Logo depois, a reunião foi marcada.

“Confesso que quero ter a glória de dizer que foi sugestão minha, na segunda-feira, apresentada ao ministro Pedro Parente.

O ministro levou a sugestão ao presidente, que aceitou”, afirmou o presidente do Senado.

Ao saber do pronunciamento de ACM, Jader reagiu. “Eu sugeri. Mas não estou atrás da paternidade ou dos louros. Não dá para brincar com a miséria do povo”, disse à **Folha**.

---